

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

Terra Livre, Liga e O Nordeste: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64

Max Fellipe Cezario Porphirio

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***TERRA LIVRE, LIGA E O NORDESTE: O PAPEL DOS PERIÓDICOS
NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS,
1961-64***

MAX FELLIPE CEZARIO PORPHIRIO

Sob a orientação do Professor

João Márcio Mendes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Junho de 2016

333.3181

P837t

T

Porphirio, Max Fellipe Cezario, 1990-
Terra Livre, Liga e O Nordeste: o papel
dos periódicos na organização política dos
trabalhadores rurais, 1961-64 / Max Fellipe
Cezario Porphirio. - 2016.
176 f.:il.

Orientador: João Márcio Mendes Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em História, 2016.
Bibliografia: f. 144-150.

1. Trabalhadores rurais - Brasil -
Atividades políticas - Teses. 2.
Movimentos sociais - Brasil - História -
Teses. 3. Imprensa e política - Brasil -
História - Teses. 4. Jornalismo - Aspectos
políticos - Brasil - História - Teses. 5.
Reforma agrária - Brasil - Teses. 6.
Igreja e problemas sociais - Igreja
Católica - Teses. I. Pereira, João Márcio
Mendes, 1977- II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-
Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

“*Terra Livre, Liga e O Nordeste: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais (1961-64)*”

MAX FELLIPE CEZÁRIO PORPHIRIO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/06/2016

Banca Examinadora:



Professor Doutor **JOÃO MÁRCIO MENDES PEREIRA (UFRRJ)**
Orientador e Presidente da Banca, IES



Professora Doutora **LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS (CPDA-UFRRJ)**



Professor Doutor **JEAN RODRIGUES SALES (UFRRJ)**



Professor Doutor **PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (UERJ)**

AGRADECIMENTOS

À minha mãe por ter aberto mão da sua vida, quando ainda era uma jovem de 27 anos, para se dedicar à minha criação e da minha irmã, não deixando, até os dias de hoje, faltar nada em nossas vidas, tanto no aspecto material como sentimental.

Aos meus avós Jurema e Moacyr pela participação essencial em minha vida.

À minha grande amiga e irmã Mayara pelas repetidas leituras desse material e discussões sobre os percalços da vida.

À Pauline, companheira de vida, pelo sorriso de cada dia, capaz de fazer qualquer adversidade desaparecer.

Ao professor João Márcio pelos seis anos de orientação e amizade, caracterizados pela indicação e empréstimo de diversos livros, pela disponibilidade em analisar os textos enviados e pelas discussões sobre o recorte dessa e de futuras pesquisas.

Às pesquisadoras do Centro de Documentação e Memória da Unesp pela disponibilidade em ceder a cópia digitalizada de alguns números do *Liga*.

Ao professor Clifford Welch pelas críticas realizadas durante o exame de qualificação.

À professora Leonilde Servolo de Medeiros por participar do exame de qualificação e da banca de defesa. Também a agradeço por ter sinalizado, em uma simples conversa, a ausência de pesquisas sobre o periódico *A Liga*.

Aos companheiros Caio, Danilo, Fábio, Livia e Rafael pela amizade sincera e, no mínimo, divertida.

À CAPES pelo financiamento parcial da pesquisa.

Aos professores Paulo Alentejano e Jean Rodrigues Sales por aceitarem fazer parte da banca.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação pelas críticas e orientações de leitura.

Por fim, àqueles que me ajudaram no momento em que mais precisei: Aline, as Marias, Cipriano, Cláudia, Carolyne, Damião, Denise, Dona Tereza, Elenice, Felipe, Iracílio, Jorge, José, Jurema, Kaio, “Kiu”, Kelly, Marcos, Miguel, Osias, Patrícia, Richard, “T.R.” e Tupiara.

RESUMO

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *Terra Livre, Liga e O Nordeste: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64*. 2016. 176p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

O presente trabalho consiste em analisar como a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas, forças que disputaram a representação e organização de parte da população rural entre 1961 e 1964, utilizaram o *O Nordeste*, o *Terra Livre* e o *Liga* – periódicos ligados às respectivas organizações – para organizar os trabalhadores rurais em torno das suas pautas políticas. Para tanto, discutiremos como identificaram e classificaram as forças adversárias na disputa pela organização dos trabalhadores rurais, propagaram seus projetos de sociedade e noticiaram a questão agrária em seus diferentes aspectos (lutas pelo acesso à terra, êxodo rural, reforma agrária, educação técnica, sindicalização rural e modernização da agricultura). Adotando como referências teórico-metodológicas as ideias desenvolvidas por Jean-Noël Jeanneney, Norman Fairclough, Regina de Luca, Cruz e Peixoto, procuramos fazer uma análise bidimensional do discurso desses periódicos, discutindo tanto sua estrutura textual – vocabulário, gramática, coesão e estratégia textual – como a conjuntura político-econômica na qual se inseriam.

Palavras-chave: Movimentos sociais rurais; Imprensa; Questão agrária

ABSTRACT

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *Terra Livre, Liga e O Nordeste: the role of journals in the political organization of rural workers, 1961-64*. 2016. 176p. Dissertation (Masters in History, Power Relations, Labor and Cultural Practices). Institute of Human and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

This study is to examine how the Catholic Church, the Brazilian Communist Party and the Peasant Leagues, forces that competed in the representation and part of organization of the rural population between 1961 and 1964, have used the *O Nordeste*, *Terra Livre* and *Liga* – regular linked to their organizations – to organize farm workers around their political agendas. Therefore, we will discuss how to identify and classify the opposing forces in the race for the organization of rural workers, they spread their society projects and reported the agrarian question in its various aspects (fighting for access to land, rural exodus, land reform, technical education, unionization rural and modernization of agriculture). Adopting as theoretical and methodological reference the ideas developed by Jean-Noël Jeanneney, Norman Fairclough, Regina de Luca, Cruz and Peixoto, we make a two-dimensional discourse analysis of these journals, discussing both its textual structure – vocabulary, grammar, cohesion and textual strategy – as the political and economic environment in which were inserted.

Keywords: Rural Social Movements; Press; Agrarian Question

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Cordel no <i>Liga</i> ”	22
Figura 2: “Cordel no <i>Liga 2</i> ”	22
Figura 3: “Carestia”	52
Figura 4: “Camponeses armados”	58
Figura 5: “Escravidão do trabalhador rural”	66
Figura 6: “Ajuda americana chegando”	67
Figura 7: “Lucro para os Estados Unidos”	67
Figura 8: “Instruções para a organização de sindicatos rurais”	72
Figura 9: “História em quadrinhos”	73
Figura 10: “O Camponês e a carta de sindicalização”	73
Figura 11: “O Camponês e a carta de sindicalização 2”	74
Figura 12: “História em quadrinhos 2”	129
Figura 13: “História em quadrinhos 3”	130
Figura 14: “História em quadrinhos 4”	130
Figura 15: “História em quadrinhos 5”	130

LISTA DE SIGLAS

AP – Ação Popular

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BOC – Bloco Operário-Camponês

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIA – Agência Central de Inteligência

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMBEU – Comissão Mista Brasil - Estados Unidos

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ELIRUR – Escola de Líderes Rurais

FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela

FALTAC – Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FLERJ – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FLN – Frente de Libertação Nacional

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MEB – Movimento de Educação de Base

MURB – Movimento Unificado da Revolução Brasileira

OEA – Organização dos Estados Americanos

OM – Organização das Massas

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Organização Política

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SAR – Serviço de Assistência Rural

SDON – Suplemento Dominical do O Nordeste

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SSR – Serviço Social Rural

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência da Política de Reforma Agrária

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

ULTAC – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo I - Disputas e políticas agrárias na esfera federal (1945-64)	24
1.1. Constituinte de 1946	24
1.1.2. Governo Dutra (1946-51)	26
1.2. Getúlio Vargas (1951-55)	29
1.3. Juscelino Kubitschek (1956-61)	31
1.4. Jânio Quadros (1961).....	33
1.4.1. João Goulart (1963-64).....	34
Capítulo II - Terra Livre: a terra para os que nela trabalham	40
2. O <i>PCB</i> e o campo brasileiro	40
2.1. Teorias pecebistas e articulação dos trabalhadores rurais.....	40
2.1.2. O campo semifeudal	45
2.2. O Terra Livre e os problemas do campo.....	48
2.3. O Terra Livre e a Revisão Agrária Paulista	59
2.4. O Terra Livre e o contexto internacional.....	63
2.5. O Terra Livre e as Ligas Camponesas	67
2.6. O Terra Livre e a sindicalização rural.....	72
Capítulo III - <i>O Nordeste</i> e o campo brasileiro	75
3. A Igreja Católica e o campo brasileiro (1945-64)	75
3.1. O discurso da Igreja entre 1945 a 50	75
3.1.2. O início da mudança	76
3.1.3. O começo da atuação sistemática	78
3.1.4. A ação da Igreja Católica no campo cearense	81
3.2. Da questão técnica à questão política	83
3.3. A construção política do adversário.....	91
3.4. De rurícola a camponês.....	105

Capítulo IV - A Liga.....	109
4.1. As Ligas Camponesas e o campo brasileiro (1954-64)	109
4.2. <i>A Liga</i> e as disputas políticas	115
4.3. <i>A Liga</i> , a Igreja Católica e o PCB.....	120
4.4. O foco no camponês	123
4.5. <i>A Liga</i> e os problemas do campo.....	126
4.6. <i>A Liga</i> e o contexto internacional	134
Conclusão	140
Bibliografia.....	144
Fontes Documentais Citadas	150
O Nordeste (1961 – 1963).....	150
Terra Livre (1960 – 1964).....	155
<i>A Liga</i> (1962 – 64).....	161
Novos Rumos (1960 – 1962)	167
Anexos.....	168

Introdução

Em linhas gerais, objetivamos analisar como a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas, forças que atuaram no campo brasileiro entre 1945 e 1964 e que disputaram a representação e organização de parte da população rural entre 1961 e 1964, utilizaram o *O Nordeste*, o *Terra Livre* e o *Liga* – periódicos ligados às respectivas organizações – para organizar os trabalhadores rurais em torno das suas pautas políticas. Para tanto, discutiremos a maneira pela qual os periódicos identificaram e classificaram as forças adversárias na disputa pela organização dos trabalhadores rurais, propagaram seus projetos de sociedade e noticiaram a questão agrária em seus diferentes aspectos (lutas pelo acesso à terra, êxodo rural, reforma agrária, educação técnica, sindicalização rural e modernização da agricultura). Dessa forma, os periódicos se tornam, ao mesmo tempo, fonte e objeto da nossa pesquisa.

Para atingir esses objetivos dividimos nossa dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Disputas e políticas agrárias na esfera federal (1945-64)”, apresentamos, a partir de pesquisas existentes, os projetos de reforma agrária propostos pelo governo federal entre os anos 1945 e 1964. Tal abordagem se faz necessária, pois apresenta ao leitor os parâmetros que pautavam as ações dos núcleos dirigentes das organizações aqui em análise. Esse capítulo está dividido em quatro partes: na primeira apresentamos o contexto de elaboração da constituinte de 1946 e as ações do governo Dutra (1946-51); na segunda expomos as principais ações do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) e a sua relação com o contexto internacional; na terceira apresentamos as propostas de JK (1956-61) e na quarta discutimos as iniciativas dos presidentes Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64). Nesse capítulo, nossa análise se restringe ao governo federal, ou seja, às ações do executivo. Porém, isto não significa que negligenciamos a atuação de alguns setores da sociedade civil – como entidades patronais e movimentos sociais – e do Congresso Nacional, pois tais forças foram importantes para a constituição e limitação das ações do governo federal.

Das três forças sociais analisadas nessa dissertação, o Partido Comunista Brasileiro foi o primeiro a atuar de forma sistemática no campo brasileiro. O segundo capítulo, “Terra Livre: a terra para os que nela trabalham”, dedica-se à análise dessa atuação, discutindo a utilização do periódico *Terra Livre* como espaço de propagação das diretrizes do partido.

Dividimos o capítulo em cinco partes: primeiro, apresentaremos a atuação do partido no campo brasileiro, abordando suas estratégias de luta, seus aliados e seus adversários; depois, discutiremos a relação entre as estratégias do PCB e a caracterização do campo brasileiro; em seguida, analisaremos como o projeto de “Revisão Agrária” foi abordado, aproveitando o espaço para discutir a avaliação da atuação da Igreja Católica no campo; em sequência, discutiremos a caracterização da vida camponesa nos países socialistas e da dominação imperialista norte-americana, considerada inimiga da nação; em quinto lugar, analisaremos como as Ligas Camponesas foram caracterizadas antes e depois do Congresso de Belo Horizonte (1961), quando os dois movimentos assumiram publicamente estratégias de luta antagônicas; por fim, apresentaremos as mudanças na estruturação do periódico a partir de 1962, quando foram promulgadas as portarias nº 209-A/25 e 355-A, que regulamentavam o sindicalismo rural.

O terceiro capítulo, “O Nordeste e o campo brasileiro”, direciona-se à análise das proposições da Igreja Católica para o campo brasileiro. No período que aqui nos interessa (1945 a 64), essas proposições podem ser divididas em três fases (CARVALHO, 1985): a) de 1945 a 1950, momento em que a Igreja tratou os problemas rurais de forma difusa e sem grande interesse por parte da hierarquia eclesiástica; b) de 1950 a 1961, período que marcou a transição para um argumento unívoco e articulado com as instâncias superiores da instituição; c) de 1961 a 1964, fase caracterizada pela atuação sistemática da Igreja Católica no campo por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), da Ação Católica¹ e da fundação de sindicatos. Nosso trabalho consiste em analisar a utilização do *O Nordeste* – jornal católico pertencente à “grande imprensa” cearense – como importante instrumento de propagação das diretrizes da hierarquia católica para o campo brasileiro a partir de 1961. As mudanças pelas quais esse jornal passou entre 1961 e 1964, no que se refere ao trato da questão agrária, são elucidativas sobre o esforço despendido pela hierarquia católica na luta pela organização política do trabalhador rural. Para tanto, dividimos o capítulo em quatro partes: na primeira parte apresentaremos as formas de atuação da Igreja Católica no campo brasileiro; na segunda parte discutiremos a maneira pela qual o *Nordeste* noticiou os problemas rurais entre 1961 e 64; na terceira parte debateremos que grupos ou forças sociais são identificados como adversários e como as ações desses opositores foram abordadas por esse periódico nessas edições.

¹A Ação Católica atuou junto a universitários, estudantes secundários, operários, jovens de classe média, jovens do campo (por meio da Juventude Agrária Católica), adultos do campo (por meio da Ação de Cristãos no Meio Rural) (POLETTI, 2010).

O quarto capítulo, “A Liga”, dedica-se à análise da atuação das Ligas Camponesas no campo brasileiro, discutindo a utilização do semanário *A Liga* para chegar aos camponeses e a forma pela qual as disputas internas do movimento interferiam na constituição do periódico. Para tanto, dividiremos o capítulo em seis partes: a primeira foi dedicada à análise da constituição do movimento, abordando suas estratégias de luta, seus principais teóricos e dirigentes, seus aliados, seus conflitos internos e suas relações com o Estado e outros movimentos políticos; na segunda, apresentaremos as principais características do semanário, discutindo suas alterações estruturais no decorrer das primeiras edições; na terceira, analisamos as estratégias argumentativas utilizadas para a caracterização das concepções de luta do PCB e da atuação da Igreja no campo brasileiro; na quarta, avaliaremos o papel do camponês no, e para o periódico; na quinta, exporemos como o periódico caracterizou o campo brasileiro; por fim, discutiremos como o periódico abordou o imperialismo norte-americano e quais países eram apresentados como modelos no trato da questão agrária.

Posto isso, iniciemos as discussões acerca dos aspectos teórico-metodológicos mais relevantes da pesquisa. O primeiro aspecto que merece ser salientado é o recorte temporal. Diferentes razões nos fizeram escolher o ano de 1961 como baliza inicial. Primeiramente, nesse ano o protagonismo popular expandiu-se por todo o Brasil, englobando um grupo diversificado de atores sociais, entre eles trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, graduados das Forças Armadas e policiais militares, em torno de um programa político comum, que rompia com as possíveis diferenças e complexidades entre os atores sociais e promovia uma unidade, ao redor das seguintes reformas de base: agrária, urbana, bancária, eleitoral, universitária e do estatuto do capital estrangeiro (AARÃO, 2001). O ano de 1961 também foi marcado pela realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que “marcou um momento transcendente na longa luta do campesinato por legitimidade política” (WELCH, 2010, p.308), por diferentes motivos: a) reuniu diversos representantes dos interesses dos trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas, setores da Igreja, sindicatos rurais em formação e associações ligadas ao PCB, totalizando o número de 1.500 delegados trabalhadores rurais; b) contou com a presença do presidente João Goulart, o governador Magalhães Pinto (MG) e o primeiro-ministro Tancredo Neves, demonstrando o reconhecimento por parte do Estado da força política desses trabalhadores. Como destacou Welch, “até então nenhum Presidente ou funcionário do alto escalão tinha encarado uma assembleia de camponeses” (2010, p.308); c) esse congresso expôs a diminuição do distanciamento entre a justiça, a estrutura política formal e os trabalhadores rurais (WELCH,

2010); d) após a realização do congresso, os trabalhadores rurais ganharam força política nacional, rompendo com o caráter regional e local de suas lutas. Nesse momento de mudanças, a Igreja, as Ligas e o PCB, na tentativa de utilizar a resignificação do papel político do trabalhador rural para viabilizar seus projetos de sociedade, iniciaram uma intensa disputa pela organização política desses trabalhadores em âmbito nacional (NOVAES, 1997). O PCB já atuava sistematicamente no campo brasileiro desde 1946, quando definiu a ampliação das organizações camponesas como diretriz do partido. A Igreja Católica e as Ligas, por sua vez, iniciaram sua atuação sistemática somente a partir de 1961. Essa atuação tinha motivações diferentes: a Igreja estava preocupada com os avanços dos movimentos de esquerda no campo brasileiro, ao passo que as Ligas Camponesas almejavam fazer frente à atuação do PCB, com quem haviam rompido no Congresso de Belo Horizonte. Infelizmente, esse quadro nacional de disputas foi reordenado em 1964. Com a instauração da ditadura civil-militar, as Ligas Camponesas, o PCB e alguns membros da Igreja Católica, em especial os pertencentes à Ação Católica, foram perseguidos, os sindicatos sofreram intervenções e desestruturaram-se “as redes de apoio e sociabilidade que se constituíram ao longo do processo de produção de novas identidades políticas” (MEDEIROS, 2010, p.124). Apesar da tentativa de membros dessas forças sociais em continuar atuando no campo, as formas de articulação ganharam contornos locais – o caráter nacional das lutas ressurgiu no final da década de 1970 e início dos anos 1980, com novos temas e forças sociais (MEDEIROS, 2010).

Outro ponto que merece ser discutido é a diferença entre questão agrária e agrícola, conceitos vitais nessa dissertação. Compartilhando da divisão de José Graziano Silva (1983), quando nos referimos à questão agrícola estamos tratando de onde, quanto e o que se produz. E quando nos referimos à questão agrária, estamos abordando temas ligados à estrutura fundiária, à proletarianização dos camponeses e às formas de produção. Outros três conceitos foram frequentemente empregados na análise dos periódicos. Um deles é o conceito de “camponês”, fruto de discussão e imprecisão desde a década de 1920, quando o PCB introduziu o conceito para caracterizar a população rural. A partir de uma análise nominalista – isto é, perguntando para a fonte quem eram os camponeses – dos periódicos aqui analisados, constatamos uma utilização confusa do termo. Em diversas edições do *Terra Livre* e do *O Nordeste*, as expressões “lavrador”, “assalariado agrícola” e “camponês” aparecem como sinônimos (MEDEIROS, 1995; SOARES, 2010). Somente o *Liga* apresentou uma definição restrita ao conceito, utilizando o conceito em referência aos “foreiros”, “pequenos proprietários”, “meeiros”, “parceiros”, “vaqueiros”, “posseiros”, “condiceiros” e “ocupantes”,

assim excluindo os “assalariados agrícolas”. Aproximando-se da definição recorrentemente propagada por estudiosos que versam sobre a questão agrária, utilizaremos o termo “camponês” com o intuito de caracterizar todos aqueles que eram detentores de alguma faixa de terra. Outro conceito é o de “assalariado agrícola”, utilizado em referência àqueles que vendiam sua força de trabalho como forma de subsistência. Cabe destacar que a diferenciação entre “camponeses” e “assalariados agrícolas” percorre uma linha tênue, haja vista que a classe dos “assalariados agrícolas” era composta, na maioria das vezes, por indivíduos que possuíam pequenas faixas de terra, mas, em razão da sazonalidade produtiva, vendiam a sua força de trabalho. Por fim, utilizamos o termo “trabalhadores rurais” com a intenção simplista de englobar “foreiros”, “pequenos proprietários”, “meeiros”, “parceiros”, “vaqueiros”, “posseiros”, “condiceiros” e “assalariados agrícolas” (MEDEIROS, 1995).

Apesar da preocupação em definir esses conceitos, nossa pesquisa não procurou analisar a maneira pela qual esses periódicos foram absorvidos pelos trabalhadores rurais e, muito menos, a sua utilização como espaço de manifestação. Para analisar o alcance das ideias dos periódicos, seria necessário lançar mão de um conjunto diversificado de fontes, caminho que, devido ao tempo estipulado a uma dissertação, não foi possível desbravar. Primeiramente, apenas o *Terra Livre* publicou regularmente cartas escritas pela população rural, os demais periódicos não adotaram isso como prática. Ademais, com a intenção de afirmarem-se como representantes dos interesses dos trabalhadores rurais, as cartas publicadas passavam pelo crivo do corpo editorial e, portanto, corroboravam com a linha argumentativa dos periódicos, propagando uma visão tendenciosa da opinião desses atores políticos.

Para trabalhar com esses periódicos, utilizaremos como referenciais teórico-metodológicos as obras de Jean-Noël Jeanneney (2003), Cruz e Peixoto (2007), Regina de Luca (2010) e Norman Fairclough (2001). Primeiramente, baseados nas argumentações de Regina de Luca, em sua obra “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”, não associamos as ideias propagadas por esses periódicos a integralidade das organizações pesquisadas, uma vez que tais organizações eram compostas por diferentes grupos – como teóricos, dirigentes políticos, militantes de base e simpatizantes – que possuíam interpretações próprias e, muitas vezes, conflitantes, sobre a conjuntura político-econômica na qual se inseriam. Dessa forma, tentamos relacionar as informações contidas nos periódicos a setores específicos de cada organização, que tinham clara influência na constituição dos mesmos: o Comitê Central do PCB, o episcopado brasileiro e o Conselho Nacional das Ligas

Camponesas. No que se refere à análise do discurso – também mencionado nesta dissertação como argumento – dos periódicos, propusemos uma análise bidimensional. Primeiramente, analisamos a estrutura textual dos periódicos em quatro níveis ascendentes: vocabulário e gramática – onde analisamos as diferentes conotações atribuídas às palavras “escravidão”, “terrorismo”, “camponês” e “reforma agrária”, e discutimos a força dos enunciados, ou seja, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.) por eles constituídos; coesão e estratégia textual – onde analisamos a forma como os periódicos foram organizados, abordando quais informações são trazidas em primeiro plano, relegadas ao segundo plano, ou, ainda, “silenciadas” (FAIRCLOUGH, 2001).

Pretendemos também apresentar o discurso como prática social, destacando a importância de não interpretarmos esses periódicos como descritores imparciais dos acontecimentos, pois, ao construir sistemas de conhecimento e crença, os seus organizadores viam na imprensa uma forma de atuar na constituição dos modos de vida e das visões de mundo do seu público leitor, ao articular, divulgar e disseminar projetos, ideias e valores. Todavia, como destacou Jeanneney, devemos considerar que nem sempre os editores dos periódicos “calculavam cientificamente” como cada assunto deveria ser noticiado, haja vista que as ações humanas também são influenciadas por paixões, impulsos e motivações morais. Jean-Noël Jeanneney também nos alertou sobre a importância de tratarmos o *Liga, Terra Livre* e *O Nordeste* como periódicos que, apesar de serem voltados para os trabalhadores rurais, objetivavam atingir a opinião pública e, assim, alterar as opiniões sobre assuntos considerados preestabelecidos. Apesar dessas percepções, consideramos a divisão produtor/consumidor problemática, pois remete à ideia de liberdade/dependência e alienação/consciência, ou seja, de que só existe uma forma de interpretar um argumento, a intencionada pelo produtor. É preciso repensar essa divisão e entender que o “consumidor” produz interpretações para além do que pretendia o “produtor”, rejeitando ou aceitando os princípios que lhe tentam inculcar, da mesma forma que influenciam a estruturação argumentativa do “produtor” (CHARTIER, 2002; FAIRCLOUGH, 2001).

Partiremos agora para a explicação do ineditismo da pesquisa. Como afirmou Antoine Prost (2008), as problemáticas das pesquisas históricas devem acrescentar algo à academia, e acreditamos que esta dissertação alcançará tal objetivo. Apesar de muitas análises tratarem da disputa entre a Igreja, o PCB e as Ligas pela representação dos trabalhadores rurais², não

²Cf. Welch (2010), Novaes (1997), Grynszpan (1987) e Page (1972).

encontramos pesquisas que abordaram como essa disputa ocorreu na imprensa. O que localizamos foram análises predispostas a tratarem de maneira isolada cada um desses periódicos. Dos três periódicos aqui analisados, o *Terra Livre* foi o mais utilizado por historiadores e sociólogos que procuraram discutir as lutas camponesas das décadas de 1950 e 1960³. O *Terra Livre* era o principal instrumento de veiculação das ideias do PCB no campo brasileiro e, por isso, era organizado para ser bem aceito no meio rural (MEDEIROS, 1995b). Para atingir esses objetivos, o jornal noticiava a situação do campo brasileiro, em especial as lutas pela posse da terra e por melhores condições de trabalho; expunha as lutas dos trabalhadores rurais que buscavam a direção do jornal para denunciar as suas condições de vida; anunciava as Assembleias Gerais da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); discutia as ações e os projetos do governo para os trabalhadores rurais; publicava orientações sobre técnicas agropecuárias e orientava os trabalhadores rurais sobre seus direitos. De nada adiantaria essa organização se os trabalhadores rurais não tivessem acesso a essas informações. Por isso, o periódico orientava aqueles que eram alfabetizados a se reunirem com os demais lavradores, que em sua maioria eram analfabetos, para a leitura coletiva do jornal⁴. Além dessa estratégia de leitura, o periódico lançava mão de uma linguagem simples e de imagens (fotos e charges).

Esse periódico não tinha regularidade, em alguns momentos era quinzenal e em outros era mensal. No período de 1961 a 64, que aqui nos interessa, o periódico era uma publicação mensal de oito páginas⁵, produzida em São Paulo e vendida, em grande parte desses anos, a 10 cruzeiros o número avulso e a 100 cruzeiros a assinatura anual⁶. Como destacou Medeiros (1995), essa irregularidade estava relacionada à falta de recursos, à clandestinidade do partido e às reformulações internas, como a que ocorreu após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No período aqui em análise, o *Terra Livre* teve como diretores executivos, H. Sosthenes Jambo e Joaquim Alves Pereira; diretores proprietários Radoico N. Guimarães e Heros Trench; redator chefe, H. Sosthenes Jambo; diretor responsável, Declieux

³O *Terra Livre* está disponível para consulta no setor de periódicos da Biblioteca Nacional e nos sites www.armazemmemoria.com.br e <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

⁴Segundo Medeiros (1995b), a leitura era realizada por pessoas de destaque nos movimentos rurais, capazes de legitimar a mensagem propagada pelo jornal.

⁵Algumas edições tinham um suplemento de quatro páginas, como as de fevereiro de 1963; maio de 1963; julho de 1963; outubro de 1963; fevereiro de 1964 e março de 1964. Na edição de agosto de 1962 foi publicado um suplemento de duas páginas, voltado à crítica das proposições de Francisco Julião.

⁶De janeiro a junho de 1961, o número avulso era vendido a 5 cruzeiros e assinatura anual a 60. De maio de 1961 a abril de 1963, o número avulso era vendido a 10 cruzeiros e a assinatura anual a 100. De maio de 1963 a fevereiro de 1964, o número avulso era vendido a 20 cruzeiros e a assinatura anual a 200. Em março de 1964 o preço subiu para 30 cruzeiros e a assinatura anual para 360. A alteração de valores era justificada pelo aumento do preço do papel (TERRA LIVRE, maio de 1963, p.1).

Crispim Sobrinho. Por fim, destacamos que esse periódico, responsável por trazer a luta dos trabalhadores rurais à cena política nacional, teve sua circulação encerrada com a instauração do regime militar (1964-85), que perseguiu os membros do PCB.

Leonilde Servolo de Medeiros (1995) fez a análise mais completa da utilização do *Terra Livre* como instrumento de propagação das diretrizes do PCB no campo brasileiro, ao discutir as estratégias do periódico, entre 1954 e 1964, para criar uma identidade aos latifundiários e aos trabalhadores rurais, conceituar a reforma agrária e noticiar as greves dos trabalhadores rurais, as lutas sindicais e os conflitos por terra. Soares (2010) também procurou analisar as representações do camponês e do latifundiário nas páginas do *Terra Livre*. Outra obra é a monografia de Vera Barbosa (2014), que analisou o papel da poesia, nos anos de 1954, 1961 e 1964, como meio de difundir as interpretações pecebistas e construir uma identidade para o trabalhador rural. Por fim, destacamos a dissertação de Souza (2004), que analisou a relação entre o *Terra Livre* e a questão agrária cearense, discutindo, por exemplo, a distribuição do periódico nas regiões cearenses, o papel dos correspondentes cearenses no periódico e a criação de colunas voltadas à discussão dos problemas agrários do estado.

Alguns aspectos trabalhados por essas pesquisas foram retomados nessa dissertação, porém, buscamos avançar na análise sobre como as ações da Igreja e das Ligas Camponesas foram caracterizadas nas páginas do *Terra Livre*. Com relação às dissonâncias entre as Ligas e o PCB, percebemos que a historiografia analisou essa disputa com base em anais dos congressos e depoimentos dos membros dos movimentos. Como destacou Welch (2010), existem aqueles, como a filósofa Marilena Chauí, que reproduzindo a interpretação dos que buscam justificar a derrota do movimento camponês frente a articulação orgânica e homogênea dos latifundiários – apoiadores do golpe civil-militar de 1964 –, entenderam o conflito como a representação da ausência de unidade do movimento camponês. Entretanto, outros estudiosos, baseados nas mesmas fontes, argumentaram que, apesar do rompimento, essas duas organizações (PCB e Ligas) evitavam, em nome da unidade da população rural, acometimentos públicos, como Aued (1986), Azevêdo (1982), Bastos (1984) e Rangel (2000) e Welch (2010). Frente a essa discussão, tivemos a necessidade de analisar o referido periódico para apresentar mais uma face da relação entre os dois movimentos.

O Nordeste era um periódico da “grande imprensa” cearense (SOUZA, 2005) e circulou entre 1922 e 1967⁷. Em 1961 era um periódico diário de 8 páginas, escrito em uma linguagem simples e direta, composto por imagens (fotos) e que tinha o seguinte expediente: diretor, Com. Luís Sucupira; redator secretário, Dr. Paulo Lopes Filho; gerente, Ignez Tocantins⁸. Infelizmente não temos informações sobre a sua tiragem⁹. *O Nordeste* era definido como um jornal “ideológico” e “doutrinal” (O NORDESTE, “A missão de ‘O Nordeste’”, 3/3/1961, p.1) ligado ao Arcebispado Metropolitano de Fortaleza. Dessa forma, não é preciso mencionar que o periódico veiculava as doutrinas da Igreja Católica, possuía colunas assinadas por padres e bispos, noticiava o aniversário e viagens de altos membros do clero, divulgava notícias da arquidiocese de Fortaleza, sede administrativa do jornal, e anunciava as graças alcançadas pelos leitores. Porém, nem só de notícias religiosas vivia esse periódico. Além desses tópicos, *O Nordeste*, buscando alcançar um público variado, informava sobre ocorrências policiais, incêndios e eventos culturais e esportivos.

O que nos permite apontar *O Nordeste* como um periódico lido por trabalhadores rurais? O fato legitimador dessa relação emissor/reprodutor são as cartas que lavradores e pequenos proprietários enviavam à redação. Por exemplo, na primeira página da edição de 3 de fevereiro de 1961, vemos a notícia “Sementes para agricultores” com o seguinte conteúdo: “Temos recebido numerosas cartas de agricultores, pedindo que ‘O Nordeste’ interfira junto à Secretaria de Agricultura, no sentido de que inicie, urgentemente, a distribuição de semente e enxadas” (O NORDESTE, 3/2/1961, p. 1). Ademais, o jornal possuía colunas fixas relacionadas ao interior cearense, publicava editais de convocação às assembleias dos sindicatos rurais dirigidos pela Federação dos Círculos Operários do Ceará, fornecia orientação agro-pecuária na coluna “Nordeste Agrícola” e instruía sobre a política de crédito ao agricultor. Porém, isso não significa dizer que o periódico era voltado exclusivamente ao trabalhador rural. Em concordância com as proposições da Igreja, que pregava a harmonia e a cooperação entre as classes, o periódico era voltado a diferentes grupos sociais, como industriais¹⁰, estudantes¹¹ e profissionais liberais¹². A forma como, possivelmente, os

⁷ Esse jornal está disponível para consulta no setor de periódicos da Biblioteca Nacional, porém a coleção está incompleta.

⁸ No decorrer de 1961, Padre Tarcísio de Almeida assumiu a função de redator secretário e Murilo Ribeiro Cavalcante a de gerente. Em 1962 o expediente sofreu as seguintes alterações, que se mantiveram até 1964: Diretor, Mons. André V. Camurça; Secretário, Pe. Tarcísio S. Almeida; Gerente, Murilo Cavalcanti; Secretário de Redação, Helder Feitosa; Diretor de Publicidade, Jairo Mota.

⁹ Além de possuir um programa de assinatura anual, *O Nordeste* tinha sistemas de assinatura mensal, trimestral e semestral.

¹⁰ Isso ficou claro na edição de 4 de janeiro de 1961, quando conclamou comerciantes e industriais a não abrirem suas indústrias no Dia de Reis, dia em que “os católicos não podem realizar trabalhos chamados servís” (O NORDESTE, “Dia de reis é dia santo de guarda”, 4/1/1961, p.1).

¹¹ O periódico publicava notícias sobre as faculdades cearenses, em especial a Escola de Agronomia.

trabalhadores rurais – em sua maioria analfabetos – tinham acesso às notícias desse jornal também merece destaque. Assim como ocorria com o *Liga* e o *Terra Livre*, tudo indica que *O Nordeste* era lido coletivamente, como lembrou o Padre Misael Alves de Souza, de Limoeiro do Norte, em uma carta enviada à redação: “O Nordeste! Não queira saber da repercussão que alcançou aqui: passara de mão em mão. Foi lido em altas vozes na cidade!” (O NORDESTE, “Reportagem de ‘O Nordeste’ desperta grande repercussão”, 18/4/1961, p. 1)

Em razão da sua importância na história da imprensa cearense, diferentes pesquisadores utilizaram o *O Nordeste* como fonte, por exemplo, Furtado (1990), Virino (2009), Souza (2005), Parga (2012) e Gomes (2015). Desses autores, somente Souza (2005) discutiu a abordagem da situação do campo brasileiro pelo periódico. Nessa obra, a autora analisou, a partir das edições de 1963 e 1964, a posição d’*O Nordeste* acerca dos debates sobre reforma agrária, êxodo rural, conflitos rurais e reformas de base. Apesar da possível semelhança, nossa pesquisa partiu de preocupações e recorte diferentes dos utilizados pela autora. Como se tratava de uma pesquisa cujo objetivo era discutir a posição da “grande imprensa cearense” – além do *O Nordeste*, foram analisados os jornais *O Povo*, o *Correio do Ceará* e o *Gazeta de Notícias* –, a autora não empreendeu análise mais detalhada das posições do periódico, ofertando uma visão mais geral e concentrada na abordagem das reformas de base e do êxodo rural.

A Liga: ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil¹³, por sua vez, circulou entre 9 de outubro de 1962 e 31 de março de 1964¹⁴. Esse era um periódico semanal de seis páginas¹⁵, com sede administrativa no Rio de Janeiro e sucursais em Recife (capital do estado onde as Ligas eram mais atuantes) e João Pessoa (capital do estado onde existia a segunda maior Liga do Brasil, a Liga de Sapé)¹⁶. Ele era vendido no Rio de Janeiro a 10 cruzeiros e nos demais estados a 20, os que desejassem adquirir a assinatura anual, deveriam pagar 700 cruzeiros.

¹² Identificamos a publicação de convocações para a Assembleia Geral Ordinária da OAB – CE.

¹³ A partir de 1º de maio de 1963 o periódico passou a ter esse subtítulo, que “reforça a identidade nacionalista, socialista e revolucionária reivindicada pelo periódico” (SOUZA, 2012, p.95). Cabe ainda destacar que o periódico ora denomina-se *Liga*, como na capa, ora *A Liga*, como no expediente. No decorrer desta dissertação, adotaremos as duas nomenclaturas.

¹⁴ O números a que tivemos acesso foram cedidos pelo Centro de Documentação e Memória da Unesp, porém essa coleção se encerra na data 4/12/1963. Para consultar as notícias dos demais números, utilizamos o livro *Ligas Camponesas*: outubro 1962 – abril de 1964, em que constam algumas notícias selecionadas por Francisco Julião.

¹⁵ A partir da edição de 11/9/1963, o periódico passou a ter oito páginas.

¹⁶ Apesar de não constar em seu expediente, outras sucursais foram sinalizadas em isolados artigos: Curitiba (A LIGA, “Posseiros fundarão Ligas para defender as terras”, 6/3/1963, p.3), Brasília (A LIGA, “Camponeses de Taguatinga preparam abaixo-assinado ao presidente da república: Nossa paciência acabou!”, 13/3/1963, p.3), Bahia (A LIGA, “Instala-se hoje a II Conferência Nacional dos Estivadores”, 24/4/1963, p.3), Aracaju (A LIGA, “Diretoria do CGT de Sergipe empossada”, 27/11/1963, p.5), São Paulo (A LIGA, “PSB paulista adere à campanha pela libertação do Padre Alípio”, 15/5/1963, p.5), Niterói (A LIGA, “Comício em Niterói pelas reformas”, 19/6/1963, p.2), Porto Alegre (A LIGA, “Prossiguem perseguições e espaçamentos de camponeses no Rio Grande do Sul”, 29/9/1963, p.5) e Natal (A LIGA, “Mossoró já tem Liga Camponesa”, 27/11/1963, p.5).

Assim como o *Terra Livre*, os leitores e os membros do movimento eram os responsáveis por distribuir o periódico, arrecadar assinaturas¹⁷ e, ao que tudo indica, praticar a leitura coletiva do mesmo¹⁸. Além disso, o periódico abria a possibilidade de leitores tornarem-se correspondentes de notícias. Para tanto, bastava enviar, durante quatro semanas seguidas, notícias sobre os problemas camponeses, ou assuntos nacionalistas, da sua região, para que sua capacidade de colher informações e sua redação fossem avaliadas. Uma vez aprovado no teste, o leitor receberia uma carteira de correspondente e de distribuidor do periódico (A LIGA, “Você pode ser: correspondente ou distribuidor do jornal Liga”, 8/5/1963, p.2).

O *Liga* utilizava linguagem simples, fotos, desenhos – fundamentados nos traçados da literatura de cordel¹⁹ (ver figuras 1 e 2) – e mapas. Tendo como referência o “Pequeno Almanaque do Terra Livre”, o *Liga* possuía a coluna “Almanaque do Camponês”, onde publicava orientações agropecuárias, horóscopo, festas religiosas, santos do dia e feriados nacionais e internacionais. Assim como no *Terra Livre*, esse espaço era utilizado para uma abordagem indireta da política ao apresentar os avanços tecnológicos dos países socialistas e inculcar frases acerca da luta de classes e do caráter nobre da pobreza. Por exemplo, o *Terra Livre*, na coluna “Pensamentos Célebres”, publicava frases do tipo: “Somente vive quem luta” (TERRA LIVRE, março de 1961, p. 4); “Viver não é meramente respirar, é agir”(Idem); “É melhor morrer de pé do que viver de joelhos” (TERRA LIVRE, fevereiro de 1961, p.4); “Não é pobre aquele que tem pouco, mas sim aquele que deseja muito para dominar outros” (Idem); “Prefere ser pobre por ter sido justo, a ser rico por meio da injustiça” (TERRA LIVRE, maio de 1961, p.5). O *Liga*, por sua vez, publicava esses tipos de frases nos espaços “Frases Célebres” e “Provérbios do Campo”, o qual, a partir do segundo número do periódico, transforma-se em “Provérbios camponeses”: “Quem não defende o vizinho um dia morre sozinho” (A LIGA, “Provérbios do campo”, 9/10/1962, p.5); “O bom companheiro é aquele que cuida do outro primeiro” (Idem); “É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino do Céu” (A LIGA, “Frases Célebres”, 9/10/1962, p.5); “Quem bota o pobre pra trás é chapéu de palha e patrão” (A LIGA, “Provérbios camponeses”, 13/11/1962, p.3); “A covardia é a mãe da crueldade” (A LIGA, “Provérbios camponeses”, 13/3/1963, p.5).

¹⁷ Para incentivar tal atuação, o periódico prometia àqueles que conseguissem 5 assinaturas, uma gratuita (A LIGA, “Bilhete ao leitor”, 6/11/1962, p.3)

¹⁸ Fazemos essa afirmação baseados na informação de que Elizabeth Teixeira (líder da Liga Camponesa de Sapé – PB) tinha o hábito de ler o *Terra Livre* para os membros da sua liga (MEDEIROS, 1995b).

¹⁹ O cordel, distribuído pelos “cantadores”, teve papel decisivo na propagação das ideias do movimento entre a população rural (JULIÃO, 1962).

Figura 1: “Cordel no *Liga*” (A LIGA, 13/11/1962, p.3)



Figura 2: “Cordel no *Liga* 2” (A LIGA, “Carta de Alforria do camponês”, 13/11/1962, p.4)



Com relação ao expediente do *Liga*, destacamos que cargos foram “acrescidos ou transformados e os nomes que o compuseram de igual forma se revezaram. Temos exemplos de Editor-chefe: Antonio Averiano, de Secretário: P. Porfírio Sampaio; Gerente: F. Hugo A. de Paula; Diretor-Executivo: Padre Alípio de Freitas, Redator-chefe: Gomes de Mello” (SOUZA, 2012, p. 94). O único cargo presente em todas as formações do corpo editorial foi o de Diretor, sempre ocupado por Francisco Julião.

O *Liga* foi utilizado como fonte por diferentes autores, como Azevêdo (1982), Bastos (1984), Grynszpan (1987), Aued (2012) e Souza (2012). Azevêdo e Bastos utilizaram os artigos “Teses para debate” e “Organização política das Ligas Camponesas do Brasil”, publicados no *Liga*, para ilustrar a discussão sobre a reconfiguração do movimento entre 1963 e 1964. Grynszpan, por sua vez, utilizou o periódico por ele noticiar os conflitos de terra que ocorreram no Rio de Janeiro e Guanabara, haja vista a preocupação do periódico em abordar os conflitos que ocorriam na região da sua sede, e discutir a atuação das Ligas nas referidas localidades. Destacamos também a análise de Aued, que classificou o *Liga* como um periódico voltado mais aos intelectuais da base de apoio urbano do movimento do que aos camponeses. A maioria dessas análises baseou-se no livro *Ligas Camponesas: outubro 1962 – abril de 1964*, produzido por Francisco Julião, onde encontramos a republicação de notícias de algumas edições do *Liga*. A única análise, até agora encontrada, que utilizou o periódico

como objeto principal da pesquisa, foi realizada pela historiadora Enilce Lima Cavalcante de Souza. Souza abordou a periodicidade, as finanças, o público alvo, o corpo editorial, o temário, a ilustração, os colaboradores mais presentes e a organização interna dos conteúdos. Mas não atentou para nenhum dos objetivos tratados em nossa pesquisa.

Em outras palavras, o ineditismo desta pesquisa reside em: a) fazer uma análise comparativa de como as Ligas, o PCB e a Igreja utilizaram seus respectivos periódicos para organizar os trabalhadores rurais; b) analisar como as divergências entre as Ligas e o PCB ocuparam as páginas dos seus periódicos; c) discutir como *O Nordeste* e o *Liga* caracterizaram o trabalhador rural, a reforma agrária, as forças de oposição no meio rural e os conflitos pela terra; d) apresentar como a atuação da Igreja Católica no campo brasileiro foi caracterizada pelo *Liga* e *Terra Livre*.

I

Disputas e políticas agrárias na esfera federal (1945-64)

1.1. Constituinte de 1946

Em 1945 vemos cair o Estado Novo varguista, a experiência autoritária que vigorou sete anos, e ascender a democracia (CAPELATO, 2003). Essa ascensão criou as condições necessárias para a realização de ricos e amplos debates políticos, ideológicos e culturais²⁰, para que as lutas, particulares e pontuais, pela permanência na terra ganhassem maior visibilidade²¹, e para a volta à legalidade do Partido Comunista Brasileiro. Tais mudanças influenciaram na forma como a questão agrária foi discutida na assembléia constituinte de 1946. Os debates da constituinte foram marcados pela preocupação do patronato rural em evitar que esse contexto de reivindicações alterasse as estruturas de sustentação do seu poder político e econômico. As reivindicações por mudança se materializaram nas proposições dos constituintes “reformistas”²². Os reformistas partiam do pressuposto de que os interesses individuais deveriam ser sobrepostos pelo interesse social, por isso defendiam a intervenção do Estado nas questões sociais e econômicas como forma de garantir tal sobreposição.

Esse grupo tratava os problemas de abastecimento interno e o êxodo rural²³ como problemas agrários e não agrícolas, razão pela qual defendiam a realização de uma reforma agrária que resolveria essas querelas. Três formas de reforma agrária foram defendidas por esse grupo, todas elas prevendo a atuação do Estado. A primeira, advogada por Hermes Lima, previa a nacionalização dos latifúndios improdutivos e, principalmente, das propriedades próximas aos centros populosos, com o objetivo de fixar o homem no campo e aumentar a produtividade agrícola. A segunda proposta, exposta por Jurandir Pires, vislumbrava a redistribuição da propriedade fundiária em conjunto com a criação de cooperativas e fazendas coletivas. A terceira proposta, apresentada por Galeno Paranhos, previa a distribuição de

²⁰Partilharam dessa opinião Lucília de Almeida Neves (2001), José de Souza Martins (1994), Daniel Aarão Reis Filho (2001) e Caio Navarro Toledo (2004).

²¹Segundo Medeiros (1995), essas lutas se transformaram em lutas mais gerais pela reforma agrária nos primeiros anos da década de 1960, no bojo das reivindicações pelas “reformas de base”.

²²Tapia (1986) defendeu que nesse momento os partidos possuíam membros com pensamentos tão diferentes, que analisar os constituintes a partir da sua divisão partidária seria um equívoco. Portanto, qualificou os constituintes nos três grandes grupos que apresentaremos nesse tópico.

²³Esses problemas, que tanto afligiam os governantes, eram os eixos das propostas dos constituintes (TAPIA, 1986).

terras, a concessão de créditos aos pequenos proprietários e a assistência aos trabalhadores rurais²⁴.

Além dos reformistas, outros dois grandes grupos propuseram soluções para os problemas que afligiam o campo: os “conservadores modernos” e os “conservadores tradicionais”. Os conservadores tradicionais eram ligados à agricultura exportadora e contrários a qualquer tipo de mudança na estrutura agrária. Baseados no pensamento neoclássico, mostravam-se contrários à intervenção do Estado na economia e favoráveis à atuação do Estado como garantidor da propriedade privada²⁵ (TAPIA, 1986). Os conservadores tradicionais interpretavam os problemas no campo a partir do viés agrícola. Portanto, não responsabilizavam a concentração de terras pelos problemas de abastecimento interno e pelo êxodo rural. Para esse grupo, a resolução desses problemas ocorreria por meio da concessão de créditos aos produtores, investimento na logística (transporte e armazenamento), do tabelamento de preços, mecanização da agricultura e desenvolvimento de planos de colonização (destinando as terras devolutas a trabalhadores rurais) (TAPIA, 1986). Os conservadores modernos, por sua vez, defendiam uma espécie de Estado de Bem-Estar Social²⁶, que atuasse como planejador e administrador da economia (intervindo para a redução da desigualdade social)²⁷. Por isso, acreditavam que a redistribuição fundiária orientada pelo Estado resolveria os problemas do campo brasileiro. Entretanto, preocupavam-se em preservar a autonomia do indivíduo frente ao Estado, e a forma encontrada para essa preservação foi a desapropriação mediante pagamento justo e prévio (TAPIA, 1986).

Na disputa entre os três grupos, a frente vencedora foi a conservadora moderna. Segundo Tapia (1986), a constituinte forneceu ao Estado a capacidade de intervir em questões de ordem econômica e social (legislando sobre o direito financeiro, a previdência social e a saúde; e reprimindo abusos do poder econômico), ao mesmo tempo em que o direito de propriedade privada foi incluído como um direito individual garantido pelo Estado²⁸. Essas conquistas foram expressas no artigo 147, que previa o uso da propriedade condicionado ao

²⁴ Faziam parte dessa assistência a facilidade de aquisição da propriedade, o fornecimento estatal de uma moradia digna e a extensão da legislação trabalhista (TAPIA, 1986).

²⁵ Jales Machado, Israel Pinheiro e Eduardo Duviver eram alguns dos deputados pertencentes a esse grupo. Com relação à Duviver é necessário destacar que, apesar de ser contra a intervenção do Estado na questão da propriedade privada, ele defendia que o Estado deveria intervir em questões como previdência social, obras de assistência e melhores condições de moradia (TAPIA, 1986).

²⁶ Na referida obra, Hobsbawm (2013) destacou que o Estado de Bem Estar Social surgiu em resposta às crises econômicas geradas pelo livre mercado.

²⁷ É importante frisar a apologia que membros desse grupo faziam do New Deal. Essa política econômica era destacada como o exemplo bem-sucedido da atuação do Estado contra a desigualdade social (TAPIA, 1986).

²⁸ Os direitos individuais previstos nessa Constituição eram os direitos à propriedade, à vida, à liberdade e à segurança individual.

bem estar social, e no parágrafo 16 do artigo 141, que previa a desapropriação por utilidade pública ou interesse social mediante justa indenização em dinheiro (MEDEIROS, 1983). Jorge Tapia (1986) afirmou que o §16 do artigo 141 significava um avanço no que diz respeito ao trato da questão agrária, pois possibilitava que o Estado interviesse no “sagrado” direito da propriedade privada. Apesar de concordarmos com essa interpretação, também consideramos tal artigo como uma atitude de salvaguarda dos representantes do patronato rural – deputados Masagão (UDN-SP), Prado Kelly (UDN- SP) e Costa Souza (PSD-RS) –, que assim evitaram a atuação sistemática do Estado em prol da reforma agrária e mantiveram preservados o sistema de poder e propriedade no campo (MEDEIROS, 1983)²⁹, pois o referido parágrafo não deixava claro o que seria a “justa” indenização. Cabe aqui destacar outra vitória do patronato rural na constituinte, consubstanciada no fato de que o congresso adquiriu enorme importância na definição da política agrária, visto que todo projeto deveria ser aprovado por ele.

1.1.2. Governo Dutra (1946-51)

As decisões tomadas nessa constituinte delinearam a forma como a questão agrária foi tratada nos anos subsequentes. Se tivéssemos de assinalar qual questão conduziu os debates sobre o campo brasileiro na segunda metade da década de 1940, destacaríamos, sem qualquer objeção, a preocupação com a produtividade das propriedades rurais. Tal preocupação resultava das sucessivas e severas crises de abastecimento que atingiram o Brasil naquele período (MEDEIROS, 1983). Foi nesse quadro que Dutra assumiu a presidência³⁰. No intuito de resolver tanto os problemas de abastecimento como os de saúde, transporte e energia, Dutra criou o Plano SALTE (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). No que diz respeito à alimentação, o Plano SALTE objetivava aperfeiçoar a produção agrícola por meio do investimento em fertilizantes, pesquisas, concessão de créditos, seguro agrário, armazéns, imigração, colonização, conservação do solo e, é claro, mecanização³¹. O Plano também previa o estímulo à pesca, apicultura, avicultura, laticínios e sericultura, e à produção de feijão, arroz, mandioca, milho, trigo, cacau, café e mate.

²⁹ Como demonstrou Medeiros (1983), as lutas daqueles que pretendiam realizar uma reforma agrária legalista tinham como baliza inicial proposições de emendas constitucionais ao referido artigo, no intuito de contorná-lo.

³⁰ Como destacou Tapia (1986), a alta proporção de investimentos no setor agropecuário demonstra que o governo Dutra estava preocupado com o abastecimento interno.

³¹ O Plano previa a mecanização intensiva do cultivo do arroz; o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas canavieiras; a propagação da prática de inseminação artificial; a melhoria dos reprodutores; a instalação de matadouros industriais. Ademais, cabe aqui destacar que, naquele momento, mecanização e modernização eram sinônimos nas propostas governamentais (TAPIA, 1986).

Após tratar o abastecimento como um problema agrícola, Dutra mudou sua forma de interpretá-lo e, assim, elaborou um projeto de reforma agrária. No dia 30 de junho de 1947, enviou ao congresso um projeto de reforma agrária. Esse projeto, elaborado junto a Afrânio de Carvalho (técnico do IBGE), associava os problemas de abastecimento à baixa qualidade de vida dos trabalhadores rurais, ao êxodo rural, ao atraso tecnológico das propriedades rurais, à insuficiência dos transportes, à degradação do solo e aos proprietários ausentes. A proposta de reforma agrária era bastante conservadora e não objetivava qualquer redistribuição das propriedades, já que a existência das grandes propriedades monocultoras não era interpretada como a causa das crises de abastecimento. Além disso, Dutra considerava custoso demais ao Estado desapropriar toda e qualquer grande propriedade (TAPIA, 1986). Partindo desse pensamento conservador, o projeto propunha que a desapropriação só ocorreria quando comprovada a inexistência de exploração da propriedade e/ou a utilização inadequada do solo. Depois de constatada a utilização indevida, os proprietários teriam dois anos para melhorar esses aspectos, e só depois desse prazo, se persistisse a improdutividade da propriedade, ocorreria a desapropriação (TAPIA, 1986).

Em linhas gerais, o projeto apresentado por Dutra preconizava: a fixação do trabalhador rural na terra, por meio do artigo 156³²; a redefinição das relações de arrendamento com o intuito de proteger o arrendatário dos abusos dos proprietários³³; a recuperação das terras improdutivas; a utilização do imposto territorial para frear a acumulação de terras; o estímulo à criação de cooperativas de agricultores e criadores; a formação de colônias agrícolas (onde os camponeses teriam acesso a lotes terra, por meio de compra e/ou arrendamento); a criação de colônias escolas (glebas destinadas à exploração coletiva sob o regime assalariado); a utilização adequada do solo; a união dos imóveis rurais desmembrados pela passagem de rodovias e em partilhas familiares; a melhora do sistema de transporte e armazenamento; o estabelecimento de preços mínimos, a fim de estimular a produção; a criação do Banco Rural, a fim de oferecer melhores condições de crédito e, assim, favorecer a pequena produção; o cadastramento das propriedades rurais.

³² Esse artigo previa a fixação do homem no campo a partir de planos de colonização e aproveitamento das terras públicas (Medeiros, 1983).

³³ No que diz respeito ao arrendamento, estipulava-se que: o prazo mínimo para aluguel seria de dois anos, sendo renovado se em até seis meses antes do fim do contrato nenhuma das partes procurasse a outra; o preço do arrendamento só poderia ser decidido em juízo; a retomada do imóvel arrendado só poderia ocorrer mediante a exploração direta do proprietário ou divisão em lotes para venda. Ou seja, a preocupação em manter a produtividade da terra, com pessoas trabalhando na mesma, ditava as diretrizes do arrendamento. Com relação ao sistema de parceria, a participação do proprietário na produção era estipulada em 1/5, quando não fornecesse moradia, e 1/3, quando tivesse preparado a terra para o plantio (desmatando e arando) ou fornecesse os elementos de trabalho. Além disso, no intuito de coibir a ação dos intermediários, o regulamento proibia que o proprietário tivesse preferência ou exercesse qualquer coerção no direcionamento da venda dos arrendatários e parceiros (TAPIA, 1986).

Além da proposta de Dutra, outro projeto de reforma agrária tramitou no congresso em 1947³⁴, proposto pelo deputado Nestor Duarte (UDN) (TAPIA, 1986). A análise desse projeto é importante para interpretarmos como a questão agrária foi tratada no âmbito governamental durante a segunda metade da década de 1940. O projeto de Nestor Duarte buscava articular o aumento da produtividade agrícola com a distribuição de terras aos camponeses. Para tanto, propunha a destinação de um quinto da área dos latifúndios improdutivos³⁵ próximos de centros urbanos à agricultura de subsistência ou à cooperativas destinadas à produção de alimentos (MEDEIROS, 1983). Ou seja, novamente não presenciamos uma iniciativa de redistribuição das propriedades rurais, mas sim uma preocupação em abastecer as cidades.

Segundo Nestor Duarte, três razões faziam desse projeto a etapa preliminar de uma reforma agrária mais “radical”: 1) prepararia o espírito do latifundiário para futuras desapropriações, ao demonstrar que o Estado poderia intervir na sua propriedade; 2) demonstraria a real necessidade de realizar uma reforma agrária mais radical, ao observar se esse um quinto de terra desapropriado era o suficiente para absorver a população rural sem terra; 3) forneceria tempo para o Estado acumular recursos suficientes para realizar, se necessário, desapropriações de acordo com o artigo 141 (TAPIA, 1986).

Tanto os setores patronais como os mais à esquerda criticaram esses projetos. As críticas dos membros do PCB concentravam-se no caráter brando dos projetos, que não objetivavam romper com o monopólio de terras e o papel anti-social do latifúndio (TAPIA, 1986; MEDEIROS, 1983). Já as críticas patronais assumiram características distintas quando direcionadas ao projeto do presidente Dutra e ao projeto de Nestor Duarte. Com relação ao primeiro projeto, as críticas foram direcionadas à regulação das relações entre arrendatários e proprietários, que claramente limitava o poder extraeconômico que o monopólio fundiário concedia ao fazendeiro³⁶. Segundo Azevêdo (1982), o monopólio da terra e a exclusão do camponês da política garantiam as condições necessárias para os latifundiários continuarem dominando e controlando econômica, política e socialmente os camponeses.

Por que o monopólio da terra contribuiu para esse controle? Os trabalhadores rurais dependiam da terra para garantirem a sua sobrevivência, e tinham como única alternativa

³⁴ O projeto tramitou até 1961, quando se constituiu uma comissão para analisá-lo (MEDEIROS, 1983).

³⁵ Segundo Tapia (1986), Duarte definia como latifúndio produtivo aquele que possuía proporcionalidade entre a sua produção, extensão territorial, capital investido e número de trabalhadores.

³⁶ Características desse poder eram: o direito de vida e morte; o estabelecimento das condições de trabalho, o controle sobre a remuneração e o arrendamento das pessoas (moradores, agregados, meeiros, colonos, assalariados e camaradas).

utilizar a terra do latifundiário, o único que possuía terra e que podia, por meio de relações de exploração, concedê-la. Dessa forma, a população rural assumia:

um caráter de força de trabalho represada, de um mercado cativo controlado pelos latifundiários, que o utilizam de acordo com as suas necessidades de mais ou menos braços voltados para a cultura comercial, em função das flutuações nos preços do mercado nacional ou internacional (AZEVEDO, 1982, p.38).

Com relação ao projeto de Duarte, os setores patronais criticavam o ataque ao direito inalienável da propriedade privada e o rompimento da unidade territorial da propriedade, que desorganizaria a produção (TAPIA, 1986). De maneira geral, os representantes do patronato no congresso – por meio das posições do deputado Lauro Montenegro (PSD-PB) – ou na sociedade civil – a partir da atuação da Sociedade Nacional da Agricultura³⁷ ou da Sociedade Rural Brasileira³⁸ –, mostravam-se contrários a qualquer alteração da estrutura agrária, argumentando que a saída para os problemas que assolavam o campo naquele período seriam resolvidos por meio do investimento em transportes, ensino agrícola (transmitindo conhecimento técnico), crédito agrícola, planejamento, aparelhamento técnico, conservação de solos, e colonização dos vazios demográficos. Além disso, defendiam que o problema não era a falta de terras, mas a falta de braços qualificados.

A discussão realizada neste tópico mostra que uma variável perpassou tanto as propostas conservadoras (contrárias à qualquer intervenção na estrutura agrária) como as propostas de esquerda (a favor da intervenção na estrutura agrária): a preocupação em manter o abastecimento dos centros populosos urbanos. Tal preocupação estava intimamente relacionada com o intenso processo de urbanização que assolou o Brasil da década de 1940.

1.2. Getúlio Vargas (1951-55)

Ao exemplo das propostas da década anterior, Getúlio Vargas estava preocupado com a produtividade rural. Porém, Vargas não buscou apenas abastecer os centros urbanos³⁹. Ele incorporou a questão agrária ao cerne do processo de avanço da indústria no país (TAPIA, 1986). Segundo Vargas, o campo deveria fornecer alimentos e matérias-primas para a indústria. E isso só seria possível com a resolução de quatro problemas:

³⁷ A SNA foi criada em 1897 na cidade do Rio de Janeiro. Essa sociedade era contrária à alteração da estrutura agrária, mas a favor da modernização da agricultura (TAPIA, 1986).

³⁸ A SRB foi criada em 1919 por pecuaristas, cafeicultores e agricultores paulistas. Essa sociedade era contrária a mudanças na estrutura agrária. Defendiam que o aumento da produtividade viria por meio da melhoria do sistema de transportes e da valorização do homem do campo.

³⁹ Já na década de 1940 Vargas se mostrava preocupado com a questão do abastecimento dos centros populosos. Por exemplo, a Baixada Fluminense, em 1940, passava por um processo de intensificação de investimentos do governo federal, que, tentando fornecer suporte ao processo de expansão econômico da cidade do Rio de Janeiro, pretendia torná-la um “cinturão verde” (CORRÊA e MACEDO, 2007).

a) a insuficiência de crédito → a concessão de créditos aos pequenos e médios proprietários aumentaria o investimento de capitais na agricultura e, conseqüentemente, a aquisição de insumos artificiais (adubos produzidos em fábrica e inseticidas) e máquinas (trator) (TAPIA, 1986);

b) a ausência de técnicas “modernas” → a mecanização e utilização de insumos químicos incentivarão tanto a produção agrícola como a industrialização, pois ao mesmo tempo em que aumentariam a demanda por bens de produção, a utilização de insumos artificiais e máquinas diminuiria o desgaste do solo;

c) a falta de organizações associativas → as cooperativas assumiriam o papel de organizar o transporte e o armazenamento dos produtos, dificultando assim a atuação “inescrupulosa” dos intermediários. Os intermediários compravam as mercadorias diretamente dos produtores, para depois vendê-las nos centros urbanos. Eles eram vistos como indivíduos que, interessados no lucro, forjavam as crises abastecedoras (TAPIA, 1986);

d) o êxodo rural → Vargas acreditava que a fixação do homem rural no campo aumentaria a produção, pois os braços que antes iam para as cidades ficariam em suas propriedades – ou de outrem como os assalariados rurais – produzindo. Para tanto, o presidente previa o investimento em educação, a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais⁴⁰, a criação do Serviço Social Rural, o desestímulo à utilização especulativa da terra e a revisão das regras que regulavam o acesso à terra (meação, parceria e arrendamento) (TAPIA, 1986).

Para auxiliar, gerenciar e efetivar essas mudanças, Vargas criou, em 1951, a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPAs)⁴¹. Essa era uma comissão interministerial⁴² subordinada ao poder imediato do presidente⁴³ – ou seja, sem muita autonomia –, cujo objetivo principal era apresentar ao presidente da república as medidas necessárias para o desenvolvimento da economia agrícola (MEDEIROS, 1983). A principal ação da CNPA foi a elaboração de um

⁴⁰ Como mostrou Medeiros (2010), no período de 1930-45, o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, responsável, dentre outras ações, por intensificar o reconhecimento dos direitos trabalhistas do operariado urbano. Durante esses anos, lutou-se para que os mesmos direitos fossem estendidos à população rural, principalmente o direito de associação paralela. A esse direito se opuseram alguns membros do Ministério da Agricultura e parte dos grandes proprietários, que para ratificar a sua posição utilizaram diferentes argumentos, como a apresentação da harmonia entre empregados e empregadores e a alegação de que os trabalhadores rurais necessitavam da tutela e da intervenção dos empregadores. Além disso, é necessário destacar que alguns autores, como Tapia (1986), Medeiros (1983) e Julião (1962), atentaram para o fato da legislação trabalhista não especificar à qual “trabalhador”- urbano ou rural - se destinava.

⁴¹ Faziam parte da CNPA: o Instituto de Imigração e Colonização, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas, o Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais e o Serviço Social Rural (TAPIA, 1986).

⁴² Faziam parte dessa comissão membros do ministério da agricultura, da justiça e negócios do interior, da fazenda, da educação e da saúde (TAPIA, 1986).

⁴³ Apenas o presidente poderia nomear, alocar ou remanejar os integrantes da comissão (TAPIA, 1986).

projeto de reforma agrária. Na tentativa de evitar que resistências a questões pontuais parassem o projeto, a CNPA propôs diversas diretrizes. Essas diretrizes tinham como eixos o parágrafo 147, o combate à proletarianização do camponês, as peculiaridades regionais, o papel produtor e social da pequena propriedade e, é claro, o fornecimento de alimentos (TAPIA, 1986).

O ponto central do projeto foi a proposta de reforma da estrutura fundiária. Para tanto, propôs uma emenda constitucional ao parágrafo 16 do artigo 141, na tentativa de contornar a principal barreira às mudanças na estrutura fundiária do Brasil, mas também previa a desapropriação de terras – incultas, mal-cultivadas e/ou adquiridas para fins especulativos – localizadas próximas aos centros urbanos; e a criação de um sistema de impostos sobre a terra, no intuito de combater a utilização especulativa da terra.

Nesse projeto, o Estado assumia a função de regulador, organizador e fomentador da produção agrícola (intervindo no direito de propriedade e regulando a relações trabalhistas). Tal ação ressuscitou o debate da constituinte de 1946 sobre a intervenção do Estado na economia e, sobretudo, estimulou a aversão patronal ao projeto (TAPIA, 1986). Não é necessário mencionar que o projeto da CNPA não foi aprovado pelo congresso, nicho dos setores patronais.

Além dessas preocupações de ordem técnica, existia uma preocupação política por trás da iniciativa de Vargas. Como precisamente destacou o ministro João Cleofas [1951], a reforma agrária proposta por Vargas objetiva evitar a expansão do comunismo no país (TAPIA, 1986). Vargas, partilhando das ideias do Ponto IV⁴⁴, acreditava que ao melhorar as condições socioeconômicas da população, o socialismo não encontraria espaço para se desenvolver. Portanto, confiava que ao melhorar as condições de vida da população rural, neutralizaria a atuação do PCB no campo, que em 1954 havia criado a ULTAB, órgão que se tornou o principal representante das ideias do partido no meio rural brasileiro (MEDEIROS, 2010).

1.3. Juscelino Kubitschek (1956-61)

O governo JK tinha como sustentação política a aliança PTB/PSD. Esses partidos tinham concepções e propostas distintas para o campo brasileiro. Enquanto o PTB apoiava a

⁴⁴ Em 1949, o presidente Truman lançou um programa de assistência técnica aos países do “Terceiro Mundo”. No ano de 1951, o programa foi instaurado no Brasil a partir da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU). O principal resultado dessa cooperação foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (RIBEIRO, 2006).

realização de uma reforma agrária, chegando a incluí-la como segundo item de um programa de sete pontos⁴⁵, o PSD, partido constituído essencialmente por ruralistas, era contrário a qualquer mudança na estrutura agrária (LOSADA, 2005). Apesar de naquele momento o PTB estar em franco crescimento, os partidos associados aos ruralistas – PSD e UDN – detinham maioria no congresso (LOSADA, 2005). JK sabia que não poderia ir contra os interesses ruralistas se quisesse a implantação de suas propostas. Por isso, optou por manter uma política próxima aos interesses da maioria parlamentar, ou seja, não propôs nenhuma mudança na estrutura agrária⁴⁶ (MEDEIROS, 1983).

O governo JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento” (LOSADA, 2005). Essa linguagem se manifestou principalmente no Plano de Metas. O Plano de Metas foi um documento essencialmente econômico que, apesar de prever metas para os setores de energia, transporte, alimentação e educação, voltava-se para a industrialização. A ausência de um mercado nacional integrado era apontada por JK como um dos principais empecilhos para o avanço da industrialização. No intuito de superar esse problema, Kubitschek empreendeu ações voltadas para a integração física do território nacional, já que essa integração proporcionaria o alargamento do mercado para os produtos nacionais (SINGER, 1984). Além da formação de um mercado interno, a proposta nacional-desenvolvimentista de Kubitschek também previa a atuação da agricultura como fornecedora de alimentos para os centros urbanos e de matéria-prima para a indústria. Para tanto, previa como indispensável a sua modernização – leia-se mecanização – e melhores condições de armazenamento e escoamento dos produtos.

A ampliação do mercado interno aumentou a demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas, o que atraiu o capital monopolista para a agricultura. A presença do capital monopolista alterou substancialmente as relações socioeconômicas no campo, proporcionando, a partir da expropriação, a transformação dos posseiros em trabalhadores diaristas (SINGER, 1984). Em resposta a essas expropriações, a população rural se articulou politicamente em torno de sociedades – como a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) – e movimentos de resistência armada, como a “República Socialista de Trombas e Formoso” e a Revolta Camponesa de 1957 no Paraná (MARTINS, 1994). A articulação política da população rural contra a sua proletarianização

⁴⁵ A reforma agrária do PTB previa a extinção do latifúndio improdutivo, a concessão de créditos aos pequenos proprietários e a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural (MEDEIROS, 1983).

⁴⁶ Cabe aqui destacar que, além de ser maioria no congresso, era a economia agro-exportadora que trazia as divisas para o país (LOSADA, 2005).

alterou “as relações de poder tradicionalmente estabelecidas e introduziram os camponeses como novos atores na cena política” (MEDEIROS, 1983, p. 38). A região onde tais mudanças tomaram proporções mais radicais foi no Nordeste (GRYNZPAN, 1987). E isso mobilizou JK a desenvolver uma agência específica para aquela região, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A criação da SUDENE resultou da iniciativa do governo JK de transformar um problema nacional em regional, ignorando que as lutas por terra no Brasil não estavam restritas ao Nordeste (MEDEIROS, 1983). O objetivo era solucionar a desigualdade Norte-Sul que havia se estabelecido com o desenvolvimento da indústria no Brasil. O secretário executivo dessa autarquia era o economista Celso Furtado, defensor da reforma agrária. Para Furtado, a reforma agrária aumentaria o fornecimento de alimentos para as cidades e de matérias-primas para indústria; além disso, ampliaria o mercado interno de bens manufaturados ao aumentar o poder de consumo de pequenos e médios proprietários rurais (TOLEDO, 2004). De fato, a SUDENE não empreendeu a reforma agrária defendida por Furtado, mas iniciou ações que tinham o objetivo de aumentar a produção agrícola, como os projetos de colonização do Maranhão e de cultivo de plantas resistentes à seca.

1.4. Jânio Quadros (1961)

Mesmo passando de forma muito rápida pela presidência do país, Jânio Quadros se preocupou em discutir os problemas do campo. Partilhando de um argumento inédito, Jânio assumiu a presidência propondo a mecanização do campo, a partir da concessão de crédito aos produtores, como forma de manter a produtividade rural, já que o êxodo rural havia diminuído a quantidade de braços no campo (MEDEIROS, 1983).

Após realizar essa observação no início do seu governo, JQ criou uma comissão especial para estudar a questão agrária no Brasil. Essa comissão elaborou um projeto de reforma agrária que, em linhas gerais, previa a desapropriação de propriedades incultas (grandes ou pequenas propriedades) e de latifúndios valorizados ou suscetíveis de valorização por consequência de obras públicas; a “criação de uma autarquia com personalidade jurídica própria, com as atribuições de elaborar, executar ou orientar a execução de planos e programas de reforma agrária e de propor ao Ministério da Agricultura as diretrizes da política agrária nacional – [Superintendência da Política de Reforma Agrária] SUPRA” (MEDEIROS, 1983, p. 193); a regulação da parceria e do arrendamento com o objetivo de

proteger os locatários, parceiros e trabalhadores do poder extraeconômico do latifúndio. Tal comissão também atentou para a necessidade de realizar a distribuição de terras de acordo com as potencialidades econômicas de cada região, nem que para isso fosse necessário intervir no binômio latifúndio/minifúndio. Como destacou Medeiros (1983), o projeto conciliava as principais questões do campo. Ao mesmo tempo em que não questionava a estrutura agrária, propunha a desapropriação de propriedades mal utilizadas, destinando-as àqueles que melhor as utilizariam. Nem sequer sinalizou a sua divisão.

O período de governo de Jânio Quadros coincidiu com a intensificação das lutas no meio rural. Frente tal situação, o presidente se viu obrigado a desenvolver medidas imediatas para resolver as tensões sociais no campo. A forma encontrada para isso foi a proposta, que não saiu do papel, de distribuição das terras públicas a camponeses sem terra para que assim eles pudessem sanar temporariamente suas reivindicações por redistribuição de latifúndios (MEDEIROS, 1983).

1.4.1. João Goulart (1963-64)

Quando Jango assumiu a presidência da república em janeiro 1963, a grande indagação que se fazia era: conseguiria ele superar a crise econômico-financeira, atenuar as tensões sociais e afastar as crises políticas que afetavam o Executivo Federal? Como destacou Toledo (2004), Jango anunciou no início de seu governo que a resolução desses impasses viria por meio do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-65*. Esse plano, elaborado por Celso Furtado e San Thiago Dantas, buscava combater o surto inflacionário e alcançar taxas de crescimento semelhantes as do governo JK. Todavia, com o passar do tempo a inflação não decaía, o crescimento não chegava e a oposição interna ao *Plano Trienal* só aumentava⁴⁷, pois as ações tomadas pelo governo, como a retirada dos subsídios ao trigo e ao petróleo, estavam afetando diretamente as classes populares. No final de 1963 o malogro do *Plano Trienal* já era reconhecido (REIS FILHO, 2001).

Após reconhecer o insucesso desse plano, João Goulart passou a empunhar a bandeira das *reformas de base*, com a justificativa de fortalecer o desenvolvimento do capitalismo industrial (REIS FILHO, 2001; TOLEDO, 2004). Essa bandeira contou com o apoio de setores progressistas da sociedade, que viam tais reformas como condição para a ampliação e o fortalecimento da democracia no país, uma vez que promoveriam redistribuição de renda e

⁴⁷ A oposição vinha por parte do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do “grupo nacionalista” do PTB (TOLEDO, 2004).

diminuiriam as desigualdades regionais. Uma das principais reformas de base era a reforma agrária. Jango se mostrava insatisfeito com a forma pela qual a questão agrária vinha sendo tratada pela esfera governamental. Goulart, compartilhando da proposta de Celso Furtado, defendia que o Brasil necessitava de uma reforma agrária voltada para o fortalecimento do mercado interno (TOLEDO, 2004). Para tanto, propôs um projeto que previa: 1) a isenção de impostos para os trabalhadores que produzissem em terras virgens e nelas tivessem permanecido sem contestação; 2) a proibição de privar de terras para trabalhar, ou privar de trabalho, o trabalhador agrícola por mais de dois anos sem justa indenização; 3) a isenção de impostos para o trabalhador que produzisse o equivalente a um salário mínimo ou mais; 4) a desapropriação, com pagamento em longo prazo, de toda e qualquer propriedade necessária para a produção de alimentos que não estivesse produzindo. Essa insatisfação também contribuiu para que Jango utilizasse a SUPRA para estender os serviços de saúde ao trabalhador rural, coordenar a distribuição de terras ao camponês e garantir a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963)⁴⁸. Porém, como bom seguidor das ideias de Vargas⁴⁹, Goulart tentou direcionar os esforços da SUPRA para atrelar os sindicatos dos trabalhadores rurais ao Estado, haja vista seu crescimento numérico e reivindicativo (WELCH, 2010).

De posse dessas informações podemos afirmar que João Goulart representou uma mudança na forma de tratar a questão agrária (MEDEIROS, 1983), pois propôs formas sólidas de superar a questão ambígua da desapropriação e tentou superar a morosidade do congresso ao lançar, ele mesmo, decretos em prol da reforma agrária. O mais expressivo desses decretos foi o anunciado em 13 de março de 1964, no Comício das Reformas (RJ). Esse decreto previa a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas. A preocupação de João Goulart tem ao menos três razões.

A primeira, como acabamos de sinalizar, está relacionada à preocupação de responder à franca expansão dos movimentos rurais, que reivindicavam não só a distribuição de terras aos camponeses, mas uma reforma agrária que proporcionasse justiça econômica e social, o alargamento da cidadania política dos trabalhadores rurais e a ampliação da democracia no país (TOLEDO, 2004). A segunda razão está relacionada à tentativa de desarticular o poder privado do latifúndio, base da dominação política regional que limitava a ação do governo federal (RICCI, 1999). A terceira está ligada às propostas internacionais de J. F. Kennedy

⁴⁸ Segundo Bastos (1984), grande parte dos proprietários se recusou a aplicar os direitos previstos nesse estatuto. Frente a tal situação e a dificuldade de usar a via jurídica, haja vista que a legislação ainda não havia sido regulamentada, utilizaram-se as greves como estratégia para pressionar a aplicação da legislação.

⁴⁹ Como destacou Gomes (1982), Getúlio Vargas (1937-45) tentou manter os sindicatos sob controle estatal.

(MEDEIROS, 1983)⁵⁰. Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos nos marcos da declaração de Fidel em 16 de abril de 1961⁵¹ e da primazia da URSS na corrida espacial, ou seja, Kennedy assumiu o governo no momento em que o bloco socialista se expandia e se solidificava. Frente a esse quadro, Kennedy criou o projeto Aliança para o Progresso. Esse projeto, estabelecido formalmente em agosto de 1961 na Conferência Pan-Americana, previa ajuda financeira e assistência técnica aos países “subdesenvolvidos” do continente americano, com o objetivo de melhorar indicadores socioeconômicos e promover reformas sociais (RIBEIRO, 2006). Apesar do apelo humanístico do programa, o principal objetivo dele era evitar o avanço do socialismo nos países latino-americanos (KAY, 1999). O governo norte-americano acreditava que ao melhorar as condições socioeconômicas da população desses países, o socialismo não encontraria espaço para se desenvolver. Uma das formas encontradas para melhorar as condições socioeconômicas da população foi a reforma agrária⁵². Na década de 1960, países como Peru, Equador e Colômbia realizaram reformas agrárias. Porém, tais iniciativas não buscaram uma ampla redistribuição social das terras (KAY, 1999), mas sim capitalizar as propriedades rurais para aumentar a produtividade agrícola (CHONCHOL, 2003) e, conseqüentemente, a produção industrial desses países, transformando arrendatários em trabalhadores assalariados, o que aumentaria o poder de consumo da população rural.

Apesar de incentivar o Executivo a direcionar a reforma agrária no Brasil (MEDEIROS, 1983), o governo norte-americano, temeroso de que os movimentos sociais rurais “corrompessem” a dimensão “desenvolvimentista” da reforma agrária, optou por outra estratégia. No Brasil, a Aliança para o Progresso foi utilizada para cercear a atuação das Ligas Camponesas no Nordeste. Segundo Page (1972), o interesse de Kennedy pelo Nordeste aflorou após uma série de reportagens publicadas por Tad Szulc no *The New York Times*, que apresentavam a situação de subdesenvolvimento daquela região e como os “revolucionários socialistas” aproveitavam tal situação para agitar os camponeses à insurreição⁵³. Porém, esse

⁵⁰ Como precisamente destacou Ribeiro (2006), a relação entre João Goulart e Kennedy era um misto de cooperação e conflito. O medo de que Goulart estivesse associado ao comunismo, sua ideologia nacionalista, a presença de membros considerados esquerdistas radicais em setores do governo e a sua política de não-alinhamento contribuíram para o receio da CIA, do Departamento de Estado norte-americano e da embaixada norte-americana. No Brasil, a cooperação era orientada pela necessidade de superar as restrições causadas pela crise do Balanço de Pagamentos e o conflito era estimulado pelas forças nacionalistas presentes na gestão Goulart.

⁵¹ Em 1961, o governo norte-americano declarou embargo econômico a Cuba. Tal declaração forçou o governo revolucionário a se aproximar, econômica e ideologicamente, da União Soviética (URSS) e a declarar, em 16 de abril de 1961, o caráter socialista do governo (BANDEIRA, 2006).

⁵² Cristóbal Kay (1999) e Jaques Chonchol (2003) destacaram que o incentivo à reforma agrária era uma forma de evitar a expansão do socialismo na América Latina.

⁵³ Em entrevista concedida à Wandec Santiago (2012), Moniz Bandeira, partindo do pressuposto de que o Brasil, na década de 1950-60, era um país predominantemente urbano e industrial, considerou a preocupação norte-americana desnecessária, pois uma insurreição camponesa no Nordeste não teria condições de triunfar.

não foi o único fator que levou Kennedy a criar um plano especial para o Nordeste: a CIA já estava preocupada com as viagens de Julião à Polônia, Checoslováquia, União Soviética e Cuba, e com a sua relação com Prestes. Na interpretação estadunidense, uma revolução no Nordeste significava a perda do Brasil e, quiçá, da América do Sul, para o socialismo, e a cidade de Recife funcionava como ponto de substituição de homens e militares em trânsito para a estação de rastreamento de mísseis na ilha de Ascensão. A resposta de Kennedy a tais perigos foi rápida, enviando seu assistente especial, Arthur M. S. Junior, ao Nordeste, para que observasse a situação política da região (PAGE, 1972) e enviando uma comitiva ao Engenho da Galiléia para prestar assistência aos foreiros⁵⁴.

A oportunidade para uma efetiva intervenção no Nordeste surgiu quando Celso Furtado foi a Washington, D.C., pedir auxílio financeiro para a viabilização da SUDENE (PAGE, 1972). Essa oportunidade se concretizou em 1962, com a assinatura do “Acordo do Nordeste”, que previa a ajuda financeira de 131 milhões de dólares à SUDENE e a atuação da USAID na regulação do uso do dinheiro, na criação de projetos para o “desenvolvimento” da região e, claro, na política local⁵⁵. Logo após a assinatura do acordo, mais especificadamente no “dia 6 de junho de 1962, o órgão assinou um acordo com o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, no valor de US\$ 1 milhão, para empreender um programa de construção de escolas” (PAGE, 1972, p. 95). Além da ajuda financeira e da intervenção na política local, a USAID criou um programa de segurança pública, que tinha como braços as polícias civil e militar de Pernambuco (PAGE, 1972).

Não foi só por meio da Aliança para o Progresso que o governo norte-americano interveio no Nordeste. A embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, o consulado norte-americano no Recife, os Corpos da Paz e a CIA também foram utilizados. Enquanto os funcionários da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro atuaram criando escolas em Pernambuco, com o objetivo de fornecer capital político ao governador Cid Sampaio – conhecido opositor das Ligas – para assim garantir a vitória do candidato apoiado por ele no pleito de 1962⁵⁶, os funcionários do consulado montaram um dossiê sobre a situação política

⁵⁴ Segundo Wandeck Santiago (2012), foram concedidos aos moradores do Engenho da Galiléia: gabinete dentário, escola e implementos agrícolas.

⁵⁵ Segundo Page (1972), o acordo assinado, por ser ambíguo, gerou intensa discussão entre as partes brasileira e norte-americana. Enquanto na interpretação brasileira a USAID não teria autonomia para firmar acordos, na interpretação norte-americana o acordo assinado previa que a USAID teria autonomia para fazer acordos com outras instituições e, por isso, criava as condições necessárias para a intervenção na política local. Não é necessário dizer qual interpretação foi posta em prática.

⁵⁶ Para Page (1972), o governo norte-americano desejava manter os aliados políticos de Sampaio no poder, pois estes também eram opositores das Ligas.

do Nordeste, fizeram análises da economia nordestina e as colocaram à disposição dos investidores americanos, no intuito de trazer o “progresso” para a região (PAGE, 1972).

A CIA, por sua vez, inseriu membros disfarçados nas embaixadas, consulados e no movimento camponês (PAGE, 1972). O mais representativo deles foi um jovem que, atuando como representante da Liga Cooperativa dos Estados Unidos⁵⁷, fundou cooperativas agrícolas, estabeleceu relações com intelectuais da esquerda e líderes trabalhistas rurais, e, em seu mais audacioso golpe, tentou desarticular as Ligas Camponesas por meio do convencimento da população camponesa de que a fundação de cooperativas resolveria os seus problemas. Além disso, a CIA, por intermédio de seus prepostos, concedeu verbas ao principal órgão de atuação da Igreja no campo, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe)⁵⁸.

O Peace Corps (Corpos da Paz) – organização criada por Kennedy, cujo objetivo era realizar trabalhos comunitários em países pobres – atuou no Nordeste estimulando o cooperativismo e fazendo obras de infraestrutura (RIBEIRO, 2006). Apesar da aparente essência humanitária, esse grupo teve papel primordial no projeto intervencionista norte-americano: “enquanto a USAID e a Aliança para Progresso proviam fundos para grandes projetos e enviavam experts para avaliar planos de desenvolvimento nacionais, os voluntários iriam pegar eles mesmos as ferramentas e trabalhar ao lado de seus anfitriões” (RIBEIRO, 2006, p.134).

Com a morte, em novembro de 1963, de J. F. Kennedy, a estratégia de conter “pacificamente” a expansão do socialismo na América Latina foi deixada de lado. A estratégia que passou a ser utilizada para reprimir os movimentos insurrecionais na América Latina foi o apoio a governos ditatoriais (PAGE, 1972), como o que vigorou no Brasil entre 1964-85.

Principais pontos a serem retidos

A partir da análise das propostas de reforma agrária foi possível perceber, como apontou Poulantzas (2000), que o Estado não é um bloco monolítico e homogêneo, mas sim hierarquizado e conflituoso. Prova disso foram as disputas que ocorriam entre o Executivo e o Congresso pela tentativa de aprovar as propostas de alteração da estrutura da agrária, onde os

⁵⁷ Segundo Page (1972), essa organização era financiada pela CIA.

⁵⁸ A hegemonia da Igreja na organização dos camponeses significava a solução harmoniosa dos conflitos entre proprietários e camponeses e o afastamento do comunismo, pregado pelo PCB e pelas Ligas.

setores latifundiários demonstraram capacidade de vetar qualquer projeto contrário as suas pretensões, como a alteração do parágrafo 16 do artigo 141, que previa a desapropriação por utilidade pública ou interesse social mediante justa indenização em dinheiro, e os projetos de Nestor Duarte e do presidente Dutra.

Em concordância com o debate marxista dos anos 70⁵⁹, devemos enxergar o Estado enquanto produtor e resultado das lutas sociais e políticas. Essa argumentação auxilia a compreensão das ações de João Goulart, como a promulgação do ETR, a radicalização da posição do Executivo e o direcionamento das ações da SUPRA para a alteração das relações socioeconômicas no campo. Verdadeiras conquistas dos trabalhadores rurais, que conseguiram alterar a forma de tratar a questão agrária na esfera federal, ao estimular a superação do conservadorismo legislativo.

No período pós-guerra, o campo brasileiro foi exclusivamente analisado pelo viés agrícola, com ênfase no papel desempenhado pela agricultura no processo de industrialização (DELGADO, 2001b). Nesse momento, discutia-se, principalmente, o abastecimento dos centros populosos urbanos e o fornecimento de matéria-prima à indústria. Essa forma analítica se alterou na década de 1950, quando o protagonismo político dos trabalhadores rurais estimulou uma maior preocupação com a estrutura fundiária e as relações sociais no campo. Nessa virada argumentativa, três grupos tiveram papel destacado nas articulações das demandas desses trabalhadores: o PCB, os setores progressistas da Igreja Católica e as Ligas Camponesas.

⁵⁹ Aqui me refiro a Poulantzas (2000), Miliband (1979) e Offe (1984).

II

Terra Livre: a terra para os que nela trabalham

2. O PCB e o campo brasileiro

2.1. Teorias pecebistas e articulação dos trabalhadores rurais

Em 25 de março de 1922, na região de Niterói, dissidentes do movimento anarquista dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, mobilizados pelo sucesso da revolução bolchevique e inspirados pelas diretrizes da Internacional Comunista (IC), fundaram o Partido Comunista Brasileiro. Em seus anos iniciais, os pecebistas defendiam que o socialismo sucederia o capitalismo, após este sofrer progressivamente crises estruturais geradas por suas próprias contradições; ou seja, o socialismo só poderia ser instaurado em países com um capitalismo “desenvolvido”. Como o Brasil era interpretado como uma sociedade “semifeudal”, seria necessário abrir caminho para o desenvolvimento do capitalismo, a partir da aliança com a pequena-burguesia e a instauração da revolução democrático-burguesa, e quando o capitalismo estivesse maduro, a classe trabalhadora estaria pronta para guiar o país em direção ao socialismo. Os trabalhadores rurais eram considerados “pré-políticos” – ligados aos traços feudais de exploração e submetidos aos abusos dos latifundiários – e, por isso, excluídos da aliança (SOARES, 2010).

Em 1925, no II congresso do PCB, constatou-se a necessidade de aproximação dos trabalhadores rurais. Essa constatação ancora-se nas ideias defendidas por Octávio Brandão no seu livro “Agrarismo e industrialismo”, em que delegou aos trabalhadores rurais e urbanos a função de superar o feudalismo e o capitalismo, ao criarem e, posteriormente, superarem a classe média (WELCH, 2010; SOARES, 2010). Em fins de 1927, após ter sido colocado na ilegalidade, o PCB resolveu renomear o Bloco Operário como Bloco Operário-Camponês (BOC) (DEL ROIO, 2007). Esse “novo” bloco foi criado com o objetivo de ser uma frente eleitoral legal, que pretendia utilizar o apoio dos trabalhadores urbanos e rurais para angariar alianças com outros partidos e aproximar-se da pequena burguesia. Para conquistar o apoio da população rural, o BOC tinha como agenda a luta contra a ausência de incentivo à formação de cooperativas rurais e as insalubres condições de moradia e trabalho da população rural (WELCH, 2010). Por essa razão, autores como Osvaldo Silva (1993) e Leonilde Medeiros

(1995), destacaram que, nesse momento, o PCB se aproximou do trabalhador rural somente com interesse eleitoral, sem oferecer um programa sólido para a resolução dos seus principais problemas, resultado do desconhecimento das nuances e da heterogeneidade do campo brasileiro. Foi durante a realização do seu terceiro congresso (1928) que o termo “camponês” deixou de ser utilizado para ilustrar uma pretensa aliança, para assumir caráter político e sociológico (DEL ROIO, 2007).

Nesse congresso, o PCB reconheceu sua ignorância e estipulou a criação de uma comissão para análise dos problemas agrários brasileiros. Além disso, propôs a luta por salários equivalentes ao custo de vida, saneamento básico, acesso à educação, direito à associação, formação de cooperativas e melhores condições de produção (WELCH, 2010; SANTOS, 2005). O trabalhador rural passou a ser caracterizado como classe revolucionária e fundamental aliada dos proletários na implantação da revolução. Essa nova forma de interpretar o papel do trabalhador rural resultou da reorientação teórica do partido, que elevou o imperialismo à categoria de principal inimigo e passou a considerar o fato da burguesia “haver capitulado diante desse inimigo” (DEL ROIO, 2007, p.81). Entretanto, os pecebistas acreditavam que a melhora da condição de vida da população rural só seria alcançada por meio de um governo proletário-camponês, capaz de retomar, sem indenização, as terras das mãos do Estado, dos imperialistas e dos latifundiários (SILVA, O., 1993). A redistribuição de terras e a melhora da condição socioeconômica do trabalhador rural eram interpretadas como estímulos à formação de um mercado interno, que aceleraria o desenvolvimento nacional, libertando o país do jugo do capital estrangeiro, e diminuiria as migrações, atenuando assim as pressões sobre os salários urbanos e possibilitando maior capacidade organizativa dos operários, caracterizados como dirigentes da revolução (MEDEIROS, 1995).

Somente após a sua terceira conferência nacional (1946), quando a ampliação das organizações camponesas foi definida como uma das diretrizes do partido e o latifúndio considerado um mal a ser combatido, foi que o PCB atuou de forma sistemática no campo. É lugar comum na historiografia apontar que após 1946 o PCB teve relevante atuação na tradução para o mundo rural dos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos e na articulação das demandas anteriormente esparsas⁶⁰. Exemplo dessas atuações no campo foram

⁶⁰Por exemplo, atentaram para essas atuações Martins (1983; 1994), Medeiros (1989; 1995), Motta e Esteves (2009), Bastos (1984), Azevêdo (1982), Morais (1965), Aued (1986), Silva (1993), Santos (2005), Soares (2010), Ricci (1999) e Dezemone e Grynszpan (2007).

as *Ligas Comunistas*⁶¹ e as irmandades. Segundo Lyndolpho Silva, o PCB objetivava criar uma organização para o trabalhador utilizar com autonomia, e, por isso, propôs empregar aquelas que ele já estava habituado:

Entendeu-se que deveríamos partir da forma de organização conhecida por esses trabalhadores que, em geral, era dada pela Igreja Católica, à qual, em sua maioria, eram ligados. Mas, partindo dessa primeira idéia, dessa primeira compreensão de que estando os trabalhadores ligados à Igreja, as chamadas Irmandades eram a forma de aglutinação que o trabalhador entendia, porque no seio da Igreja os seus adeptos são organizados em vários grupos, como a Irmandade de São José, a Irmandade de Santo Antônio, as Filhas de Maria e por aí afora (SILVA, L., 1994, p.68).

A referida ideia pecebista não vingou e as irmandades tiveram atuação efêmera e concentrada em Goiás, ao contrário das *Ligas Comunistas*. As *Ligas Comunistas* foram criadas em 1945 para organizar as categorias rurais não assalariadas e assalariadas de todo o Brasil. Como destacou Santos (2005), poucos estudos abordaram-nas como objeto principal da pesquisa. O que presenciamos são análises preocupadas em discutir a filiação das Ligas Camponesas (1954-64) às Ligas Comunistas, como as realizadas por Morais (1965), Bastos (1984) e Azevêdo (1982). Apesar dos poucos estudos sobre as Ligas Comunistas, sabemos que atuaram em Pernambuco, Guanabara, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e que lutaram por meio da assessoria jurídica e do envio de memoriais aos poderes públicos (SANTOS, 2005). Em abril de 1947, o PCB teve seu registro caçado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (SILVA, O., 1993), em consequência, a atuação das Ligas foi interrompida. Alguns núcleos tentaram continuar agindo, mas foram repetidamente reprimidos⁶².

Apesar da intensa repressão, o PCB continuou a propor teses para o campo brasileiro. Em 1950, o partido lançou o “Manifesto de Agosto” que, apesar de manter a tese da revolução etapista, refutava a aliança com a burguesia nacional – apresentando como aliados dos proletários urbanos, os trabalhadores rurais e setores das classes médias urbanas – e criticava o caminho institucional para a realização de mudanças (BADARÓ, 2012; SALES, 2005). Essas transformações teóricas refletiram nas proposições do partido para o campo brasileiro, que, na primeira metade dos anos cinquenta, propôs: a ampliação das organizações camponesas; a resistência armada do camponês; a desapropriação de terras para reforma agrária sem indenização ao proprietário; a extinção da meação, do foro, da terça, do vale-barracão e de todas as demais formas de prestação de serviços gratuitos; o fim do pagamento

⁶¹ Maneira como vamos nos referir às Ligas Camponesas fundadas pelo PCB.

⁶² A Liga de Iputinga (PE) manteve-se atuante até 1950, quando Cordeiro de Farias assumiu o governo de Pernambuco e cassou a referida liga (SILVA, L., 1994).

in natura (com participação no produto e/ou o direito de utilizar as terras do proprietário); a anulação de todas as dívidas dos camponeses; e a garantia à produção (MEDEIROS, 1983).

Em 1952, o PCB passou a se preocupar com a sindicalização dos trabalhadores rurais, tendo como referencial a ideia de que somente os assalariados agrícolas deveriam se filiar aos sindicatos, pois enxergavam no mesmo uma única função: alcançar melhores condições de trabalho e salários (MEDEIROS, 1995; DEZEMONE e GRYNSZPAN, 2007). A luta por meio dos sindicatos era difícil, haja vista a necessidade de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho, que raramente concedia⁶³. Outros fatores também contribuía para o baixo número de sindicatos rurais. O próprio PCB afirmava ser difícil organizar esses trabalhadores em razão da dispersão, da negação de direitos, da intensa repressão, das migrações e da falta de tradição organizativa. Ademais, em concordância com a radicalidade presente nas teorias do partido e preocupados em instaurar o mais rápido possível a revolução, os pecebistas ao articularem um sindicato, sequer preocupavam-se em obter seu registro, prontamente queriam utilizá-los para lograr lutas armadas (MEDEIROS, 1995).

O referido apoio à resistência armada ganhou contornos mais claros durante a República Socialista de Trombas e Formoso, a guerrilha de Porecatu e a Revolta Camponesa de 1957. Na década de 1950, camponeses emigrados do Maranhão instalaram-se, como posseiros, na região de Trombas e Formoso, uma região marcada por conflitos potenciais, grilagens e especulação imobiliária. Grileiros, no intuito de viabilizar possíveis expulsões, tentaram convencê-los a assinar contratos de arrendamento, mas os camponeses se recusaram, dando início a violência por parte dos grileiros. Esse conflito teve repercussão nacional e alguns militantes do PCB foram até a região auxiliar os camponeses na sua resistência armada e política, que resultou na formação de um governo popular autônomo. Em 1957, o governo enviou forte contingente para confrontar os camponeses. Frente a essa situação, membros do PCB propuseram apoiar as pretensões políticas do então governador Pedro Ludovico e de seu filho Mauro Borges, em troca da retirada das tropas. Tal proposta foi aceita, e, assim, Trombas e Formoso permaneceram como território livre até 1964 (MARTINS, 1983; 1994).

Na mesma época em que começou os problemas em Formoso, 1.500 famílias de posseiros, que ocupavam terras devolutas em Jaguapitã (PR), foram ameaçadas de despejo pelo governo do estado, que havia cedido essas terras aos grandes proprietários. No intuito de

⁶³ Até o final da década de 1950, apenas cinco sindicatos rurais haviam recebido autorização para funcionamento (DEZEMONE e GRYNSZPAN, 2007). O primeiro sindicato rural foi criado em 1933, o dos trabalhadores do município de Campos (RJ).

se proteger dos despejos violentos, os camponeses se articularam em grupos armados que resistiam ou atacavam fazendas. A região de Porecatu, localizada próxima a Jaguapitã, atravessava os mesmos problemas. Em meio a essa situação, membros do PCB forneceram subsídios aos camponeses da região para a articulação de uma guerrilha, que ficou conhecida como guerrilha de Porecatu. As lutas tiveram como resultado a desapropriação dessas terras por interesse social (MARTINS, 1983).

A revolta camponesa de 1957 ocorreu nas regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, no Paraná. Essas regiões faziam parte de uma área litigiosa entre o governo federal e o governo estadual⁶⁴. Companhias imobiliárias venderam essas terras a colonos gaúchos e catarinenses, que foram retirados de suas propriedades a mando do governador. Após a expulsão, o governador negociava e titulava essas terras a amigos e parentes. Frente a esse quadro e orientados por militantes do PCB, os colonos lesados pegaram em armas no intuito de garantir um direito assegurado por lei e pela ordem e resistir ao ataques de jagunços. Os camponeses formaram Assembleias Gerais, Juntas Governativas foram eleitas e estações de rádio tomadas (MARTINS, 1983; 1994).

O projeto de ampliação das organizações camponesas, por sua vez, materializou-se durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1954), quando se decidiu pela criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. A ULTAB foi criada para coordenar as associações de trabalhadores rurais já existentes, tanto as de assalariados agrícolas como as de camponeses, em torno de campanhas pela reforma agrária, pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo e pelo congelamento de preços (MEDEIROS, 1983).

O caráter sectário e radical das propostas do PCB durou pouco. Após o XX congresso do PCUS⁶⁵, em 1956, o PCB reconsiderou a relação hierarquizada que tinha com o mesmo, vislumbrando a necessidade de traçar uma estratégia mais adequada às necessidades autóctones (SILVA, O., 1993; SOARES, 2010; BADARÓ, 2012; SALES, 2005). As proposições que surgiram dessa reavaliação pouco se aproximavam das ideias que vimos até o momento. O PCB, por meio da “Declaração de Março” (1958), renunciou o caráter insurrecional da revolução em nome da luta democrática pelas vias institucionais. Essa mudança baseava-se na observação do crescimento do número de parlamentares dedicados à

⁶⁴ Em 1891 as terras devolutas foram transferidas aos estados, porém, as terras em áreas fronteiriças continuaram pertencendo à União (MARTINS, 1983).

⁶⁵ Nesse congresso, o secretário geral do PCUS, Nikita Khrutchev, denunciou os crimes praticados por Stálin.

promoção de projetos nacionalistas e democráticos, o que, na opinião do partido, possibilitaria a superação pacífica da dominação imperialista norte-americana (DEZEMONE e GRZYNSZPAN, 2007; MEDEIROS, 1995). Tendo como base essa interpretação, o PCB reorientou suas propostas para o campo brasileiro. O programa agrário radical baseado na reforma agrária com redistribuição de terras foi substituído por lutas parciais contra a grilagem, o despejo, as altas taxas de arrendamento e a ausência de uma legislação trabalhista rural. Como destacou Medeiros, os pecebistas acreditavam que um projeto mais moderado seria capaz de articular uma frente única nacionalista composta por proletariados, camponeses, burguesia e latifundiários contrários ao imperialismo (DEZEMONE e GRZYNSZPAN, 2007; SALES, 2005; MEDEIROS, 1983 e 1995; SILVA, O., 1993; SOARES, 2010).

Em meio a esse processo de reorganização teórica, o papel do sindicato também sofreu alteração. O sindicato deixou de ser interpretado como espaço único e exclusivo de resolução das questões trabalhistas dos assalariados agrícolas. O PCB passou a privilegiar a ação política dos sindicatos, que assumiram posição estratégica na luta nacionalista contra o latifúndio e o imperialismo norte-americano. Nesse processo, a bandeira da reforma agrária assumiu a função de agitação e aglutinação dos diferentes setores do campesinato. Tendo como referência essa nova forma de pensar o sindicato, o PCB investiu em processos de sindicalização da população rural no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, regiões caracterizadas por intensos conflitos pelo acesso à terra, e de forma mais pontual em Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão. Essas ações resultaram na formação de quase cinquenta sindicatos, porém, nenhum reconhecido pelo Ministério do Trabalho (COSTA, 1994). Em 1963, essa situação mudou, o número de sindicatos reconhecidos aumentou significativamente, resultado da nomeação de Almino Afonso, aliado do PCB, para o cargo de ministro do trabalho. Como Ricci (1999) destacou, na própria Comissão Nacional de Sindicalização, criada pelo governo federal em 1963, o PCB teve influência.

2.1.2. O campo semifeudal

Muito se disse até agora sobre o caráter semifeudal do campo brasileiro, mas quais eram os argumentos utilizados pelos pecebistas para legitimar a ideia de que o campo

brasileiro, nas décadas de 1950/60, era “semifeudal”? Para responder essa questão, analisamos os escritos de Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas⁶⁶.

Alberto Passos Guimarães, para defender a tese de que o campo brasileiro, das décadas de 1950/60, era “semifeudal”, recorreu ao início do período colonial, pois os que defendiam o Brasil como capitalista eram partidários da ideia de que o nosso país havia sido formado sob o capitalismo de Portugal. Para eles, Portugal no momento de sua expansão ultramarina estava no florescimento do capitalismo e, por isso, ao iniciar a sua presença nas colônias, transferiu suas estruturas capitalistas para as mesmas. Ou seja, para os defensores do “Brasil capitalista”, a exploração latifundiária havia sido desde sempre capitalista. Para Guimarães, caso Portugal fosse capitalista, dificilmente ele transferiria para a colônia seus elementos capitalistas, pois a metrópole, no intuito de garantir o seu desenvolvimento e a coação extraeconômica sobre a colônia, transferia seus elementos feudais para as colônias. Guimarães foi além e destacou que Portugal era tudo, menos capitalista. Em sua opinião, o fato de Portugal ter desenvolvido relações comerciais não significava que fosse capitalista, pois o caráter comercial da produção não era uma característica do capitalismo e, em sua opinião, a agricultura “feudal” ainda era a principal fonte de produção de bens materiais do país.

Para Guimarães, quando Portugal se lançou na aventura colonial, transferiu propositalmente para o Brasil o seu modo de produção feudal, de maneira a garantir o domínio extraeconômico da região. A forma encontrada para isso foi garantir o monopólio dos meios de produção fundamentais, pela via do monopólio da terra. Uma vez “assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos ‘homens de calidades’ da confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados” (GUIMARÃES, 1963, p. 43). Baseado nessa interpretação, Guimarães defendeu que o campo brasileiro da década de 1960 ainda era feudal. Alguns aspectos o fizeram apontar isso: o monopólio da terra, o fato da terra ter sido o meio de produção fundamental da agricultura⁶⁷, o poder extraeconômico que o monopólio fundiário concedia ao fazendeiro⁶⁸ e o fato de que o sistema agrário brasileiro estava voltado exclusivamente para o mercado externo.

⁶⁶ Foram eles: “Quatro séculos de latifúndio (1963)” e “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960)” de Alberto Passos Guimarães; e “Problemas agrário-camponeses do Brasil (1968)” de Moisés Vinhas.

⁶⁷ Ele fez essa afirmação baseado no Censo Agrícola de 1950.

⁶⁸ Esse poder foi apresentado como aquele que concedeu ao proprietário o direito de vida e morte e do estabelecimento das condições de trabalho, de remuneração e de arrendamento das pessoas (moradores, agregados, meeiros, colonos, assalariados e camaradas) e das coisas ao seu redor, como ocorreu com o “coronelismo”.

Moisés Vinhas, por sua vez, começou fazendo uma crítica a Caio Prado Jr. e àqueles que, a partir de uma comparação com o “feudalismo europeu”, defendiam que no Brasil as relações feudais não existiram. Para Vinhas, qualquer comparação com a Europa era equivocada, pois não havia existido só um tipo de feudalismo e o mesmo assumira características diversas de acordo com a região, a cultura e a época. Na opinião do autor, diversos aspectos demonstravam que as relações de trabalho no campo eram de tipo feudal, como: a retribuição do trabalho *in natura*; a renda absoluta da terra; a ausência da circulação de dinheiro; a falta de liberdade de locomoção; o direito de estabelecimento das condições de trabalho, de remuneração e de arrendamento das pessoas (moradores, agregados, meeiros, colonos, assalariados e camaradas) e das coisas ao seu redor; a submissão do parceiro e dos lavradores aos latifundiários; a exploração do trabalho gratuito; a produção voltada para o exterior.

Nem todos os pecebistas compartilhavam da ideia de que o campo brasileiro e, conseqüentemente, o Brasil eram semif feudais. Caio Prado Júnior foi o principal defensor da tese de que o campo brasileiro era capitalista. É com o objetivo de abordar a maneira pela qual esse autor, no artigo “As teses e a Revolução Brasileira”, publicado, no periódico *Novos Rumos*, na edição de 10 a 16 de junho de 1960, criticou a tese do Brasil semifeudal, que escrevemos esse tópico. Esse artigo foi escolhido por dois motivos: por ter sido escrito logo após o V Congresso do PCB, onde a tese do Brasil semifeudal foi reafirmada como ideia fundamental do partido⁶⁹, e por ser, dos sete artigos publicados com o mesmo título⁷⁰, aquele em que o autor deslegitimou as principais bases da ideia de que o Brasil, das décadas de 1950/60, era feudal ou semifeudal.

Para ele, a percepção do Brasil como semifeudal se mostrava uma “conceituação teórica da revolução brasileira muito aquém do que se deveria esperar e daquilo que o momento exige” (NOVOS RUMOS, 10 a 16 de junho de 1960, p. 3), pois se ressentia “de superficialidade e imprecisão na análise dos fatos econômicos, sociais e políticos: frequentemente essa análise se faz ambígua e incoerente e descamba mesmo não raro, para apreciações positivamente falsas” (Idem). Por exemplo, em sua opinião, o emprego da expressão “monopólio de terra” era vazio, por não precisar do que se tratava. Como vimos, a

⁶⁹ Na segunda metade da década de 1920, Caio Prado Júnior já criticava tal interpretação. Porém, por tratarmos dos debates ocorridos entre o final da década de 1950 e a década 60, analisamos os textos elaborados nesse momento e voltados, especificadamente, para tal debate.

⁷⁰ Entre 10 de junho e 22 de julho de 1960, Caio Prado Júnior publicou no periódico *Novos Rumos* sete artigos com o título: “As teses e a Revolução Brasileira”.

ideia de que o arrendamento da terra era onipresente foi utilizada para definir o Brasil e as relações entre os proprietários e a população rural como semifeudais. Prado Jr. criticou essa ideia. Segundo ele, o arrendamento era uma excepcionalidade, pois “num total de 2.064.642 estabelecimentos agropecuários do país, que ocupavam 232.211.108 hectares, apenas 186.949 estabelecimentos, cobrindo 12.946.538 hectares se encontravam em regime de arrendamento” (Idem). Além disso, ele destacou que o número de assalariados era três vezes maior do que o de parceiros.

A interpretação da relação entre os arrendatários e os proprietários como servil foi o terceiro aspecto discutido por Prado Júnior. Em sua opinião, a relação entre eles era como a existente entre os assalariados e os empregadores, porém com o arrendatário recebendo um pedaço de terra para plantar, em vez de salário. Além disso, o pagamento em dinheiro era o que ditava as relações entre os proprietários e os prestadores de serviço, somente em momentos de dificuldade financeira que a remuneração das prestações de serviço era *in natura*. Do desmembramento dessa crítica, ele defendeu que o trabalho gratuito, apontado como uma das principais características do campo semifeudal, era uma rara exceção, haja vista o valor total que os assalariados rurais receberam em 1950, cerca 7.440.476.000 cruzeiros.

2.2.O Terra Livre e os problemas do campo

A imprensa comunista brasileira surgiu em 1º de maio de 1925, com o periódico *Classe Operária*, que a partir de 1929 teve grande dificuldade em circular, em razão da perseguição policial aos gráficos e redatores (SODRÉ, 1999). Tendo como referência as ações do PCUS, o PCB considerava os periódicos uma importante forma de atuar na constituição dos modos de vida, das perspectivas, da consciência histórica⁷¹ e da organização coletiva da sociedade, ao articular, divulgar e disseminar projetos, ideias e valores (BADARÓ, 2012). Em 1946, a fim de alcançar esses objetivos, foi lançada a campanha “Imprensa Popular”. Essa campanha – baseada na homônima lançada na URSS e adotada como diretriz pelos partidos comunistas após a III Internacional – foi desenvolvida em torno de três eixos: educar, esclarecer e organizar. Para tanto, preocupavam-se em utilizar: a) linguagem acessível; b) recursos iconográficos; c) repórteres locais, que transmitiriam a “verdade” ao ouvir os

⁷¹“Consciência histórica” é um conceito heterogêneo utilizado por autores de diferentes lugares epistemológicos. A definição que mais se enquadra na ideia que Cruz e Peixoto (2007) tentaram passar ao utilizar o termo é a de Cerri (2001). Para Cerri, a consciência histórica é a capacidade do indivíduo de relacionar o presente (quem sou), o passado (de onde viemos) e o futuro (para onde iremos).

envolvidos, escolher os documentos, nomear e datar os acontecimentos, organizar fichários e fazer estatísticas (SOARES, 2010).

Nesse processo de reconhecimento da imprensa como importante forma de propagação das ideias do partido, alguns periódicos foram lançados: *Imprensa Popular* (1948-58), *Tribuna Popular* (1948-58), *Novos Rumos* (1959-64), *Voz Operária* (1949-59) e *Notícias de Hoje* (1949). Esses jornais tinham como características: a irregularidade, resultado da intensa perseguição ao PCB; a publicação de diretrizes do partido; a análise do comunismo no mundo; a divulgação das lutas operárias; e, em razão da apologia à aliança operário-camponesa, a publicação de notícias sobre o campo brasileiro (MEDEIROS, 1995; SOARES, 2010; SOUZA, 2005; BARBOSA, 2014; RANGEL, 2000).

Apesar de o campo brasileiro ter lugar cativo nesses periódicos, o PCB observou a necessidade de elaborar um material específico para os trabalhadores rurais e, assim, iniciou em 1946, a publicação de *O Guatambú*:

Seu nome, O Guatambú, fazia referência direta a uma árvore cuja madeira era utilizada para se fazer o cabo da enxada, instrumento de trabalho tão comum ao universo rural. Tendo como alvo os trabalhadores rurais do interior do estado de São Paulo, O Guatambú, ao mesmo tempo em que divulgava o partido, orientava os trabalhadores quanto a seus direitos e buscava construir uma identidade comum entre os trabalhadores rurais (BARBOSA, 2014; p. 14).

Em 1949, o PCB iniciou a produção do periódico *Nossa Terra*, que em 1954 passou a ser chamado de *Terra Livre*: a terra para os que nela trabalham, com tiragem de 30.000 exemplares ⁷². Em concordância com as diretrizes do comitê central, o jornal apresentava a grilagem como o principal problema do campo brasileiro, de maneira que “todas as edições de Terra Livre registram arbitrariedades, por parte de grileiros, ladrões de terra, contra centenas de famílias de posseiros” (TERRA LIVRE, “Permanecem sem punição os crimes dos ladrões de terra”, março de 1961, p.1). As notícias sobre a grilagem de terras possuíam a mesma estrutura argumentativa. Primeiramente, o periódico direcionava-se à opinião pública, tentando mobilizá-la a favor do camponês. Para tanto, ressaltava o tempo de moradia, o esforço despendido nesse período e o número de famílias ameaçadas: “Há aproximadamente 30 anos, essas 37 famílias de lavradores ocuparam aquela área de terras devolutas, medindo cerca de 4.000 hectares, e, à custa de sacrifícios e com o suor do rosto passaram a cultivá-la.” (TERRA LIVRE, “Mato Grosso: 37 famílias de posseiros expulsas da terra”, janeiro de 1961,

⁷² Outros autores apresentaram números diferentes de tiragem: Elide Rugai Bastos indicou 60 mil, Luiz Flávio Carvalho Costa, 15 mil, e Enilce Souza, 25 mil. Porém, todos indicaram que o jornal possuía inserção em diferentes regiões do país (SOUZA, 2005).

p.3); “foram expulsos das terras que desbravaram e à custa de suor e sacrifícios conseguiram lavrar durante anos” (TERRA LIVRE, “500 famílias de lavradores do Estado do Rio ameaçadas de despejo”, março de 1961, p. 1); “Estes posseiros tem moradia habitual na gleba há 12 anos, sempre viveram do árduo trabalho da lavoura” (TERRA LIVRE, “Na colônia São Francisco, Paraná: 300 alqueires de terra ocupados por posseiros sob ameaça de grilagem”, março de 1961, p.7); “700 famílias de lavradores lutam contra grileiros em Fortaleza” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p.5); “os grileiros intensificaram sua ação contra terras do Estado que se encontram trabalhadas por legítimos posseiros [...] cujas posses datam de mais de 50 anos e, em alguns casos, até de duzentos anos” (TERRA LIVRE, “Vitória dos posseiros de Juquiá: confirmada ilegalidade dos despejos”, janeiro de 1962, p.3); “o indivíduo Francisco de Campos, antigo empreiteiro de estrada, está tentando grilar cerca de 800 alqueires de terra, pertencentes a mais de 11 famílias instaladas no lugar há mais de 80 anos” (TERRA LIVRE, “Capela Velha: Grilagem criminosa recebe a benção da justiça”, janeiro de 1962, p.3).

Outro recurso utilizado para mobilizar a opinião pública era a nomeação dos juízes, policiais e grileiros envolvidos nos conflitos noticiados: “[...] no Estado do Espírito Santo. Os grileiros José e Manuel Rezende, com o apoio de um brigadeiro, de nome Annes.” (TERRA LIVRE, “Permanecem sem punição os crimes dos ladrões de terra”, março de 1961, p. 1); “Posteriormente, apareceu o sr. Euclides Lança dizendo ser o dono do Faxinal” (TERRA LIVRE, “Vitoriosos os posseiros do Faxinal (R.G. do Sul)”, janeiro de 1961, p.3); “Numa determinada data, um bando de trinta homens, a maioria soldados, comandados por um tal tenente Euclides, o brigadeiro e os irmãos Rezende, desfechou violento ataque contra as famílias de posseiros.” (TERRA LIVRE, “Permanecem sem punição os crimes dos ladrões de terra”, março de 1961, p.1); “Cerca de 40.000 alqueires goianos [...] estão sendo roubados, pelos grileiros dr. Juarez de tal, José, João e Javino Rodrigues” (TERRA LIVRE, “Grilagem de quarenta mil alqueires em Góias”, janeiro de 1961, p.3); “Os capangas são os srs. André, Jorge Morais e José Fernandes” (TERRA LIVRE, “Latifundiários compram a justiça para roubar e expulsar os colonos”, junho de 1962, p.6); “A violência se verificou sob a proteção da polícia, comandada por conhecido bandido, sargento Sá Barreto” (TERRA LIVRE, “Grilagem de quarenta mil alqueires em Goiás”, janeiro de 1961, p.3). Cabe aqui destacar que a identificação dos atores também pode estar relacionada à pretensa veracidade da imprensa popular. Como mencionamos anteriormente, o PCB compartilhava da ideia de que o objetivo dos seus periódicos era trazer a verdade, e essa só seria alcançada, entre outras coisas, por meio da nomeação dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos noticiados.

Na tentativa de trazer o camponês para mais perto do seu ideal revolucionário, o jornal enfatizava que os “tubarões”⁷³ não eram os únicos responsáveis pelos problemas que os camponeses enfrentavam, apresentando-os como peões de um jogo de xadrez. Se o camponês quisesse superar a exploração, seria necessário entender que a luta de verdade acontecia na esfera política (SOUZA, 2005). Para tanto, o jornal adotou quatro pontos como linha argumentativa. O primeiro ponto consistia em apresentar esquemas de grilagem comandados por políticos. Na notícia “Enquanto os trabalhadores agrícolas passam fome, milionários ficam mais ricos fazendo contrabando de café” (TERRA LIVRE, março de 1961, p.3), o jornal denunciou “uma organização de contrabandistas espalhados por todo o País” comandada por políticos de vários partidos, “inclusive o ex-governador do Pará, o atual vice-governador da Baía, deputados e dezenas de pessoas de altas posições”. Outro caso de esquema de grilagem foi exposto na notícia “Juiz de Direito comanda grilagem em Porangatu” (TERRA LIVRE, setembro de 1961, p.1), que destacou a atuação do juiz de Direito, dr. Silos Rodrigues, à frente de um “bando formado por autoridades, como Moacir Ribeiro Freitas, prefeito; Adelino Américo Azevedo, presidente do PSD local e juiz municipal; João Inácio, titular do 2º ofício daquela cidade”. Na página 7 da edição de junho de 1961, o jornal criticou o projeto do vereador de Populina, Luciano Junqueira. Segundo o periódico, esse grande proprietário de terras da região pretendia desapropriar os pequenos sitiantes que viviam nos arredores da cidade, utilizando como justificativa o estímulo ao crescimento urbano. O jornal argumentava que essa medida só foi evitada graças à articulação do também vereador, porém lavrador, Alfredo Mesquita, que revelou a real intenção de Junqueira: “engordar bois para os frigoríficos estrangeiros” (TERRA LIVRE, “Vereador de Populina perdeu o golpe contra os sitiantes”, junho de 1961, p.7).

Quando não eram apresentados como grileiros, alguns políticos eram expostos como protetores dos grileiros, ao exemplo das notícias “Mato Grosso: Grileiro assalta com armas do Exército” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p. 6), em que o jornal denuncia o ataque de jagunços que “traziam numerosas armas de fogo, como metralhadoras da Polícia Militar do Paraná e mosquetões do Exército, destacando a liderança dos “cunhados do prefeito de Querência do Norte, município do Paraná.” Ainda nessa notícia, o jornal criticou a passividade de Jânio Quadros, que deveria utilizar o exército nacional para investigar esses desvios, ao invés de ordenar, como fez em Sapé, a prisão de camponeses; e “Grileiros continuam a roubar terras de honestos posseiros” (TERRA LIVRE, maio de 1961, p.3), onde

⁷³ Maneira como o periódico se referia aos grileiros.

denuncia a “proteção que os políticos, principalmente do PSD dão aos grileiros”. Segundo o jornal, essas notícias demonstravam “que os poderes constituídos não têm nenhum interesse em fazer qualquer coisa em benefício de uma classe que vem sendo espezinhada, explorada e desprezada” (TERRA LIVRE, “Governo de latifundiários protege carrascos de camponeses”, julho de 1961, p.1). Além disso, que a carestia, a fome e a pobreza resultam das práticas expropriantes desses membros do Estado, que ganham “ilegalmente milhões e milhões” enquanto “o povo brasileiro não pode comer carne” (TERRA LIVRE, “Enquanto os trabalhadores agrícolas passam fome, milionários ficam mais ricos fazendo contrabando de café”, março de 1961, p.3).

O segundo ponto era associar a carestia e a fome às ações do governo federal. A fome e a carestia eram os eixos das principais argumentações do jornal, até mesmo a caricaturização do latifundiário e do camponês estava associada à elas. O fazendeiro era caracterizado como um homem gordo e ereto, em oposição ao camponês que aparece como raquítico e com a postura encurvada.

Figura 3: Carestia (TERRA LIVRE, “Lei garante melhores salários para os trabalhadores da roça”, janeiro de 1961, p.8)



A carestia dos alimentos era relacionada à negligência dos governantes brasileiros, que realizavam investimentos desnecessários, como a compra de um “porta-aviões sem utilidade” (TERRA LIVRE, “Enquanto o povo passa fome: governo gasta bilhões em porta-aviões sem utilidade”, maio de 1961, p. 7), ou então instituíam cobrança demasiada de impostos sobre a produção do trabalhador rural, não regulavam os contratos de arrendamento e parceria e isentavam os “maquinistas” (TERRA LIVRE, “600 cruzeiros para o algodão e o amendoim”,

fevereiro de 1961, p.1). Esses elementos eram interpretados como combustíveis à atuação de intermediários, que “se apoderam do suor dos camponeses, a preço de ocasião, para vender ao consumidor da cidade a preços elevadíssimos” (TERRA LIVRE, “Juiz de Direito comanda grilagem em Porangatu”, setembro de 1961, p. 1), enquanto o “lavrador continua sendo explorado miseravelmente na ocasião da venda dos seus produtos” (TERRA LIVRE, “Preço mínimo de 600 cruzeiros para o algodão e o amendoim”, fevereiro de 1961, p. 6). Dessa forma, podemos apontar que o intermediário era interpretado como aproveitador da carestia, causada pela ação governamental (TERRA LIVRE, “Presente de Jânio ao povo: fome e carestia”, maio de 1961, p. 6).

Além disso, em alguns momentos o jornal expunha a carestia como resultado da subordinação do governo federal “aos interesses dos grandes capitalistas norte-americanos e brasileiros” (TERRA LIVRE, “Presente de Jânio ao povo: fome e carestia”, maio de 1961, p. 6). A carta do leitor Paulo da Silva (Parnaíba – PI) exemplifica as críticas veiculadas pelo periódico à essa relação. Na carta, Silva responsabilizou o capital imperialista pelos baixos salários, o alto custo de vida, a ausência de empregos e a tentativa de acabar com a produção industrial interna, lançando mão de refinada estrutura argumentativa ao utilizar a interrogação para reforçar a afirmação: “Por que falta transporte aqui e não falta para os norte-americanos que tiram proveito das nossas riquezas?”; “Por que o custo de vida subiu 80 por cento no Brasil e baixou 50 por cento na América do Norte?”; “Por que os técnicos americanos da Petrobrás só procuram petróleo onde não tem?”; “Por que não exportamos os nossos produtos já beneficiados e industrializados no Brasil, para que não falte trabalho e comida para os nossos?” (TERRA LIVRE, “Cartas da roça: o povo começa a entender Jânio”, junho de 1961, p. 6).

O terceiro ponto da estratégia discursiva consistia em apresentar as instituições que aparelhavam as ações dos grileiros: a justiça, a polícia e o exército. A figura do juiz de direito, ou “jagunço de gravata” (TERRA LIVRE, “Capela Velha: grilagem criminosa recebe a benção da justiça”, janeiro de 1962, p.3), omissa e conivente as ações dos grileiros era recorrente: “trata-se, assim, de mais um criminoso e descarado roubo contra os camponeses sob a proteção da justiça” (TERRA LIVRE, “Mato Grosso: 37 famílias de posseiros expulsas da terra”, janeiro de 1961, p.3); “O Juiz de Direito anterior e a polícia de tudo sabiam mas não tomavam qualquer providência” (TERRA LIVRE, “Na colônia São Francisco, Paraná: 300 alqueires de terra ocupados por posseiros sob ameaça de grilagem”, março de 1961, p.7); “Me

queixei ao juiz de Direito e ele não tomou nenhuma providência, porque ele é do lado dos bandidos” (TERRA LIVRE, “Em Astorga: jagunço ganhou uma vaca para matar o colono”, março de 1961, p.6); “tripudiando sobre os direitos dessas dezenas de famílias, o juiz de Direito João Gonçalo deu ganho de causa aos grileiros” (TERRA LIVRE, “Mato Grosso: 37 famílias de posseiros expulsas da terra”, janeiro de 1961, p.3); “Grilagem criminosa recebe a benção da Justiça” (TERRA LIVRE, janeiro de 1962, p.3); “Latifundiários compram a justiça para roubar e expulsar os colonos” (TERRA LIVRE, junho de 1962, p.6); “Juiz grileiro ordena crimes contra posseiros em Minas” (TERRA LIVRE, julho de 1962, p.5); “Perseguição policial e espancamento do povo no Paraná: Ordem do Juiz” (TERRA LIVRE, agosto de 1962, p.7); “Famílias inteiras jogadas ao desamparo por latifundiários e juizes criminosos” (TERRA LIVRE, setembro de 1962, p.7); “ Juiz do latifúndio expulsa camponeses da terra” (TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, p.5).

A polícia e o exército, por sua vez, eram caracterizados como braço armado dos grileiros: “Os jagunços em toda esta região [...] armam-se até com metralhadoras, com porte de arma fornecido pela polícia, para proceder os despejos dos colonos” (TERRA LIVRE, “Sudoeste do Paraná: terra de grilagem e do trabuco”, janeiro de 1961, p.3); “Numa determinada data, um bando de trinta homens, a maioria soldados, comandados por um tal tenente Euclides, o brigadeiro e os irmãos Rezende, desfechou violento ataque contra as famílias de posseiros”(TERRA LIVRE, “Permanecem sem punição os crimes dos ladrões de terra”, março de 1961, p.1); “Mato Grosso: Grileiro assalta com armas do Exército” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p.6); “[...] o conhecido latifundiário Neném da Peleca estava pronto para repetir o despejo que fizera no ano passado contra os posseiros [...] com a ajuda da polícia e de seus jagunços sem farda”(TERRA LIVRE, “Três Marias: ‘Multirão festivo’ liquidou com o terrorismo do latifundiário”, fevereiro de 1962, p.5); “Exército utilizado contra posseiros” (TERRA LIVRE, janeiro de 1963, p.7).

O quarto ponto consistia na apresentação do panorama nacional da situação camponesa. O jornal tentava inserir os trabalhadores em uma “rede mais ampla, que mostrava situações semelhantes à sua e, através desse espelhamento, indicava sua crueza, generalidade e possibilidades de alteração” (MEDEIROS, 1995, p.77). Era comum encontrarmos notícias de diferentes regiões do país, Mato Grosso (TERRA LIVRE, “Lago da morte em Mato Grosso: denúncia estarrecedora da matança de camponeses”, setembro de 1962, p.3), Rio de Janeiro (TERRA LIVRE, “Lavradores e trabalhadores agrícolas fluminenses condenam o

latifúndio e exigem reforma agrária com urgência”, setembro de 1961, p.2), São Paulo (TERRA LIVRE, “Em Catanduva: greve vitoriosa dos trabalhadores da fazenda S. José da Borboleta”, maio de 1961, p.3), Espírito Santo (TERRA LIVRE, “Permanecem sem punição os crimes dos ladrões de terra”, março de 1961, p.1), Minas Gerais⁷⁴ (TERRA LIVRE, “Em Minas Gerais: reuniu-se com êxito a comissão executiva da Federação dos Trabalhadores Agrícolas”, março de 1961, p. 2), Ceará⁷⁵ (TERRA LIVRE, “Massa camponesa desperta para a luta organizada”, fevereiro de 1963, p.2), Acre (TERRA LIVRE, “Programa de reivindicações dos lavradores de Taiano, no território do Rio Branco”, março de 1961, p. 2), Rio Grande do Sul (TERRA LIVRE, “Santo Angelo: agricultores gaúchos exigem desapropriação dos latifúndios improdutivos”, agosto de 1962, p.8), Paraná (TERRA LIVRE, “Desesperados com o movimento camponês queimaram a casa de Bernardino Etelvino”, janeiro de 1963, p.5), Bahia (TERRA LIVRE, “Grileiros de Juraci Magalhães degolam posseiros na Bahia”, dezembro de 1962, p.6), Goiás⁷⁶ (TERRA LIVRE, “Mauro Gomes: campeão de assassinato de posseiros em Goiás”, abril de 1963, p.7), Piauí (TERRA LIVRE, “Agentes subversivos do latifúndio incendiam associação camponesa”, janeiro de 1964, p.7), Maranhão (TERRA LIVRE, “Cartas da Roça: um carrasco em Coroatá”, setembro de 1962, p.5), Alagoas (TERRA LIVRE, “50 mil para liquidar a ULTAP”, janeiro de 1963, p.5), Rio Grande do Norte (TERRA LIVRE, “Cresce o movimento camponês no Rio Grande do Norte”, novembro de 1962, p.6) e Santa Catarina (TERRA LIVRE, “Professora protestante denuncia crimes em Santa Catarina”, setembro de 1962, p.2). Cabe aqui ressaltar que, entre 1961 e 1964, cerca de trinta por cento do conteúdo das edições do periódico tinha como tema o estado de São Paulo⁷⁷. Além de ter espaço privilegiado na cobertura do periódico, possivelmente, esse era o estado que possuía mais agentes de distribuição do periódico, como o próprio *Terra Livre* destacou em 1960 (Terra livre, “Grande plano de difusão de ‘Terra Livre’, abril de 1960, p.7). Ao anunciar seu plano de difusão para alcançar à tiragem de 35 mil exemplares e 15 mil assinaturas, o periódico destacou os corretores de assinaturas que já estavam comprometidos com o projeto, apresentando dois nomes para os estados do Paraná, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, e dezoito nomes para o estado de São Paulo.

Apesar de considerar a justiça instrumento de ação dos latifundiários, o *Terra Livre* incentivava a sua utilização como meio de assegurar e conquistar direitos. A coluna *Conheça*

⁷⁴ Na sua última edição, março de 1964, o jornal anunciava o início da publicação de um suplemento especial sobre o movimento camponês no estado de Minas Gerais.

⁷⁵ Em março de 1963 foi criada a “Coluna do Ceará”, posteriormente intitulada de “Notícias do Ceará” (SOUZA, 2005).

⁷⁶ Em dezembro de 1963 foi publicado um suplemento voltado à análise da questão agrária do estado de Goiás.

⁷⁷ O anexo I possui gráficos comparativos sobre a porcentagem de conteúdo destinada a cada um dos estados brasileiros.

os seus direitos exemplifica a importância concedida à justiça. Como destacou Medeiros (1995), desde 1956 essa coluna passou a ter bastante regularidade, e no período que aqui nos interessa, ela era assinada por Lyndolpho Silva, presidente da ULTAB, e, a partir de janeiro de 1963, pelo procurador da SUPRA Dr. Cícero Viana⁷⁸. No decorrer das edições da primeira metade da década de 1960, os artigos de Lyndolpho Silva e Cícero Viana versavam sobre a importância da Lei do Inquilinato e da regularização dos contratos de arrendamento para o desenvolvimento da luta pela posse da terra (TERRA LIVRE, “Contratos de Arrendamento”, maio de 1961, p.2; “Prorrogados até 1962 os contratos de arrendamento”, julho de 1961, p.2), o direito dos trabalhadores rurais de receberem salário mínimo (TERRA LIVRE, “O Novo salário mínimo e a situação dos trabalhadores”, janeiro de 1961, p.7; “O fantasma da miséria”, fevereiro de 1961, p.6), o direito à sindicalização (TERRA LIVRE, “Querem dar um golpe contra sindicalização rural”, fevereiro de 1962, p.2; “A portaria 209-A e a unidade dos trabalhadores”, novembro de 1962, p.2; “Sem sindicatos a lei será letra morta”, julho de 1963, p.2; “Sem sindicatos a lei será letra morta”, novembro de 1963, p. 2), a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais (TERRA LIVRE, “Vitoriosos os trabalhadores agrícolas no Supremo Tribunal Federal”, outubro de 1961, p.1), a regulação das parcerias agrícola (TERRA LIVRE, “Parceria agrícola”, junho de 1962, p.2) e pecuária (TERRA LIVRE, “Parceria pecuária”, julho de 1962, p.2), o “direito de associação para fins lícitos” (TERRA LIVRE, “Nossos direitos na constituição federal”, setembro de 1961, p.2), a aplicação do estatuto do trabalhador rural (TERRA LIVRE, “Começar a luta pela aplicação do estatuto”, outubro de 1963, p.2) e a previdência social para os trabalhadores rurais (TERRA LIVRE, “Previdência social para trabalhadores do campo”, junho de 1961, p.2; “Previdência social para os trabalhadores na lavoura da cana”, agosto de 1962, p.2). A existência dessa coluna encontra explicação no fato dos trabalhadores rurais adotarem a legalidade jurídica como princípio norteador de suas ações (SILVA, F., 2012; COSTA, 1994; WELCH, 2010; MEDEIROS, 1995). A justiça tinha tamanha importância aos camponeses e para a ULTAB, que, no início da década de 1960, a organização providenciou a instalação de um departamento jurídico para orientar os filiados que procuravam constantemente a organização e contratou um advogado para acompanhar os processos que tramitavam em instância superior (MEDEIROS, 1995).

⁷⁸ Antes de aparecer como colunista do periódico, Dr. Viana era destacado nas notícias sobre a perseguição ao camponês Jôfre Corrêa Neto, pois era seu advogado de defesa. Para uma análise do protagonismo político de Neto ver WELCH (2010b)

Como vimos, a publicação da “Declaração de Março” (1958) marcou o abandono da política sectária e radical em nome da luta pelas vias democráticas. De fato, o incentivo à luta democrática por meio das associações esteve presente no periódico, ao ponto de sempre noticiar a formação de novas associações e as suas conquistas. Porém, o *Terra livre* não era diretamente comandado pelo comitê central do partido (SOARES, 2010) e, por isso, algumas características que iam na contramão das diretrizes apresentadas nos documentos oficiais eram defendidas pelo periódico, como o incentivo à luta armada. A luta armada era apresentada como resistência de última necessidade aos ataques dos jagunços, que “provocam os tiroteios e dizem que são atacados pelos camponeses” (TERRA LIVRE, “Posseiros do Paraná continuam entrincheirados: cansados de esperar pela justiça agora só confiam na espingarda”, julho de 1961, p.8), e aos abusos dos próprios latifundiários. Apenas na edição de outubro de 1961 encontramos três notícias abordando a violência dos latifundiários: a primeira notícia, “Punição para os assassinos de lavradores” (p.1), abordou a descoberta de um cemitério na fazenda de Deolindo Pereira, no Córrego do Macuco, onde corpos de camponeses foram encontrados; a segunda, “Liquidado um perigoso latifundiário” (p.1), noticiou o assassinato de “mais um perigoso latifundiário” ou “massacrador de camponeses”, morto após agredir “um dos seus trabalhadores a chibatadas no rosto”; a terceira, “Grileiros cortam mãos de camponês no governo de Juraci Magalhães” (p.4), retratou “mais um crime tenebroso praticado pelos grileiros no Estado da Bahia, contra um indefeso camponês”, crime “muito comum num regime como o nosso, em que os latifundiários são donos dos homens, como os antigos senhores de escravos”.

Além de justificar a utilização da luta armada, o *Terra Livre* procurava fazer apologia da mesma. Para tanto, classificava os camponeses envolvidos em movimentos de resistência armada como “bravos” e “homens de verdade”, os entrevistava, como fez com Juvêncio Batista dos Santos, um dos posseiros que tomaram a cidade de Pato Branco em outubro de 1957 (TERRA LIVRE, “Combatente de Pato Branco acredita na vitória dos camponeses do Oeste”, agosto de 1961, p. 4) e expunha as suas conquistas, como na notícia “Lutam organizados os posseiros de Goiás” (TERRA LIVRE, outubro de 1961, p.1). Segundo a notícia, os camponeses de Goiás empreenderam lutas “não só no terreno jurídico como no terreno armado” e, assim, conquistaram a entrega “dos títulos legais das terras distribuídas aos posseiros pelas associações de Formoso, numa área de cerca de 10 mil quilômetros quadrados” (Idem). Como destacou Medeiros (1995), acompanhando essa notícia,

encontramos a imagem de um camponês armado, em posição semelhante à de um soldado, com a seguinte legenda:

Esta atitude dos posseiros de Goiás, é a mesma dos posseiros do sudoeste do Paraná, Estado do Rio, Mato Grosso, Paraíba e Pernambuco. O programa pacífico de lutas pela conquista da terra, através das associações e ligas camponesas, não exclui a luta armada para garantir a própria vida contra os latifundiários, grileiros e jagunços, muitos até juízes, deputados e senadores (TERRA LIVRE, Outubro de 1961, p.1).

Outras imagens de camponeses armados foram utilizadas pelo periódico. Por exemplo, ao lado da notícia “Posseiros de Cabreiro não arredarão os pés da terra”, que retratou a luta dos camponeses de Cabreiro, Aracati (CE), publicou-se a foto desses mesmos camponeses, que resistiam em deixar a terra para os grileiros, armados com revólveres e espingardas.

Figura 4: Camponeses armados (TERRA LIVRE, "Posseiros de Cabreiro não arredarão os pés da terra", outubro de 1961, p.5)



A principal tentativa de legitimar a resistência armada ocorreu na edição de abril de 1963, com a publicação do artigo “Resistir armado é um ato legal”. Nesse artigo, Dr. Cícero Viana discorre sobre os direitos do arrendatário de resistir armado à invasão da sua propriedade, garantindo o seu caráter legal, previsto no artigo 502 do Código Civil que diz

poder o possuidor da coisa defender-se de qualquer um que lhe perturbe a posse, mesmo que for o dono do sítio. E pode defender-se inclusive usando de força, desde que a resistência seja oposta na hora da turbação; isto quer dizer que se o dono da terra tentar soltar gado na roça do parceiro, este pode impedir tal ato até pela força armada que estará praticando um ato legal. O mesmo se diga se o parceiro chegar a ser expulso da terra; poderá usar da força para voltar, desde que o faça logo (TERRA LIVRE, abril de 1963, p.2).

Essas notícias também tinham como objetivo demonstrar que a luta organizada – em associações, sindicatos ou ligas – era o caminho para a garantia de posse das terras, pois a “UNIÃO é como o feixe de varas: uma vara se quebra fácil porém, um feixe é mais difícil”

(TERRA LIVRE, “Previdência social para os trabalhadores do campo”, junho de 1961, p. 2). Para estimular a luta organizada o jornal noticiava a formação de associações por todo o Brasil e as suas vitórias, em especial aquelas que utilizaram a greve como recurso⁷⁹: “Greve derrotou império Matarazo em ‘Santa Rosa de Viterbo’” (TERRA LIVRE, julho de 1962, p.1); “Greve camponesa vitoriosa mais uma vez” (TERRA LIVRE, agosto de 1962, p.8); “Derrotados usineiros de Jaú: movimento grevista vitorioso” (TERRA LIVRE, agosto de 1962, p.1); “Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores em greve derrotaram império de usineiros”(TERRA LIVRE, agosto de 1962, p.5); “Organizam-se camponeses de Iguatu contra a ação criminosa de Antônio Vieira” (TERRA LIVRE, maio de 1963, p.7); “Camponeses se unem para derrotar o latifúndio” (TERRA LIVRE, maio de 1963, p.6); “Camponeses do Paraná conquistam vitórias: eles já conhecem a força da ação conjunta e organizada” (TERRA LIVRE, julho de 1962, p.7); “Itanhaem: esmagadora vitória dos grevistas” (TERRA LIVRE, abril de 1963, p.1). O jornal aproveitava também para defender a união operário-camponesa, apresentando as conquistas dos camponeses que se uniram aos operários: “Reafirmada a união dos lavradores e operários pela Reforma Agrária” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p.1), “Operários Capixabas resolvem lutar pela Reforma Agrária” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p.2), “Unidos Operários e Camponeses mais duas Ligas na Paraíba” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p.8), “Para a frente, operários e camponeses” (TERRA LIVRE, setembro de 1961, p.4), “Derrota dos jagunços do latifúndio: operários reabrem associação camponesa fechada pela polícia de Carvalho Pinto” (TERRA LIVRE, setembro de 1962, p.1) e “Passeata operário-camponesa causou sensação em Teresina” (TERRA LIVRE, julho de 1963, p.2).

2.3. O Terra Livre e a Revisão Agrária Paulista

Em março de 1959, Carlos Alberto Carvalho Pinto tomou posse do governo do estado de São Paulo (SILVA, J., 1996). Economista e defensor de uma administração “racional” da máquina pública, Carvalho Pinto lançou o Plano de Ação, uma adaptação regional do Plano de Metas, que tinha como principal objetivo promover a modernização industrial e a urbanização do estado. Baseados nas recomendações de organismos internacionais – ONU, OEA e FAO –, Carvalho Pinto e seus técnicos acreditavam que essas mudanças ocorreriam após a reconfiguração da estrutura agrária do estado, uma vez que a estrutura agrária baseada na grande propriedade era interpretada como entrave ao desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, Carvalho Pinto e seus técnicos criaram o projeto-lei nº 154, popularmente

⁷⁹ Para análise da apresentação das greves pela imprensa comunista, ver Medeiros (1995, pp. 122-133).

conhecido como “Projeto de Revisão Agrária”, regulamentado pelo Decreto nº 33.328 de abril de 1961. Esse projeto previa a modernização e capitalização do campo a partir do estímulo à pequena propriedade, concessão de créditos, criação de cooperativas e educação técnica, medidas interpretadas como necessárias para a criação de uma “classe média rural” consumidora e a intensificação da produção de alimentos e matéria-prima às indústrias (SILVA, J., 1996; TOLENTINO, 2011).

Apesar de Carvalho pensar os problemas do campo pelo viés técnico – entendendo que a pobreza da população rural era resultado da ausência de modernização e capitalização da agricultura brasileira –, a Revisão Agrária tinha claros objetivos políticos. Primeiramente, evitar a expansão comunista, e isso os governistas não faziam questão de esconder, pelo contrário, utilizavam esse discurso para legitimar as ações e angariar apoio dos setores conservadores, como a Igreja. Tolentino destacou, inclusive, que no verso do boletim de divulgação da Revisão Agrária constava a ideia de que a revolução socialista no Brasil só seria suprimida com propostas que oferecessem a verdadeira democracia cristã. O segundo objetivo era acabar com o clientelismo e o poder de barganha que a grande propriedade oferecia aos latifundiários (TOLENTINO, 2011).

O objetivo político de Carvalho foi alcançado. O Partido Democrata Cristão (PDC), os círculos operários, D. Carlos Vasconcelos Motta, D. Hélder Câmara e outros movimentos da Igreja congratularam a iniciativa do governador (TOLENTINO, 2011). Esse apoio era visível no periódico *O Nordeste*. Em diversas edições, esse projeto foi apresentado como modelo ideal de “reforma agrária”, pois valorizava o rurícola (O NORDESTE, “A Reforma Agrária”, 3/1/1961, p.4) e tentava solucionar os problemas agrícolas e agrários por meio das instituições políticas formais. O periódico fazia votos que tal proposta se tornasse a “cobaia em que o Brasil deverá mirar-se” (O NORDESTE, “A Reforma Agrária”, 3/1/1961, p.4).

Na contramão do apoio católico, o PCB criticou a iniciativa de Carvalho Pinto (TOLENTINO, 2011). Dessa forma, a Revisão Agrária, que “alguns têm a petulância de chamar de ‘reforma agrária’” (TERRA LIVRE, “Revisão Agrária de Carvalho Pinto é contra os camponeses”, janeiro de 1961, p.2), era apresentada como uma tentativa desesperada dos políticos que queriam participar da ascensão política do trabalhador rural (TERRA LIVRE, “Reforma Agrária não é ‘revisão’”, setembro de 1961, p.2). Apesar da intenção, o projeto ia contra os interesses camponeses (TERRA LIVRE, “Revisão Agrária de Carvalho Pinto é contra os camponeses”, janeiro de 1961, p.2), pois não oferecia as condições necessárias para

a aquisição de terras e/ou incentivo à produção, pelo contrário, reafirmava a concentração fundiária ao facilitar a compra de terras por “gente endinheirada” (Idem). Segundo o jornal, em dois anos de projeto somente 187 famílias haviam conquistado sua propriedade, e dessas, apenas 28 eram de lavradores, o restante eram “possuidoras de muito dinheiro” (TERRA LIVRE, “Frutos da ‘revisão’ do Bonifácio”, agosto de 1962, p.1). Continua o periódico, se o projeto continuasse nesse ritmo, demoraria “3 ou 4 mil anos” para o último lote ser distribuído (Idem).

Durante suas críticas à Revisão Agrária, o jornal destacava o apoio da Igreja ao projeto. Esse destaque fazia parte da estrutura argumentativa do jornal para deslegitimar essa instituição que se configurou, a partir de 1961, como importante adversária nas disputas pela organização dos trabalhadores rurais em torno de sindicatos. Da mesma forma que *O Nordeste*⁸⁰, o *Terra Livre* utilizava falácias baseadas no argumento contra a pessoa para deslegitimar a atuação da Igreja, apresentando os desvios de comportamento de padres e bispos. Tal estruturação assumia características inusitadas, por exemplo, dentro de um jornal permeado por notícias sobre grilagem e convocações à luta pela reforma agrária, encontramos a notícia “Padre quer ficar com o carro de uma Rifa” (TERRA LIVRE, março de 1961, p.7). A notícia destacava que o pároco da Igreja de São Judas Tadeu – santo das causas desesperadas e perdidas – estava sendo “processado criminalmente” (p.7), pois, na entrega do carro rifado, declarou que “a rifa tinha o objetivo apenas de auxiliar a Igreja.” Cabe destacar que ao lado dessa “despretensiosa” notícia, presenciamos a publicação da poesia “Viva a Reforma Agrária” de Jeronimo de Moura Neto, que se encerra com a seguinte estrofe: “A Terra foi Deus quem fez/E não vendeu a ninguém/Procurem qualquer cartório/Escritura de Deus nenhum tem/Viva a Reforma Agrária/E os anjos digam amém!” (TERRA LIVRE, março de 1961, p.7).

Outra estratégia para deslegitimar a atuação da Igreja Católica era indicar a ligação entre latifundiários e seus membros, como fez na notícia “Baderna de Bispos não Impediu Congresso Camponês” (TERRA LIVRE, agosto de 1961, p.2). Essa notícia abordava a tentativa dos “príncipes da Igreja”, pagos pelos ricos fazendeiros, de desmobilizar o II Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, em Maringá. Segundo a notícia, bispos de Londrina, Campo Mourão, Maringá e Jacá aproveitaram o congresso para lançar a “Frente

⁸⁰ Como veremos no capítulo III.

Agrária”⁸¹, “uma manobra para enganar camponês em benefício dos latifundiários que não querem reforma agrária no Brasil”. Concomitantemente a essa ligação, o jornal atentava para a atuação dos membros da igreja – padres e bispos – como estimuladores da violência contra a população rural, ao se articularem com os jagunços (TERRA LIVRE, “Maringá: Bispos desrespeitaram o presidente Jânio Quadros”, agosto de 1961, p.4; “Inimigos da liberdade violam os direitos dos camponeses e perturbam a ordem pública”, agosto de 1961, p. 5; “Julião em Maringá: ‘Nós queremos Cristo e eles querem Judas, nós queremos paz e eles querem a guerra”, agosto de 1961, p. 8; “ ‘O feitiço virou contra o feiticeiro’: baderneiros de cabeça quebrada em Tupã”, novembro de 1962, p.2; “Falhou o plano do ‘Diabo’: 3 jagunços no hospital – padres e freiras expulsos”, abril de 1963, p.7; “Clima de insegurança e terror na comarca de Santa fé do Sul”, junho de 1963, p.2; “Padre Antenor não mete medo” janeiro de 1963, p.5; “No Paraná, 10 por cento da safra é ‘religiosamente’ para o padre”, maio de 1963, p.4). Nas notícias “‘Sindicatos fantasmas’ no campo: operários denunciam ao ministro” (TERRA LIVRE, março de 1963, p.1), “Sindicato Fantasma” (TERRA LIVRE, maio de 1963, p.2) e “Problemas do Povo não são dos governantes” (TERRA LIVRE, março de 1963, p.1) também foi possível perceber essa estratégia. O jornal tentava deslegitimar os “sindicatos fantasmas” criados pelos padres, apresentando-os como formas de “favorecer patrões e enganar, confundir e iludir de todas as maneiras os camponeses, e melhor explorar o seu trabalho” (Idem).

Sabendo da religiosidade dos trabalhadores rurais, os editores procuravam relativizar suas críticas à Igreja, demonstrando não estar contra a instituição, mas contra os “falsos representantes de cristo” (TERRA LIVRE, “‘O feitiço virou contra o feiticeiro’: baderneiros de cabeça quebrada em Tupã”, novembro de 1962, p.2) que fazem uso do “bom nome da Igreja Católica” para continuar estimulando a exploração do camponês. Essa estratégia argumentativa ficou clara na notícia “Padre católico rompe com a mentira: Igreja deve estar é com a revolução” (TERRA LIVRE, setembro de 1961, p.1e 4). O texto traz as declarações do Padre Francisco Lage Pessoa – pároco do bairro da Floresta, Belo Horizonte –, aquele que “decidiu romper com a onda de mentiras que está desacreditando a Igreja perante o povo” (TERRA LIVRE, setembro de 1961, p.4) e “desencravar a Igreja do equívoco capitalista”, pois acreditava que “a Igreja não deve estar afastada dos comunistas”. O mesmo padre foi parabenizado, na notícia “Se cristo voltasse à terra seria acusado de comunista”(outubro de

⁸¹ A preocupação com o a expansão do comunismo nas áreas rurais motivou a formação católica de Frentes Agrárias em Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul (RICCI, 1999).

1963, p.1 suplemento), por entender a necessidade da Igreja estar ao lado das reivindicações do campesinato⁸².

Os textos “Deus ou Diabo?” (TERRA LIVRE, janeiro de 1961, p.7) e “O Diabo encomendou um livro aos bispos de Jacarezinho e Campos” (TERRA LIVRE, fevereiro de 1961, p.3) também têm como base a diferenciação dos religiosos que atuam em pró dos camponeses e aqueles que atuam em pró dos latifundiários. Esses textos são críticas à obra “Reforma Agrária Questão de Consciência”, publicada pelos bispos Mayer e Sigaud, que se tornou referência do pensar cristão-conservador sobre a questão agrária. Antes de qualquer crítica, o jornal se preocupou em destacar que o livro não representava “o pensamento da Igreja, muito menos do clero pobre, dos sacerdotes misturados ao povo, aos trabalhadores e camponeses e preocupados com suas condições de vida” (TERRA LIVRE, fevereiro de 1961, p.3). Segundo o periódico, ao publicarem um livro cujo objetivo era criticar “a mais justa e mais sentida reivindicação do camponês: a Reforma Agrária” (TERRA LIVRE, janeiro de 1961, p.7), esses bispos “deixaram o lugar de ministro de Deus, comportando-se como advogado reacionário dos grandes fazendeiros” (TERRA LIVRE, janeiro de 1961, p.7), utilizando, indevidamente, seu cargo para “dizer ao pobre da roça que continue no cativo da exploração dos grandes senhores de terra – porque a terra na mão de uns poucos exploradores é, mesmo assim, coisa sagrada” (TERRA LIVRE, janeiro de 1961, p.7). Segundo o jornal, as ideias desses bispos não tinham audiência, pois “o livro enalhou nas prateleiras das livrarias, ninguém o compra”, somente os latifundiários, que tentam “distribuí-los gratuitamente. Mas nem assim vai...” (TERRA LIVRE, fevereiro de 1961, p.3)⁸³.

2.4. O Terra Livre e o contexto internacional

Não é preciso dizer que as notícias sobre os países socialistas tinham lugar cativo no periódico, em especial na coluna “De todo o mundo”. Apesar da intenção globalizante, o jornal oferecia atenção especial à URSS e Cuba. A partir de 1930 os jornais comunistas brasileiros apresentaram a URSS ao público leitor, representando-a como terra de fartura, alegria e plenitude, onde as terras eram coletivas e a agricultura mecanizada, o que aumentava a produtividade e diminuía o esforço do camponês (SOARES, 2010). Ao abordar a URSS em suas páginas, o *Terra Livre* destacava seus avanços na “corrida espacial” e na “corrida armamentista” (classificando suas ações como defensivas), sua capacidade produtiva, a

⁸² Francisco Lage foi importante articulador da Ação Popular, organização progressista católica que analisamos no terceiro capítulo.

⁸³ Em menos de seis meses, esse livro já estava na 3ª edição, com 12.000 cópias distribuídas ou vendidas (BETT, 2015).

valorização do camponês e sua qualificada educação, capaz de transformar um camponês em astronauta⁸⁴.

Cuba, por sua vez, recebeu atenção da imprensa comunista a partir de 1959, quando uma revolução social retirou o ditador Fulgêncio Batista do poder. O PCB apoiou de imediato a revolução cubana, pois classificava-a como antiimperialista. Nesse momento, o imperialismo era considerado o maior adversário da revolução democrático-burguesa brasileira, além disso, para alguns teóricos pecebistas, a revolução cubana exemplificava a tese etapista, uma vez que, havia implementado, antes do socialismo, uma revolução nacionalista anti-latifundiária, baseada na união entre a classe operária, as massas camponesas e a burguesia nacional (SALES, 2005). Apesar do apoio, a revolução cubana foi tema de intensos debates no interior do partido, visto que algumas características desse fenômeno eram interpretadas como contrárias às propostas do comitê central pecebista. O comitê central do partido procurava rechaçar essas proposições, preocupado não somente em manter a unidade partidária, mas também em deslegitimar as instrumentalizações realizadas por adversários políticos, como Francisco Julião, que utilizava a revolução cubana para legitimar o vanguardismo camponês, a revolução armada e a superação da tese etapista. Como será possível observar no próximo tópico, o *Terra Livre* compartilhou dessa posição do comitê central, ao publicar críticas às interpretações de Francisco Julião (SALES, 2005).

Nas páginas do *Terra Livre*, a apologia às ações cubanas era constante, em especial ao processo de reforma agrária implementado pelo governo revolucionário⁸⁵. Essas notícias demonstravam a união dos camponeses como essencial à vitória e enfatizavam a qualidade de vida dos trabalhadores agrícolas cubanos, destacando sua felicidade, sua “casinha moderna e limpa” (TERRA LIVRE, “Agora a vida é bem melhor em Cuba, junho de 1961, p.5), seu salário de 110 pesos, “isto é, mais de 20 mil cruzeiros mensais” (TERRA LIVRE, “Operário trouxe de cuba uma abraço amigo aos camponeses”, fevereiro de 1961, p.8), seu acesso às máquinas e créditos (Idem), seu direito ao trabalho, sua participação na construção do governo e seu acesso à “escolas por toda a parte”, onde “filho de operário, ou filho de camponês, ou filho de qualquer família humilde, tens uma professora e uma escola para te educares” (TERRA LIVRE, “26 de julho: glória à revolução cubana”, julho de 1961, p.1). Além disso, as notícias sobre a revolução que “deu pão, terra, casa e liberdade” (TERRA

⁸⁴ Na maioria das vezes que o jornal se referia a Yuri Gagarin, destacava sua origem camponesa.

⁸⁵ Segundo Luís Bernardo Pericás (2004), a 1ª lei de Reforma Agrária (1959) proibiu o latifúndio, dividiu o país em Zonas de Desenvolvimento Agrário e criou o Instituto Nacional da Reforma Agrária, responsável por expropriar propriedades, transferir títulos de terras e iniciar o processo de redistribuição de renda e terras no país.

LIVRE, “Operário trouxe de cuba uma abraço amigo aos camponeses”, fevereiro de 1961, p.8) perpassavam a questão religiosa. Preocupado com os constantes ataques dos setores conservadores, que afirmavam inexistir liberdade religiosa em Cuba e nos demais países socialistas, o jornal apresentava que a liberdade religiosa estava assegurada⁸⁶. O interessante é que o jornal não negava as perseguições aos membros do clero cubano, mas justificava-as. Segundo a defesa, os membros da Igreja assassinados eram articuladores da oposição, que, apesar de padres, “matam ou pagam para matar camponeses, operários, estudantes e mulheres indefesas” (TERRA LIVRE, “Existe em Cuba liberdade de religião?”, fevereiro de 1962, p.5), interessados em devolver o poder aos latifundiários, grileiros e companhias estrangeiras⁸⁷.

Enquanto *O Nordeste* considerava o comunismo a representação da escravidão, o *Terra Livre* classificava os regimes capitalistas da mesma maneira, como uma ditadura que escravizava os trabalhadores rurais (TERRA LIVRE, “Governo latifundiário protege carrascos de camponeses”, julho de 1961, p.1; “Lavrador em desespero fez justiça com punhal, julho de 1961, p. 8; “Grileiros cortam as mãos de camponês no governo de Juraci Magalhães”, outubro de 1961, p. 4; “Homens públicos são diferentes nos países já libertados”, novembro de 1961, p.5; “Mato Grosso em pleno regime de escravidão”, abril de 1963, p.4). Essa caracterização perpassava seus textos, que recorriam à alusão de práticas opressoras do regime escravocrata – por exemplo, “ficando o trabalhador que se rebelar, sujeito a castigo de 30 a 100 chicotadas (Idem) e “submetidos a um regime escravo de chicote” (TERRA LIVRE, “Governo latifundiário protege carrascos de camponeses”, julho de 1961, p.1) – e charges, como a ilustra a figura 5, onde o camponês está acorrentado ao tronco, sendo açoitado pelos latifundiários. O camponês era caracterizado como escravo do latifúndio e do imperialismo norte-americano, que, nas diretrizes do partido, era elencado, ao lado do latifúndio “semi-feudal”, como principal obstáculo ao desenvolvimento nacional. O ataque à presença imperialista no Brasil ocupou diferentes edições, mas, no ano de 1962, o jornal utilizou uma nova estratégia para se aproximar do trabalhador rural e inculcar seus referenciais de análise da política internacional. Essa nova estratégia consistiu na publicação da série “Um dia na vida do Brasilino” (TERRA LIVRE, janeiro e fevereiro de 1962, p.4)⁸⁸. Brasilino era “um

⁸⁶ Por exemplo, o *O Nordeste* criticava essa “ausência” de liberdade religiosa, como fez no texto “É proibido Rezar”, ao destacar que para o comunismo “só há um deus, que é o Partido e só um paraíso, que é a ditadura estatal” (31/1/1961, p.3).

⁸⁷ De março a julho de 1963, o jornal publicou a coluna “Cartas de Cuba: eu conheci um povo feliz!”. Resultado da visita do diretor-executivo Sosthenes Jambo ao país, essa iniciativa pode ser classificada como estratégia da imprensa comunista de demonstrar a veracidade das informações veiculadas sobre a ilha.

⁸⁸ Essa série foi publicada no “Pequeno Almanaque de Terra Livre”. Esse espaço trazia dicas de limpeza, costura, manutenção do lar, técnicas agro-pecuárias, além de poemas e piadas sobre a questão agrária. Entre fevereiro de 1962 e junho de 1963, esse espaço foi utilizado para uma abordagem mais direta da política nacional e internacional, com o lançamento

bom burguês” que morava “em um apartamento qualquer, numa cidade qualquer” (TERRA LIVRE, janeiro de 1962, p.4). O objetivo do jornal com essa série era “ver na vida de Brasilino, como todos os brasileiros pagam lucros ao imperialismo, que entra no Brasil em forma de CAPITAL ESTRANGEIRO” (TERRA LIVRE, janeiro de 1962, p.4), apresentando hábitos cotidianos como: acordar e tomar seu café da manhã com leite que “vem de uma vaca alimentada com farelo REFINAZIL, da ‘Refinações de Milho do Brasil’ (Brasil Z), que é americana”; escovar os dentes com a escova “TEK, da Johnson e Johnson do Brasil (que é americana)”; fazer a barba com o seu aparelho “Gillete”; enxugar-se com a toalha felpuda da “Fiação da Lapa”, “que também não é da Lapa porque é Suiça”; usar o seu automóvel “Volkswagen”, “fabricado pela ‘Volkswagen Brasil’, que é Alemã” (TERRA LIVRE, fevereiro de 1962, p. 4).

Figura 5: Escravização do trabalhador rural (TERRA LIVRE, “Movimento de solidariedade libertou 37 colonos presos em Mato Grosso”, janeiro de 1963, p.2)



Como se não bastasse a história de Brasilino, o jornal publicava, em conjunto, charges criticando a “ajuda” norte-americana por meio da Aliança para o Progresso, que, segundo o jornal, era uma forma de multiplicar o capital norte-americano e “ludibriar os países subdesenvolvidos” (TERRA LIVRE, “ ‘Aliança para o progresso’ ameaça o nosso progresso”, fevereiro de 1962, p.1).

das seguintes séries: “Um dia na vida de Brasilino”; “O Caminho da Humanidade”; “Zé Brasil”; “Horóscopo da política e dos políticos”.

Figura 6: Ajuda americana chegando (TERRA LIVRE, janeiro de 1962, p.4)



Figura 7: Lucro para os Estados Unidos (TERRA LIVRE, fevereiro de 1962, p.4)



2.5. O Terra Livre e as Ligas Camponesas

Quando não noticiava ou analisava a atuação dos movimentos dirigidos pelo PCB/ULTAB, o periódico restringia sua análise à atuação das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra⁸⁹, negligenciando os movimentos de orientação católica.

Em 1960, Francisco Julião e Clodomir de Moraes, líderes das Ligas Camponesas, viajaram a Cuba e tiveram contato com a revolução cubana. O contato com o processo cubano contribuiu para que o movimento passasse a adotar uma estratégia ofensiva e a defender que, ao exemplo de Cuba, o Brasil não precisaria passar pelo capitalismo para alcançar o socialismo. A adoção da revolução cubana como exemplo deve-se a dois elementos: 1) Julião destacara o fato de a revolução cubana ter sido agrária e o Brasil ter um movimento camponês

⁸⁹ No capítulo III apresentamos as principais características desse movimento que assumiu importante posição no Rio Grande do Sul.

bem estruturado. Ou seja, para Julião, as condições que levaram Cuba à revolução estariam presentes no Brasil (SALES, 2005); 2) Moraes, por sua vez, atentou para o fato da revolução cubana ter sido a única a conseguir uma distribuição social da terra (SALES, 2005). Ao adotarem a revolução cubana como referencial, as Ligas foram pela contramão da estratégia revolucionária do PCB.

Alguns membros das Ligas pertenciam aos quadros do comitê pernambucano do PCB, como Clodomir de Moraes. Essa mudança de perspectiva revolucionária fez com que esses membros das Ligas tentassem, no V Congresso do Partido Comunista (1960), sobrepor suas teses de luta no campo às do comitê central. Apesar de essa tentativa ter resultado na expulsão de alguns desses membros do PCB, a divergência entre o PCB e as Ligas só atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961)⁹⁰.

Nesse encontro a reforma agrária foi um tema muito debatido entre o PCB e as Ligas Camponesas. Entretanto, o assunto que polarizou as duas organizações foi a regulamentação da parceria e do arrendamento (MEDEIROS, 2010). Essa medida era defendida pelo PCB e combatida pelas Ligas, que, segundo Medeiros (1989), defendiam a reforma agrária *na lei ou na marra* e, por isso, eram contrárias a essas formas de acesso à terra, considerando-as precárias. O conflito ideológico entre o PCB e as Ligas não ficou restrito às discussões sobre a natureza da reforma agrária, sendo possível apontarmos outros quatro eixos de conflito entre essas duas entidades políticas. O primeiro dizia respeito à natureza da revolução brasileira: enquanto as Ligas defendiam que a revolução deveria ser socialista, sem qualquer aliança com a burguesia, o PCB defendia que a revolução deveria ser democrático-burguesa. O segundo eixo estava relacionado às estratégias de luta: as Ligas definiram como estratégia o foco nos camponeses e o PCB nos assalariados rurais. O terceiro eixo se referia às diferentes noções de igualdade: o PCB defendia a ideia de igualdade democrático-burguesa, que deveria ser implantada para garantir o desenvolvimento das condições necessárias para a ascensão do socialismo, e as Ligas partilhavam da ideia de igualdade do socialismo, uma ideia com um fim em si mesmo. O último eixo estava associado à subordinação da luta pela reforma agrária à luta anti-imperialista, criticada pela Liga e apoiada pelo PCB.

Após o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, as Ligas e o PCB romperam, passando a concorrer pela representação da população rural. Porém, baseados

⁹⁰ Segundo Sales, Moraes foi expulso do PCB não pelo ocorrido no V Congresso ou no Congresso de Belo Horizonte, e sim pelo fato dos dirigentes do PCB saberem, por meio de um informante do exército, que Moraes estava indo na contramão das propostas do partido, ao organizar núcleos guerrilheiros na região centro-oeste.

nos documentos oficiais e nos depoimentos de participantes desses dois movimentos, Aued (1986), Bastos (1984), Rangel (2000) e Azevêdo (1982) destacaram a necessidade de relativizarmos tal rompimento, pois, em algumas situações, essa divergência foi suplantada em nome da unidade tática do movimento rural. Instigados por essas percepções, elaboramos este tópico com o objetivo de analisar como as disputas e divergências entre o PCB e as Ligas foram representadas nas páginas do *Terra Livre*.

Nos meses anteriores ao I Congresso, as notícias tratavam com otimismo e alegria a fundação de núcleos das Ligas Camponesas (TERRA LIVRE, “Ligas Camponesas da Paraíba avançam com lutas e vitórias”, fevereiro de 1961, p.5; “Crescem as Ligas Camponesas no Nordeste” junho de 1961, p.2; “Unidos operários e camponeses mais duas Ligas na Paraíba”, junho de 1961, p. 8), parabenizavam-nas por sua capacidade organizativa (TERRA LIVRE, “Camponeses da Paraíba sabem lutar contra o explorador”, maio de 1961, p.8), apresentavam-nas como articuladas pelos próprios camponeses (TERRA LIVRE, “Crescem as Ligas Camponesas no Nordeste”, junho de 1961, p.2) e legitimavam as falas de Francisco Julião (TERRA LIVRE, “Francisco Julião: ‘Ligas Camponesas reforçarão o I Congresso pela Reforma Agrária’”, junho de 1961, p.8; “Julião em Maringá: ‘Nós queremos Cristo e eles querem Judas, nós queremos paz e eles querem a guerra’”, agosto de 1961, p.8). Após a realização do I Congresso, essa relação sofreu visível alteração. Na edição de novembro de 1961, o diretor-executivo Sosthenes Jambo, ao discorrer sobre o documento de encerramento do congresso, direcionou críticas à proposta de “reforma agrária na lei ou na marra” das Ligas, ressaltando que

uns grupinhos de divisionistas, traidores do movimento camponês, que, com linguagem falsa de revolucionários de escrivania, estão interessados em lançar as massas desorganizadas contra as baionetas de um dispositivo golpista ainda montado para uma quartelada que redundaria num banho de sangue sem consequência positiva no processo revolucionário brasileiro, e que só redundaria em prejuízo ao que já temos de organizado em todo o País. (TERRA LIVRE, “Uma nova etapa no processo revolucionário brasileiro”, novembro de 1961, p.1, grifo nosso)

Na edição de agosto de 1962, o periódico deixou de lado as críticas indiretas e publicou um artigo criticando as posições políticas de Francisco Julião. Nesse artigo, “Giocondo Dias, em nome dos comunistas”, atacou as principais teses do “líder pernambucano”: 1) a negação da aliança com a burguesia - Giocondo Dias defendeu que a burguesia, apesar do seu caráter “vacilante”, apresentava contradições com o latifúndio e o imperialismo, que deveriam ser consideradas na elaboração das estratégias revolucionárias; 2) a superação da visão etapista – ciente de que Julião utilizava o exemplo cubano para legitimar

a “queima” de etapas, Giocondo Dias afirmou que a revolução cubana, antes de se tornar socialista, passou por uma “revolução popular avançada patriótica e democrática nacional-libertadora e agrária”; o problema é que a transição entre as fases ocorreu rápido demais, e Julião não percebeu; 3) o protagonismo revolucionário do camponês – novamente, sabendo que Julião utilizava o exemplo cubano para legitimar o caráter revolucionário do camponês (SALES, 2005), Dias tentou desconstruir essa argumentação, apresentando a ideia de que a revolução cubana só assumiu caráter socialista “a partir do momento em que a direção do proletariado se afirmou de maneira incontestável” (TERRA LIVRE, agosto de 1962, p.2 – suplemento)⁹¹.

Como é possível perceber, dos quatro aspectos que subsidiavam a disputa ideológica entre o PCB e as Ligas, apenas três foram atacados pelo periódico. A ideia de reforma agrária radical não foi criticada, com exceção do artigo de Sosthenes Jambo anteriormente destacado. Em diversas edições, o *Terra Livre* utilizou o termo “reforma agrária radical”. Mas uma pergunta surge: como o periódico e as Ligas definiam o conceito de “reforma agrária radical”? A reforma agrária radical era interpretada como uma maneira de proporcionar a redistribuição de terras, a justiça econômica e social e o alargamento da cidadania política dos trabalhadores rurais, a partir da superação dos acessos precários à terra, como a parceria e arrendamento, e, se necessário, do caminho institucional. É difícil apresentar como o periódico classificou esse conceito, mas, ao que tudo indica, aproximava-se da definição utilizada pelas Ligas. O jornal apoiava ações em prol da liquidação dos latifúndios, legitimando a ação armada dos posseiros como forma de dar fim ao estado de miséria e exploração do camponês. Além disso, na página 3 da edição de agosto de 1962, o jornal publicou uma carta – assinada por Lyndolpho Silva (ULTAB), general Sampson da Silveira (Campanha Nacional pela Reforma Agrária), Milton Rodrigues (MASTER) e Francisco Julião (Ligas Camponesas) – de convocação à luta contra o imperialismo norte-americano e pela reforma agrária radical. Essa carta enfatiza “a aprovação unânime” da reforma agrária radical no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961). E, como diferentes autores destacaram, a ideia de reforma agrária radical aplaudida nesse congresso foi apresentada pelas Ligas Camponesas.

⁹¹ Entre 29 de junho e 23 de agosto de 1962, o jornal *Novos Rumos* foi palco de um intenso debate entre Julião e Giocondo Dias (SALES, 2005). O artigo publicado no *Terra Livre* se insere nesse debate, pois é uma adaptação do artigo “Teses errôneas e nocivas”, publicado por Giocondo Dias na semana de 29 de junho a 5 de julho. Cabe destacar que o artigo foi publicado no *Terra Livre* com o título “Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira”, forma como foi anunciado na primeira página da edição do *Novos Rumos*.

De agosto a dezembro de 1962 não encontramos notícias sobre as Ligas. Na edição de janeiro de 1963, encontramos uma crítica indireta à ação guerrilheira das Ligas Camponesas, classificada como “pasto à grande imprensa reacionária interessada em criar um ambiente de maior repressão ao movimento camponês” (TERRA LIVRE, “Os grupos aventureiros e a reforma agrária”, janeiro de 1963, p.5). Como destacou Sales (2005), setores das Ligas, liderados por Clodomir de Moraes, fundaram núcleos guerrilheiros em diferentes regiões do país, como Piauí, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão e Acre. Esses núcleos, que contavam com o apoio financeiro e logístico cubano⁹², tiveram sua criação motivada por uma série de acontecimentos: a invasão da baía dos porcos pelos EUA; as sete tentativas de golpe que haviam atingido o Brasil nos sete anos anteriores; a iniciativa do governador de São Paulo Adhemar de Barros de doar fuzis aos latifundiários, para que se defendessem de uma possível reforma agrária. O movimento guerrilheiro não realizou ações, pois, em 1962, o campo de treinamento em Dianópolis/GO foi descoberto pelo exército e, menos de um mês depois, Clodomir de Moraes foi preso, na Guanabara, sob a acusação de transportar armas em seu jipe (SALES, 2005). Somente na edição de maio de 1963 é que encontramos uma notícia voltada diretamente ao movimento, tendo como tema o aniversário de morte de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, assassinado a mando dos latifundiários. Nessa notícia, o jornal destacou o crescimento das Ligas Camponesas de Sapé, mesmo após o assassinato desse importante líder (TERRA LIVRE, “Nossa reverência a memória de João Pedro”, maio de 1963, p.1 – suplemento).

Em sua tese, Medeiros destacou a apologia que a imprensa comunista fez às Ligas Camponesas, levantando a hipótese de que “a polêmica, sempre ressaltada pela literatura, parece que só se abriu num momento posterior, a partir de 1961, quando as ligas se constituíram em uma organização claramente concorrente” (MEDEIROS, 1995, p.179). Após analisar a forma como as Ligas Camponesas apareceram no *Terra Livre* entre 1961 e 64, podemos destacar que essa forma de abordagem não mudou. Preocupado em legitimar a unidade da população rural e se fazer um canal de manifestação dos camponeses, o jornal não direcionava críticas às Ligas Camponesas, e sim à Julião. Quando o movimento era citado, o objetivo era congratulá-lo.

⁹² Segundo Sales (2005), membros das Ligas viajaram à Cuba para receber treinamento militar. Com relação ao apoio financeiro, Sales apresentou que o dinheiro não vinha diretamente do governo cubano, mas da Associação Nacional dos Agricultores Cubanos.

2.6. O Terra Livre e a sindicalização rural

Desde 1961 é possível encontrar notícias sobre sindicalização rural no periódico, porém, a partir de 1963, voltou-se integralmente a esse tema. As notícias tratavam da criação de sindicatos em diferentes regiões do país, da função do sindicato enquanto assegurador dos direitos trabalhistas, da perseguição aos líderes sindicais, das conquistas dos recentes sindicatos e do medo que os sindicatos causavam nos latifundiários. A partir desse momento, o jornal assumiu a tarefa de publicar “todas as portarias e instruções do ministério do trabalho a esse respeito” (TERRA LIVRE, “Terra Livre e a luta dos camponeses”, maio de 1963, p.3 suplemento).

Figura 8: Instruções para a organização de sindicatos rurais (TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, p.1 suplemento)



Como não poderia ser diferente, o “Pequeno Almanaque” assumiu papel estratégico nessa virada temática. Na edição de dezembro de 1962, o jornal republicou a história de “Zé Brasil”, escrita por Monteiro Lobato em 1947. Na estréia dessa série, o jornal apresentava como objetivo analisar as mudanças na qualidade de vida do camponês, enfatizando a sua deterioração. Porém, na publicação das terceira e quarta partes, observamos que o objetivo não era apenas esse. Em uma clara adaptação da história original, o periódico utilizou o espaço para apresentar as funções e objetivos do sindicato rural, que segundo o jornal era “uma organização onde os trabalhadores se associam para discutir seus problemas e reclamar do governo aquilo que estão precisando” (TERRA LIVRE, “Zé Brasil”, fevereiro de 1963, p.4), capaz de conseguir “que todos os que trabalham na terra sejam donos de um sítio de bom tamanho” (Idem). Cabe destacar que esse último trecho demonstra a mudança de perspectiva da função do sindicato. Como apresentamos na primeira parte do capítulo, a partir da década

de 1960, o PCB vislumbrou a ação política dos sindicatos, utilizando a bandeira da reforma agrária para aglutinar os diferentes setores dos trabalhadores rurais (COSTA, 1994).

Além da história de “Zé Brasil”, a arte gráfica também foi utilizada como importante ferramenta para demonstrar a importância da sindicalização. O jornal publicou história em quadrinhos e alterou a caracterização visual do camponês, substituindo a imagem do camponês “escravizado” pelo camponês que luta com a carta de sindicalização em suas mãos, arrastando multidões.

Figura 9: História em quadrinhos (TERRA LIVRE, janeiro de 1964, p.4)



Figura 10: O Camponês e a carta de sindicalização (TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, p.7)



Figura 11: O Camponês e a carta de sindicalização 2 (TERRA LIVRE, maio de 1963, p.5)



Por fim, preocupado em organizar os trabalhadores rurais do nordeste, área ocupada majoritariamente pelas Ligas, o periódico lançou, no ano de 1963, o “Suplemento Nordestino”. Esse suplemento se concentrava em noticiar a fundação de sindicatos em diversos estados do nordeste, tentando apresentar a sua adoção como natural àqueles que desejam conquistar sua terra e melhores condições de trabalho.

Principais pontos a serem retidos

Com relação às propostas do PCB para o campo brasileiro, podemos concluir que, apesar da preocupação com a exploração “semi-escravista” do trabalhador rural e com a implantação de uma reforma agrária, o partido olhava para o campo supervalorizando o papel do operariado urbano na instituição da revolução democrático-burguesa brasileira.

Foi possível perceber o intuito do periódico em responder os anseios do campesinato. Para isso, o jornal era capaz de ir na contramão das propostas do comitê central, como fez ao apoiar a resistência armada e a reforma agrária “radical”. A atitude do periódico encontra justificativa nas palavras de Lyndolpho Silva:

Todo esse trabalho realizado no campo já estava sob a influência dessa orientação do Partido. Mas a prática determinava outra coisa. Ou se entrava pela realidade que tínhamos à frente, ou então não se fazia nada. [...] na verdade, a prática conflitava-se com o que era a nossa teoria (COSTA, 1994, pp.80-81)

Como destacou Medeiros (1995), o *Terra Livre* contribuiu para a criação de uma linguagem de classe ao construir um perfil para os opositores e para os próprios camponeses, aqueles que defendem suas terras com “bravura”, que recorrem à união e que se sindicalizam. Com relação à sindicalização, podemos destacar que a ideia era utilizar essas notícias para apresentar aos próprios camponeses a dificuldade dos latifundiários em conter seu avanço.

III

O Nordeste e o campo brasileiro

3. A Igreja Católica e o campo brasileiro (1945-64)

3.1. O discurso da Igreja entre 1945 a 50

Nesse período, a Igreja – baseada na ideia de que a sociedade brasileira era constituída por esferas autônomas – apresentava-se como uma instituição acima das querelas políticas e econômicas do seu tempo, preocupada somente com a questão social, em especial com a preservação dos valores considerados imprescindíveis para o desenvolvimento harmonizador da nação: a justiça social e a caridade (CARVALHO, 1985). Por exemplo, na carta pastoral⁹³ *O momento político, social e econômico da Nação* (1945), o episcopado brasileiro indicou que “a não inspiração da relação capital/trabalho pelas normas da justiça e da caridade gera o desajustamento social e seus males” (CARVALHO, 1985, p. 74).

O trato dos problemas do campo não poderia ir na contramão desse argumento. Sendo assim, o episcopado – em concordância com os argumentos que tramitavam no congresso na década de 1940⁹⁴– analisou os problemas rurais pelo viés agrícola, preocupado em melhorar a qualidade de vida da população rural mediante o direito à propriedade privada, a extensão da legislação social e trabalhista à população rural, a relação desigual entre a indústria e a agricultura, a fixação do trabalhador rural no campo, a assistência social, a difusão do cooperativismo e do crédito rural, a mecanização da agricultura e a implantação do ensino agrícola (CARVALHO, 1985).

Apesar de sistematizar sua forma de atuação no campo somente em 1961 (NOVAES, 1997; MARTINS, 1981), já na década de 1940 o episcopado discutia as bases para a ação da Igreja no campo (CARVALHO, 1985), prevendo a propagação da sua doutrina a partir da imprensa, da educação de jovens e adultos, da alfabetização, da formação social de estudantes e da atuação dos círculos operários católicos junto aos trabalhadores como um todo, tanto urbanos como rurais (CARVALHO, 1985). Porém, a condição *sine qua non* para a superação dos problemas rurais seria a articulação com os grandes proprietários de terra e o Estado. Tal proposta de aliança baseava-se nos já mencionados valores imprescindíveis para o desenvolvimento harmonizador da nação. Não é preciso dizer que a justiça social seria

⁹³ Segundo Carvalho (1985), a carta pastoral é a voz de comando, unidade, controle e posicionamento da Igreja Católica.

⁹⁴ A análise de alguns desses discursos foi realizada no capítulo “Disputas e políticas agrárias na esfera federal (1945-64)”.

estimulada pelo Estado, de forma semelhante ao que ocorria nos Estados de Bem Estar Social, e pela caridade dos grandes proprietários.

O estímulo à conciliação de classes também era resultado da visão polarizadora construída pela Igreja, segundo a qual a cidade seria o espaço de contestação e desagregação e o campo seria um meio harmonioso e bucólico (CARVALHO, 1985). Argumento semelhante ao de parte do Ministério da Agricultura e dos grandes proprietários, que, para ratificar a sua posição contrária à sindicalização dos trabalhadores rurais, sinalizava a “harmonia” entre empregados e empregadores no campo, remetendo os conflitos de classe à cidade (MEDEIROS, 2010).

3.1.2. O início da mudança

A década de 1950 significou a transição de um discurso difuso e à parte da hierarquia da Igreja para um discurso unívoco e articulado com as instâncias superiores da instituição. Para entender essa mudança é preciso abordar as transformações pelas quais o Brasil passou nessa década. O primeiro aspecto a ser destacado é o debate sobre “desenvolvimento nacional”⁹⁵ que marcou o Brasil nesses anos. Dois grandes grupos teorizaram sobre os rumos da economia: os nacional-desenvolvimentistas, grupo de origem liberal e composto principalmente por intelectuais aglutinados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); e os nacionalistas econômicos, grupo ligado aos setores mais à esquerda da política brasileira, como o PCB (MOREIRA, 1998). Como poderíamos esperar em um país essencialmente rural, a questão agrária assumiu importante dimensão nas proposições desses grupos. Apesar de divergirem quanto ao papel político e social do capitalismo, ambos acreditavam que a superação do sistema agroexportador era condição primordial para a formação de uma economia centrada no mercado interno. Em linhas gerais, a sobreposição desse modelo aumentaria tanto o fornecimento de alimentos para as cidades e de matérias-primas para a indústria como o poder aquisitivo da população rural (TOLEDO, 2004).

Como vimos no primeiro capítulo, a década de 1950 também teve como característica a presença do capital monopolista na agricultura (SINGER, 1984). Tal presença, ao transformar os posseiros em trabalhadores diaristas, aumentou a exploração e, conseqüentemente, a miséria da população rural. Enquanto parte da população rural respondeu a essas mudanças migrando para áreas urbanas – lá também seria explorada,

⁹⁵ Nesse período, a ideia de “desenvolvimento” estava associada à elevada produtividade industrial por habitante (DELGADO, 2012).

porém, a qualidade de vida era melhor (RODRIGUES, 2005) –, outra parte se organizou em torno de associações e movimentos armados (MARTINS, 1994). Foi essa articulação que os introduziu como novos atores políticos (MEDEIROS, 1983). Nesse contexto a Igreja lançou a carta pastoral *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural* (1950). Essa carta, como o próprio título sugere, demonstrou a preocupação do episcopado em manter sua influência e legitimidade frente a setores da população rural que se aproximavam cada vez mais do PCB (CARVALHO, 1985). Em concordância com as ideias propostas pelo Ponto IV⁹⁶, o episcopado interpretou a pobreza como a porta de entrada para a influência de ideologias de esquerda. Portanto, para evitar a expansão do comunismo, propôs melhoras nas condições de vida da população rural, mediante: a humanização do trabalho, o incentivo ao ensino técnico agrícola, a promoção da assistência médica, a instauração de políticas previdenciárias, a facilitação do acesso a terra para cultivo (CARVALHO, 1985) e a formação endógena de líderes (CAMARGO, 2007)⁹⁷.

No ano seguinte, o episcopado brasileiro lançou a *Pastoral Coletiva* (1951), que possuía um capítulo reservado à discussão da reforma agrária (CARVALHO, 1985). Pela primeira vez, a Igreja propôs alterações na estrutura fundiária, defendendo uma reforma agrária baseada na propriedade privada. Nesse argumento, a propriedade privada assumia papel semelhante ao da propriedade tributária no liberalismo clássico. Ao que parece, possuir propriedade significava ser independente politicamente e, assim, ter o discernimento necessário para defender um ideal. Não ter propriedade significava ser dependente econômica e politicamente e, portanto, incapaz de fazer escolhas. Novamente, o argumento do episcopado brasileiro fornece papel primordial aos grandes proprietários rurais, os quais seriam os responsáveis por introduzir a propriedade privada de forma a evitar que tais mudanças resultassem em “provocações de agitadores” (CNBB apud Carvalho, 1985, p. 84). Além da questão da propriedade privada, esse projeto previa o estímulo à educação técnica, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, o incentivo a cooperativas e a fixação do trabalhador rural no campo.

Em 1952, a Igreja lançou mais uma declaração sobre o campo brasileiro: *A Igreja e o Vale do São Francisco*. Esse documento tinha um objetivo claro: influenciar as políticas da

⁹⁶ No capítulo “Disputas e políticas agrárias na esfera federal (1945-64)”, abordamos as principais características desse programa.

⁹⁷ Aspásia Camargo (2007) reconheceu que tal medida somente ganhou contornos mais claros na década de 1960.

CNPA⁹⁸ (CARVALHO, 1985). Alarmado pelas propostas da CNPA de contornar, por meio de emenda constitucional, o parágrafo 16 do artigo 141 e desapropriar terras incultas, mal-cultivadas e/ou adquiridas para fins especulativos, o episcopado posicionou-se contra a desapropriação sistemática das propriedades, por acreditar não existir recursos, “clima psicológico nem maturidade política para tanto” (CNBB apud CARVALHO, 1985, p. 86). Propôs que a saída seria estimular os proprietários a concederem a partes subaproveitadas em troca de recursos técnicos ou de crédito. Ou seja, do mesmo modo que defendeu uma reforma agrária assistida pelos proprietários⁹⁹.

Apesar de esses documentos indicarem a forma pela qual o episcopado brasileiro pensava o campo na década de 1950, foram os dois Encontros dos Bispos do Nordeste, realizados em 1954 e 1959, que demarcaram o lugar social da Igreja no debate sobre reforma agrária brasileira (CARVALHO, 1985). Nesses encontros, a Igreja reafirmou a necessidade de superar os problemas do campo para alcançar o desenvolvimento nacional. Para tanto, propôs a criação de condições para a fixação do trabalhador no campo a partir da aquisição de propriedades privadas, da concessão de créditos – que deveriam ser revertidos na modernização da produção – e do estímulo ao ensino técnico agrícola.

Os anos finais da década de 1950 também marcaram o início da atuação da Igreja Católica no campo fluminense. Baseada na ideia de que a alteração na estrutura agrária ocorreria por meio da aliança entre o Estado e a Igreja, a Federação dos Círculos Operários se aliou à Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ)¹⁰⁰ com o objetivo de se apoiar nessa organização para expandir sua atuação frente aos trabalhadores rurais, fundando associações de lavradores e sindicatos (GRYNZPAN, 1987). Como veremos, apesar de iniciada em finais dos anos 50, a sindicalização dos trabalhadores rurais ganhou contornos mais sólidos a partir de 1961.

3.1.3. O começo da atuação sistemática

É lugar comum na historiografia apontar que, na década de 1960, a Igreja Católica passou por um processo de reorganização, tanto no âmbito nacional quanto internacional¹⁰¹.

⁹⁸ No capítulo “Disputas e políticas agrárias na esfera federal (1945-64)”, abordamos as principais características desse projeto.

⁹⁹ No documento *A Igreja e a Reforma Agrária* (1954), a reforma agrária, com base na propriedade privada, novamente é apresentada como a forma de fixar o homem rural no campo (CARVALHO, 1985).

¹⁰⁰ Não confundir FLERJ com FALERJ. Enquanto a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) era ligada ao PCB, a FLERJ era ligada ao governo estadual (GRYNSPAN, 2009).

¹⁰¹ Cf. Alves (1979), Carvalho (1985), Novaes (1997), Kadt (2007), Neto (2009), Ricci (1999) e Cabral (2014).

Como destacou Alves (1979), é impossível analisar esse processo sem levar em consideração o contexto da guerra fria, já que o crescimento do marxismo “ateu” sobre a América Latina¹⁰² foi a força motriz por trás da encíclica *Mater et Magistra* (1961) e das conclamações de 1958 e 1961¹⁰³, marcos da reorganização católica. A CNBB¹⁰⁴ respondeu prontamente a esses chamados, lançando um Plano de Emergência (1961-65) que: a) previa alterações na estrutura administrativa, nos métodos de discussão, nas políticas de comunicações e nos métodos de discussão (ALVES, 1979); b) estimulava o posicionamento de diversos setores da Igreja frente aos problemas sociais e econômicos do país, como forma de promover a justiça social (ALVES, 1979); c) defendia a modernização do campo como forma de afastar a “miséria” e, conseqüentemente, conter a expansão do PCB e das Ligas Camponesas.

Como destacou Scott Mainwaring (1983), é equivocado analisar a Igreja como exclusivamente preocupada em interferir na estrutura política da sociedade ou como essencialmente voltada para a propagação da sua mensagem religiosa. Segundo o autor, devemos fazer um jogo de escalas, analisando a Igreja como uma instituição que busca, ao mesmo tempo, interferir na estrutura política da sociedade e pregar sua mensagem religiosa, sendo a ênfase em um desses caminhos orientada por conflitos endógenos e exógenos. Concordando com o autor, destacamos que a reformulação da Igreja estava relacionada tanto ao controle da expansão socialista quanto à tentativa de garantir a propagação de suas doutrinas sobre a população latino-americana (CABRAL, 2014).

Isto posto, apresentemos a influência dessas mudanças na atuação da Igreja no campo brasileiro. Na década de 1960, o argumento do episcopado brasileiro sobre a necessidade da própria Igreja guiar a reforma agrária como forma de evitar a expansão do socialismo ficou claro e explícito, transformando-se em proselitismo (CARVALHO, 1985)¹⁰⁵. Além disso, nessa década a forma pela qual a Igreja pensou a constituição da reforma agrária mudou (MARTINS, 1981). Em concordância com as proposições da *Mater et Magistra* (1961) –

¹⁰² A preocupação com o marxismo estava ancorada na vitória dos revolucionários cubanos (1959) e na atuação do PCB e das Ligas Camponesas no campo brasileiro.

¹⁰³ Na ordem de 1961 João XXIII foi enfático ao determinar três diretrizes: “que cada país estabelecesse, o mais rapidamente possível, um plano de pastoral que tivesse como objetivos iluminar as inteligências, revigorar a vida sacramental e fortalecer os católicos na fé; que os bispos se esforçassem por mostrar aos governantes e a todos os responsáveis a urgência de uma reforma das estruturas sociais no sentido de uma pro- moção das massas subdesenvolvidas; que a hierarquia e a Igreja, num papel subsidiário, dessem a sua cooperação a este esforço de participação humana e tomassem no seu seio uma parte ativa” (ALVES, 1979, p. 72).

¹⁰⁴ A CNBB foi criada em 17 de outubro de 1952, a partir da articulação de Dom Hélder Câmara e Giovanni Battista Montini, e rapidamente assumiu o papel de porta-voz da hierarquia da Igreja no país (ALVES, 1979).

¹⁰⁵ Foi possível perceber essa estrutura argumentativa nas seguintes declarações: Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto (1960); Declaração da CNBB (1961); Declaração do I Encontro dos Vigários Rurais do Estado de São Paulo (1962); e Mensagem da Comissão Central da CNBB sobre a desapropriação por interesse social (1963).

especificadamente, a ideia de que a promoção dos agricultores deveria ser realizada pelos próprios agricultores –, o episcopado deixou de apoiar a atuação primordial dos grandes proprietários na implantação da reforma agrária para estimular a ação reivindicativa dos trabalhadores rurais (CABRAL, 2014). A espinha dorsal desse estímulo foi o Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁰⁶ (ALVES, 1979). Três fatores justificaram a ênfase nesse projeto de educação por meio de escolas radiofônicas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (KADT, 2007): 1) a ideia de que antes de se organizar politicamente, a população rural deveria estar “consciente” das formas de dominação a que estava submetida¹⁰⁷; 2) nas teorizações da Igreja Católica brasileira, o foco na juventude rural foi enfatizado, pois dela surgiriam as futuras lideranças rurais, que, por sua vez, atuariam na organização da população rural¹⁰⁸; 3) os católicos progressistas acreditavam a referida “conscientização” viria por meio da introdução de uma “nova” e “endógena” cultura popular¹⁰⁹, em oposição àquela imposta e alienante. A alfabetização assumia importante papel na constituição dessa “nova” cultura popular.

Os militantes do MEB eram, em sua maioria, católicos “progressistas” (KADT, 2007). Segundo Kadt (2007), os católicos progressistas, baseados em uma orientação profundamente humanista, defendiam que a eliminação dos conflitos viria por meio da promoção do bem-estar social. Esse bem-estar, por sua vez, surgiria a partir da substituição das estruturas de dominação por outras que contribuíssem para a harmonização. Segundo o autor, as relações sociais nesse projeto de nação eram baseadas no “existencialismo ‘personalista’ cristão de Emmanuel Mounier” (KADT, 2007, p.117), que defendia o altruísmo do indivíduo, apesar de considerar improvável a existência de uma sociedade totalmente cooperativa. As ideias do jesuíta Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955) e do Padre Henrique de Lima Vaz (1921-2005) também influenciaram as lideranças católicas progressistas do Brasil da década de 1960. Teilhard, baseado na teoria da evolução, defendia que a socialização era uma dinâmica irreversível e inevitável, resultado da natureza biológica e psicossocial do homem. Já Pe. Vaz, na contramão da determinação divina, considerava os indivíduos responsáveis por construir o “reino dos céus” na terra, baseado na conciliação.

¹⁰⁶ O MEB representou a mudança na forma de tratar a educação no campo. Como destacou Mendonça (2010), de 1910 a 1961 a educação da população rural voltava-se para a transmissão e capacitação técnica, buscava negligenciar os conflitos de classe e tratava o homem do campo como inferior e incapaz. A própria Igreja Católica havia compactuado com essa forma de fornecer educação à população rural, ao lançar, na década de 1950, a Campanha Nacional de Educação Rural (RICCI, 1999). O MEB, pelo contrário, partia da existência dos conflitos de classe para “conscientizar” o trabalhador rural por meio da educação, porém continuou a tratar o trabalhador rural como sujeito político inferiorizado.

¹⁰⁷ Essa ideia foi assumida no 1º Encontro Nacional de Coordenadores do MEB (1962) (KADT, 2007).

¹⁰⁸ Como destacou Coutrot (2003), o foco no jovem estava associado à ideia de que nessa fase o indivíduo era mais maleável.

¹⁰⁹ O termo “cultura popular” foi utilizado pelos católicos progressistas na década de 1960. Como Chartier (2002), discordamos da separação entre “cultura popular” x “cultura erudita”, pois os indivíduos estão em constante troca e as práticas culturais têm origens diversas.

Além do MEB, a Igreja atuou no campo por meio das cooperativas agrícolas e dos sindicatos (ALVES, 1979). Em 1961, respondendo à expansão das Ligas Camponesas¹¹⁰, iniciou-se a sistematização e organização dos sindicatos por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE)¹¹¹, ligado aos círculos operários e ao Ministério do Trabalho (MEDEIROS, 1983). O SORPE tinha a função de formar líderes sindicais católicos e colocá-los à frente dos sindicatos criados. Apesar de os sindicatos ligados à Igreja se preocuparem majoritariamente com o cumprimento das leis trabalhistas¹¹² (KADT, 2007), a defesa da reforma agrária cristã¹¹³ também fazia parte da sua agenda (MEDEIROS, 1983).

3.1.4. A ação da Igreja Católica no campo cearense

Na década de 1960, o estado do Ceará, assim como a maioria dos estados brasileiros, era majoritariamente rural, com 67% da população economicamente ativa associada à produção agrícola. Essa população vivia em um Ceará marcado pela concentração fundiária, onde 12% da área total era composta por pequenas propriedades, 57% por médias propriedades e 31% por latifúndios (ALBUQUERQUE, 1991). Analisando a área destinada à lavoura, esses números são ainda mais estarrecedores. Segundo Enilce Souza (2005), em 1963, 3% dos proprietários possuíam 90% das terras. Tal quadro socioeconômico, somado às sucessivas secas, estimulou a migração rural dos cearenses, que, nesse período, chegaram a compor 11,3% do total de migrantes nordestinos. Esses migrantes, que partiam principalmente de Uruburetama, Fortaleza, Litoral de Pacajús, Serra de Baturité, Serra do Pereiro, Sertão do Salgado e Cariri, tinham destinos variados: 34,6% partiam para o Norte, 8,6% para o Sudeste, 14,6% para o Centro-oeste, 14,9 % para o sul e 27,3% para os demais estados do próprio Nordeste.

Além de favorecer o êxodo rural, a concentração fundiária abriu caminho para a atuação do PCB, que, em 1955, lançou as bases para a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC), filiada à recém criada ULTAB (ALBUQUERQUE, 1991). A ULTAC representou a solidificação dos esforços empreendidos pelos comunistas desde 1945, quando ocorreu a delineação da ação do PCB para o campo cearense. Em concordância com as estratégias comunistas para a promoção da sindicalização

¹¹⁰ Concordam quanto a isso: Alves (1979), Medeiros (1983) e Kadt (2007).

¹¹¹ Segundo Page (1972, p. 158), essa organização era financiada pela CIA.

¹¹² Fernando Teixeira (2012) demonstrou a importância de considerarmos os tribunais como palcos de articulação e movimentação dos trabalhadores rurais.

¹¹³ A reforma agrária cristã previa o acesso da população rural à propriedade privada, previdência social, assistência médica, educação e saúde pública (NOVAES, 1997).

rural, em 1957 a ULTAC foi substituída pela Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC). A FALTAC, apesar de contar com a presença de padres nos seus quadros formativos, disputava com a Igreja a representatividade dos trabalhadores rurais. A criação dessas duas entidades foi respondida pela Igreja com a intensificação da fundação de círculos operários rurais (SANTOS, 2004). Engana-se quem acredita que a preocupação com o comunismo sempre foi a força motriz da atuação católica no campo cearense. Antes mesmo da atuação comunista, os círculos operários já atuavam no meio rural. Até a metade da década de 1950, o elemento motivador da atuação dos círculos operários interioranos foi a situação socioeconômica dos trabalhadores, afligidos pelas secas, desprotegidos dos direitos previdenciários e sem subsídios governamentais à produção.

Os círculos operários estavam presentes em quase todos os municípios do interior cuja atividade principal era a agrícola, por exemplo, em 1953, dos 88 círculos operários, 70 estavam localizados no interior (SANTOS, 2004). Por essa razão, os círculos operários tiveram importante papel na organização dos trabalhadores rurais em torno dos sindicatos católicos durante os três primeiros anos da década de 1960. Para instrumentalizar essa organização, os circunistas cearenses utilizaram duas ferramentas: o Serviço Social Rural (SSR) e a Escola de Líderes Rurais (ELIRUR) (ALBUQUERQUE, 1991; SANTOS, 2004; SOUZA, 2005). O Serviço Social rural foi criado no ano de 1958, mesmo ano em que, por decorrência de uma grande seca, a legitimação dos círculos operários frente aos trabalhadores rurais perdeu força, resultando no fechamento de alguns núcleos, na redução do número de filiados e no aumento do número de inadimplentes (SANTOS, 2004). O SSR, além de oferecer educação técnica e profissional, tinha como principal objetivo vigiar ideologicamente os trabalhadores rurais (SANTOS, 2004; SOUZA, 2005). A Escola de Líderes Rurais (ELIRUR), por sua vez, ministrava cursos de noções de economia política, direito constitucional, sindicalismo e cooperativismo como forma de transmitir os valores doutrinários da hierarquia católica (SOUZA, 2005; SANTOS, 2004; ALBUQUERQUE, 1991).

Para alcançar os círculos interioranos, a Federação dos Círculos Operários do Ceará lançou, em setembro de 1950, o periódico *A Fortaleza*. Esse periódico semanal era utilizado para publicar editais de convocações às assembleias circunistas, apresentar notícias eclesiais, criticar a carestia dos gêneros alimentícios, destacar a precária realidade socioeconômica do trabalhador rural, criticar a ausência de incentivo governamental à

produção agropecuária, enaltecer a ação norte-americana de combate ao comunismo e associar o comunismo à escravização do trabalhador rural (SANTOS, 2004). Como veremos, esses tópicos também estavam presentes nas proposições do *O Nordeste*, porém, ao contrário do *A Fortaleza*, esse periódico só estabeleceu uma relação mais próxima com o meio rural após a hierarquia católica sistematizar suas ações no campo brasileiro em 1961.

O ano de 1962 foi marcante no que se refere à atuação da Igreja no campo cearense. Primeiramente, esse período foi marcado pela intensificação dos esforços da Federação dos Círculos Operários em conquistar cada vez mais trabalhadores para as bases católicas (SANTOS, 2004). Outro aspecto foi a criação dos cinco primeiros sindicatos rurais ligados à Igreja no Ceará: Crato, Juazeiro do norte, Barbalha, Brejo Santo e Várzea Alegre. Por fim, destacamos a criação do movimento *Trabalhador Unido*, organizado e orientado pelo movimento circulista como uma tentativa dos setores conservadores de ampliar suas bases no movimento sindical urbano e rural, frente à atuação de um adversário comum: os comunistas (SANTOS, 2004).

3.2. Da questão técnica à questão política

Neste tópico, discutimos a maneira pela qual o *Nordeste* noticiou os problemas do campo brasileiro. Até o início da atuação sistemática da Igreja no campo por meio do MEB, raras foram as notícias associadas à questão social do campo e ao papel político do trabalhador rural. A análise dos problemas do campo tinha como eixo a questão agrícola, defendendo a mecanização da agricultura, a redefinição das políticas de créditos, o incentivo à formação técnica dos trabalhadores rurais¹¹⁴ e a preocupação com a erosão do solo¹¹⁵. O artigo publicado na coluna “Endereço Certo” (2/1/1961) ilustra essa interpretação dos problemas rurais. Nesse artigo, Al. Neto apontou a deficitária política creditícia brasileira e a incapacidade técnica dos produtores como as causas dos problemas rurais – que, por sua vez, eram resumidos a incapacidade produtiva das propriedades rurais¹¹⁶. Segundo o autor, “a agricultura é, hoje em dia, ciência complexa, que exige os serviços do profissional competentemente treinado” (O NORDESTE, 2/1/1961, p.5), e a política de concessão de

¹¹⁴ No artigo “Interesse pelo Nordeste” (1/2/1961, p. 3), a saída sinalizada para os problemas do Nordeste foi o incentivo à vinda de imigrantes qualificados, que auxiliariam na formação endógena de profissionais especializados no trato da terra e no manuseio de máquinas. Além de contribuírem para o aumento da produtividade agrícola, esses profissionais nacionais engrossariam a “classe média”, interpretada como a classe capaz de conter o comunismo.

¹¹⁵ Como demonstrado na notícia “Devastação das Matas e seus Malefícios” (27/1/1961, p. 6).

¹¹⁶ A responsabilização do trabalhador rural pela improdutividade não era peculiaridade do *O Nordeste*. Como destacou Mendonça (2010), as entidades patronais, já na década de 1910, tentavam explicar a improdutividade rural a partir da incapacidade técnica dos trabalhadores rurais.

créditos não levava isso em consideração ao conceder crédito a qualquer pequeno produtor. Essa prática estaria provocando a erosão do solo e o desperdício de recursos, pois a incapacidade técnica dos produtores não os permitia produzir de forma adequada a trazer resultados satisfatórios¹¹⁷.

A mecanização da produção rural, por sua vez, era apresentada como a principal barreira à expansão do comunismo. Por exemplo, de acordo com os artigos “Know How” (O NORDESTE, 23/1/1961, p.5), a mecanização da produção agrícola, ao desenvolver a agricultura, contribuiria para a superação da pobreza da população rural. Tal superação, ao aumentar o poder de consumo dos trabalhadores rurais, ampliaria o mercado interno de bem manufaturados, o que levaria à expansão da indústria nacional. Além disso, compartilhando uma das premissas da política externa norte-americana de que o comunismo só floresceria onde existisse pobreza, a melhora das condições socioeconômicas da população rural era interpretada como inviabilizadora do comunismo, pois a população não teria justificativas materiais para apoiá-lo.

O combate ao comunismo também foi a base da proposta de reforma agrária apresentada pelo jornal nos primeiros meses do ano. Em concordância com a estrutura argumentativa do jornal de utilizar linguagem simples e textos curtos e diretos, a elaboração desse complexo conceito foi sucinta. No artigo “A Reforma Agrária” (O NORDESTE, 3/1/1961, p.4), J. S. Nogueira apresentou a reforma agrária como principal arma contra a expansão do comunismo, já que resolveria “o problema social na vida do campo conforme adverte o episcopado” (O NORDESTE, “Arma de dois gumes”, 25/1/1961, p. 3). A proposta era clara: a realização da reforma agrária não seria simples “redistribuição de terras”, mas sim um projeto de concessão de créditos e de educação técnica orientado pelo Estado (Idem). Porém, o corpo editorial alertava para a necessidade de problematizar o grau de autonomia delegado ao Estado, pois a reforma agrária quando orientada pelo Estado ou fruto de uma ação revolucionária poderia tomar contornos “ditatoriais”, como ocorrera na China, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e em Cuba (Idem).

A questão técnica também foi utilizada para discutir o problema da seca. O jornal interpretava a irregularidade pluviométrica como natural (“Calma com a Reforma Agrária III”, 20/5/1961, p.7) e responsável pela destruição da produção agropecuária nordestina (O

¹¹⁷ No artigo “Homem da Terra” (10/1/1961), Al. Neto novamente delegou às políticas creditícias e à educação técnica papel primordial na mudança da situação rural brasileira.

NORDESTE, “Chuvas, profetas e benditos”, 25/1/1961, p.4). O caminho sinalizado para a superação desse problema não poderia ser outro senão as “experiências vitoriosas da ciência”, em especial o desenvolvimento da engenharia hidráulica (O NORDESTE, “VI convenção de engenheiros”, 18/1/1961, p.1). Tal argumento se aproximava do discurso dos latifundiários, que utilizavam essa ideia de fatalidade climática para, nos momentos de estiagem, se beneficiarem de isenção fiscal, crédito bancário e auxílios financeiros concedidos pelo governo federal (AZEVEDO, 1982).

A forma de tratar os problemas rurais não era baseada exclusivamente em orientações políticas e a apologia à questão técnica era superada quando os “direitos humanos” eram preteridos¹¹⁸. Isso ficou claro no artigo “Providência Indispensável” (O NORDESTE, 2/2/1961, p.3), no qual a atuação do Deputado Wilson Roriz contra os impactos sócio-ambientais da construção da barragem de Orós sobre a população da cidade de Iguatu foi congratulada.

Logo após a Igreja lançar o MEB – que representou o início da atuação sistemática da Igreja no campo –, essa forma de analisar os problemas do campo brasileiro sofreu visível alteração. A preocupação transmuta da questão técnica para a questão socioeconômica, pois o foco no homem rural “deveria constituir objetivo de toda a política agrária” (O NORDESTE, “Rurícola e a terra”, 28/3/1961, p. 5)¹¹⁹. Dois textos simbolizam essa mudança. O primeiro deles é o “Desenvolvimento” (O NORDESTE, 20/3/1961, p.2). Por incrível que pareça, o artigo é uma contundente crítica àqueles que analisaram o desenvolvimento brasileiro única e exclusivamente pelo viés técnico. O texto é claro ao afirmar que o “desenvolvimento econômico é principalmente humano” e que só seria alcançado por meio da educação do povo, pois “enquanto formamos uma nação com alto coeficiente de analfabetismo não poderemos em hipótese alguma ser uma nação desenvolvida” (Idem).

O artigo “Manifesta-se a Lavoura” (O NORDESTE, 11/3/1961, p. 3), por sua vez, é uma crítica a forma pela qual a confederação rural brasileira interpretou o campo brasileiro da década de 1960. “Como se vê, mostra-se a confederação inteiramente à margem dos verdadeiros problemas da nossa agricultura, o que demonstra á sociedade que sua direção é composta de medalhões de todo alheios às necessidades do ruralismo nacional”. Continua:

¹¹⁸ Como afirmou Mbaya (1997), a partir de 1945 os direitos humanos foram associados à universalidade do direito à existência, à vida, à integridade física e moral da pessoa e à não-discriminação, em particular a racial.

¹¹⁹ A mudança de perspectiva não significa dizer que as notícias sobre o aspecto técnico desapareceram. Elas eram publicadas, mas em menor número e com teor distinto, e as mudanças técnicas não mais eram apresentadas como condição primordial para a melhora produtiva.

não possuem conhecimento algum “das necessidades do homem e da terra em nosso País” e “acham de manifestar-se contra ‘a chamada reforma agrária’, sem propor nada em troca”. Sabendo que poucas edições antes o jornal, em concordância com o argumento do episcopado, defendia a atuação dos setores patronais na viabilização da reforma agrária, tal artigo representou considerável mudança, evidenciando a tentativa de dissociar o catolicismo das forças conservadoras e se mostrar preocupado com as injustiças da sociedade capitalista.

A forma de tratar a reforma agrária também sofreu importante modificação. Como vimos, a proposta de reforma agrária defendida pelo jornal se resumia à concessão de créditos e promoção da educação técnica. A partir de março, a reforma agrária assumiu caráter assistencial, pois o problema do campo não era mais associado ao aspecto técnico, e sim ao “subdesenvolvimento” e à pobreza. Dessa forma, se aproximando do argumento episcopal (NOVAES, 1997), o jornal passou a defender uma reforma agrária por meio de reformas sociais, pois acreditava que ela não ocorreria a partir da luta de classes – como era defendido pelo PCB e pelas Ligas¹²⁰ –, mas sim com o acesso da população rural a previdência social, assistência médica, educação e saúde pública (O NORDESTE, “Dom Eugênio Sales fala sobre a Reforma Agrária”, 20/5/1961, p. 3). Além disso, o corpo editorial passou a observar a reforma agrária como forma de evitar o êxodo rural¹²¹ e, conseqüentemente, a formação de favelas, como foi possível perceber nas, agora, corriqueiras notícias sobre o tema: “Só uma Reforma Agrária Evita as Favelas” (O NORDESTE, 29/3/1961, p.1), “Calma com a Reforma Agrária I” (O NORDESTE, 9/5/1961, p. 7), “Calma com a Reforma Agrária II” (O NORDESTE, 16/5/1961, p.7), “Calma com a Reforma Agrária III” (O NORDESTE, 20/5/1961, p.7), “Pela Reforma Agrária Bispos de B. Horizonte” (O NORDESTE, 8/5/1961, p.1), “Dom Eugênio Sales fala sobre a Reforma Agrária” (O NORDESTE, 20/5/1961, p. 3), “Reforma Agrária” (O NORDESTE, 6/6/1961, p.3), “Diz Stevenson que as Reformas Sociais são básicas para o progresso econômico da América Latina” (O NORDESTE, 19/7/1961, p.5), “PSD com a Reforma Agrária” (O NORDESTE, 25/7/1961, p. 8), “A CRB contra o projeto de reforma agrária” (O NORDESTE, 12/8/1961, p. 1), “Reforma Agrária versus Marcha para o Oeste” (O NORDESTE, 22/8/1961, p.4), “O Bispo de Campina Grande distribui terras” (O

¹²⁰ A ideia de harmonização do campo continuou presente nas proposições do periódico. A relação entre latifundiários e trabalhadores rurais era apresentada como harmônica, delegando ao latifundiário as características de solidário e altruísta, já que “inventa e arranja serviços nas épocas mais difíceis” (O NORDESTE, “Reforma Agrária versus Marcha para o Oeste”, 22/8/1961, p.4).

¹²¹ Segundo Souza (2005), a grande imprensa cearense (O Nordeste, O Povo, o Correio do Ceará e o Gazeta de Notícias), no decorrer dos anos de 1963 e 64, tratou o êxodo rural como resultado imediato da seca, negligenciando, assim, questões como a concentração fundiária e a identidade camponesa desses indivíduos. Além disso, esses periódicos apontavam o êxodo como algo natural ao cearense pobre que, como única saída, partia com seu espírito “desbravador” para construir pelo Brasil a fora.

NORDESTE, 23/8/1961, p.1), “Assembléia Mineira Estudará Reforma Agrária” (O NORDESTE, 3/10/1961, p.1), “Milton Campos: Elaboração Imediata do Projeto de Reforma Agrária” (O NORDESTE, 14/10/1961, p. 1), “Reforma Agrária em Minas Gerais” (O NORDESTE, 21/10/1961, p. 1), “Querem reforma agrária os bispos do nordeste” (O NORDESTE, 18/3/1962, p.1 - SDON), “A encíclica ‘Mater et Magistra’ e a reforma agrária” (O NORDESTE, 18/3/1962, p.3 – SDON), “Os mineiros se opõem à reforma rural” (O NORDESTE, 22/3/1962, p.1), “Bispo impede que camponeses saqueiem o comércio de Recife”(O NORDESTE, 6/5/1962, p.1) e “Terras Devolutas” (O NORDESTE, 25/3/1962, p.7).

Por fim, ainda nesse contexto de alteração argumentativa, o jornal se preocupou em apresentar a gênese dos problemas rurais brasileiros para além da educação técnica. Se aproximando das teorias apresentadas por autores ligados ao PCB – como Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas¹²²–, *O Nordeste* destacou que a origem do problema rural brasileiro estava na colonização, quando foram implantadas as sesmarias, política de acesso a terra que lançou as bases para a concentração fundiária e exploração “semi-feudal” dos trabalhadores rurais. Como veremos no segundo tópico, a aproximação com as ideias do PCB se restringiu a esse aspecto.

Após março de 1961, *O Nordeste* assumiu características panfletárias, orientando e informando sobre as principais ações e diretrizes da Igreja Católica no campo. Essa propaganda consistia na publicação de entrevistas dos representantes do episcopado brasileiro, como D. Antônio Fragoso, D. Hélder Câmara e Dom Vicente Scherer. As entrevistas apresentavam a Igreja preocupada com a “promoção do nível social das populações do campo e da cidade” (O NORDESTE, “Ação social cristã de grande envergadura em São Luís”, 7/3/1961, p.1) e tentavam explicar a sua intervenção em questões socioeconômicas como primordial à eficácia da evangelização. Essa justificativa surgiu da abrupta mudança de posição da Igreja frente aos problemas sociais, pois até a década de 1960 a Igreja se apresentava como uma instituição acima das querelas políticas e sociais do seu tempo. Além disso, havia também a legitimação da educação enquanto instrumento de transformação social, noticiando a atuação do MEB¹²³ e os encontros da Juventude Estudantil Católica e da

¹²² Essa comparação tem como referência os textos “Quatro séculos de latifúndio (1963)” e “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960)”, de Alberto Passos Guimarães, e “Problemas agrário-camponeses do Brasil (1968)”, de Moisés Vinhas, analisados no capítulo II.

¹²³ Por exemplo: “Educação de Base” (8/3/1961, p.1), “A Educação de Base e o camponês” (8/9/1961, p.6), “Escolas Radiofônicas” (6/5/1961, p.3), “Escola sem Vida” (18/4/1961, p.7), “Grande Obra Social” (18/3/1961, p. 5), “FACES da

Associação de Educadores Cristãos, criando as colunas fixas “Acontecimentos Estudantis” e “Universidades e Universitários” e fornecendo importante destaque à figura dos professores e monitores do MEB¹²⁴.

Nas edições de 1962, o trato dos problemas rurais permaneceu alinhado aos argumentos do episcopado brasileiro. Compartilhando das proposições defendidas pelo MEB e pela encíclica *Mater et Magistra* (1961), o periódico passou a enfatizar a formação de líderes rurais (O NORDESTE, “Líderes Cristãos para o campo”, 17/1/1962, p.4; “A ilusão da angústia”, 18/1/1962, p.3; “Líderes Cristãos para o campo”, 14/3/1962, p.5; “Líderes”, 15/4/1962, p. 6 – SDON; “Crato recebe um presente de seu bispo: escolas de líderes rurais”, 17/8/1962, p.4; “A formação de líderes”, 28/8/1962, p.3; “Dinâmica do Líder”, 24/8/1962, p.6), argumentando que os problemas do campo deveriam ser pensados por pessoas que dependiam do campo para subsistir, e não por “burgueses e aburguesados, sem nenhuma vinculação com as massas”, que utilizavam a população rural para conquistar cargos na assembleia legislativa e nas administrações estaduais e municipais (O NORDESTE, “Marxismo burguês”, 30/1/1962, p.3). A apologia ao cooperativismo também estava presente nessas edições. A formação de cooperativas era apresentada como uma importante forma de promover mudanças no campo, haja vista que em um “país sem leis agrárias” (O NORDESTE, “O Nordeste não é comunista: luta contra a fome, diz Pe. Melo”, 31/1/1962, p. 2), o cooperativismo seria a melhor forma de extirpar as “práticas maléficas da sociedade no terreno econômico”(O NORDESTE, “Progresso duvidoso”, 18/1/1962, p.3). Nada mais adequado a uma interpretação da realidade brasileira que destacou a miséria como o principal problema agrário brasileiro.

Apesar de algumas notícias tratarem da formação de líderes rurais e do cooperativismo possuir uma coluna fixa no Suplemento Dominical do *O Nordeste* (SDON)¹²⁵, a questão mais

Educação” (18/3/1961, p.6), “JQ contará com o episcopado para defender o Brasil” (23/3/1961, p. 1), “Instalado o Centro-Piloto da campanha de erradicação do Analfabetismo” (9/10/1961, p. 5), “Combate ao analfabetismo no Ceará” (17/10/1961, p. 1), “Movimento de Educação de Base Iniciará em Breve, combate ao analfabetismo no Ceará” (17/10/1961, p.8), “Objetivos do MEB: Alfabetização, Educação Sanitária e Agrícola e Preparação do Povo para a Reforma Agrária” (18/10/1961, p. 8) “Educação de Base” (31/10/1961, p. 2) e “Formados pelo MEB, vinte e oito supervisores de Escolas Radiofônicas para o Ceará” (20/10/1961, p.8).

¹²⁴ A figura do professor substituiu a do engenheiro, em destaque até então. Além das manchetes e entrevistas destacando a atuação do professor, o número de fotografias dos professores e técnicos do MEB também indicam essa relevância. As fotografias publicadas nas edições limitavam-se às figuras da hierarquia católica (bispos) e da sociedade civil (presidentes).

¹²⁵ A partir do dia 11 de fevereiro, o jornal passou a publicar um suplemento especial aos domingos. A publicação desse suplemento fez parte de “um plano de orientação ideológica acessível a toda categoria de pessoas sobre os mais palpitantes problemas nacionais” (O NORDESTE, “Desperta grande interesse a edição dominical de ‘O Nordeste’”, 6/2/1962, p.1). Nesse suplemento encontramos a coluna “Nordeste cooperativista”, que circulou de 11 de fevereiro a 9 de setembro de 1962, com o objetivo de orientar sobre os princípios fundamentais da doutrina cooperativista e de “ensinar-lhe a verdadeira prática do sistema” (O NORDESTE, 9/9/1962, p.3).

abordada nas edições de 1962 foi a sindicalização dos trabalhadores rurais. Em 1962, a promulgação das portarias nº 209-A/25 e 355-A, que regulamentavam o sindicalismo rural no Brasil, proporcionou “uma verdadeira corrida pela formação de sindicatos de trabalhadores rurais no país” (RICCI, 1999, p. 51). Nessa corrida, a Igreja Católica foi favorecida pela relação tecida com o ministro do trabalho André Franco Montoro (setembro de 1961 – julho de 1962), filiado ao Partido Democrata Cristão. Segundo Lindolfo Silva, Montoro foi responsável pelo reconhecimento de cerca de 70 sindicatos católicos, em sua maioria associados aos círculos operários católicos (RICCI, 1999).

A organização sindical católica não era homogênea. No interior do movimento era possível perceber a presença de setores conservadores – composto pelos Círculos Operários, pelo Serviço de Assistência Rural (SAR) e pelo SORPE – e progressistas, compostos pela Ação Popular (AP) (RICCI, 1999). As forças conservadoras tratavam a questão sindical como questão social, focalizando: a formação de lideranças; a harmonização das relações entre governo, posseiros e grileiros; a assistência educacional, espiritual, sanitária e técnico-financeira; e a propagação do cooperativismo rural (RICCI, 1999). A Ação Popular, por sua vez, ia na contramão dessas proposições. Resultado de um desmembramento da Juventude Universitária Católica (ALVES, 1979; RICCI, 1999), a AP foi criada em 1962 e logo se definiu pelo socialismo e pelo apoio às lutas dos camponeses. A AP utilizava 53 estações de rádio, 7.353 radioescolas e 180 mil alunos do MEB para realizar seu trabalho nos 70 sindicatos que ajudou fundar (RICCI, 1999). Diferentemente dos setores conservadores, a AP não apontava a fome ou a questão técnica como os problemas da população rural, mas sim a dominação feudal e imperialista no Brasil, as disparidades regionais e a propriedade privada (RICCI, 1999). A AP era contrária a qualquer tipo de “harmonização social” entre latifundiários e camponeses, como demonstrou Ricci (1999) ao analisar as estratégias do Sindicato de Pindaré-Mirim (Maranhão) para evitar a expansão do gado zebu sobre as propriedades dos camponeses. Após apelar ao prefeito, entregar memorando na Câmara Municipal e fazer passeatas, alguns trabalhadores, com o aval da direção sindical, “começaram a matar os bois e a distribuir a sua carne no povoado” (RICCI, 1999, pp.65-66).

Essa diferença se fez clara durante a formação da primeira diretoria da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), convocada após as duas tentativas da hierarquia católica de controlar unilateralmente a formação dessa confederação (ALVES, 1979). A Ação Popular, que possuía três cargos a sua disposição, firmou um acordo com o

PCB, que possuía quatro cargos, para isolar as lideranças dos círculos operários, que possuíam dois cargos, e assim evitar a formação de uma diretoria “cristã-conservadora” (ALVES, 1979; RICCI, 1999)

Após a Igreja assumir a sindicalização como eixo de atuação no meio rural, o jornal passou a publicar editais de convocação para as assembleias dos sindicatos rurais católicos de Fortaleza (O NORDESTE, 2/5/1962, p.6; 3/5/1962, p.3; 11/5/1962, p. 8; 13/5/1962, p.8) e a fornecer orientações sindicais aos trabalhadores rurais, explicando o que é um sindicato, qual o regime sindical brasileiro e a diferença entre o sindicato e a associação profissional (O NORDESTE, “Sindicalismo tem cartilha e tem escola”, 11/2/1962, p.6), além de publicar entrevistas com bispos, padres e assistentes sociais, como Julieta Calazans, responsáveis pela sindicalização do trabalhador rural. Aproximando-se da concepção sindical cristã-conservadora, essas notícias repudiavam a politização dos sindicatos (O NORDESTE, “Sindicalização prepara o terreno para mudanças: estrutura agrária”, 23/2/1962, p.3; “Trabalhadores repudiam a ingerência governamental na vida interna dos sindicatos”, 24/7/1962, p.7; “A pedra que rola”, 25/7/1962, p.3), apresentando o sindicato católico como somente preocupado com a transformação da mentalidade do homem do campo (O NORDESTE, “Ação Necessária”, 31/1/1962, p.3; “Sindicalismo tem cartilha”, 11/2/1962, p.6 – SDON), estimulando-o a enxergar a vida comunitária como meio de defesa dos seus interesses e promoção da justiça social (O NORDESTE, “Camponês”, 11/1/1962, p.3; “Sindicalização prepara o terreno para mudanças: estrutura agrária”, 23/2/1962, p.6).

Esse argumento não parece ser uma estratégia para organizar os camponeses em torno dos sindicatos católicos, haja vista que proposições demasiadamente abstratas dificilmente alcançariam voz em meio a um grupo que lutava a cada minuto pela sobrevivência. Apresentar o sindicato como instrumento de transformação social soa como uma justificativa à opinião pública acerca dos motivos que levaram a Igreja à fundação de sindicatos. Destinadas de fato aos camponeses, encontramos duas estruturas argumentativas. A primeira consistia na apresentação dos ganhos materiais que a luta por meio dos sindicatos poderia trazer, enfatizando os ganhos salariais, as melhores condições de trabalho e o aumento da produtividade (O NORDESTE, “A Encíclica ‘Mater et Magistra’ e a reforma agrária”, 18/3/1962, p.3 – SDON), “sem a qual o aumento monetário de salários, torna-se meramente, fontes de inflação” (O NORDESTE, “Papel decisivo”, 25/2/1962, p.4). Outra forma de estimular a adesão ao sindicalismo era demonstrando a sua legalidade por meio da publicação

do decreto-lei 7.038, de 10 de dezembro de 1944 que, segundo o periódico, previa a fundação de sindicatos no campo. Essa estratégia está relacionada ao fato dos camponeses buscarem atuar dentro da “legalidade”, podendo essa ser baseada nos costumes ou nas palavras da lei (MOTTA E ESTEVES, 2009; RANGEL, 2000). Como demonstraram Clifford Welch (2010) e Francisco Teixeira Silva (2012), os camponeses brasileiros, apesar de tratarem com parcimônia os efeitos da lei e da justiça do trabalho, idealizavam a efetivação e a aplicação da legislação enquanto garantidora de seus direitos (SILVA, F., 2012), por isso adotavam a legalidade como princípio norteador de suas ações. Sabendo dessas características, o jornal tentava apresentar a legalidade da luta sindical em contraposição à “ilegalidade” da Liga Camponesa e do PCB. A fala de Teixeira Silva resume bem essa estrutura argumentativa do periódico:

Se lermos com cuidado essas declarações, poderemos constatar que não apenas os ativistas eram responsáveis por fazer os trabalhadores rurais conhecerem seus direitos, como também eram estes que mostravam àqueles que a questão legal e mesmo jurídica era um valor cultural de primeira grandeza (SILVA, F., 2012; p. 144).

A apologia à sindicalização como principal forma de resolver os problemas rurais era tamanha, que o jornal congratulava a aceitação da sindicalização por parte dos proprietários rurais. Aceitação legitimada nos cem sindicatos de proprietários rurais que possivelmente seriam fundados no ano de 1963 (O NORDESTE, “Cem sindicatos de proprietários de terras serão fundados ainda este ano no Ceará”, 26/11/1963, p.2).

3.3. A construção política do adversário

Como poderíamos imaginar, a bipolaridade capitalismo *versus* comunismo permeou todo o periódico. As manchetes relacionadas a essa contradição eram elucidativas e chamativas. Por exemplo: “Graves acusações de um sacerdote venezuelano a Fidel Castro”; “Marx e a mamata”; “O capitalismo ajudará o hemisfério a progredir”; “América Latina ameaçada”; “Ave Kennedy”; “O Peru rompe as relações com Fidel Castro”; “Fidel Castro quer vir ao Brasil”; “O direito da greve na ‘Cortina de Ferro’”; “Cortina de ferro”; “O caos em Cuba”; “Kruschev mete-se em Cuba”; “O comunismo vem se infiltrando profundamente no Nordeste”; “Os comunistas querem mais sangue cubano”; “As embaixadas de Cuba são foros de subversão”; “Fidel Castro quer sangue”; “China vermelha passa fome”; “O comunismo explora até o Espiritismo na América Latina”; “Fracassando nos seus intuítos Fidel Castro esperneia”. Da mesma forma, essa divisão foi utilizada para analisar o desenvolvimento agrícola e a questão agrária no Brasil. O exemplo a ser seguido era os Estados Unidos da

América, em especial suas políticas de crédito agrícola supervisionado (O NORDESTE, “Endereço Certo”, 2/1/1961, p.5), sua forma de mecanizar a agricultura (O NORDESTE, “Agricultura capitalista”, 25/4/1961, p.5), seus projetos de estímulo à produção agrícola em países “subdesenvolvidos”¹²⁶ e sua estrutura fundiária baseada na propriedade privada (O NORDESTE, “30 anos de experiência fracassada”, 3/2/1961, p.5). Outra prática de apologia ao “american way of life” foi a publicação da coluna “Isto é um fato”, onde apresentava aspectos positivos do dia a dia nos Estados Unidos da América. Por exemplo, na edição de 31 de janeiro de 1961, o jornal destacou a abundante concessão de empréstimos à pessoa física. Segundo o periódico, “milhões de norte-americanos pedem dinheiro emprestado nos bancos a juros baixos para uma variedade de objetivos, inclusive pagamentos de dívidas, obras em casa, férias, compra de carros e barcos” (O NORDESTE, “Isto é fato”, 31/1/1961, p.2), aos leitores oriundos das regiões rurais, o periódico destacava que “os bancos norte-americanos possibilitam também aos fazendeiros modernizar seu equipamento e manter suas fazendas operando com eficiência” (Idem).

Enquanto a ação norte-americana foi constantemente congratulada, a forma comunista de administrar a produção rural foi duramente criticada, sendo associada à escassez de gêneros e ao desconhecimento técnico, como foi possível perceber nas manchetes: “Socializar o feijão” (O NORDESTE, 16/3/1961, p.5), “A China vermelha passa fome” (O NORDESTE, 27/2/1961, p.3), “Comunismo e agricultura” (O NORDESTE, 24/3/1961, p.3), “Falha do sistema comunista na crise agrícola” (O NORDESTE, 23/1/1961, p.7), “Engenho incendiado em Cuba” (O NORDESTE, 20/3/1961, p.1)¹²⁷, “30 anos de experiência fracassada” (O NORDESTE, 3/2/1961, p.5) “Regime de miséria” (O NORDESTE, 24/4/1961, p. 3), “Arma de dois gumes” (O NORDESTE, 25/1/1961, p. 3) e “‘Certos elementos’ na Rússia” (O NORDESTE, 22/3/1961, p. 1).

Até a entrada efetiva da Igreja no campo, somente duas notícias trataram da relação entre as “esquerdas” brasileiras e o meio rural. A primeira foi a notícia “Calcanhar de Aquiles” (O NORDESTE, 23/1/1961). Nesse artigo, Pierre Chiovenda, analisando a absorção

¹²⁶ Por exemplo: o papel estadunidense na resolução dos problemas brasileiros de abastecimento, ora fornecendo gêneros alimentícios ora investindo excedentes agrícolas no país; a importância da Missão Abbink para a reorganização da agricultura brasileira; o estímulo norte-americano, por meio da Aliança para o Progresso, a Reforma Agrária em países latino-americanos.

¹²⁷ O *Terra Livre* também noticiou esses incêndios, porém apontava como responsáveis os latifundiários cubanos e capitalistas norte-americanos, interessados em desestabilizar o governo revolucionário (TERRA LIVRE, março de 1961, p.8).

da Missão Abbink ¹²⁸ pelas “esquerdas”, qualificou-as como relapsas às verdadeiras necessidades da nação, uma vez que, por estarem preocupadas com o desenvolvimento das condições necessárias para a ascensão do capitalismo, objetivavam criar indústrias à revelia da necessária reorganização da agricultura. A segunda notícia foi publicada na primeira página da edição de 8 de fevereiro de 1961, sob o sugestivo título “Agitadores comunistas levam o pânico à Bahia”. O objetivo dessa notícia era desqualificar as ações das Ligas Camponesas, caracterizando-as como “vândalas”, “malfeitoras”, “depredadoras”, “agitadoras” e descompromissadas com a produção agrícola, já que “800 agitadores promoveram ontem uma série de depredações, invasões de propriedade e atos de vandalismo”, sem qualquer interesse em solucionar os problemas rurais, naquele momento, interpretados como agrícolas.

Após o lançamento do MEB, notícias sobre o PCB e as Ligas ¹²⁹ tornaram-se constantes, pois *O Nordeste* melhor circunscreveu os seus adversários. Tal delimitação era essencial para o conflito que o jornal tentava construir (O NORDESTE, “Política externa”, 14/3/1961, p.3): de um lado, o Brasil Católico e, do outro, os movimentos subversivos de orientação internacional. Apesar da melhor circunscrição, as notícias sobre esses movimentos possuíam direcionamento desproporcional. O número de notícias envolvendo o PCB era indiscutivelmente menor do que as direcionadas às Ligas Camponesas. Essa desproporcionalidade justifica-se pelo fato da Igreja ter elevado as Ligas à categoria de opositor maior ¹³⁰, pois o início da atuação da Igreja no campo coincidiu com o período de expansão nacional do movimento. Em 1961 ocorreu a expansão nacional das Ligas ¹³¹, quando se espalhou por 13 estados, quarenta municípios e com cerca de dez mil associados (MEDEIROS, 1989). Essa expansão foi motivada pelo contato com a revolução cubana e pela atuação do movimento no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Como vimos, o contato com o processo cubano contribuiu para que o movimento passasse a adotar uma estratégia ofensiva, deixasse de compartilhar da visão etapista e propusesse métodos políticos para a realização de uma reforma agrária radical. À medida que a

¹²⁸ “Missão Abbink” era o apelido da Comissão Técnica-Mista Brasileiro-Americana que, em 1948, analisou a economia brasileira, identificando os obstáculos conjunturais e econômicos ao desenvolvimento. Esse apelido ancorava-se no fato de John Abbink ser um dos diretores da comissão (TAPIA, 1986).

¹²⁹ Embora existisse uma estrutura regional e um conselho regional, as Ligas não tiveram unidade e/ou poder centralizado (MORAIS, 1965; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984; MOTTA E ESTEVES, 2009).

¹³⁰ Concordam quanto a isso Alves (1979), Carvalho (1985), Novaes (1997), Kadat (2007) e Cabral (2014).

¹³¹ Bastos (1984), Azevêdo (1982), Medeiros (1989), Motta e Esteves (2009) atentaram para essa data. Porém, Morais (1965) e Aued (2012) consideraram o ano de 1963 como marco da expansão nacional do movimento.

radicalidade tomou conta do discurso, as ações do movimento como um todo também se radicalizaram¹³².

As notícias direcionadas às Ligas Camponesas definiam o movimento como “marcadamente comunista” (O NORDESTE, “As ‘Ligas Camponesas’ exigem repúdio formal e decidido”, 2/8/1961, p.2). Para tanto, caracterizavam o líder do movimento, Francisco Julião¹³³, como “demagogo moscovita” (O NORDESTE, “As coisas do nordeste”, 3/7/1961, p.4); destacavam a relação intrínseca entre Julião e os governos cubano, chinês e soviético (O NORDESTE, “Com os olhos em Pernambuco”, 8/6/1961, p. 3; “As ‘Ligas Camponesas’ exigem repúdio formal e decidido”, 2/8/1961, p.2); associavam as Ligas a um projeto internacional de dominação e transformação dos trabalhadores rurais em “escravos”, como faziam em Cuba e na China (O NORDESTE, “O Nordeste ameaçado” edição de 31/7/1961, p. 3; “China vermelha passa fome” edição de 27/2/1961, p.3); enfatizavam a preocupação do movimento em implantar focos revolucionários armados no Brasil, ao invés de melhorar a condição de vida dos trabalhadores rurais (O NORDESTE, “Cegueira perigosa”, 15/1/1962, p.3).

Possivelmente, a tentativa de associar as Ligas ao comunismo tinha o intuito de estimular a coerção legal sobre o movimento, principalmente aquela oriunda da *Lei de Segurança Nacional*, que legitimava a repressão de todo e qualquer “agente comunista” por exemplo, na edição de 27 de junho de 1961, o jornal noticiou a identificação feita pelo “Conselho de Segurança Nacional” do “principal agitador extremista do Nordeste” (O NORDESTE, “Agitação comunista no Nordeste”, 27/6/1961, p.7), o líder Cláudio Braga. Outra possível intenção era deslegitimar esse movimento frente aos próprios trabalhadores rurais e à opinião pública, apresentando-o como explorador (O NORDESTE, “Com os olhos em Pernambuco”, 8/6/1961, p.3), destruidor de propriedades (O NORDESTE, “As coisas do nordeste”, 3/7/1961, p.4; “Movimento Subversivo”, 25/10/1961, p.3) e distante de empreender lutas voltadas para os reais problemas da população rural.

A crítica às Ligas não tinha limites territoriais. Se preciso fosse, o jornal abordaria conflitos pela posse da terra em Cachoeira de Macacu (RJ), como fez na notícia “Camponeses dispostos a exigir obrigações do governo com a Democracia” (O NORDESTE, 12/1/1962, p.4). O jornal negligenciou diversos conflitos que aconteceram entre posseiros e grileiros, na

¹³² Concordam quanto a isso Julião (1962), Bastos (1984), Azevêdo (1982), Medeiros (1989), Motta e Esteves (2009).

¹³³ Além de Francisco Julião e Clodomir de Moraes, as Ligas possuíam outros 49 líderes (MORAIS, 1965).

Baixada (GRYNSZPAN, 1987)¹³⁴ e no sertão carioca. O fato de em Cachoeiras de Macacu existir um dos três núcleos de atuação das Ligas no estado do Rio de Janeiro¹³⁵ motivou a análise dos conflitos que ocorriam nessa região. A Liga de Cachoeiras de Macacu foi criada em 1962, sob a direção de Ubirajara Muniz, e é considerada a primeira das Ligas fluminenses¹³⁶. Nessa região, marcada por conflitos em torno da posse da terra, Mariano Beser, que se apresentava como “presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio” (GRYNSZPAN, 1987; p. 335), liderou a resistência armada dos camponeses de São José da Boa Morte frente à atuação indiscriminada de grileiros na região. Foi justamente essa reação o objeto de análise da referida publicação do *O Nordeste*, que utilizou o espaço, única e exclusivamente, para caracterizar Mariano Beser como um “aventureiro espanhol” que, como qualquer outro líder das Ligas, utilizava os camponeses como ferramenta para alcance de objetivos pessoais e não humanitários.

Enquanto os líderes das Ligas Camponesas eram tratados como “vândalos”, “extremistas” e “proveitadores”, os trabalhadores rurais eram isentos de participação nessas ações. O corpo editorial acusava Julião de se aproveitar da extrema pobreza da população rural para utilizá-la como massa de manobra. Segundo *O Nordeste*, esses camponeses ainda não possuíam “consciência” das formas de dominação a que estavam submetidos, por isso aceitavam as “demagogias” de Julião (O NORDESTE, “Com os olhos em Pernambuco”, 8/6/1961, p.3). Ao pensar assim o corpo editorial se aproximava do argumento episcopal, defensor da ideia de que antes de se organizar politicamente, os trabalhadores rurais deveriam ter “consciência” das formas de dominação a que estavam subordinados.

A relação de Beser com as Ligas Camponesas merece aqui uma rápida discussão. Grynszpan apresentou as críticas do presidente da FALERJ, Manoel Ferreira de Lima, à auto-intitulação de Beser. Lima afirmou não existir, no estado do Rio de Janeiro, Ligas Camponesas e que Julião não se aproximaria de um representante dos interesses norte-americanos. Ao analisar as edições do *A Liga*, observamos uma possível legitimação da fala

¹³⁴ Adotando a definição de Grynszpan, destacamos que a expressão *Baixada* se refere aos municípios próximos à cidade do Rio de Janeiro em que ocorriam diversos conflitos pela posse da terra: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu. Essa expressão, utilizada pelos atores políticos e pela imprensa dos anos 50 e 60, difere do termo fisiográfico Baixada Fluminense, que se refere à região compreendida entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, englobando municípios com características socioeconômicas distintas.

¹³⁵ Apesar de não terem alcançado muita força no estado do Rio de Janeiro, as Ligas Camponesas fundaram núcleos em Barra Mansa, Campos e Cachoeiras de Macacu (GRYNSZPAN, 1987).

¹³⁶ Como destacado por Grynszpan, a gênese das Ligas fluminenses foi objeto de grande discussão no período. Para alguns, a primeira Liga foi a de Barra Mansa, para outros foi a de Cachoeiras de Macacu. Existem ainda aqueles que consideram a Liga Camponesa de Campos a “Liga Matriz do Estado do Rio de Janeiro” (GRYNSZPAN, 1987; p. 283), como constatou o autor ao analisar *O Semanário* de junho de 1962.

do presidente da FALERJ. O semanário reconheceu a participação de Beser na articulação das Ligas de Cachoeiras de Macacu, porém fez questão de classificá-lo como agente do “Ponto IV”, que “não só usou do nome de Julião para os camponeses, como também para toda a imprensa, que lhe deu uma cobertura sem precedentes na história do movimento camponês”, para “fabricar uma ‘liga guerrilheira’, pensando obter assim os motivos para exigir a ilegalização das ligas camponesas” e minar a articulação do movimento camponês (A LIGA, “Ponto IV intervém direta e abertamente no Brasil!”, 25/12/1962, p.2). Para legitimar suas acusações, o periódico publicou três fotos em que: Mariano Beser e o “assessor trabalhista do Ponto IV, John Philip Burns” (A LIGA, 25/12/1962, p.1), percorrem São José da Boa Morte, onde foram receber “um relatório, autorizando, em seguida, o desencadeamento das ‘guerrilhas”” (Idem); “Mariano Beser, indicado pela seta, participa de uma reunião internacional realizada no Rio, no dia 25 de agosto de 1961, sob os auspícios do Ponto IV” (Idem); “Saudando o governador Carlos Lacerda, o agente do Ponto IV, Mariano Beser, dissipou todas as dúvidas quanto às suas ligações, com o autor do novo ‘Plano Cohen’, cuja execução está a cargo do famigerado torturador Cecil Borer” (Idem).

A posição do *Liga* não nos permite afirmar a suposta relação. É necessário entender que essas acusações foram publicadas em um momento de relativa fragilidade do movimento. Meses antes, o núcleo guerrilheiro do movimento em Dianópolis (GO) havia sido invadido e destruído pelo exército, além disso, Clodomir de Moraes havia sido preso sob a acusação de transportar armas. O *Liga* já tinha como estratégia negar qualquer articulação armada do movimento, porém, após esses acontecimentos, adotou como estratégia a publicação de notícias que indicavam a tentativa dos setores dominantes de implantarem provas e criarem verdadeiros teatros para justificar a repressão ao movimento. O periódico classificava qualquer ação armada associada, pela polícia ou opinião pública, ao movimento como “articulação do ‘Ponto IV’ para desmobilizar as Ligas”. Na mesma edição em que Beser sofre as referidas acusações, encontramos indicações da participação de “agentes do Ponto IV” no ocorrido em Dianópolis, por exemplo, “o que é estranho é que os agentes do Ponto IV tenham ido reiteradamente a Goiás nos meses que precederam à descoberta de um centro de guerrilhas” na Liga Camponesa de Dianópolis”. Dessa forma, surge a seguinte indagação: Seria Beser agente do “Ponto IV”, ou seria essa uma tentativa do periódico de proteger o movimento das acusações policiais?

A maneira como a relação entre Jânio Quadros e Francisco Julião foi noticiada também merece destaque. O artigo “Avançada para o precipício” (20/3/1961) alertou para o perigo da aliança com os países do bloco “comunista”, pois isso favoreceria a aproximação entre os vermelhos de lá e os de cá, em especial aqueles como o “deputado ‘socialista’ Chico Julião que alarmava Pernambuco com a campanha das Ligas Camponesas e que chamou Jânio e Fidel para o “lançamento da sua jornada pela ‘libertação dos trabalhadores do campo”” (O NORDESTE, “Avançada para o precipício”, 20/3/1961, p.3). Foi a última vez que a relação entre Jânio Quadros e Francisco Julião foi sinalizada. *O Nordeste* destacou a viagem de Julião a Cuba, mas não mencionou o fato de Jânio Quadros fazer parte da delegação (SALES, 2005). Omitir essa informação tinha o objetivo de evitar possíveis questionamentos. Como justificar a aproximação entre o líder de um movimento tido como “ilegal” e o governo federal, tão defendido nas páginas do jornal pelo seu apoio financeiro ao MEB?

No decorrer das edições de 1962, a forma como as Ligas Camponesas foram interpretadas sofreu visível e instigante transformação. Na página seis da edição de 16 de janeiro de 1962, encontramos o artigo “Julião o Apóstota”, no qual Francisco Julião e as Ligas Camponesas são parabenizados por levarem, em seus anos iniciais, a justiça social aos camponeses e, assim, os inserirem na “história”. Porém, continua a notícia, essas nobres características se perderam quando ações de Julião e das Ligas passaram a ter características subversivas, tentando utilizar os camponeses como simples peças em um xadrez político, deixando-os sem liderança. Congratular a ação das Ligas em seus anos iniciais não foi uma simples propaganda do assistencialismo, mas sim a peça inicial de uma estrutura argumentativa ousada e surpreendente. A entrevista com o Padre Melo, publicada na página um da edição do dia 30 de janeiro de 1962, nos ajuda entender o porquê do apoio às ações iniciais das Ligas. Nessa entrevista, Padre Melo diz:

é preciso que todos saibam que fundei as Ligas Camponesas. Julião, certa vez, teve oportunidade de defender no Tribunal a causa do camponês, atendendo a convite nosso. Daí adveio a inegável popularidade de que goza, mas que é vista em proporções exageradas pelo cartaz que lhe concede a imprensa (O NORDESTE, “Os falsos intérpretes”, 30/1/1962, p.3).

Essa entrevista marca uma virada argumentativa do periódico, as Ligas, por um momento, deixaram de ser classificadas como “adversárias” ou “subversivas” e tornaram-se aquelas que “não querem subverter a ordem ou se prestar à difusão de ideologias estranhas aos ideais da democracia” (O NORDESTE, “O nordeste não é comunista: Luta contra a fome, diz Pe. Melo”, 31/1/1962; p.2). O periódico se tornou mais um entre os atores que

reivindicam a gênese do movimento, tendo como potencial líder “o padre Melo, criador das Ligas Camponesas” (O NORDESTE, “O nordeste não é comunista: Luta contra a fome, diz Pe. Melo”, 31/1/1962, p.2; “Padre pede sindicato nos campos”, 1/2/1962, p.1)¹³⁷.

Devido à grande aceitabilidade entre os camponeses, as Ligas se transformaram em objeto de disputa e deslegitimação. Tais embates tinham como lócus a linhagem das Ligas. Podemos dividir em dois grandes grupos aqueles que discutiram a gênese do movimento: 1) defensores de uma articulação exógena; 2) defensores de uma articulação endógena. Em linhas gerais, o primeiro grupo defendia a atuação de membros do PCB na organização da SAPPP. Atores políticos antagônicos utilizavam essa estrutura argumentativa com objetivos completamente distintos. Morais (1965) – líder do movimento – utilizou essa argumentação para apresentar as Ligas Camponesas como um movimento com características políticas desde os anos iniciais, com o intuito de afastar qualquer associação do movimento ao “populismo”¹³⁸. O setor patronal, por sua vez, tinha o intuito de associar a SAPPP às outras Ligas Camponesas que, em período recente (1945-1947), haviam se proliferado sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, para assim deslegitimar o movimento frente à opinião pública e estimular uma possível repressão legal.

Os integrantes do segundo grupo tentavam dissociar a imagem da SAPPP do PCB, com o objetivo de expor os camponeses como os únicos articuladores, organizadores, criadores e fundadores da sociedade. Da mesma forma que o primeiro, esse grupo era composto por progressistas (Francisco Julião e Antonio Callado) e conservadores (*O Nordeste*). *O Nordeste*, como constatamos anteriormente, utilizou essa estrutura argumentativa para apresentar o camponês como “ingênuo” e os líderes das Ligas como açambarcadores da luta camponesa pela sobrevivência, dessarte mobilizar a opinião pública contra os líderes e estimular a repressão legal dos mesmos. Com relação à Francisco Julião (1962), a apresentação do protagonismo camponês envolvia o interesse em demonstrar o papel revolucionário do camponês nas mais diversas mudanças políticas da história, legitimar

¹³⁷ Padre Melo atuava na organização de cooperativas e sindicatos cristãos na cidade do Cabo, em Pernambuco. Segundo Azevêdo (1982), ele defendia uma reforma agrária que respeitasse a função social da propriedade privada.

¹³⁸ Tomando as ideias de Daniel Aarão Reis Filho (2001) como base, podemos apontar que o *populismo* surgiu nos anos 50 com o sentido de estigmatizar movimentos sociais e lideranças políticas. Porém círculos mais sofisticados começaram a fazer uso da palavra como ferramenta para compreender a participação popular na política nacional e a importância de determinadas lideranças carismáticas, seu estilo de fazer política e de conquistar votos. Entre 1961 e 1964, com a intensificação das lutas sociais, as palavras *populismo* e *populistas* sofreram uma resignificação, passando a representar, para as forças conservadoras, tudo aquilo que de pior poderia haver na cultura política existente e que deveriam ser negadas e varridas da história do país, como: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo e irresponsabilidade. Porém, ainda na década de 1960, momento em que Morais escreveu a tese, essa resignificação deixou de ser uma característica das forças conservadoras e passou a ser utilizada por diversos setores da sociedade.

a sua teoria revolucionária, que via o camponês como a vanguarda da revolução socialista brasileira (RANGEL, 2000), e contornar a repressão legal aos movimentos “comunistas”, taxados como subversivos.

Essa virada argumentativa durou pouco. Em 24 de abril de 1962, as Ligas Camponesas voltaram a ser duramente criticadas (O NORDESTE, “A Guerra Política no Nordeste”, p.7). Porém, dessa vez *O Nordeste* trouxe a opinião dos próprios trabalhadores rurais, representados por “Caio Lins Cavalcanti – presidente da Associação dos Pequenos Agricultores, que congrega mais de 3.500 sócios” (O NORDESTE, “O que reclamam os agricultores nordestinos”, 4/5/1962, p.1). Cavalcanti condenou a “política de incitação ao ódio e as dissensões por parte de líderes das Ligas Camponesas”, que se “dedicam a desvirtuar o verdadeiro sentido das lutas”, inclusive, atacando as nações amigas – leia-se, os Estados Unidos da América. Nesse novo momento crítico, *O Nordeste* deixou de apresentar a franca expansão das Ligas para expor que, “com o movimento do clero de organização dos camponeses em entidades sindicais, as Ligas camponesas estão desaparecendo rapidamente. O próprio Julião não aparece em Pernambuco há oito meses, abandonando seus companheiros” (O NORDESTE, “Desaparecem as Ligas Camponesas diante do movimento sindicalista”, 20/5/1962, p.1). A razão apontada para tal desaparecimento é simples: as Ligas não entendiam e não sanavam as reais preocupações e necessidades dos camponeses, como os sindicatos católicos faziam (O NORDESTE, “Sindicalização rural”, 21/5/1962, p.1). Frente a isso, “padre Crespo espera que em breve não existam mais no Nordeste vestígios das Ligas nem de Julião” (O NORDESTE, “Desaparecem as Ligas Camponesas diante do movimento sindicalista”, 20/5/1962, p.1). Como de costume, o jornal não perdeu a chance de inocentar os trabalhadores rurais: “As Ligas Camponesas não tem natureza comunista. São formadas de trabalhadores e lavradores em situação de penúria que se agarram a uma tábua. Alguns dos dirigentes, sim, são comunistas.” (O NORDESTE, “Desaparecem as Ligas Camponesas diante do movimento sindicalista”, 20/5/1962, p.1).

Após Padre Crespo profetizar o fim das Ligas, *O Nordeste* não publicou notícias criticando o movimento, uma clara tentativa de demonstrar a força do sindicalismo católico, mas também reflexo das mudanças ocorridas no campo brasileiro a partir 1962, quando as Ligas foram deslocadas das disputas pela representação da população rural, pois “as disputas passaram a se dar fundamentalmente, em torno da criação de entidades sindicais” (GRYNSZPAN e DEZEMONE, 2007, p.227). Tal deslocamento está associado à opção das

Ligas em seus anos iniciais pela formação de associações civis. A justificativa ancorava-se na ideia de que para fundar um sindicato rural era necessário ir às principais cidades do país e esperar por meses a difícil autorização de funcionamento. Por outro lado, a organização legal dos camponeses sob uma associação era prevista por lei e, para colocá-la em funcionamento, bastava reunir trinta ou quarenta camponeses, redigir uma ata e lavrá-la em qualquer cartório. O instrumento garantidor desse direito era o código civil. O fato da luta por meio dele isolar os proprietários de terra, que se baseavam em práticas “feudais”, e neutralizar a “burguesia” – que não desrespeitaria o código civil, que “sacralizou” a propriedade privada – também era uma das justificativas para o foco na formação de associações civis. Uma vez que, a luta por meio de sindicatos isolava os assalariados rurais, pois a CLT – instrumento que regulava a sindicalização dos trabalhadores – não era reconhecida pela burguesia e pelos proprietários rurais (MORAIS, 1965; JULIÃO, 1962; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984).

Ao reaparecerem nas edições de 1963, as Ligas Camponesas não eram mais consideradas perigosas, ao contrário, eram tratadas como um movimento cuja atuação ocorria somente no “estado francamente revolucionário” de Pernambuco (O NORDESTE, “200 mil camponeses em greve: Pernambuco, camponeses tentaram trabalhar e foram recebidos a bala pelos piquetes”, 19/11/1963, p.2). Pois, somente ali encontraram as condições favoráveis à sua existência: a presença de um “núcleo subversivo” na esfera governamental e a estrutura agrária tipicamente feudal e miserável. De fato, apesar de terem participado das 48 greves que ocorreram em 1963, em prol da execução do Estatuto do Trabalhador Rural¹³⁹, e organizarem a invasão de engenhos abandonados e terras devolutas na luta pelo acesso a terra, as Ligas estavam em franca decadência. Esse declínio estava associado à perda de representação dos camponeses para a Igreja e o PCB, que conseguiram a maioria das cartas de representação sindical cedidas pelo Estado; à crise interna causada pela formação de núcleos guerrilheiros, pois, por cada núcleo guerrilheiro ter uma esfera de autonomia, diversos grupos tentaram assumir a direção das Ligas; e à insatisfação de membros do movimento com o fato de Julião, apesar de criticar abertamente o processo eleitoral, gastar rios de dinheiro em sua campanha eleitoral (AZEVEDO, 1982; BASTOS, 1984; MORAIS, 1965; AUED, 2012).

O PCB, por sua vez, era tratado como decadente e permeado por conflitos internos (O NORDESTE, “O eleitorado comunista no Brasil (I)”, 3/4/1961, p.3). A atuação do PCB no

¹³⁹ Segundo Bastos (1984, pp.91-92), grande parte dos proprietários se recusou a aplicar os direitos previstos nesse estatuto. Frente a tal situação e a dificuldade de usar a via jurídica, haja vista que a legislação ainda não havia sido regulamentada, utilizaram-se as greves como estratégia para pressionar a aplicação da legislação. O principal resultado dessas greves foi o contrato coletivo de trabalho na lavoura canavieira, que regulou a aplicação da ETR na mesma.

campo foi totalmente negligenciada e a ULTAB sequer foi citada. Comparando o *Terra Livre* com *O Nordeste*, é possível enxergar dois Cearás, um caracterizado pela “paz social” e o outro pela efervescência do campesinato. À título de curiosidade seguem algumas notícias do *Terra Livre*¹⁴⁰: “Latifundiário Mota tomou roçado do lavrador” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p.3); “700 famílias de lavradores lutam contra grileiro em Fortaleza” (TERRA LIVRE, junho de 1961, p.5); “Posseiros de Cabreiro não arredarão os pés da terra” (TERRA LIVRE, outubro de 1961, p.5); “Onda de crimes no Ceará: latifundiário incendiou casa com mulheres e crianças dormindo” (TERRA LIVRE, setembro de 1962, p.8); “FALTAC e Pacto Sindical lutam ao lado dos posseiros de Parangaba” (TERRA LIVRE, abril de 1963, p.4); “Sindicato Rural derrotou a “meia” na fazenda Oiticica no Ceará”(TERRA LIVRE, maio de 1963, p.6); “Organizam-se camponeses de Iguatu contra a ação criminosa de Antônio Vieira” (TERRA LIVRE, maio de 1963, p.7); “Novos crimes em Canindé: silêncio da Igreja favorece latifundiários” (TERRA LIVRE, outubro de 1963, p.8); “Barril de pólvora explodirá a qualquer momento” (TERRA LIVRE, fevereiro de 1964, p.4 – suplemento).

Apesar de ser tratado como decadente, o PCB não foi tratado como carta fora do baralho. O jornal alertava para o perigo que os comunistas representavam, mesmo sendo “1% da população” (O NORDESTE, “60.000 comunistas no Brasil”, 24/3/1961, p.7). Pois, nas palavras do Cônego Aloisio Rocha Barreto, eles “trabalham com disciplina e zelo incansáveis” (O NORDESTE, “O maior problema local”, 5/4/1961, p.5), inclusive mantendo contato com pessoas do gabinete da Presidência da República (O NORDESTE, “Atitude dos comunistas em face de Jânio”, 20/3/1961, p.8). A partir do momento em que o jornal tem acesso a uma suposta entrevista de Carlos Prestes ao jornal “Tempos Novos” de Moscou, na qual o “vermelho fujão” (O NORDESTE, “Vanguarda comunista”, 3/1/1962, p.3) apresentou a Frente de Libertação Nacional (FLN) como a vanguarda comunista no Brasil, as críticas ao PCB e à Brizola, o fundador dessa frente, se intensificaram. O periódico deixou de apresentar o PCB como decadente e permeado por conflitos internos, apresentando-o como atuante e organizado, “a despeito da divergência que *se diz existir* entre grupos do Partido” (O NORDESTE, 3/1/1962, p.3, grifo meu), articula “caravanas de agitadores, acobertados pela Frente de Libertação Nacional” (Idem).

Como ressaltado, as críticas também foram direcionadas a Brizola. Até então, Brizola era elogiado por suas ações educacionais e administrativas (O NORDESTE, “Brizola terá

¹⁴⁰ Souza (2004) elaborou excelente tabela identificando as notícias sobre o Ceará no *Terra Livre*.

acertado?”, 6/4/1961, p.2), mas, a partir da referida declaração de Prestes, passou a ser caracterizado, assim como qualquer outro comunista, como um demagogo que não era capaz de realizar uma administração dos conflitos agrários do seu estado, conseguindo, assim, “nordestificar o Rio de Grande do Sul” (O NORDESTE, “Santiagos e Brizzolas”, 27/6/1962, p. 3). A partir da análise das disputas agrárias que ocorriam no Rio Grande do Sul em 1962, é possível perceber que essa mudança possui outra matriz. Nesse período, o Rio Grande do Sul contava com significativo contingente de pessoas com acesso precário à terra, resultado da concentração fundiária e do esgotamento da fronteira agrícola. Foi nesse contexto socioeconômico que surgiu o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), criado em 1960 para evitar a desapropriação de 300 famílias de uma área de 1.800 hectares no município de Encruzilhada do Sul (ECKERT, 2009). Até o final de 1961 a organização era incipiente. Em 1962, esse quadro mudou e o MASTER teve considerável impulso, justificado pela relação intrínseca com o governador Brizola, que participava da organização dos acampamentos¹⁴¹ e enviava, quando possível, a Brigada Militar a fim de evitar o emprego de violência por parte dos proprietários contra aqueles que o MASTER aglutinou sobre a bandeira da desapropriação: assalariados rurais, pequenos proprietários, posseiros, parceiros, agregados e arrendatários (ECKERT, 2009). O MASTER não era o único movimento social que atuava nos campos rio-grandenses. Como precisamente destacou Ricci (1999), a preocupação com a sindicalização rural motivou a formação católica de Frentes Agrárias, cujo objetivo principal era conter a expansão do comunismo nas áreas rurais, diversos municípios do Rio Grande do Sul tiveram a sua Frente Agrária (RICCI, 1999 e ECKERT, 2009). Dessa forma, entendemos o porquê do jornal criticar as ações de Brizola e do Master, considerados entraves à expansão das formas de organização católica no campo.

Essa relação conflituosa permeou as páginas do jornal. Na notícia “Soluções improvisadas no R.G. Sul: Reforma agrária de Brizola é demagógica” (O NORDESTE, 2/2/1962, p.1), Brizola foi acusado de promover desapropriações com o objetivo único de criar “agitação aos meios rurais” e por “em risco a normalidade do próximo pleito eleitoral”. Na notícia “Agricultores ocupam tradicional forte de Caçapava” (O NORDESTE, 2/2/1962, p.2), Brizola foi apresentado como conivente a atuação de “invasores” de terras. Continuando os ataques a Brizola, o jornal publicou as notícias “O Exército evita ocupação de terras” (O NORDESTE, 13/2/1962, p.7), “Nova Denúncia de Agitação comunista no Rio Grande” (O

¹⁴¹ O Master tinha como *modi operandi* acampar ao redor das propriedades que desejavam a desapropriação. Tal prática era baseada nos artigos 173 e 174 da Constituição estadual, que previam a desapropriação de propriedades improdutivas por parte do estado e posterior distribuição ao maior número de famílias possível (ECKERT, 2009).

NORDESTE, 8/2/1962, p.1) e “Arcebispo de porto alegre desmascara o comunismo” (O NORDESTE, 27/2/1962, p.1) nas quais o governador é acusado de apoiar as ações dos “pseudo-agricultores” comunistas do MASTER.

A negligência dos encontros e congressos que os membros das Ligas e do PCB organizavam também é marcante, em especial o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte ¹⁴². Nesse congresso foram discutidos os principais problemas e formas de luta dos trabalhadores rurais¹⁴³. A reforma agrária foi intensamente debatida entre o PCB e as Ligas Camponesas. Entretanto, o assunto que polarizou o encontro foi a regulamentação da parceria e do arrendamento. Essa medida era defendida pelo PCB e combatida pelas Ligas, que defendiam a reforma agrária *na lei ou na marra* e eram contrárias a essas formas de acesso a terra, considerando-as precárias (MEDEIROS, 1989). O Congresso de Belo Horizonte foi citado somente no dia 18 de janeiro de 1962, no artigo “Aviso aos capitalistas”. O texto sequer cita as discussões ocorridas nesse congresso, a notícia é um alerta aos grandes proprietários, para que seguissem o exemplo da ação capitalista humanitária, caso contrário viria tudo se esfacelar frente a revolução, pois:

ficou patente a onda de ódio, de vingança, da massa contra a plutocracia, o milionário injusto e sem alma. Os chefes comunistas falaram alto, muito alto mesmo. E o deputado Francisco Julião foi abraçado festivamente pelo Sr. Presidente da República (O NORDESTE, “Aviso aos capitalistas”, 18/1/1962, p.3).

Apesar de fracionar sua crítica aos movimentos de esquerda, em alguns momentos *O Nordeste* veiculava críticas gerais a esses movimentos. Nesses momentos, os “comunistas brasileiros” – conceito que englobava as Ligas, o PCB e o MASTER – eram criticados por tratarem a reforma agrária como algo abstrato e distante da realidade da população rural (O NORDESTE, “O caldeirão ferve”, 11/1/1962, p.6; “D. Jaime alerta os fiéis sobre o comunismo”, 1/3/1962, p.5; “Agricultura do asfalto”, 9/3/1962, p.3)¹⁴⁴, preocupados somente em inculcar a falsa impressão de que o Brasil era constituído por latifúndios e latifundiários exploradores e estimular o ódio com o lema “Reforma Agrária na Lei ou na marra”. Ademais, eram caracterizados ora “como autênticos senhores feudais” (O NORDESTE, “Marxismo

¹⁴² Para não dizer que o referido congresso sequer foi citado, na edição de 24/11/1961, página 3, ele foi mencionado no artigo “O assunto é formar o povo”.

¹⁴³ Segundo Medeiros (1983), esse congresso apontou como reivindicações imediatas: o direito de organização independente em associações de classe; a extensão da legislação trabalhista ao campo; e o direito a sindicalização autônoma.

¹⁴⁴ Da mesma forma que *O Nordeste*, Bastos (1984), Azevêdo (1982), Moraes (1965) e Martins (1981; 1994) defenderam que a “esquerda” brasileira – leia-se Ligas Camponesas e PCB – não possuía projeto sólido de reforma agrária.

burguês”, 30/1/1962; p.3), ora como “capitalistas com automóveis de luxo, casas maravilhosas, dinheiro à vontade nos bolsos e explorando os ‘bestas’” (Idem).¹⁴⁵

O jornal também noticiava a conversão de pretensos líderes comunistas, como Armando Rodrigues Coutinho (O NORDESTE, “Cansou-se das mentiras e mistificações do comunismo”, 13/1/1962, p.2) e o ex-líder do partido comunista norte-americano (O NORDESTE, “Converte-se ex-líder comunista”, 11/2/1962, p.3). Notícias que demonstravam a “conversão paulina”, um modelo de conversão radical em que a escolha da conversão é uma decisão individual, livre e repentina, pautada em um desejo de viver o melhor da vida, abandonando imediatamente todas as “mentiras e mistificações do comunismo”.

Em diferentes momentos, o periódico apresentava a Igreja como bastião da luta contra o comunismo, por isso constantemente atacada. Por exemplo, na notícia “Cardeal Câmara Desvenda os planos do comunismo para o Brasil!” (10/4/1962, p.1), o texto apresenta oito formas de ação do comunismo no Brasil: 1) atuar nos anos primários, visando os grupos religiosos; 2) atuar nos cursos secundários e universitários; 3) atuar nos seminários; 4) desviar os seminaristas; 5) criar um clima de hostilidade entre os padres e as juventudes; 6) impedir que os meninos do interior ingressem nos seminários; 7) afastar os padres das famílias; 8) criar agremiações em todos os setores: escolares, operários, funcionários e agricultores. Dos oito pontos, sete envolvem a igreja. Outro exemplo é a notícia “A China e o Brasil” (O NORDESTE, 2/1/1961, p.3). Nessa notícia, o jornal apresentou as orientações dos chineses aos comunistas brasileiros. A orientação era simples, devido ao fato da religião no Brasil ser o “maior freio contra comunista” (O NORDESTE, 2/1/1961, p.3), os comunistas deveriam adentrar a Igreja se tornando cristãos exemplares, para depois corrompê-la. Se eleger como maior adversário do comunismo, possibilitava congregar sobre sua égide um misto de setores conservadores que combatiam o comunismo. Além disso, em concordância com as suas orientações cristãs-conservadoras, essa era uma forma de classificar como externos e subversivos os movimentos católicos progressistas, como a Ação Popular.¹⁴⁶

Além dos “comunistas” (Ligas, PCB e MASTER), outros dois grupos eram considerados adversários: os latifundiários com “mentalidade feudal”, que, por estarem

¹⁴⁵ A defesa da ideia de que os problemas rurais deveriam ser pensados por agricultores, estimulou a representação de João XXIII, autor da *Mater et Magistra*, como “o grande papa e agricultor” (O NORDESTE, “A Encíclica ‘Mater et Magistra’ e a reforma agrária”, 18/3/1962, p.3).

¹⁴⁶ Outros títulos em que isso ocorre: “Infiltração Perigosa” (1/8/1961, p.3); “O ‘Programa’ contra a Igreja” (12/1/1962, p.2); “O Comunismo é um grito de rebeldia contra Deus” (25/1/1962, p.3); “Mimetismo Comunista” (3/5/1962, p.3); “O engajamento Total” (16/8/1962, p.3); “A Igreja da Resistência” (1/10/1963, p.3); “O Cristão e a Posição” (10/10/1963, p.3); “Mundo Melhor” (4/11/1963, p.3).

apegados ao poder extra-econômico do latifúndio (O NORDESTE, “Cegueira perigosa”, 15/1/1962, p.3; “Dom Helder: comunistas e reacionários, os inimigos da reforma agrária”, 18/3/1962, p.8), se mostravam contrários a atuação do SAR (O NORDESTE, “Sindicalização prepara o terreno para mudança: estrutura agrária”, 23/2/1962, p.6); e os intermediários, apresentados como resultado da “economia pré-capitalista ou pseudo-capitalista” (O NORDESTE, “Intermediários na economia”, 8/2/1962; p.3) brasileira e definidos como “açambarcadores” que contribuíam para a exploração da população rural¹⁴⁷ (O NORDESTE, “Intermediários na economia” 8/2/1962, p.3; “Conheça os fabricantes do comunismo”, 11/2/1962, p.3; “Agricultura em choque”, 21/2/1962, p.3).

3.4. De rurícola a camponês

Nas primeiras edições de 1961, o homem rural era tratado como “sertanejo”, “rurícola”, “agricultor” ou “lavrador pobre”. A partir da sistematização da atuação da Igreja no campo, foi possível observar, somado a esses, a utilização do termo “camponês”. Tal utilização demonstra a caracterização dos trabalhadores do campo como atores políticos, reconhecendo-os como agentes da transformação do campo.¹⁴⁸

A sistematização da atuação da Igreja no campo não somente mudou a forma de se referir ao homem rural, mas também o seu papel no periódico. O jornal passou a ter colunas fixas relacionadas ao interior cearense, como: a “Iguatu em Revista”¹⁴⁹ e a “Interior em Foco”, que publicavam, em tom de denúncia e reclamação, notícias referentes à situação dos camponeses que lá viviam; e “O nordeste agrícola”¹⁵⁰, que fornecia orientações agro-pecuárias, por exemplo, os cuidados destinados a um bezerro recém-nascido, dicas para obter melhor irrigação e evitar a erosão (O NORDESTE, 8/7/1962, p.7) e instruções para a conservação de máquinas agrícolas (O NORDESTE, 29/7/1962, p.7). Nessas colunas, e também em outras partes, o jornal publicava: notícias e anúncios sobre a venda de materiais agro-pecuários (O NORDESTE “Começará este mês revenda de material aos agricultores”,

¹⁴⁷ Cabe destacar que essa argumentação ancorava-se na declaração daqueles que sentiam a exploração: os “lavradores da média mogiana” (O NORDESTE, “Conheça os fabricantes do comunismo”, 11/2/1962, p.3).

¹⁴⁸ Como destacou Novaes (1997), o termo camponês foi introduzido no Brasil pelo PCB, a fim de caracterizar os trabalhadores do campo como atores políticos. E foram os próprios pecebistas que definiriam as características de quem se enquadraria nessa definição.

¹⁴⁹ Iguatu é um município brasileiro do estado do Ceará, que na década de 1960 foi importante centro produtor de algodão. Em 1963, os trabalhadores rurais da região passaram a ocupar as páginas do *Terra Livre*, que noticiava as ações da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, fundada em fins de 1962, e do Sindicato dos Produtores Autônomos de Iguatu (TERRA LIVRE, “Massa camponesa desperta para a luta organizada”, fevereiro de 1963, p.2; “Organizam-se camponeses de Iguatu contra a ação criminosa de Antônio Vieira”, maio de 1963, p.7; “FALTAC e Pacto Sindical lutam ao lado dos posseiros de Parangaba”, abril de 1963, p.4; “Camponeses se unem para derrotar o latifúndio”, maio de 1963, p.6; “Grileiro Mata irmão e expulsa família”, junho de 1963, p.3).

¹⁵⁰ “O Nordeste agrícola” era publicado no SDON.

16/3/1962, p.5; “Micro-trator ‘Tobatta’”, 8/7/1962, p.6); instruções e orientações sobre a concessão de financiamento pela carteira agrícola do BB (O NORDESTE, “Cartilha do Produtor”, 21/8/1962, p.3; “Unidade móvel do B.B. faz empréstimos a lavradores de Cariri”, 25/10/1963, p.4; “Gerente do B.B. fez conferência para agricultores de Jaguaruana 28/10/1963, p.4); notícias sobre as mudanças organizativas dos círculos operários que tinham atuação frente aos trabalhadores rurais; editais de convocações para as assembleias gerais e reuniões dos sindicatos rurais do Ceará¹⁵¹; e, sempre que oportuno, a indicação de livros sobre a reforma agrária, em especial a obra “Reforma Agrária: Questão de Consciência”, apresentada como referência no pensar a reforma agrária dentro da doutrina social. Como destacou Cruz e Peixoto (2007), a existência de colunas fixas e suplementos indicam a abertura de espaço para interesses de grupos específicos, nesse caso um grupo que passou a ter papel primordial nos rumos políticos do país e, por isso, disputado pela Igreja, pelas Ligas Camponesas e pelo PCB (MEDEIROS, 1983).

Além de transforma-se em importante público alvo, a opinião da população rural era usada para legitimar os argumentos dos periódicos, como ficou claro nos artigos “Encerrado o congresso operário cristão nacional” (O NORDESTE, 29/7/1962, p.2 – SDON), “O que reclamam os agricultores nordestinos” (O NORDESTE, 4/5/1962, p.1) e “Conheça os fabricantes do comunismo” (O NORDESTE, 11/2/1962, p.3). Como vimos, na notícia “O que reclamam os Agricultores Nordestinos” o jornal utilizou a opinião dos próprios trabalhadores rurais, representados na figura de “Caio Lins Cavalcanti – presidente da Associação dos Pequenos Agricultores, que congrega mais de 3.500 sócios” (O NORDESTE, “O que reclamam os agricultores nordestinos”, 4/5/1962, p.1), para condenar as ações das Ligas Camponesas. Já na notícia “Encerrado o congresso operário cristão nacional”, o jornal legitimou as ações da Igreja no campo a partir da opinião do trabalhador João do Amaral, que, no discurso de encerramento desse congresso, agradeceu e reconheceu as ações dos padres: “acontecem coisas incríveis em Guariba; há latifundiários que chegam a proibir que trabalhadores assistam missa, porque o padre condena a exploração e ensina o camponês a

¹⁵¹ Por exemplo, nos dias 2 e 11 de maio de 1962 foram publicados os seguintes editais de convocação: “Pelo presente edital, em cumprimento do Decreto Lei n. 7038 de 10 de novembro de 1944, do Ministério do Trabalho, e, tendo em vista a futura portaria ministerial sobre a sindicalização rural, ficam convocados todos os trabalhadores rurais da periferia de Fortaleza, a compareceram à Assembléia Geral, que se realizará, no dia 13 de maio próximo, às 19hs(sic.), na sede da Federação dos Círculos Operários do Ceará, sita à praça Cristo Rei s/n., nesta capital, onde se debaterá e se estudará a fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores de Fortaleza”(O NORDESTE, 2/5/1962; p.6); “De ordem do Sr. Presidente, convoco os trabalhadores rurais do município de Fortaleza, para se reunirem em Assembléia Geral, no dia 27 do corrente, às 15 horas, e às 16 horas em segunda convocação, na sede do círculo operário de Messejana, em Fortaleza, a fim de deliberarem sobre: a) reconhecimento do sindicato b) leitura e aprovação dos Estatutos c) eleição provisória de administração para efeito e promover o referido reconhecimento junto ao ministério do trabalho. Fortaleza, 9 de maio de 1962 – Paulo Ferreira da Costa – Secretário da Comissão Organizadora (O NORDESTE, 11/5/1962; p.8).

defender-se” (O NORDESTE, 29/7/1962, p.2). Na notícia “Conheça os fabricantes do comunismo” (O NORDESTE, 11/2/1962, p.3), o argumento dos “lavradores da média mogiana”¹⁵² foi utilizado para criticar e identificar um adversário, os intermediários, apontados como os responsáveis pela exploração do campo.

Como destacado no início do tópico, a partir da sistematização da atuação da Igreja no campo, o homem rural ora era caracterizado como “camponês” ora como “sertanejo”, “rurícola”, “agricultor” ou “lavrador pobre”. Mas uma pergunta surge: quais os critérios utilizados para definir o homem rural como “rurícola” ou “camponês”? A utilização do termo camponês estava associada à forma de luta da população rural, quando estavam “dispostos a exigir obrigações do governo com a Democracia” (O NORDESTE, “Camponeses dispostos a exigir obrigações do governo com a Democracia”, 12/1/1962, p.4), ou seja, quando lutavam baseados nos princípios defendidos pela Igreja eram camponeses. Já o termo “rurícola” era utilizado para definir aqueles que não lutavam ou não se enquadravam nas doutrinas sociais da Igreja (O NORDESTE, “Líderes cristãos para o campo”, 17/1/1962, p.4). Além disso, lembrando os discursos católicos contra a escravização indígena, esses “rurícolas” também eram tratados como “ingênuos” (O NORDESTE, “Julião o apóstota”, 16/1/1962, p. 6; “Desaparecem as Ligas camponesas diante do movimento sindicalista”, 20/5/1962, p. 1), “facilmente manipulados” (O NORDESTE, 16/1/1962, p.6), “cobaias de subversão da ordem” (O NORDESTE, “Desorientação”, 12/4/1962, p.3) e enganados pelos “proveitadores da miséria das massas” (O NORDESTE, “Com os olhos em Pernambuco”, 8/6/1961, p.3; “Os falsos intérpretes”, 30/1/1962, p.3).

Apesar de ser foco e de ser utilizado como legitimador das informações oferecidas pelo periódico, em raros momentos o camponês possuía voz ativa no mesmo. Nesse sentido o periódico diferencia-se dos demais aqui analisados, em especial o *Terra Livre*, que, como destacou Enilce Souza (2005), também era instrumento de manifestação dos camponeses. Como destacou a autora, não era característica da grande imprensa “ontem como hoje, pautar as lutas sociais, do ponto de vista dos seus protagonistas, ou mesmo, dando a conhecer ao

¹⁵² Próximo a essa região, encontrávamos a Alta Mogiana, uma das zonas cafeeiras mais antigas de São Paulo (WELCH, 2010). Na segunda metade da década de 1940, a região da Alta Mogiana, assim como outras regiões do interior do estado de São Paulo, caracterizou-se pela presença significativa de comitês rurais do Partido Comunista Brasileiro. No momento em que a referida notícia foi publicada, a região era palco da disputa entre o PCB e a Igreja Católica pela representação do trabalhador rural, sendo esta representada pelo padre Celso Ibson de Syllos. A partir de 1962, o padre Syllos contribuiu para a fundação de diversos sindicatos rurais na região. Padre Celso também era editor do jornal *Diário de Notícias*, veículo da arquidiocese de Ribeirão Preto, que ele transformou, a partir de 1961, em veículo de comunicação com o objetivo de promover a “franca agitação política” e alcançar o público rural (WELCH, 2010, p.326)

leitor as várias faces dos conflitos sociais e da luta pela terra no Brasil” (SOUZA, 2005, p. 18).

Principais pontos a serem retidos

Primeiro ponto a ser destacado é a conformidade argumentativa entre o periódico e a hierarquia católica. Quando o episcopado brasileiro defendeu a saída dos problemas rurais por meio de soluções técnicas, *O Nordeste* destacou o papel dos tratores, dos engenheiros e do ensino técnico. Quando o episcopado passou a incentivar a mobilização camponesa, o periódico, prontamente, retratou a população como camponesa e destacou o papel transformador da educação de base e da reforma agrária assistencial. Mudança que representa a concentração de esforços da hierarquia católica para mudar o quadro político que se construía no campo brasileiro, marcado pela presença de grupos a favor da redistribuição de terras.

Relacionado ao ponto anterior, é necessário destacar o lugar ocupado pelo jornal no contexto da “guerra fria”. *O Nordeste* apoiava as ações dos EUA e, conseqüentemente, demonizava o comunismo. Porém, a crítica nos primeiros meses era dirigida ao comunismo internacional, raramente o periódico se direcionava às esquerdas nacionais. Tal direcionamento se iniciou com a atuação sistemática da Igreja no campo, quando, de fato, as Ligas e o PCB foram encarados como verdadeiras ameaças e propagadores das bases expansionistas do comunismo – como bem destacou na notícia “O Comunismo começa com a Reforma Agrária” (O NORDESTE, 29/1/1962, p.4). É necessário destacar que a maior preocupação com as Ligas está relacionada à posição geográfica do Ceará, próximo à Pernambuco e à Paraíba, regiões onde as Ligas eram preponderantes. Ainda com relação à caracterização dos adversários, é necessário destacar a mudança argumentativa do periódico em 1962, quando passou a considerar adversários – para além dos “comunistas” –, os “intermediários” e os “proprietários com pensamento semi-feudal”.

Por fim, com relação à estrutura argumentativa do periódico, a estratégia era clara: analisar os problemas rurais de forma simples e capaz de transmitir segurança à população rural, elegendo um adversário (a seca/o comunismo), um problema (a incapacidade técnica/a pobreza) e uma solução (o ensino técnico/a educação de base).

IV

A Liga

4.1. As Ligas Camponesas e o campo brasileiro (1954-64)

Em 1954 se organizou, no Engenho da Galiléia (Vitória de Santo Antão – PE), a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), considerada o embrião das Ligas Camponesas (1954-64). A gênese da SAPPP é um dos pontos de maior discordância entre aqueles que escreveram sobre o tema. O primeiro aspecto que merece ser discutido é a filiação da associação ao PCB. A atuação de membros do PCB na articulação da SAPPP foi destacada por Medeiros (1989), Morais (1965), Azevêdo (1982) e Bastos (1984). As exceções a essa regra foram Andrade (1963) e Francisco Julião (1962), que dissociaram a imagem das Ligas Camponesas (1954-64) do PCB. Andrade ao realizar essa dissociação, tinha como objetivo legitimar a tese de que a SAPPP surgira com objetivos beneficentes. Por outro lado, para entender a dissociação empreendida por Julião, é preciso ressaltar que o nome “Ligas Camponesas” foi imputado pela imprensa e pelos latifundiários à SAPPP, como tentativa de associá-la àquelas criadas pelos comunistas em 1945, e assim legitimar a utilização da Lei de Segurança Nacional para reprimir a expansão do movimento (NOVAES, 1997; MOTTA e ESTEVES, 2009). Dessa forma, Julião (1962), com o intuito de contornar a referida repressão legal, negligenciou a participação de militantes pecebistas na organização da associação. Além disso, também é necessário considerar a divergência entre Julião e o PCB, que, a partir de novembro de 1961, tornou-se pública.

Os autores também discordaram quanto aos objetivos da SAPPP. Morais (1965), Martins (1983) e Azevêdo (1982) interpretaram a associação como exclusivamente política, preocupada, principalmente, em lutar contra a expulsão dos foreiros das terras do engenho¹⁵³. Já Andrade (1963), Julião (1962), Bastos (1984), Medeiros (1989) e Motta e Esteves (2009) adotaram a ideia de que o movimento começou beneficente – preocupado em fundar uma escola, comprar um engenho, adquirir implementos agrícolas, reivindicar assistência técnica governamental e criar um fundo para a assistência funerária, médica e jurídica – e se transformou depois em político, lutando com o objetivo de proteger os galileus¹⁵⁴ do foro

¹⁵³ Segundo Martins (1983), com a revitalização do mercado do açúcar, os proprietários expulsaram os camponeses das terras do engenho, para, no lugar das culturas dos camponeses, plantarem cana-de-açúcar.

¹⁵⁴ Maneira como a historiografia se refere aos moradores do engenho da galiléia.

cochado pelo proprietário do engenho¹⁵⁵. Martins (1994), Josué de Castro e Antonio Callado (AZEVEDO, 1982) não identificaram características “políticas” na SAPPP. Esses três autores defenderam que essa “cooperativa” (MARTINS, 1994, p. 60) foi criada para amenizar os custos de sepultamento dos mortos, já que os arrendatários estavam empobrecidos e não tinham condições de realizar o enterro.

Apesar dessas discordâncias, todos esses autores caracterizaram Francisco Julião como aquele que atuou em prol dos foreiros na justiça, por meio da lei do inquilinato¹⁵⁶, e na assembleia legislativa de Pernambuco, ao criar uma comissão para investigar possíveis ameaças aos galileus. O sucesso da sua atuação contribuiu para que, em 1955, o movimento se expandisse regionalmente, estendendo a sua “proteção” aos trabalhadores dos engenhos próximos, que também sofriam com o aumento do foro e a negação de concessão de terras do engenho para plantio e habitação¹⁵⁷ (MEDEIROS, 1989; BASTOS, 1984; AZEVEDO, 1982). Apesar de fundamental, o sucesso das ações de Julião e a conjuntura econômica nordestina não foram os únicos fatores que contribuíram para a expansão regional do movimento. As Ligas desde o seu início se organizaram como uma entidade de caráter estadual. Essa forma de organização foi pensada por José dos Prazeres¹⁵⁸ para que o movimento: a) tivesse homogeneidade, pois um mesmo estatuto abrangeria todas as delegacias¹⁵⁹; b) liquidasse o burocratismo, já que as suas delegacias surgiriam automaticamente legalizadas; c) diminuísse a possibilidade de rápida repressão, comum a movimentos exclusivamente locais (MORAIS, 1965). Para atingir esses objetivos, criou-se um órgão que teve importante influência na

¹⁵⁵ Como mostrou Medeiros (1989), na zona canavieira de Pernambuco alguns trabalhadores rurais eram moradores de condição. Os moradores de condição recebiam uma casa para morar e um pequeno lote para plantar alguns alimentos; em troca forneciam ao proprietário dois dias de trabalho semanais gratuitos. Os foreiros eram uma variante dos trabalhadores de condição, possuíam maior independência frente ao proprietário, não eram obrigados a trabalhar para ele semanalmente, mas, tinham uma quantia de dias de trabalho a ser fornecida anualmente.

¹⁵⁶ Julião utilizou essa lei, que regulava as relações entre locadores e locatários de moradias, para garantir que os foreiros tivessem os seus direitos reconhecidos enquanto moradores do engenho.

¹⁵⁷ Como vimos no capítulo I, a presença do capital monopolista no campo alterou as relações de trabalho, transformando os posseiros em trabalhadores diaristas.

¹⁵⁸ José dos Prazeres, junto com Paulo Travassos, eram antigos mobilizadores da Liga Comunista de Iputinga (PE). Eles atuaram na idealização e organização inicial da SAPPP, compondo, inclusive, a diretoria da sociedade (AZEVEDO, 1982; MEDEIROS, 1989; MORAIS, 1965; MOTTA e ESTEVES, 2009). Para Clodomir de Moraes, José dos Prazeres era tão importante para o entendimento das primeiras ações da SAPPP, que concentrou suas análises na atuação deste e negligenciou as demandas e os conflitos dos foreiros do Engenho da Galiléia. Fundamentalmente, dois motivos legitimaram a importância de Prazeres. O primeiro deles foi a sua atuação como estrategista da organização, por exemplo, ele foi o responsável por orientar os foreiros a oferecerem o cargo de presidente de honra da SAPPP a Oscar Beltrão, proprietário do engenho, para assim conseguirem cobertura política e, conseqüentemente, passe livre para as suas ações. O segundo motivo foi a sua participação na criação do outro protagonista dos anos iniciais das Ligas: o núcleo de respaldo urbano. Apesar de ter aceitado o convite, Oscar Beltrão, orientado por proprietários da região sobre o perigo representado por essa sociedade, saiu do cargo e iniciou intensa repressão às Ligas. Buscando mobilizar apoio político ao movimento, Prazeres e Paulo Travassos foram até Recife. E foi dessas idas a Recife que se formou o primeiro núcleo de respaldo urbano ao movimento.

¹⁵⁹ As delegacias eram núcleos distritais e/ou municipais das Ligas Camponesas, que tinham esse nome para diminuir o temor, por parte do camponês, do poder policial, pois sempre que fosse a um desses núcleos, o camponês estaria indo à “delegacia” (JULIÃO, 1962).

expansão regional do movimento, o Conselho Regional das Ligas Camponesas. Este era um núcleo de respaldo urbano, formado por personalidades políticas, que tinha a função de fornecer assistência política ao movimento e, por meio das tribunas parlamentares e da imprensa, propagar suas palavras de ordem em meio às cidades.

Outro fator que catalisou a expansão regional das Ligas foi a ampliação das liberdades democráticas em Pernambuco. A instauração do “Governo da Frente Popular” em Recife (1956) e em Pernambuco (1959) afastou a oligarquia agrária das instituições municipais e estaduais¹⁶⁰, favorecendo as ações das organizações populares e a popularização de temas como a fome e a reforma agrária, uma vez que os problemas socioeconômicos do Nordeste não mais eram considerados resultados da fatalidade climática da seca, mas sim da distribuição desigual de renda e de terra, que deveria ser solucionado por meio da reforma agrária (MORAIS, 1965; BASTOS, 1984; AZEVEDO, 1982, MOTTA e ESTEVES, 2009, MEDEIROS, 1989). Prova dessa popularização foi a realização de diferentes congressos abordando esses temas, como o Congresso de Salvação do Nordeste (1955) e o Primeiro Congresso de Camponeses, no qual José dos Prazeres, responsável por fundar diferentes núcleos do movimento pela região Nordeste, foi nomeado presidente das Ligas Camponesas (MORAIS, 1965).

A desapropriação do Engenho da Galiléia, em 1959, também colaborou para a extensão das bases do movimento¹⁶¹. Em um primeiro momento, os camponeses, empolgados com a real possibilidade de realizar a reforma agrária em diversas “Galiléias”, incentivaram a criação de muitas outras Ligas Camponesas pelo Nordeste. Porém, no decorrer da desapropriação, as Ligas observaram os limites da luta dentro dos parâmetros constitucionais, uma vez que a Companhia de Revenda e Colonização (CRL), responsável por organizar a desapropriação do engenho, buscou desmobilizar o movimento. Para tanto, utilizou critérios absurdos e abstratos, que foram acionados para alocar os membros da SAPP em engenhos improdutivos, localizados no sertão e na chapada do Araripe. A título de curiosidade, o engenho só seria dos foreiros quando todos eles pagassem os seus respectivos lotes. Se um deles não quitasse as prestações anuais, o engenho continuaria pertencendo ao Estado. E para

¹⁶⁰ A bibliografia especializada no tema intitula esse governo de “Governo da Frente Popular”, pois a sua vitória foi resultado da união de diferentes setores da sociedade pernambucana, como trabalhadores rurais, proletários urbanos, comerciantes e pequenos industriais.

¹⁶¹ O projeto de desapropriação foi apresentado à assembleia legislativa pernambucana pelo deputado estadual Carlos Luiz de Andrade, suplente de Francisco Julião (MORAIS, 1965; BASTOS, 1984; AZÊVEDO, 1982; MOTA e ESTEVES, 2009). Segundo Morais (1965), grandes manifestações e comícios realizados em frente à assembleia e ao palácio do governo favoreceram a aprovação do projeto.

ter acesso a um lote, o foreiro não poderia possuir doença ou defeito físico (BASTOS, 1984). A decepção com a desapropriação contribuiu para que o movimento concluísse que grandes mudanças só ocorreriam por meio da reforma agrária radical. A decorrente radicalidade do camponês, em conjunto com a atuação do violeiro, do folhentista e do cantador, os atos públicos, a publicação dos boletins e das cartas enviadas pelo movimento na imprensa e a revolução cubana, com o seu alto impacto na esquerda revolucionária, também podem ser considerados elementos estimuladores da expansão das Ligas (JULIÃO, 1962) ¹⁶².

Como vimos, o projeto de reforma agrária radical ganhou contornos mais sólidos quando os dirigentes das Ligas, Francisco Julião e Clodomir de Moraes, viajaram a Cuba, em 1960, e tiveram contato com a reforma agrária cubana. A partir desse momento, a luta por meio do Código Civil e da denúncia das violências praticadas contra os camponeses foi substituída pela articulação de greves, criação de núcleos guerrilheiros e invasão de engenhos abandonados e terras devolutas. Essa nova forma de interpretar a questão agrária contribuiu para o rompimento com o PCB e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de um programa voltado à expansão nacional, cientes da necessidade de conquistar adeptos para confrontar as teses e organizações ligadas ao partido ¹⁶³.

Após os processos de expansão, o movimento mergulhou em uma crise interna motivada por diferentes fatores (MORAIS, 1965; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984; MEDEIROS, 1989). Primeiramente, as Ligas perderam a representação dos camponeses para a Igreja e o PCB, que, como já argumentamos, conseguiram a maioria das cartas de representação sindical cedidas pelo Estado. Para contornar tal situação, o movimento enviou os seus melhores militantes para criarem núcleos em outras regiões, o que contribuiu para o enfraquecimento do movimento nas regiões originais, como Pernambuco (AZEVEDO, 1982). Outro fator que contribuiu para a deflagração de problemas internos foi a insatisfação de membros do movimento com o fato de Julião, apesar de criticar abertamente o processo eleitoral, gastar rios de dinheiro em sua campanha eleitoral de 1962. Com relação ao desempenho de Julião na eleição de 1962, tanto Azevêdo como Bastos destacaram que o pequeno número de votos recebidos por Julião representou a perda da força das Ligas. Apesar

¹⁶² Julião (1962) interpretou a expansão das Ligas somente a partir de fatores internos. Julião lutava tanto pela reforma agrária como pela revolução socialista, e isso se refletiu na sua interpretação. Ele buscou apresentar os governos municipal, estadual e federal como representantes do capitalismo, das classes dominantes e da exploração, no intuito de mobilizar os camponeses a derrubá-los em nome do socialismo. Por isso, Julião apresentou o Governo da Frente Popular (1959) como claros opositores dos camponeses e das Ligas, pois assinalar que esses governos “burgueses” apoiaram as Ligas ou ampliaram as liberdades democráticas deslegitimaria a sua tese de que o burguês estava mais próximo do latifundiário que do camponês.

¹⁶³ Os conflitos entre as duas forças foram trabalhados no capítulo II.

de ser uma hipótese bem estruturada, acreditamos que o número de votos recebidos por Julião estava mais associado ao fato de Julião defender a reforma agrária radical e às suas ações do que ao enfraquecimento das Ligas. Três aspectos nos fizeram pensar isso: a) Assis Lemos, líder da Liga de Sapé e partidário das ideias defendidas pelo PCB, foi eleito na mesma ocasião o deputado estadual com o maior número de votos da capital (PAGE, 1972); b) grande parte da esquerda rechaçou a tese radical de Julião e, por isso, se opôs à sua candidatura (PAGE, 1972); c) alguns setores do movimento se mostraram insatisfeitos com o fato de Julião, que criticava a mudança pela via eleitoral, ter se candidatado ao cargo de deputado federal.

Tudo indica que a criação dos núcleos guerrilheiros também contribuiu para a transformação das Ligas em um movimento bicéfalo: um grupo a favor da luta armada, liderado por Clodomir de Moraes, e outro a favor da luta política, liderado por Julião (MEDEIROS, 1989). Dessa interpretação surgiu a seguinte polêmica na historiografia: Julião apoiava ou não a luta armada? Diversos autores destacaram o apoio, mas outros mostraram o contrário. Consideramos válidos os argumentos dos últimos e sabemos que Alexina Crespo – mulher de Francisco Julião –, em entrevista à Wandeck Santiago (2012), concordou com essa interpretação e que o próprio Julião, como demonstrou Sales (2005), disse que havia sido contrário ao movimento armado. Porém, seríamos ingênuos, como apontou Sales, se aceitássemos a tese de unilateralidade por parte de Clodomir de Moraes, pois é difícil aceitar que Moraes mobilizaria recursos políticos e financeiros para a criação de focos guerrilheiros sem a conivência de Julião; que a preocupação da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e do DOPS do RJ com Julião era equivocada; e que Julião seria contrário à implantação de uma estratégia revolucionária parecida com a cubana.

Em 1963, na tentativa de restabelecer as forças do movimento, Francisco Julião e Padre Alípio propuseram mudanças na estrutura do movimento¹⁶⁴(MORAIS, 1965; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984). Julião sugeriu a criação do *Movimento Unificado da Revolução Brasileira* (MURB), uma espécie de recriação do *Movimento Radical Tiradentes*¹⁶⁵. O MURB tinha como proposta a união das forças “revolucionárias” –

¹⁶⁴Cabe aqui destacar que em novembro de 1962 o movimento já vislumbrava mudanças na sua estrutura, porém concentradas nas Ligas de Pernambuco e da Paraíba, que, objetivando maior dinamismo e resposta aos anseios camponeses, reformaram sua estrutura orgânica e seus estatutos (A LIGA, “Reestruturação das Ligas para torná-las ainda mais dinâmicas”, 16/1/63, p.3).

¹⁶⁵Em meio aos conflitos pelo controle do movimento, Julião lançou, em 21 de abril de 1962, o *Movimento Radical Tiradentes*. Tendo como referência a revolução cubana e a implantação de uma reforma agrária radical, Julião criou o movimento com o objetivo de restabelecer a unidade do movimento e organizar os movimentos camponeses e nacionalistas sob um comando único. O movimento durou apenas alguns meses, sendo dissolvido em outubro, e não foi capaz de alcançar seus objetivos (MORAIS, 1965; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984).

camponeses pobres e operariado urbano e rural – com as forças “progressistas” –pequenos produtores e comerciantes, camponeses médios, estudantes e intelectuais pobres, pastores e padres realmente cristãos, comerciários, pequenos funcionários públicos, soldados, marinheiros, cabos e oficiais patriotas –, a fim de implantar as reformas agrária, urbana, industrial, bancária e educacional. O Conselho Nacional das Ligas aceitou como plataforma de luta as referidas reformas radicais, tidas como “radicais”, porém não viu com bons olhos a formação de um movimento unificado.

Aproveitando-se do insucesso de Julião, Padre Alípio¹⁶⁶ sugeriu a criação de duas agremiações, a Organização Política (OP) e a Organização das Massas (OM). A OP seria regida por um estatuto único e ofereceria unidade e disciplina às Ligas Camponesas. Para entrar na OP seria necessário um convite, concedido àqueles que possuíssem como características: o “amor à causa camponesa, à Nação e ao povo” (A LIGA, “Ligas Camponesas do Brasil, organização política”, 11/3/1964, p.7); as “condições morais apropriadas para um militante”; “nível político e ideológico do proletariado” (Idem); a aceitação da disciplina da organização, entendendo-a como democrática e verticalizada. A OM, por sua vez, seria aberta a todos que concordassem com as proposições radicais de Julião e “regida por vários estatutos adequados ao caráter de cada uma das Ligas e adaptados às peculiaridades locais e às circunstâncias de seu funcionamento” (Idem). Por outro lado, a popularidade das Ligas Camponesas incentivou a replicação do nome, surgindo, assim, as Ligas Feministas, as Ligas Urbanas, as Ligas de Pescadores, as Ligas dos Desempregados, as Ligas dos Sargentos, todas sob a “orientação política radical do Deputado Socialista Francisco Julião” (Idem). A proposta de Padre Alípio encontrou apoio entre os que objetivam transformar as Ligas em uma organização política opositora ao PCB. Dessa forma, na Conferência de Recife (1963), o movimento transformou-se em um partido agrário-revolucionário de caráter leninista, com uma estrutura única e centralizada, intitulada *As Ligas Camponesas do Brasil* (MORAIS, 1965; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984).

A tentativa de reestruturação não surtiu o efeito esperado, pois o ambiente político favorável da década de 1950 não existia mais. Em 1964, o movimento foi desarticulado após a prisão dos seus principais líderes: Francisco Julião, Clodomir de Moraes e Padre Alípio (BASTOS, 1984). Sem utilizar a insígnia “Ligas Camponesas”, alguns membros da OP continuaram atuando de forma clandestina, auxiliando presos e perseguidos políticos,

¹⁶⁶ Padre Alípio, sacerdote exilado português e naturalizado brasileiro, atuou como líder camponês no Maranhão e membro da ULTAB, com a qual rompeu em 1962 para filiar-se às Ligas Camponesas (MORAIS, 1965).

participando de greves¹⁶⁷, republicando o semanário *A Liga*, extinto com o golpe, e planejando o restabelecimento dos setores armados (MORAIS, 1965).

4.2. *A Liga* e as disputas políticas

A Liga surgiu quando o Conselho Nacional das Ligas estava composto por pessoas dissociadas do campesinato, em sua maioria médicos, advogados e estudantes (MORAIS, 1965). Ao que parece, os primeiros números refletiram essa constituição do núcleo dirigente. O periódico apresentava maior interesse em atingir a opinião pública e os setores urbanos de apoio ao movimento, como o operariado urbano e os estudantes, do que em alcançar os camponeses – das seis páginas do periódico, somente a quinta página era dedicada à análise da questão agrária nacional. Outra característica dos primeiros números desse periódico era o protagonismo de Francisco Julião, representado na coluna “Os camponeses escrevem a Julião”, que, diferentemente da maioria dos jornais, não criava um espaço de comunicação direta entre o leitor e o periódico, mas sim, única e exclusivamente, com o diretor; e na propaganda política de suas ações, classificado como o primeiro representante das “massas camponesas e operárias” a assumir uma cadeira no Congresso Nacional. Entretanto, da mesma forma que destacava a marcha das classes populares para eleger seu “primeiro representante”, o semanário considerava trabalho de Sísifo qualquer esforço por parte do trabalhador para mudar o parlamento e, por isso, indicava a luta insurrecional como a única forma de provocar mudanças (A LIGA, “Eleição não mudou o congresso”, 16/10/1962, p.1; “Gabinete Comprometido”, 16/10/1962, p.1; “Reação perde seus líderes na eleição”, 16/10/1962, p.3) – ambiguidade que reflete muito bem a atitude paradoxal de Julião em relação às eleições de 1962. Com o passar das edições, essa contradição extinguiu-se, propagando-se somente a crítica da situação política¹⁶⁸, como ficou evidente ao noticiar os resultados das eleições de 1962. Congratulando a vitória de Julião somente no final da última página da edição de 27 de novembro de 1962 e negligenciando as vitórias de José Porfírio – principal integrante da luta de Trombas e Formoso – e de Assis Lemos, o semanário considerou que o pleito de 1962 em nada mudara o congresso. Percepção distinta da empreendida pelo *Terra Livre*, que, baseado nas interpretações da “Declaração de Março” (1958), publicou fotos dos operários, camponeses e intelectuais “levados ao parlamento pela vontade livre do povo nas urnas” (TERRA LIVRE,

¹⁶⁷ Segundo Morais (1965), os membros da OP articularam greves nas fábricas de açúcar de Pernambuco. Como destacou WELCH (2010), após o embargo norte-americano a Cuba, a produção açucareira brasileira revitalizou-se, aumentando sua cota exportadora de 0%, em 1960, para 6,4%, em 1962.

¹⁶⁸ Somente na edição de 14 de agosto de 1963 essa contradição voltou aparecer. O periódico fez propaganda de Pelópidas, que estava se candidatando às eleições municipais, com manchetes do tipo: “Para prefeito, vote em Pelópidas, o candidato das Ligas Camponesas” (p.1); “Vote nos candidatos das Ligas Camponesas” (p.6). Ele foi eleito, porém sua vitória foi comemorada apenas com uma nota (A LIGA, 4/9/1963, “Pelópidas satisfeito”, p.3).

“Eleitos os candidatos populares”, novembro de 1962, p. 4). O periódico pecebista considerava que “a voz das urnas é suficientemente clara para afirmarmos que a reação e o entreguismo, comandado pelo imperialismo norte-americano, sofreram duras derrotas em vários estados do Brasil”(Idem).

A indignação com a estrutura política nacional ganhou contornos mais claros na campanha de boicote ao plebiscito de 1963, para a escolha entre o parlamentarismo e presidencialismo (A LIGA, “Com ‘não’ ao plebiscito o povo repudia a farsa”, 27 de novembro de 1962, p.1; “O plebiscito é briga de gabinete” 4/12/1962, p.5; “Do ponto de vista do operário”, 11/12/1962, p.2; “Nem ‘sim’ nem ‘não’, abstenção”, 1/1/1963, p.1; “Reforma agrária sim, plebiscito não!”, 25/12/1962, p.3; “Plebiscito: vota quem quer”, 1/1/1963, p.2; “Os gorilas e o plebiscito”, 9/1/1963, p.4). Defendendo que o mesmo não passava de “briga de gabinete”, pois em nada contribuiria para a mudança das condições socioeconômicas da população, o *Liga* publicou pequenas frases indicando a luta insurrecional como a única via de mudança da situação nacional. Por exemplo: “No presidencialismo, 70% das terras estavam nas mãos de 2% de latifundiários. No parlamentarismo, nada mudou. Logo, não há diferença. A opção é outra. O voto pela Reforma Agrária é não votar no plebiscito” (A LIGA, 27/11/1962, p.3; 4/12/1962, p.3; 11/12/1962, p.3; 18/12/1962, p.3); “No presidencialismo o povo passava fome. No parlamentarismo o povo passa fome. Logo não há diferença. A opção é: CAPITALISMO x REVOLUÇÃO SOCIAL. Não votando no plebiscito, você estará defendendo a REVOLUÇÃO SOCIAL” (A LIGA, 27/11/1962, p.4; 4/12/1962, p.4; 11/12/1962, p.4; 18/12/1962, p.4); “No presidencialismo os salários do operário nunca deram para nada. No parlamentarismo acontece o mesmo. Logo, não há diferença. Pela encampação das empresas estrangeiras e por soluções operárias não vote no plebiscito” (A LIGA, 27/11/1962, p.2; 4/12/1962, p.2; 11/12/1962, p.2; 18/12/1962, p.2). Para legitimar a abstenção, o periódico ancorava-se na Lei Complementar n.º 2 que no seu “artigo 2º, parágrafo 3º, não estabeleceu a obrigatoriedade de manifestação na consulta plebiscitária que vai ser feita. Apenas declarou que os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962 terão direito de votar” (A LIGA, “‘Habeas Corpus’ preventivo para garantir o direito de não votar”, 18/12/1962, p.5). Além disso, orientava como deveriam incorrer aqueles que por ventura fossem punidos pela abstenção: “basta fazer uma petição, citando o art. 2º, parágrafo 3º da Lei Complementar n.º 2 Ato Adicional, dando as razões por que não deseja votar, e pedindo um ‘habeas corpus preventivo’ contra as penalidades que porventura venham a ser impostas pelo Poder Judiciário”. Após a divulgação do resultado do plebiscito, Francisco Julião publicou o artigo “Plebiscito e Emboscada”. Como não poderia ser diferente, Julião utilizou o espaço para mostrar a fragilidade do sistema político nacional e a força da campanha iniciada pelo periódico. Para isso, apresentou que a abstenção ao plebiscito foi de 60%, porém, mais uma vez as

classes dominantes se articularam e “as urnas apareceram, por um passe de mágica, cheias de cédulas. Aladim funcionando” (A LIGA, “Plebiscito e emboscada”, 23/1/1963, p.1).

Em outubro de 1962, camponeses do núcleo guerrilheiro da Serra de Petrópolis, indignados com os resultados da eleição de 1962 – apesar dos significativos gastos, Julião não conseguiu mais do que o último lugar entre os eleitos –, deslocaram-se para o Rio de Janeiro e, à mão armada, assumiram o controle do *Liga*, que estava sendo dirigido por um grupo de intelectuais ligados a Francisco Julião, como Ferreira Gullar e Wanderley Guilherme. Segundo Moraes, depois da invasão, o periódico passou às mãos de Pedro Porfírio (OM), padre Alípio (OM), Aduino Freire da Costa (OP), Mariano José da Silva (OP) e Ozias da Costa Ferreira (OP) (MORAIS, 1965). Ao que tudo indica, essa invasão alterou, significativamente, a estrutura do periódico: 1) o camponês, antes relegado à penúltima página, passou a ser foco do semanário, que assumiu a função de “esclarecer o homem do campo [...] ensinando como deve ser organizada uma Liga Camponesa” (A LIGA, “Como organizar uma Liga”, 6/11/1962, p.3); 2) o movimento das Ligas Camponesas era apresentado como constante e irrefutável. Para legitimar essa argumentação, o periódico publicava pedidos de auxílio à formação de Ligas Camponesas em diferentes estados do país, como Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Acre, Alagoas, Ceará, Brasília, Maranhão e Minas Gerais (Ver Anexo III); 3) o periódico utilizou a voz do camponês ou pessoas ligadas ao movimento camponês para legitimar suas interpretações – por exemplo, entrevistando Benedito Manoel Alves, presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Barretos (A LIGA, “A associação de lavradores de Barretos ajuda fazer Liga dos Camponeses Pobres”, 6/11/1962, p.3), e “Volta Seca”, ex-cangaceiro de Lampião que residia em Santa Cruz (RJ) – publicação dessa entrevista tem fundamento no fato do periódico defender que as técnicas de “guerrilha” de Lampião se pareciam com as empregadas na China e em Cuba (A LIGA, “Volta Sêca: um guerreiro em repouso”, 20/11/1962, p.5); 4) criou-se a coluna “Documentos”, onde “documentos didáticos sobre a necessidade do camponês se reunir em Ligas para se defender da fúria latifundiária” (A LIGA, 6/11/1962, p.3) eram publicados; 5) a coluna “Os camponeses escrevem a Julião” foi substituída pela coluna “Conversa com o Leitor”, pois, nas palavras do próprio *Liga*, “no lugar do bilhete, achamos melhor promover o bate-papo entre você e eu” (A LIGA, 20/11/1962, p.5); 6) anunciou a criação de um “Departamento Jurídico de Assistência Popular”, onde advogados atenderiam, gratuitamente, os camponeses que se deslocassem à sede do semanário (A LIGA, 11/12/1962, p. 3); 7) as colunas “Carta ao operário” e “Carta ao camponês” foram substituídas pelas colunas “Do ponto de vista do operário” e “Do ponto de vista do

camponês”, mudanças que demonstram o interesse em substituir uma relação verticalizada por uma horizontalizada, apresentando-se como um periódico feito por trabalhadores e para trabalhadores.

Apesar dessas mudanças, algumas características se mantiveram. Preocupados em fomentar a aliança operário-estudantil-camponesa, palavra de ordem do movimento, o periódico continuou publicando notícias sobre a atuação do movimento operário e estudantil¹⁶⁹. O movimento operário tinha como espaço, na maioria das edições, a segunda página, onde eram publicadas as colunas “Do Ponto de Vista do Operário” e “Consciência Revolucionária”¹⁷⁰. Tendo como referência analítica a interpretação do Estado enquanto instrumento de ação da classe dominante, essas colunas abordavam os direitos trabalhistas, a carestia, a relação entre a luta do campo e a da cidade, a constituição dos caminhos para a implantação da revolução e as ações grevistas – grande parte das notícias referentes à articulação dos movimentos operários tinha esse tema. O destaque concedido ao operariado urbano não se estendia ao seu congêneres rural, marginalizado: dentro das Ligas Camponesas e, conseqüentemente, do semanário¹⁷¹. Dificilmente o *Liga* se dirigia ao assalariado agrícola, e quando o fazia, destacava que o seu instrumento de luta deveria ser única e exclusivamente o sindicato. Dessa constatação uma pergunta surge: Por que Julião descartava o proletário rural, mas não o urbano? A resposta é simples. Para Julião, a única forma de luta do assalariado, fosse ele rural ou urbano, era a greve. A partir dessa proposição, ele defendia que o proletário urbano, ao contrário do rural, tinha condições de praticar essa forma de luta, pois estabelecia relações que lhe permitia, por um período de tempo maior que o proletário rural, viver sem salário. Por exemplo, enquanto os proprietários de comércio de gêneros vendiam fiado ao assalariado urbano, os assalariados rurais não tinham acesso a esse tipo de relação comercial. Ademais, apesar de considerar o campesinato a vanguarda da revolução, em razão do seu número e da sua “radicalidade”, o operariado urbano era quem deveria conduzi-la, de maneira

¹⁶⁹ Outras forças sociais, também organizadas sob a égide de Francisco Julião, tiveram espaço no periódico: os pescadores (A LIGA, “‘Tayo’ arrasa pescadores brasileiros em Cabo Frio”, 4/12/1962, p.4; “Porque o peixe não é vendido barato”, 10/4/1963, p.5; “Camponeses e pescadores: luta no mar será para valer”, 19/2/1964, p.5); as Ligas Urbanas, movimento criado em Pernambuco no dia 8 de outubro de 1962, que organizava suas 93 delegacias sob a presidência de Luiz Serafim e que tinha como lema “Casa Própria com terreno para cada trabalhador” (A LIGA, “Criada outra Liga Urbana em Recife”, 20/11/1962, p.2; “Ligas Urbanas de Pernambuco serão estendidas pelo Brasil”, 15/5/63, p.3; “Fundada Liga Urbana de Cruz das Almas”, 29/5/1963, p.3; “Fundada Liga Urbana do Rio Grande do Norte” 19/2/1964, p.1); os sargentos – classificados como os membros mais revolucionários das forças armadas (A LIGA, “Sargentos e soldados unidos defendem mandatos”, 11/12/1962, p.5; “Cinco sargentos presos no Recife por serem pela igualdade de direitos”, 15/10/1963, p.5; “Cinco mil sargentos dizem que estão com o povo contra ‘gorilas’”, 15/5/63, p. 2), que tiveram como local de manifestação a coluna “Sentinela Militar” (20/3/1963, p.2). Cabe ainda destacar que na edição de 29/1/1964, o periódico noticiava uma frente única camponesa-militar, onde sargentos da polícia militar da Paraíba iriam se juntar aos camponeses das Ligas locais para defenderem categorias milicianas e operárias atingidas pelo “capital espoliador” (A LIGA, “Frente única camponesa-militar”, 29/1/1964, p.5).

¹⁷⁰ Após a reformulação, outras colunas foram lançadas, mas essas foram publicadas em todas as edições.

¹⁷¹ Durante os processos de expansão regional e nacional, os assalariados rurais passaram a fazer parte das Ligas, ampliando a força e o peso do movimento, pois os assalariados rurais tinham formas de pressão diferentes das até então utilizadas, como a greve (AZEVEDO, 1982).

que o campesinato, com o seu “individualismo e personalismo pequeno-burgueses” (A LIGA, “O camponês é camponês”, 9/10/1962, p.5), não servisse de obstáculo ao “advento da economia socialista” (Idem). Em sua opinião, o futuro do povo pertenceria à “classe operária dirigida pelos ensinamentos de Marx” (Idem).

Com relação ao movimento estudantil, a coluna “Presença do Estudante”, criada no período pré-invasão, deixou de existir, ficando as notícias sobre esse movimento dispersas pelo periódico. Essas notícias abordavam os congressos estudantis da UNE e UBES, os abusos dos “tubarões do ensino”¹⁷², a atuação de estudantes na fundação de novas Ligas (A LIGA, “Liga de Águas Compridas nasce sob ameaça dos latifundiários”, 11/12/1962, p.4; “Alagoas: Universitário quer instruções”, 20/11/1962, p.4) e as alterações organizativas de centros acadêmicos com significativa participação política, como o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito (A LIGA, “Novos dirigentes no CACO: luta contra a miséria”, 13/11/1962, p.5. Na edição de 6 de março de 1963, o periódico voltou a organizar essas notícias em uma coluna, a “Universidade do Povo”. Posteriormente, essa coluna foi substituída pela “Liga do Estudante” (A LIGA, 22/5/1963, p.2).

Nas suas primeiras edições, *A Liga* lançava mão de um recurso argumentativo diferente dos periódicos analisados até o momento. O semanário possuía a seção “O outro lado da história” (A LIGA, 9/10/1962, p.3), onde criticava a forma como a grande imprensa abordava a questão econômica e política do país. Após a invasão, o semanário manteve essa estrutura argumentativa, porém alterando o nome da coluna para “Imprensa Anti-popular” (A LIGA, 13/11/1962, p.5) e criando a coluna “Imprensa Popular” (Idem). A coluna “anti-popular” atacava os jornais da “grande imprensa”, em especial o *Estado de S. Paulo* e *O Globo*, classificados como porta-vozes do imperialismo, por manipularem informações no intuito de legitimar a presença de empresas norte-americanas no Brasil. Já a coluna “Imprensa Popular” era destinada à discussão de artigos publicados nos periódicos contra-hegemônicos, como *O Semanário*, jornal que antes da criação do *Liga* expressava as posições do movimento (GRYNZPAN, 1987), e o *Novos Rumos*, excluindo de suas análises o *Terra Livre*.

¹⁷² Maneira como se referia aos proprietários de escolas, indicando, ao leitor, a homogeneidade das classes opressoras, pois também caracterizavam os latifundiários como “tubarões”.

4.3. A Liga, a Igreja Católica e o PCB

Apesar de criticar a tática do silêncio empregada pelos jornais da grande imprensa, *A Liga* negligenciou a atuação do PCB/ULTAB na articulação dos trabalhadores rurais e urbanos¹⁷³. Como destacaram Hobsbawm e Ranger (1997), a memória também é um processo de esquecimento, e isso ficou latente no artigo “As Lutas sociais no Brasil” (A LIGA, 9/12/1962, p.4), que sintetizava a história de luta dos operários urbanos. Ao enumerar as greves e organizações criadas pelos trabalhadores brasileiros desde a primeira metade do século XIX até 1962, o semanário optou por negligenciar a criação do PCB e, conseqüentemente, sua atuação no movimento sindical urbano brasileiro. A maneira encontrada para isso é digna de destaque, pois o semanário suprimiu 43 anos de história ao saltar da greve dos empregados da Companhia Cantareira Viação Fluminense (1918) para o momento em que “os trabalhadores brasileiros fizeram sua **primeira** manifestação política nacional” (Idem, grifo meu), paralisando os serviços em todo o país para assegurar a posse de João Goulart. Ainda segundo o artigo, o dia 5 de julho de 1962 também foi marcante para o movimento operário, pois “os trabalhadores fizeram sua **primeira greve política** em obediência, unicamente, à palavra de ordem de um comando sindical geral” (Idem, grifo meu).

Além de negligenciar as ações do PCB, o periódico lançava críticas indiretas às teses pecebistas, em especial a formação de aliança com a burguesia. Diferentes textos foram publicados no sentido de apresentar a burguesia como aliada do imperialismo norte-americano e “irmã gêmea do latifúndio, por sucessão histórica e consangüinidade sócio-econômica” (A LIGA, “Lutas de classe no Brasil (I)”, 9/10/1962, p.3). O periódico considerava que somente um “marxista de ‘bureau’, divorciado do sentimento das grandes massas do nosso povo” (A LIGA, “Do ponto de vista camponês”, 11/9/1963, p.3), seria capaz de indicar qualquer aproximação com a burguesia. A burguesia não necessitava de se aliar aos trabalhadores urbanos e rurais para alcançar o poder, pois já o possuía e utilizava-o para manter seus ganhos econômicos (A LIGA, “Luta de classes no Brasil (I)”, 9/10/1962, p.3, “Luta de classes no Brasil (II), 16/10/1962, p.3; “Pequeno dicionário prático da revolução brasileira”, 16/1/1963, p.5; “Pequeno dicionário prático da revolução brasileira”, 13/11/1963, p.3). Além disso, a presença desse grupo social entre os revolucionários só contribuiria para a desagregação do movimento, pois: “vem, com sua

¹⁷³ Em momentos pontuais as organizações ou pessoas ligadas ao PCB foram citadas. Por exemplo, o jornal publicou a entrevista de Prestes em Havana sobre o processo revolucionário cubano (A LIGA, “Integras das entrevistas concedidas em Havana” 20/3/1963, p.3; o periódico, ao trazer as “Teses para o debate” (A LIGA, 12/6/63, p.3) citou a ULTAB, mas sem grandes comentários; no artigo “Frente única é uma imposição histórica”(A LIGA, 28/8/63, p.5), novamente existe menção à ULTAB, ao defender a unidade do movimento camponês.

concepção de classe, contaminar, por dentro, todo um processo revolucionário” (A LIGA, “O pequeno burguês e a organização”, 11/5/1963, p.5); não acreditava no trabalho coletivo, movimentando-se para denegrir e desanimar qualquer articulação endógena dos operários e camponeses; acreditava que o “processo revolucionário é monopolizável e por isso recorre consciente ou inconscientemente ao esfacelamento do que já existe, para começar tudo de novo, dessa vez sob sua supervisão e controle” (Idem); não possuía personalidade política; e acreditava que um movimento revolucionário deveria ser “patrimônio de uma determinada personalidade, não acreditando na capacidade criadora das grandes massas” (Idem). Segundo o *Liga*, somente poderia “acompanhar provisoriamente a marcha do povo para o poder” aquele setor burguês “que ainda não conseguiu se associar ao imperialismo” (A LIGA, “Luta de classes no Brasil (I)”, 9/10/1962, p.3), porém, as classes populares deveriam estar cientes que esse setor mobilizava-se, única e exclusivamente, pelo interesse em obter mais lucros. O único caminho do campesinato era “se atrelar ao carro da revolução operária”, seu aliado natural, pois “ambos são explorados e lutam contra a mesma estrutura” (A LIGA, “Pequeno dicionário prático da revolução brasileira”, 16/1/1963, p.5).

Dentre as forças sociais que atuavam na articulação dos trabalhadores rurais, o semanário elegeu a Igreja como grande adversária. Identificada como aliada dos latifundiários, suas ações no campo foram duramente criticadas, pois: somente mandava “ter paciência e confiar em Deus”, pedindo “resignação em nome de Cristo” (A LIGA, “Carta de alforria do camponês, 13/11/1962, p.4); legitimava a desigualdade, a propriedade privada e a perseguição aos camponeses que lutavam contra a ordem capitalista e o latifúndio; arrecadava fundos para o financiamento de campanhas anticomunistas (A LIGA, “Situação política”, 9/12/1962, p.3); criava sindicatos rurais “fantasmas” preocupados em deslegitimar a organização camponesa (A LIGA, “Ameaça de confederação fantasma”, 24/4/1963, p.3); e apoiava as estratégias de coerção dos latifundiários (A LIGA, “Mensagens dos presos políticos peruanos e do padre Bolo Hidalgo”, 27/3/1963, p.4; “É uma emboscada contra o povo a Lei Agrária de João Goulart”, 27/3/1963, p.6). Duas colunas, publicadas em poucas edições, foram criadas com o objetivo de matizar tais críticas. A coluna “A Bíblia e o problema da Terra” (A LIGA, 6/11/1962, p.4) apresentava diferentes versículos da bíblia que criticavam, entre outras coisas, o caráter sagrado da propriedade privada, defendido por diferentes membros da hierarquia católica – no Brasil, essa forma de pensar teve como principal manifestação a obra “Reforma Agrária Questão de Consciência”, dos bispos Mayer e Sigaud. Outra coluna publicada foi “O Evangelho do Camponês” (A LIGA, 20/11/1962,

p.4), escrita por Padre Alípio¹⁷⁴. Nessa coluna, o padre comentava o evangelho criticando sua utilização para legitimar a estrutura fundiária monopolista do campo e inculcar no camponês a aceitação da sua condição de miséria.

A história de Jesus Cristo foi utilizada de forma recorrente, comparando-a com as condições de vida e luta dos camponeses, o periódico trabalhava com a ideia de que os camponeses e Jesus Cristo tinham a mesma origem humilde (A LIGA, “Cristo lutou pelos humildes e foi crucificado pelos ricos”, 10/4/1963, p.5; “A revolução cristã”, 23/10/1963, p.6) e que lutavam contra as mesmas forças: a desigualdade, pois, “segundo São Mateus, Jesus não só combatia os ricos, como exigia que aqueles que o acompanhassem distribuíssem suas riquezas com todos, segundo a necessidade de cada um” (A LIGA, “Cristo lutou pelos humildes e foi crucificado pelos ricos”, 10/4/1963, p.5); e os “imperialistas de ontem, os ianques, romanos de hoje, os fariseus, vendilhões do templo, os latifundiários” (A LIGA, “A revolução cristã”, 23/10/1963, p.6). A partir dessas comparações, o periódico afirmava que “se Cristo viesse hoje à terra se poria ao lado das Ligas Camponesas, se poria ao lado dos que ganham o pão com o suor de seu rosto, dos que recebem salários de fome e de miséria” (A LIGA, “Mensagens dos presos políticos peruanos e do padre Bolo Hidalgo”, 27/3/1963, p.4), uma vez que procurou seus discípulos “entre os que trabalhavam”, com exceção de Judas, “o único que tinha dinheiro” e o traiu (A LIGA, “Cristo lutou pelos humildes e foi crucificado pelos ricos”, 10/4/1963, p.5). Até mesmo os membros da Ligas eram comparados a Jesus e outros personagens bíblicos. Julião, que se definia como marxista-cristão e utilizava a narrativa bíblica em seus discursos (ANDRADE, 1963; NOVAES, 1997), se comparou a personagens religiosos com caráter libertador, como Moisés, Jesus, São Francisco de Assis e Santo Antônio (A LIGA, “Carta de Ouro Preto: humildes apoiaram cristo mas poderosos arrebataram a cruz”, 9/1/1963, p.4). Outro exemplo foi possível encontrar na notícia “Se Cristo voltasse seria preso pelo general Krueel” (A LIGA, “Se Cristo votasse seria preso pelo general Krueel”, 8/5/1963, p.3), que, ao analisar a prisão de Padre Alípio por esse general, indicou que Cristo foi crucificado por praticar os mesmos “crimes” do sacerdote liguista, defender os mais humildes e combater a desigualdade.

Assim como o *Terra Livre*, o *Liga* utilizava a fala de membros do clero para criticar as teses “cristãs-conservadoras” para o campo, como fez ao recorrer às falas de Padre Lajes e D. Milton Cunha. Assim como no *Terra Livre*, o conhecido articulador da AP teve suas falas utilizadas para legitimar a atuação do movimento camponês. No caso do *Liga*, a fala de Padre Lajes foi utilizada para demonstrar que estava de “pleno acordo com a atividade do padre Alípio de Freitas, que ‘como

¹⁷⁴ A irregularidade dessa coluna é justificada pelo fato de Padre Alípio ter atuado como propagador das palavras do movimento pelo Brasil (A LIGA, “Goiás recebe o padre Alípio e consagra suas teses radicais”, 4/12/1962, p.3).

Jesus Cristo, luta pela libertação do camponês escravizado” (A LIGA, “Padre Lajes em Taguantina: faremos reformas nem que tenhamos de subir a serra”, 5/6/1963, p.3). No que se refere à D. Milton Cunha, “Bispo Diocesano do Estado de São Paulo da Igreja Católica Apostólica Brasileira”, o periódico destacou sua atuação na fundação de núcleos das Ligas Camponesas em diferentes regiões do Estado, em especial em Barretos (A LIGA, “Bispo da Igreja brasileira funda Ligas e quer reformas”, 27/11/1962, p.4). Segundo o jornal, Cunha aderiu às propostas das Ligas, pois não acreditava no “trabalho de assistência religiosa aos camponeses da Igreja Católica” (Idem). Preocupados em utilizar essas frases para também apresentar a legitimação religiosa da revolução, ou o “direito de rebelião” proposto por São Tomás de Aquino (A LIGA, “Padre Alípio entre estudantes e operários prega nossa revolução”, 4/12/1962, p.3), o periódico fazia questão de ressaltar a propagação dessas ideias no clero católico. Por exemplo, ao comentar a viagem de Padre Alípio à Goiás, o semanário destacou: “Em Goiânia, está hospedado com o Padre Pereira Maria, vigário de Vila Operária. Comenta que o Clero goiano o recebeu bem e que, palestrando com o sacerdote que o acolheu em seu lar, teve boa impressão do mesmo” (A LIGA, “Goiás recebe o padre Alípio e consagra suas teses radicais”, 4/12/1962, p.3). Ainda se aproximando do *Terra Livre*, o *Liga* tentou deslegitimar aqueles que atentavam para a perseguição comunista à Igreja católica, apresentando que, nos países europeus onde o regime vigorava, não encontraríamos “um padre, uma freira descontentes com o regime, fosse novo ou fosse velho” (A LIGA, “Crônicas do Mundo Socialista”, 11/12/1962, p.4).

4.4. O foco no camponês

O periódico se coloca aqui como o único a apresentar uma definição para o termo “camponês”. Para o *Liga*, camponês era o homem do campo detentor dos meios de produção, seja “através da posse pura e simples, seja através do direito de propriedade ou apenas de aluguel de uma gleba” (A LIGA, “O camponês é camponês”, 9/10/1962, p.5)¹⁷⁵. Esse “camponês” era o público alvo do movimento. Julião (1962) e Morais (1965) apresentaram uma série de argumentos, a fim de justificar essa estratégia. As principais justificativas foram de ordem jurídica. Ambos partiram de duas premissas: para fundar um sindicato rural era necessário ir às principais cidades do país e esperar por meses pela difícil autorização de funcionamento; os assalariados rurais que quisessem lutar judicialmente contra os abusos dos empregadores deveriam ir até as capitais ou às cidades mais importantes – lugares onde estavam os Tribunais do Trabalho – e, assim, perder dias de trabalho, algo nada fácil para alguém que dependia da venda diária da

¹⁷⁵ Apesar de apresentar uma definição ao conceito de “camponês”, em alguns momentos, o jornal utilizou o termo camponês como sinônimo de assalariados rurais (A LIGA, “Estourou no estado do Rio a primeira greve camponesa”, 20/11/1962, p.3; “Camponeses de Goiânia lutam por aumento de salário”, 29/9/1963, p.5; “Camponeses querem aumento imediato”, 15/10/63, p.6).

sua força de trabalho para sobreviver. Na opinião dos dois dirigentes, esses dois aspectos dificultavam a organização legal dos assalariados rurais. Em contrapartida, os camponeses, por possuírem alguns meios de produção e não dependerem da venda da sua força de trabalho, poderiam financiar a luta jurídica contra o proprietário. Além disso, a organização legal dos camponeses sob uma associação era prevista por lei e, para colocá-la em funcionamento, bastava reunir trinta ou quarenta camponeses, redigir uma ata e lavrá-la em qualquer cartório. O instrumento garantidor desse direito era o código civil. O fato da luta por meio dele isolar os proprietários de terra, que se baseavam em práticas “feudais”, e neutralizar a “burguesia” – que não desrespeitaria o código civil, que “sacralizou” a propriedade privada – também era uma das justificativas para o foco no camponês. Na opinião dos dirigentes, enquanto os camponeses utilizavam esse código como forma de luta, os assalariados rurais utilizavam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instrumento jurídico que, por não ser reconhecido pela burguesia e pelos proprietários rurais, os isolava¹⁷⁶.

Outra justificativa era o tempo. Enquanto os camponeses, durante a luta judicial, mantinham-se na terra produzindo, os assalariados tinham o tempo como inimigo, pois uma longa batalha judicial significava mais idas à cidade, mais dinheiro gasto com provas documentais e honorários advocatícios, mais tempo sem trabalhar e real probabilidade de abdicar da luta. Outra justificativa dizia respeito ao fato da luta do camponês já nascer revolucionária, ao passo que a do assalariado deveria percorrer um longo caminho de politização e despolitização até se tornar revolucionária. O camponês era caracterizado como personagem fundamental para a realização da revolução socialista e a implantação da reforma agrária. Como destacaram Andrade (1963) e Morais (1965), Julião defendia que o projeto de reforma agrária deveria surgir do próprio camponês, pois este teria a experiência necessária para o trato com a terra. Sua função seria, somente a de criar a consciência necessária nos camponeses. Por fim, o número de camponeses, oito vezes maior que o número de assalariados, e a possibilidade dos assalariados rurais mudarem para uma área não abrangida pelas Ligas, também apareceram como justificativas (JULIÃO, 1962).

Em concordância com essa estratégia de foco no camponês, o *Liga* publicava diferentes cartas de orientação ao campesinato, como a “Carta de Alforria do Camponês” (13/11/1962, p.4), o “Guia do Camponês” (16/10/1962, p.5) e “Carta de Ouro Preto” (1/1/1963, p.4

¹⁷⁶ Azevêdo (1982) criticou a interpretação de que a luta por meio do código civil isolava os proprietários de terra, que se baseavam em práticas “feudais”, e neutralizava a burguesia, que não desrespeitaria a ferramenta legitimadora das próprias conquistas, pois, em sua opinião, essas classes eram indissociáveis.

e 9/1/1963, p.4), todas elaboradas por Julião. Essas cartas tinham estruturas argumentativas semelhantes, possuíam linguagem simples e inúmeras metáforas, e abordavam os possíveis percalços e as razões da luta camponesa por “Liberdade, agasalho, pão e paz” (A LIGA, “Guia do Camponês”, 16/10/1962, p.5): 1) destacavam a importância da união, pois “sozinho serás como pingo d’água. Unido aos teus irmãos serás uma cachoeira” (Idem); 2) alertavam sobre a utilização da violência, da falsidade, da mentira, do dinheiro, da polícia, dos capangas e “do nome de Jesus Cristo” pelos latifundiários; 3) apelando à constitucionalidade da luta, destacavam a ilegalidade do cambão, da terça, da meia, da quadra e do vale-barracão, indicando como caminho de resistência a “casa da justiça” (Idem); 4) assim como o *Terra Livre*, legitimavam a resistência armada “em defesa da tua vida. De tua honra. Ou de quem for atacado e te pedir socorro” (Idem); 5) recorrendo à importância da moralidade, orientavam os camponeses a fugirem “do vício como o diabo da cruz” (Idem); 7) estipulavam como caminhos de luta a sindicalização, exclusiva aos proletários, e a formação de associações e cooperativas, exclusivas aos camponeses; 8) apontavam a alfabetização e a extensão do voto ao analfabeto como importantes formas de implementar mudanças na estrutura política do Estado brasileiro.

O *Liga* também indicava a leitura de alguns livros. Nas suas primeiras edições, um livro comumente indicado e noticiado foi o “Que são as Ligas Camponesas?”, de Francisco Julião¹⁷⁷. Em 1/1/1963 o jornal criou as colunas “Leitura Popular”, que mais tarde passaria a se chamar “Livros e Problemas”, e “Pequeno Dicionário Prático da Revolução Brasileira”. A primeira, escrita por Wania Filizola, funcionava como um espaço dedicado à resenha crítica de livros que versavam sobre a dialética da história, economia política e a natureza da revolução brasileira. Já a segunda possuía uma estrutura pitoresca: tendo a letra A como tema, diversas palavras eram destacadas e acompanhadas de explicações sobre a homogeneidade do congresso, os “inimigos” (A LIGA, 1/1/1963, p.4) dos camponeses e dos operários, a aliança “natural” operário-camponesa (A LIGA, 16/1/1963, p.5), as causas da carestia no país (A LIGA, 1/1/1963, p.4; 16/1/1963, p.5), a exploração imperialista (9/1/1963, p.4), a articulação dos setores dominantes para manter sua dominação (Idem), a implantação da reforma agrária radical (Idem), a necessidade de formar agrônomos camponeses (16/1/1963, p.5), a “indústria da seca” no Nordeste (16/1/1963, p.5), a desigualdade socioeconômica (23/1/1963, p.2), o analfabetismo entre os camponeses (23/1/1963, p.2) e a legitimidade da defesa armada (13/3/1963, p.5). Essas colunas refletiam as proposições que viriam fazer parte do processo de

¹⁷⁷ Por exemplo, esse livro foi indicado como manual de criação de uma Liga (A LIGA, “Como organizar uma Liga”, 6/11/1962, p.3).

reconfiguração das Ligas. No decorrer do ano de 1963, preocupado em viabilizar o protagonismo revolucionário dos camponeses, membros do movimento propuseram a criação de uma Organização Política de tipo leninista dentro da OM, proposta que foi aprovada em janeiro de 1964 (MORAIS, 1965). Após a aprovação, criou-se uma Escola de quadros dentro da OM. Seguindo os pressupostos do comunismo clássico, o objetivo dessa escola era educar e organizar os camponeses, “dando-lhes uma consciência marxista-leninista”. A partir de aulas sobre dialética da história, economia política, natureza da revolução brasileira e agitação e propaganda, o movimento pretendia unir a teoria à prática e, assim, evitar a transformação dos camponeses em “simples agitadores, com uma fraseologia teórica, muitas vezes inoportuna” (A LIGA, “A educação de quadros: tarefa da organização política das ligas”, 11/3/1963, p.4).

Outra estratégia, esboçada apenas em uma edição, foi o prêmio “Chapéu de Palha do Mérito Camponês” (A LIGA, 4/12/1962, p.4), entregue pessoalmente por Julião àqueles que mais se destacassem “na agitação dos problemas sociais do nosso povo”¹⁷⁸. Acreditamos que com esse prêmio o semanário buscava reafirmar a identidade camponesa do periódico e construir um espírito coletivo e uma consciência da importância de cada cidadão para a mudança do quadro socioeconômico nacional, induzindo os leitores a seguirem os exemplos dos premiados. Provavelmente, esse estímulo “moral” estava diretamente ligado à chamada emulação socialista, que, implantada na URSS, na China e em Cuba, tinha como objetivo estimular, a partir da concessão de prêmios, os trabalhadores a produzirem, ou trabalharem voluntariamente, cada vez mais para a construção do socialismo e o alcance das metas de produção nacionais.

4.5. A Liga e os problemas do campo

As discussões dos problemas do campo tinham como principais temas a carestia, a reforma agrária radical e os conflitos por terra. A carestia, considerada “o principal problema de quem vive no Brasil” (A LIGA, “Feijão sobe mais de preço do que os artigos de luxo” 9/10/1962, p.2), foi abordada em todas as edições. O periódico vislumbrava como razões da carestia os problemas de transporte e armazenamento, a utilização de técnicas de produção retrógradas e, é claro, a atuação dos latifundiários. Segundo o *Liga*, os latifundiários usavam a terra com o exclusivo desejo de manter o seu poder, pois não sabiam plantar e não deixavam as pessoas plantarem, além de aproveitarem as condições inóspitas de armazenamento e transporte, que faziam com que o

¹⁷⁸ O primeiro e único a receber esse prêmio foi Dias Gomes, autor da peça teatral “A Invasão”, que retratava os problemas sociais da favela, levando em consideração o êxodo rural, o grileiro, a ineficiência do sistema político e a polícia repressora.

camponês vendesse seu produto rapidamente, para formarem monopólios “constituídos por um pequeno número de firmas atacadistas, que controlam a distribuição dos artigos de primeira necessidade, conseguindo lucros fabulosos” (Idem). A solução para o problema da carestia e dos demais problemas socioeconômicos do Brasil seria a reforma agrária radical. Apesar de utilizar esse conceito de forma recorrente, poucas foram as ocasiões em que o *Liga* apresentou sua definição, como: ao noticiar o debate que ocorreu no programa “Depois do Sol” da TV Tupi, entre Julião, “um revolucionário”, e o deputado Amaral Neto, “porta-voz das classes dominantes” (A LIGA, “GB: júri popular consagrou reforma agrária radical”, 27/11/1962, p.3); ao conclamar o camponês à “Lutar pela Reforma Agrária” (A LIGA, “Do ponto de vista camponês”, 9/1/1963, p.3); ao atentar para a relação entre reforma agrária e melhora das condições de vida dos trabalhadores urbanos (A LIGA, “O caso dos ‘bagrinhos’ de Santos: só reforma agrária acaba com desemprego”, 11/12/1962, p.2); e ao publicar as “Teses para debate” (A LIGA, 12/6/1963, p.3). Todas essas publicações versavam sobre: 1) uma reforma agrária elaborada pelos próprios camponeses; 2) a outorga de títulos de propriedade aos posseiros que trabalhavam a terra; 3) a desapropriação das terras devolutas e dos latifúndios improdutivos, com indenização mediante expedição de títulos de dívida pública, com prazo de 20, 30, 40 anos ou mais, dependendo do caso, a juros de 2% ao ano, calculado o valor da terra a partir das declarações para pagamento de imposto territorial; 4) a criação de condições para o desenvolvimento da economia nacional, levando em consideração a participação da população rural; 5) a aplicação “na marra” da reforma, haja vista o domínio e controle que a classe dominante tinha no congresso nacional, capaz de deixar na gaveta “217 projetos relativos ao problema da terra”; 6) a criação do Instituto de Reforma Agrária, que, ao exemplo da reforma agrária cubana, seria responsável por oferecer assistência técnica ao camponês e desapropriar as terras improdutivas com área superior a 500 hectares; 7) o estímulo à formação de cooperativas “nos ramos de cultivos de produtos industrializáveis”; 8) a plena garantia à sindicalização e ao direito de organização; 9) a distribuição gratuita das terras devolutas; 10) a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; 11) a elaboração de um imposto territorial progressivo que incidisse sobre a grande propriedade agrícola e isentasse a pequena propriedade agrícola; 12) o combate à utilização especulativa das terras, a partir da proibição de concessão de terras públicas àqueles que objetivassem utilizá-las com esse interesse.

A radicalidade assumiu importante papel nas notícias do periódico, que utilizava a expressão “na marra” em diferentes manchetes¹⁷⁹ e noticiava as greves dos trabalhadores rurais onde membros das Ligas haviam tido participação. Dessa forma, o periódico concentrou-se nas greves que ocorreram em Pernambuco em 1963¹⁸⁰, oferecendo um panorama distinto do ofertado pelo *Terra Livre*, que realizou uma abordagem mais abrangente dos movimentos grevistas no campo. Esse estímulo à radicalidade também encontrou espaço nos artigos que versavam sobre a resistência armada. O *Liga* buscava apresentar a resistência armada como legítima e necessária, haja vista a violência empreendida pelos latifundiários que “dispõem da polícia, armada e da capangada obediente, como meio de reprimir as greves que estão surgindo no campo” (A LIGA, “Luta no campo”, 20/2/1963, p.3). Caberia aos camponeses pegarem “foices, facões, cassetetes e até espingardas de caça” e revidarem aos ataques dos latifundiários à altura, tendo como pensamento que “para cada camponês assassinado, uma família latifundiária ajustiçada” (Idem). Além disso, com o intuito de demonstrar a importância da unidade camponesa para cessar os abusos dos “tubarões”, o *Liga* expunha a organização dos latifundiários para “enfrentar à bala as Reformas” (A LIGA, “Latifúndio comanda a subversão”, 12/6/1963, p.4), publicando, inclusive, uma lista com os nomes dos criadores do “Esquema Sul” de repressão aos avanços da luta camponesa, compostos em sua maioria por políticos:

Hebert Levy, agiota e deputado federal por São Paulo; Oscar Thompson Filho, secretário de Agricultura de São Paulo; Sávio de Almeida Prada, presidente da Associação Rural Brasileira; Antônio Brunetti, do Governo do Paraná; Jatir Mafud, da Associação Rural da Alta Paulista e Alvaro Godoy, presidente da Associação Rural do Norte Paranaense [...] O Governador Ademar de Barros de São Paulo faz parte do esquema (A LIGA, “Latifúndio comanda a subversão”, 12/6/1963, p.4).

Outra notícia exemplar, no que se refere à tentativa do periódico de demonstrar a articulação dos latifundiários, é a “Informe do E. do Rio: latifundiários armam dispositivo antiliga” (5/6/1963, p.3). O correspondente do periódico, Joubert Abi Ramia Antônio, expôs os principais pontos de duas reuniões de latifundiários de Valão do Barro e Visconde Imbém, norte fluminense, sobre a possível expansão de organizações camponesas nas regiões. Seriam os seguintes termos:

¹⁷⁹ Por exemplo: “Camponeses fluminenses fazem Reforma Agrária na marra!”, 29/5/1963, p.6; “Estudantes impedidos de falar realizam comício na ‘marra’”, 11/9/1963, p.3; “Revolta de Mari foi início da reforma agrária na ‘marra’”, 5/2/1964, p.5; “Em Governador Valadares: reforma agrária na marra”, 19/2/1964, p.8.

¹⁸⁰ Como vimos no capítulo anterior, membros das Ligas participaram, em 1963, de 48 greves. À título de exemplificação destacamos algumas das centenas de notícias sobre as greves, que se tornaram características das edições de 1963: “Assalariados agrícolas: dia 11 greve geral no interior de Pernambuco”, 9/1/1963, p.3; “Camponeses massacrados por exigirem o 13º.mês”, 16/1/1963, p.6; “Março foi o ‘mês da vitória dos camponeses pernambucanos’”, 27/3/1963, p.3; “Greves camponesas paralisam vários engenhos em Pernambuco”, 10/4/1963, p.2; “Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º. mês e aumento salarial”, 20/2/1963, p.3; “Greve em Pau-d’Alho”, 5/2/1964, p.5; “Machadeiros pernambucanos há 32 dias em greve”, 19/2/1964, p.5.

- 1) Reter de qualquer maneira a politização das massas camponesas; 2) Caso surjam LIGAS CAMPONESAS, a necessidade das cobranças de aluguéis de suas choupanas; 3) Cobrança de taxa d'água (água dos rios e nascentes, usadas para beber e outras utilidades) [...]; 4) Proibir por meios lícitos (por intermédio de juízes, prefeitos e delegados) ou por meios ilícitos (chibata e torturas) qualquer manifestação popular de seus colonos, nas zonas de seus domínios [...]; 5) Proibir as estadas de qualquer líder camponês (citaram os nomes de Padre Lajes, Adão Pereira Nunes e Julião) nas localidades acima; 6) Organizar uma "caixinha" para funcionar a favor do sr. Carlos Lacerda, visando às próximas eleições (A LIGA, "Informe do E. do Rio: latifundiários armam dispositivo antiliga", 5/6/1963, p.3).

O estímulo à resistência armada também foi realizado por meio da publicação de histórias em quadrinhos, que rerepresentavam, de forma didática, os conteúdos dos referidos artigos, ao indicar a união camponesa como forma de superar os desmandos dos latifundiários, orientar sobre táticas de guerrilha e de resistência cotidiana, e expor a relação entre a polícia e os latifundiários (ver figuras 12, 13, 14 e 15). Porém, apesar de todo esse apoio, o *Liga* negava qualquer articulação armada por parte do movimento, como vimos no terceiro capítulo. Segundo o semanário, "qualquer troca de 'peixeiradas', qualquer arregação, qualquer vingança havida no setor campo, a imprensa dirigida e as autoridades locais a serviço do Ponto Quatro procuram logo rotular o acontecimento como 'guerrilha'", no intuito deslegitimar o movimento camponês. E, para melhor "provar", "arranjam uns livros de guerrilhas de Guevara, ou de Mao-Tse-Tung e os ajuntam a rigoroso critério" (A LIGA, "Juiz fascista faz do exército capitão-de-mato, inventa umas supostas guerrilhas e executa plano contra Ligas Camponesas", 11/12/1962, p.6; "Julião: 'À nação cabe o grande julgamento'", 25/12/1962, p.5; "Jornal de Goiás vai a Dianópolis e comprova apoio popular às Ligas", 18/12/1962, p.4).

Figura 12: "História em quadrinhos 2" (A LIGA, "Romance do dia a dia", 29/5/1963, p.4)



Figura 13: “História em quadrinhos 3” (A LIGA, "Romance do dia a dia", 5/6/1963, p.4)



Figura 14: “História em quadrinhos 4” (A LIGA, "Romance do dia a dia", 12/6/1963, p.2)



Figura 15: “História em quadrinhos 5” (A LIGA, "Romance do dia a dia", 7/8/1963, p.3)



Ao discutir os conflitos no campo, o *Liga* enfatizava a grilagem, a violência do latifundiário e a escravização do trabalhador rural. A estratégia adotada pelo periódico para denunciar a grilagem e a expulsão dos camponeses assemelha-se à estrutura argumentativa do *Terra Livre*. Primeiramente, o *Liga* nomeava os atores sociais envolvidos nos conflitos noticiados¹⁸¹: “série de assassinatos praticados por capangas da Fazenda Tuiti, de propriedade do Sr. José Nogueira Jr.” (A LIGA, “Na Bahia Grileiros estabelecem o Terror e eliminam camponeses”, 4/12/1962, p.3); “o Sr. Arnoud Junqueira continua loteando a localidade e ameaçando os colonos de transformar os

¹⁸¹ Cabe destacar que o periódico publicou a foto do deputado petebista José Lopes, envolvido na repressão aos grevistas pernambucanos da usina de Estreliana (A LIGA, “Camponeses massacrados por exigirem o 13º. mês”, 16/1/1963, p.6).

melhores alqueires em pasto” (A LIGA, “Grileiros espalham no pânico no estado do Rio”, 27/11/1962, p.4); “A prisão dos camponeses teve lugar nas terras do sr. Celestino Correia da Costa e por ordem direta do chefe de polícia, dr. Clóvis Melo” (A LIGA, “Em liberdade os 37 camponeses presos, amarrados e recambiados para Cuiabá”, 18/12/1962, p.3); “conta de vários choques entre policiais e camponeses, na localidade de Porto Wilma, em virtude da disposição destes de não abandonar as terras em que trabalham e que estão sendo solicitadas pelos latifundiários irmãos Tavares” (A LIGA, “Mato Grosso: miséria e assassinatos marcam a fabulosa região do garimpo”, 25/12/1962, p.3); “o agressor, à frente de capangas, foi o latifundiário José Theobaldo, amigo e parceiro de Arturzinho da Bereta, cruel latifundiário que há dias sevicou um camponês de 65 anos de idade” (A LIGA, “Latifundiários mandam arrancar as plantações dos camponeses: PE”, 9/1/1963, p.3); “Na segunda-feira, cinco camponeses foram covardemente assassinados por capangas do latifundiário José Lopes, um dos protagonistas do crime” (A LIGA, “Violência gera violência”, 16/1/1963, p.1).

Outra estratégia consistia em apresentar a quantidade de famílias camponesas afetadas. No intuito de fomentar a união e expor a opressão como extensa a todos, dificilmente o periódico tratava o camponês de forma individualizada. A estratégia era apresentá-lo como um coletivo: “Desta fazenda, recentemente, foram despejados mais de 300 famílias de colonos” (A LIGA, “Grileiros espalham no pânico no estado do Rio”, 27/11/1962, p.4); “haveríamos de convir que nenhuma medida poderia ser tomada contra as famílias camponesas” (A LIGA, “Em liberdade os 37 camponeses presos, amarrados e recambiados para Cuiabá”, 18/12/1962, p.3); “200 famílias dessa fazenda” (A LIGA, “Camponeses da fazenda Forte Velho exigem o fim do Cambão”, 18/12/1962, p.4); “ante os olhos cheios de lágrimas de dezenas de famílias de lavradores” (A LIGA, “Polícia saqueia e destrói casas de dois mil camponeses em Magé!”, 16/1/1963, p.6); “Despejadas 16 famílias de camponeses em Tapira” (A LIGA, 20/2/1963, p. 5); “Três mil famílias de posseiros da gleba Santa Cruz, no oeste do Paraná, estão dispostos a resistir à força” (A LIGA, “3 mil famílias ameaçadas de despejo no oeste paranaense”, 20/2/1963, p.3); “cerca de 20 famílias de lavradores por volta de um mês iniciaram a ocupação da terra” (A LIGA, “Lavradores sem terra ocuparam fazenda abandonada pelo governo”, 13/3/1963, p.3); “Em Mamanguape, 100 famílias de camponeses invadiram a terra, derrubaram a mata e estão trabalhando agora” (A LIGA, “Elizabeth diz à ‘Liga’ o que pensam seus companheiros”, 8/5/1963, p.5); “para massacrar as 150 famílias de camponeses que ali se instalaram” (A LIGA, “Formosa: desmoralizado por latifundiários governo tentou envolver camponeses”, 29/5/1963, p.3).

Outra característica era associar a exploração do camponês à estrutura política, com a intenção de inculcar a ideia de que somente por meio da luta insurrecional seria possível angariar mudanças. A crítica à estrutura política formal atingia a SUPRA, “órgão que abriga latifundiários e que manda a polícia na porta dos camponeses” (A LIGA, “Padre Lajes em Taguatinga: ‘faremos reformas nem que tenhamos de subir a serra’, 5/6/1963, p.2), a “SUDENE, instrumento de ação da Aliança para o Progresso” (A LIGA, 5/6/1963, p.5), e a qualquer proposta de reforma agrária iniciada pelo executivo ou legislativo (A LIGA, “É uma emboscada contra o povo a lei agrária de João Goulart”, 27/3/1963, p.6)¹⁸²: “da exploração da miséria dos lavradores, os usineiros conseguem não apenas o poderio econômico mas, também, o político” (A LIGA, “Campos: regime de escravidão impera nos canaviais”, 6/11/1962, p.4); “O latifundiário Celestino Correia da Costa, primo do governador do Estado” (A LIGA, “Em liberdade os 37 camponeses presos, amarrados e recambiados para Cuiabá”, 18/12/1962, p.3); “o governador Carlos Lacerda incumbiu o policial Cecil Borer da tarefa de inventar novos planos de ‘guerrilhas’, com ‘documentos’ inéditos e conseguidos mediante suborno, fraude, extorsão ou violência” (A LIGA, “Clodomir Moraes prestou depoimento sob coação: exame de corpo de delito comprovou brutalidade policial”, 18/12/1962, p.4); “o governador Cid Sampaio, abastado usineiro e explorador de camponeses” (Idem); “300 famílias camponesas estão ameaçadas pela ação de grilagem do próprio Governo Estadual, que já anunciou o despejo” (A LIGA, “Camponeses maranhenses sob ameaça de expulsão das terras em que vivem”, 25/12/1962, p.3); “O fazendeiro Diógenes Chianca que é ex-prefeito da cidade de Santa Rita imediatamente correu ao chefe de Polícia do Estado” (A LIGA, “Paraíba: camponeses ameaçados pela fome vão plantar na marra”, 16/1/1963, p.2); “o presidente João Goulart, latifundiário como eles” (A LIGA, “Latifúndio comanda subversão”, 12/6/1963, p.4); “O assassino principal, o deputado federal do PTB, José Lopes de Siqueira Santos” (A LIGA, “Pernambuco: camponeses massacrados por exigirem o 13º. mês”, 16/1/1963, p.3); “a família Ribeiro Coutinho, detentora do maior latifúndio do Estado, manteve intacta a representação parlamentar com que conta, desde 1945” (A LIGA, “O latifúndio tem bancada”, 12/6/1963, p.4); “o Congresso Nacional continua com discussões estereis sobre esta ou aquela fórmula para realizar a Reforma Agrária, em busca de uma solução que engane os trabalhadores da terra, e sirva aos interesses dos latifundiários” (A LIGA, “Falsas reformas”, 6/11/1963, p. 5); “A máquina do Congresso não foi feita para funcionar, bastando ler seu Regimento Interno para se constatar isso. É um regimento elaborado

¹⁸² Por exemplo, o jornal classificou o projeto do “latifundiário” João Goulart como “uma emboscada contra o povo”, haja vista sua incapacidade de superar a miséria, que tanto afligia o trabalhador, a ausência de assistência técnica ao camponês e o acesso precário à terra (A LIGA, “É uma emboscada contra o povo a lei agrária de João Goulart”, 27/3/1963, p.6). Com o intuito de formar uma aliança entre o PTB e PSB, Goulart tentou se aproximar de Julião, que recusou tal oferta, por acreditar que Jango pretendia transformar as Ligas Camponesas em um sindicato e, assim, usá-las como instrumento governamental. A partir desse momento, Julião optou por criticar publicamente as posições de Jango (WELCH, 2010).

pela classe dominante, interessada em manter o ‘status quo’”(A LIGA, “Deus não deseja essa miséria”, 7/8/1963, p.2).

Outra característica era destacar a cumplicidade da polícia e da justiça para com os latifundiários e seus aliados imperialistas: “O secretário de Segurança Pública de Pernambuco, ao tomar conhecimento do fato, encaminhou o processo para o delegado de Limoeiro, que é amigo de Artuzinho” (A LIGA, “Pernambuco: sequestrado um camponês”, 13/11/1962, p.1); “Há umas duas semanas, decretado o despejo, pelo Juiz da Comarca, Sr. José Bastos de Barros, que chegou, inclusive, a ameaçar os colonos dizendo que usaria o auxílio das forças federais para despejá-los” (A LIGA, “Grileiros espalham no pânico no estado do Rio” edição de 27/11/1962, p.4); “100 famílias camponesas despejadas da localidade de Santa Isabel, por um contingente policial sob a chefia dos tenentes Antunes Filho e Carlos Rossi, estão dispostos a voltar às terras que cultivavam” (A LIGA, “Camponeses repelem à altura terror latifundiário”, 11/12/1962, p.3); “Demonstra o documento que o juiz agiu de má fé, uma vez que concedeu o mandado de reintegração de posse sem ouvir as duas partes” (Idem); “nunca se dão ao cuidado de buscar, nos depósitos das Casas Grandes da Fazenda, as metralhadoras que os Agnaldo Veloso Borges armazenam, ou os fuzis que o Sr. Bhering, da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais, importa de contrabando” (A LIGA, “Clima de Terror”, 4/12/1962, p.3); “Juiz Fascista faz do exército capitão-do-mato, inventa umas supostas guerrilhas e executa plano contra Ligas Camponesas” (A LIGA, 11/12/1962, p.6); “Os oficiais de Justiça Brito e Pires, encarregados de levar aos camponeses a determinação judicial comunicaram, mentirosamente, ao juiz que os ‘posseiros não lhes deram atenção no cumprimento do mandado’” (A LIGA, “Em liberdade os 37 camponeses presos, amarrados e recambiados para Cuiabá”, 18/12/1962, p.3); “Além dos aspectos odiosos do massacre idealizado pelo juiz Moreira Marques” (A LIGA, “Jornal de Goiás vai a Dianópolis e comprova apoio popular às Ligas”, 18/12/1962, p.4); “As classes dominantes fazem dos seus funcionários armados instrumentos de preservação de seus privilégios seculares, abstraindo qual-quer preocupação "idílica" de humanitarismo” (Idem); “Policiais e Jagunços atacam camponeses em Pôrto Wilma, Dourados” (A LIGA, 25/12/1962, p.3); “Latifundiário assalta camponeses com ajuda da polícia de Mato Grosso” (A LIGA, 23/10/1963, p.5); “Ao invés de proteger os camponeses agredidos, o delegado de Dourados, capitão Azambuja conhecido como ‘agricultor da maconha’ enviou forte contingente policial para dar cobertura aos jagunços” (Idem); “Os policiais eram comandados pelo tenente Arantes, da polícia de Mato Grosso, e portavam metralhadoras, em número de 16” (A LIGA, “Polícia de Mato Grosso massacrou camponeses”, 29/5/1963, p.1); “Normalmente, a burla dos latifundiários de Pernambuco deveria ser reprimida pela Justiça do Trabalho, omissa sempre que os interesses dos poderosos necessitem

dessa omissão” (A LIGA, “Violência gera violência”, 16/1/1963, p.1); “[...] com a conivência do Juiz de Direito local, Nicolau May Júnior, que deu ‘cobertura legal’ ao despejo brutal” (A LIGA, “Polícia saqueia e destrói casas de dois mil camponeses em Magé!”, 16/1/1963, p.6); “Justiça e latifúndio unidos tentam expulsar camponês” (A LIGA, 15/1/1964, p.5); “Camponeses de Mari (Paraíba) metralhados por soldados da polícia militar” (A LIGA, 29/1/1964, p.5)

Por fim, de forma semelhante ao *Terra Livre*, o passado recente da escravidão vigorava nas estruturas argumentativas do periódico, que tentava demonstrar a sistematização da opressão e da violência no campo como continuação de um passado escravocrata não superado. Tal sistematização era mais voltada à opinião pública do que aos próprios trabalhadores, que viviam cotidianamente essa exploração. Dessa forma, o semanário comparava a condição de vida do camponês à de um escravo: “Mato Grosso: Nordestinos vendidos como escravos” (A LIGA, 9/10/1962, p.5); “Campos: regime de escravidão impera nos canaviais”, onde até o “‘tronco dos escravos’ foi conservado pelos sucessores dos senhores feudais do século passado” (A LIGA, 6/11/1962, p.4); “És escravo de dia, és escravo de noite. Acordado és escravo. És escravo dormindo” (A LIGA, “Carta de alforria do camponês”, 13/11/1962, p.4); “o camponês nasceu para sofrer como escravo” (A LIGA, “Contrato de arrendamento só favorece ao fazendeiro”, 18/12/1962, p.3); “O camponês vive como escravo e como escravo morre”(A LIGA, “Lutar pela reforma agrária”, 9/1/1963, p.3); a carta de orientação à liberdade camponesa tem como título “Carta de Alforria do camponês”, sendo a palavra destacada um processo de conquista de liberdade empreendido pelo escravizado. Além disso, o vocábulo utilizado pelo periódico remetia aos opressores do período escravocrata: “juiz fascista faz do exército capitão-do-mato” (A LIGA, 11/12/1962, p.6) e a “violência dos capitães-de-mato do Exército” (A LIGA, “Os camponeses devem resistir à violência Reacionária”, 18/12/1962, p.4); “Nos campos do Brasil, impera o trabalho escravo, o servilismo feudal, o roubo das energias mediante a paga de salários de fome, o chicote do administrador (ou feitor, ou capataz)” (Idem).

4.6. A Liga e o contexto internacional

As lutas internacionais do movimento operário-camponês tinham lugar cativo nas abordagens do periódico, noticiando as mudanças políticas na URSS, lutas de descolonização afro-asiáticas (A LIGA, “Influência camponesa na revolução angolana”, 23/1/1963, p.3; “Nada mudou no Vietnam: EUA ditaram queda de Diem”, 6/11/1963, p.1), lutas camponesas em países periféricos da América Latina, como Peru (A LIGA, “Manifesto da Confederação camponesa do peru pede a libertação dos seus líderes”, 6/3/1963, p.3) e Guatemala (A LIGA, “Guerrilhas na Guatemala”,

29/9/1963, p. 2), e ações do governo revolucionário cubano. O *Liga* justificava tal cobertura, apresentando que, em razão da crescente organização da população rural, era necessário analisar as experiências de luta dos trabalhadores, tanto do campo quanto das cidades, que já se “libertaram das amarras do latifúndio e do imperialismo” (A LIGA, “Problemas de organização”, 13/3/1963, p.3). Como não poderia ser diferente, o movimento revolucionário cubano tinha destaque especial, presente, de forma direta ou indireta, em todas as edições. Caracterizado como o maior exemplo de “que há um caminho para livrarmos nossa pátria da miséria e do atraso em que vivemos” (A LIGA, “Congresso continental reafirma dia 28 na ABI, todo apoio a Cuba!”, 27/3/1963, p.1), o governo era congratulado por ter nacionalizado empresas estrangeiras, ampliado o comércio exterior, melhorado a assistência médica (A LIGA, “O dever do revolucionário é fazer a revolução”, 24/7/1963, p.4; “Transformada totalmente a estrutura de Cuba”, 1/1/1963, p. 5), construído moradias dignas para o camponês, mecanizado a agricultura¹⁸³, extirpado o analfabetismo – classificado como braço de atuação do imperialismo –, promovido a “libertação do aluguel” (A LIGA, “Nada de recuo, com Cuba hoje e sempre”, 6/11/1962, p.1), acabado com a miséria (A LIGA, “O dever do revolucionário é fazer a revolução”, 24/7/1963, p.4) e, é claro, demonstrado a queima das etapas revolucionárias (A LIGA, “Guevara analisa as guerrilhas na América Latina”, 24/4/1963, p.4).

Além de noticiar os principais aspectos do governo revolucionário cubano, o periódico preocupava-se em angariar subsídios ao mesmo. Para tanto, fornecia apoio midiático ao “Congresso Popular de Apoio a Cuba”, organizado por Francisco Julião. O *Liga* constantemente apresentava a legalidade do congresso (A LIGA, “Congresso popular de apoio a Cuba não é secreto”, 18/12/1962, p.4) e demonstrava o apoio de personalidades políticas, líderes sindicais, oficiais das forças armadas e intelectuais, “de todas as partes do mundo”, à revolução cubana (A LIGA, “Novas adesões ao Congresso de Apoio a Cuba”, 6/3/1963, p.4; “Congresso popular de apoio à Cuba não é secreto”, 18/12/1962, p.4), como: os ex-presidentes mexicanos Luís Gonzaga de Oliveira Leite e Lázaro Cárdenas; "Sir" Bertrand Russel, presidente do Comitê dos Cem, organização pacifista da Inglaterra; John D. Bernal, membro da Royal Society e presidente do Conselho Mundial da Paz (Viena, Áustria); a professora Olga Poblete, ganhadora do Prêmio Lênin da Paz, em 1962; os Reverendos A. M. Dickie, F. J. Hartley e M. K. James, da Australian Peace Council (A LIGA, “Novas adesões ao Congresso de Apoio a Cuba”, 6/3/1963, p.4). Além disso, convocava os camponeses ao apoio: “Camponês: a reforma agrária cubana deu a terra ao que nela trabalha. Por

¹⁸³ Nesse momento histórico, os comunistas aplaudiam e consideravam um verdadeiro avanço qualquer forma de controle do homem sobre a natureza (SOARES, 2010).

isso os latifundiários do continente conspiram contra cuba. Tua resposta é participar do encontro nacional e do congresso de apoio à revolução cubana que se realizarão este ano no Brasil” (A LIGA, 20/2/1963, p.3).

A guerrilha do “Comandante Ernesto ‘Che’ Guevara” (A LIGA, 24/4/1963, p.1) também era parabenizada, pois expulsara o imperialismo espoliador, havia demonstrado que “as forças populares podem ganhar uma guerra contra o Exército” e tinha contribuído para a percepção de que “na América subdesenvolvida o terreno da luta armada deve ter fundamentalmente o campo” e que “nem sempre é preciso esperar que se dêem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode criá-las” (A LIGA, “Literatura revolucionária: Ernesto ‘Che’ Guevara”, 13/11/1963, p.6). Ademais, o periódico publicava as orientações de Che Guevara sobre a luta de guerrilhas, apresentando-a como recurso necessário àqueles que objetivavam conquistar o poder político, pois – atacando às concepções revolucionárias pecebistas – classificavam a luta pacífica como válida, porém, não condizente com a situação política dos países da América latina.

Outro movimento guerrilheiro revolucionário também teve destaque no periódico, as Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela (FALN), que, “[poderia se tornar] o segundo país livre da América latina” (A LIGA, 3/10/1963, p.3). Como destacou Morais (1965), o movimento camponês venezuelano também influenciou as articulações e decisões das Ligas Camponesas, o que explica a preocupação do *Liga* em apresentar seus principais aspectos. Segundo o periódico, a população venezuelana se articulava para “liquidar com a exploração estrangeira e a opressão da oligarquia interna” personificadas no governo de Rômulo Betancourt (A LIGA, “Povos se rebelam”, 9/1/1963, p.6). No que se refere à questão agrária, Betancourt havia iniciado uma “reforma agrária democrática cristã”, que em nada mudou a estrutura agrária venezuelana, pois, em um ano e meio, somente 9 mil 820 famílias haviam sido beneficiadas com a reforma, quando se fazia necessário o assentamento imediato de 500 mil famílias – seguindo esse ritmo, a reforma demoraria 50 anos para beneficiar 350 mil famílias. Além disso, a reforma de Betancourt proporcionava lucros exorbitantes aos latifundiários, pois as terras eram distribuídas mediante a compra e venda pelo Instituto Agrário Nacional, que gastava, por cada hectare, “aproximadamente 500 bolívares (1 bolívar equivale a 30 centavos de dólar). Nestes termos, o financiamento da compra equivaleria, com o atendimento de 500 mil famílias, nas bases de 25 hectares para cada família a 6 bilhões 250 milhões de bolívares” (A LIGA, “Revolução como primeira medida para libertar o país do jugo imperialista”, 6/3/1963, p.4).

Estimulados a mudar esse quadro de concentração fundiária, parte dos 833 mil 287 trabalhadores rurais venezuelanos ingressou na FALN, que sob o comando de Manuít Camero, Gonzalez, Urbina, Falcón e Douglas Bravo, iniciou a desapropriação dos latifúndios venezuelanos (A LIGA, “Povos se rebelam” 9/1/1963, p.6). Por essa razão, a luta venezuelana foi utilizada como exemplificação de que somente a revolução seria capaz de realizar verdadeiras mudanças (A LIGA, “Revolução como primeira medida para libertar o país do jugo imperialista”, 6/3/1963, p.4). O periódico publicou entrevista com os revolucionários (A LIGA, “Jovens do Anzoategui: ‘Nossa luta é democrática e antiimperialista’”, 13/3/1963, p.6)¹⁸⁴ e diversas notícias que apresentavam as principais características da FALN – sua forma de organização, seus principais membros, seus códigos de justiça e seus objetivos e razões de luta –, sempre enfatizando seu caráter foquista e camponês (A LIGA, “Que são as FALN?”, 10/4/1963, p.4; “A Venezuela luta de armas nas mãos pela sua libertação”, 13/11/1963, p.3). Em suma, seria essa a base da organização:

1 — Destacamentos guerrilheiros (DG) que constituem a base do Exército e integrados de acordo com as condições geográficas e econômicas do país. 2 — Unidades táticas de cooperação — são inferiores numericamente aos DG e devem atuar nas zonas periféricas onde se encontram os pontos estratégicos de comunicação, nas zonas industriais básicas do imperialismo, e nas instalações militares do inimigo. 3 — Grupos de combate (urbanos e rurais), que são destacamentos de combate compostos de 3 ou mais homens organizados militarmente com a finalidade de dirigir e preparar a luta das massas. Os GP devem se organizar em todas as partes: nos bairros, fábricas, escolas e no campo. Seus membros devem armar-se por si mesmos e instruir-se no que diz respeito à sua preparação revolucionária. 4 — Grupos de Agitação e Propaganda — têm a mesma organização dos Grupos de Combate e têm a finalidade de dar a conhecer ao povo, que ainda não participa ativamente da luta armada, do estado atual dos combates, do porque da luta e das suas conquistas para o povo. O FLN deve atuar organizadamente e segundo uma rígida disciplina. No entanto, a disciplina que rege um exército popular é essencialmente diferente da disciplina que rege um exército regular. No Exército Popular deve existir a mais completa união entre os oficiais e os soldados. A distinção que os separa refere-se apenas à distribuição de tarefas. Três pontos fundamentais constituem o código do revolucionário: 1 — Toda atividade obedece a um comando. 2 — Não se toma ao povo nenhuma agulha, nem um fio. 3 — Todo troféu é para a organização. A justiça revolucionária é ministrada através dos Tribunais Revolucionários Acidentais e pelos Tribunais Revolucionários Permanentes (A LIGA, “Guerrilhas anunciam que vão derrubar o regime de Betancourt”, 20/2/1963, p.6).

Na sua luta contra o imperialismo, o periódico comumente noticiava as pretensões imperialistas dos programas “Ponto IV” e “Aliança para o Progresso” de subverter a ordem nacional (A LIGA, “‘Aliança’ promove a subversão no Brasil”, 15/10/1963, p.4). Dessa forma, destacava a relação entre os órgãos norte-americanos e os agentes de segurança pública¹⁸⁵, em especial no Rio

¹⁸⁴ O interessante é que ao lado da manchete que anunciava a entrevista, o periódico destacou o lançamento do livro “Guerra de guerrilhas”, de Gondim Fonseca.

¹⁸⁵ Por exemplo, na página 5 da edição de 9 de janeiro de 1963, o periódico publicou a foto de um rádio, com o símbolo da “Aliança para o progresso”, junto com armamentos encontrados em Jacarepaguá. Segundo o *Liga*, esses armamentos e equipamentos foram “fornecidos pela embaixada dos Estados Unidos e Ponto IV” ao governo Carlos Lacerda, para ser “utilizado em manobras golpistas, do IBAD, da ADEP, do MAC, do GAP, contra as forças populares”.

de Janeiro e na Guanabara¹⁸⁶ (A LIGA, “Lacerda monta campo de concentração assessorado por Borer e tiras do FBI”, 9/1/1963, p.5; “Agentes da DPPS serão educados no Panamá por oficiais ianques”, 25/12/1962, p.2), e a utilização de prepostos civis, por meio do “Peace Corps”, para financiar candidatos anticomunistas e campanhas de deslegitimação da solidez da Petrobrás¹⁸⁷. Tanto o *Terra Livre* como o *Liga* fizeram sucessivas defesas à atuação da Petrobrás. Por exemplo, o *Terra Livre*, na página seis da edição de junho de 1961, optou por publicar a carta do leitor Paulo da Silva, que, ao criticar a presença do capital monopolista imperialista norte-americano no Brasil, questionava: “Por que os técnicos americanos da Petrobrás só procuram petróleo onde não tem? Fazem isso para ver se o povo deixa de acreditar na Petrobrás e o nosso governo cria coragem de acabar com ela”. Da mesma forma, o *Liga*, na coluna “Outro Lado da História” (16/10/1962, p.3), criticava as notícias veiculadas pela imprensa associada ao imperialismo, que, parecendo terem sido escritas pelas mesmas mãos, tentavam, a partir de dados fraudulentos, “demonstrar que a Petrobrás desmorona”, com o interesse de facilitar a entrada de trustes internacionais e refinarias particulares de Petróleo (A LIGA, “Sindicatos Desmascaram nova ofensiva contra a Petrobrás”, 9/1/1963, p.2).

Principais pontos a serem retidos

Foi possível perceber que, apesar da sua estruturação inicial, o *Liga* também era voltado à população rural. Utilizamos advérbio também, pois, como vimos, outros grupos sociais tinham espaço no periódico, como operários, pescadores, militares, estudantes e intelectuais que forneciam respaldo urbano às ações do movimento. Tal constatação vai contra o argumento daqueles que interpretaram o *Liga* como um periódico voltado, única e exclusivamente, aos intelectuais urbanos.

No que se refere às divergências entre o PCB e as Ligas, assim como o *Terra Livre* optou por negligenciar a atuação das Ligas e somente fazer ataques diretos à figura de Julião, após dissociá-la do movimento, o *Liga* não atacava diretamente a ULTAB ou o PCB. Mas as semelhanças não se esgotaram nesse aspecto. O *Liga* possuía estrutura semelhante à do *Terra Livre*, criando espaços e colunas com títulos semelhantes, elencando os mesmos adversários e noticiando os conflitos pela terra de forma semelhante. Porém, o *Liga*, no que se refere à

¹⁸⁶ O jornal buscava oferecer uma cobertura nacional aos problemas do campo brasileiro, porém, em consequência da sua sede administrativa ser na Guanabara, oferecia mais atenção a essa região e ao estado do Rio de Janeiro que aos outros estados do país. Como é possível constatar no gráfico do anexo III, nas edições de 1962 e 1963, Rio de Janeiro e Guanabara foram temas de trinta e três por cento e vinte e três por cento, respectivamente, do conteúdo do periódico. Em contrapartida, Pernambuco, região onde as Ligas eram mais atuantes, foi tema de dez por cento e vinte e dois por cento. Cabe ainda destacar que, nas edições de 1963, a Paraíba, estado onde existia a segunda maior Liga do Brasil, disputava com Brasília o status de terceira região com o maior número de notícias no semanário.

¹⁸⁷ Em apenas uma edição, o periódico empreendeu a tentativa de iniciar a publicação da lista das empresas “imperialistas” no Brasil, destacando seus endereços e capitais. (A LIGA, “O imperialismo no Brasil”, 12/6/1963, p.6)

crítica à Igreja, lançou mão de um recurso inédito, a utilização da narrativa bíblica para legitimar a luta de classes, a luta contra o imperialismo e o ataque às proposições católicas conservadoras.

Diferentes notícias e o fato do cargo de diretor, o único que esteve presente em todas as formações do corpo editorial, sempre ter sido ocupado por Julião, mesmo após a invasão do periódico, reafirmaram a figura mítica de Julião para o movimento, justificando o fato de a opinião pública classificar o *Liga* como o “jornal de Julião” (A LIGA, 23/10/1963, p.8). Apesar do foco em Julião, outros dois líderes tiveram papel destacado no periódico, Elizabeth Teixeira e Padre Alípio.

Por fim, a moralidade apareceu como um conceito recorrentemente utilizado na definição das ações e interpretações do movimento, palavras como “corajosos”, “honestos” e “vícios” fizeram parte das interpretações do periódico, que buscava coordenar o comportamento dos seus leitores ao definir as condições morais apropriadas para um militante.

Conclusão

Apesar das divergências, as Ligas e o PCB, em nome da unidade dos trabalhadores rurais, evitaram utilizar seus periódicos para atacar um ao outro. Por outro lado, elegeram como adversário comum a Igreja, classificada como força conservadora que tentava deslegitimar a atuação dos trabalhadores rurais no campo, em nome dos interesses latifundiários. Porém, em razão da religiosidade do seu público alvo e das alianças tecidas, tais críticas eram relativizadas e, por vezes, a atuação de membros do clero era enfatizada e congratulada, especialmente aqueles que apoiavam as ações dos respectivos movimentos, como, no caso do *Terra Livre*, padre Francisco Lage – importante articulador da Ação Popular – e, no caso do *Liga*, padre Alípio – dirigente do movimento. Tal constatação legitima as interpretações e críticas lançadas por Welch (2010) àqueles que buscam identificar na constituição do movimento camponês apenas elementos de rivalidade, em contraposição à “unidade” patronal.

Ratificando as interpretações de Medeiros (1995) e Souza (2005), destacamos que, nos periódicos *Terra Livre* e *Liga*, duas condições eram utilizadas para caracterizar o trabalhador rural: a) o seu florescimento para a luta, destacando sua articulação em associações e sindicatos rurais, a sua marcha para a mudança e os seus diferentes encontros e congressos pelo Brasil; b) as ideias de miséria, exploração e sofrimento, destacando a carestia e a escravidão – conceito este que, em conjunto com os termos “subversão”, “camponês” e “reforma agrária”, foram utilizados de diferentes formas pelos periódicos aqui analisados, legitimando a tese de que “os signos são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares” (FAIRCLOUGH, 2001, p.103). *O Nordeste*, por sua vez, ora caracterizava o homem rural como “camponês” ora como “sertanejo”, “rurícola”, “agricultor” ou “lavrador pobre”. A utilização do termo camponês estava associada à forma de luta da população rural, quando baseados nos princípios defendidos pela Igreja eram camponeses. Já o termo “rurícola” era utilizado para definir aqueles que não lutavam ou não se enquadravam nas doutrinas sociais da Igreja.

Apesar das diferentes caracterizações, os três periódicos não teceram quaisquer críticas às ações dos trabalhadores rurais, somente às forças “articuladoras” e/ou “aproveitadoras”. Essa caracterização tem fundamento em uma interpretação dúbia, ao mesmo tempo em que os reconheciam como atores políticos, consideravam que não estavam conscientes das condições

de sua exploração, por essa razão, poderiam ser utilizados como “massa” de manobra por outras forças sociais – termo recorrentemente empregado pelo *Liga*.

O *Liga* e o *Terra Livre* tanto se dirigiam aos trabalhadores rurais, inculcando valores de legitimação e estratégias de luta, como vocalizavam, à opinião pública, suas condições de exploração. Tal vocalização foi um importante recurso argumentativo contra o silêncio da “grande imprensa” sobre a violência no campo, evidente nos discursos do *O Nordeste*, que pretendia apresentar o campo como um local harmonioso e caracterizado pela paz social. Esta só era incomodada pelos movimentos subversivos, em especial as Ligas Camponesas, que atuavam no campo brasileiro se aproveitando da fragilidade e da falta de consciência dos trabalhadores rurais. Tal interpretação refletia a visão predominante entre o episcopado brasileiro, evidenciando ser *O Nordeste* um periódico que seguia à risca as diretrizes da hierarquia católica. Quando o episcopado brasileiro defendeu a saída dos problemas rurais por meio de soluções técnicas, *O Nordeste* destacou o papel dos tratores, dos engenheiros e do ensino técnico. Quando o episcopado passou a incentivar a mobilização camponesa, o periódico retratou a população como camponesa e destacou o papel transformador da educação de base e da reforma agrária assistencial. Ainda com relação à esse processo de referência doutrinária, sinalizamos o destaque concedido ao MEB e às rádios difusoras, que demonstram a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas que abordem a utilização do rádio como importante, senão principal, instrumento da Igreja para a organização do trabalhador rural¹⁸⁸.

É preciso também destacar a influência do contexto internacional nas estruturas argumentativas dos periódicos. *O Nordeste* apoiava as ações dos EUA e, conseqüentemente, demonizava o comunismo, interpretando as Ligas e o PCB como verdadeiras ameaças e propagadores das bases expansionistas do comunismo. Enquanto o *Terra Livre* e o *Liga* lançavam mão de diferentes recursos para associar as condições de exploração do trabalhador rural à presença do imperialismo norte-americano no país e eleger Cuba como exemplo prático das suas teorias revolucionárias.

No que se refere à caracterização dos adversários, é necessário enfatizar que apesar das diferentes orientações políticas dos periódicos, os “intermediários” e o “latifúndio

¹⁸⁸ Existem seis obras, referenciais, que analisam a atuação do MEB: *Educar para transformar*, de Luiz Eduardo W. Wanderley; *Católicos Radicais no Brasil*, de Emanuel Kadet; *Uma pedagogia da participação popular*, de Osmar Fávero; *A Travessia do popular na contramão da educação*, de José Pereira Peixoto; *Movimento da Educação de Base: discurso e prática*, de Maria Rapôso; e *Escolas Radiofônicas de Natal*, organizada por Marlúcia Menezes de Paiva. Grande parte dessas obras oferece uma análise do movimento mais pedagógica que política.

improdutivo” foram responsabilizados pelos problemas que afligiram o campo brasileiro e a sociedade brasileira, em especial a carestia. Tal interpretação, também presente nas discussões congressistas, resulta das sucessivas e severas crises de abastecimento que atingiram o Brasil naquele período.

Movido pelo desejo de criar uma linguagem de classe, o *Terra Livre* mostrou maior capacidade de ser inteligível ao trabalhador rural, constatação averiguada tanto pela sua estrutura simples, direta e didática como pela participação efetiva dos trabalhadores rurais na sua construção, que tinham suas cartas regularmente publicadas. Esses elementos comprovam a eficiência em apresentar-se como instrumento de atuação e manifestação dos trabalhadores rurais. Os demais periódicos não foram tão eficientes nesse aspecto, uma vez que raramente publicavam cartas de opinião da população rural. Reconhecemos que tal desigualdade tem como razão o *know hall* acumulado do *Terra Livre*, que discutia os problemas do campo brasileiro desde 1949.

No que se refere às definições do conceito de reforma agrária, sinalizamos as três formas de pensar propostas pelas forças que dirigiam os periódicos. A reforma agrária cristã, que previa o acesso da população rural à propriedade privada, previdência social, assistência médica, educação e saúde pública. A reforma agrária pecebista, que previa lutas parciais contra a grilagem, o despejo, as altas taxas de arrendamento e a ausência de uma legislação trabalhista rural. Por fim, a reforma agrária radical das Ligas Camponesas, que versava sobre: 1) uma reforma agrária elaborada pelos próprios camponeses; 2) a outorga de títulos de propriedade aos posseiros que trabalhavam a terra; 3) a desapropriação das terras devolutas e dos latifúndios improdutivos, com indenização mediante expedição de títulos de dívida pública, com prazo de 20, 30, 40 anos ou mais, dependendo do caso, vencendo juros de 2% ao ano. Ademais, propunham que o valor da terra deveria ser calculado a partir das declarações para pagamento de imposto territorial; 4) a criação de condições para o desenvolvimento da economia nacional, levando em consideração a participação da população rural; 5) a aplicação “na marra” da reforma, haja vista o domínio e controle que a classe dominante tinha no congresso nacional; 6) a criação do Instituto de Reforma Agrária, que, ao exemplo da reforma agrária cubana, seria responsável por oferecer assistência técnica ao camponês e desapropriar as terras improdutivas com área superior a 500 hectares; 7) o estímulo à formação de cooperativas; 8) a plena garantia à sindicalização e ao direito de organização; 9) a distribuição gratuita das terras devolutas; 10) a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; 11) a elaboração de um imposto territorial progressivo que incidisse sobre a grande

propriedade agrícola e isentasse a pequena propriedade agrícola; 12) o combate à utilização especulativa das terras, a partir da proibição de concessão de terras públicas àqueles que objetivassem utilizá-las com esse interesse. Foi possível perceber que esses conceitos não eram exclusivos às forças sociais citadas, haja vista o caso do *Terra Livre*, jornal ligado ao PCB, que defendia um conceito de reforma agrária radical muito próximo do apresentado pelas Ligas Camponesas. Partindo dessa constatação, reiteramos a necessidade de pesquisas que discutam como outros movimentos e órgãos de comunicação ligados a essas diferentes forças definiram e instrumentalizaram o conceito de “reforma agrária”.

Foi possível perceber as semelhanças na estrutura argumentativa dos periódicos *Terra Livre* e *Liga*. Além de possuírem espaços semelhantes – o “Pequeno Almanaque do Terra Livre” e “Almanaque do Camponês” do *Liga*; as colunas “Pensamentos Célebres” do *Terra Livre* e “Frases Célebres” do *Liga* –, os periódicos noticiavam as lutas pela posse da terra de forma semelhante: ressaltando o tempo de moradia, o esforço despendido nesse período e o número de famílias camponesas ameaçadas; nomeando os juízes, policiais e grileiros envolvidos nos conflitos noticiados; apresentando os esquemas de grilagem comandados por políticos; associando a carestia e a fome às ações do governo federal e à presença do imperialismo norte-americano; apresentando as instituições que aparelhavam as ações dos grileiros (a justiça, a polícia e o exército).

Por fim, destacamos o papel do Direito na argumentação dos três periódicos, que buscavam demonstrar a legalidade das formas de lutas defendidas, por exemplo, as portarias que legitimavam a formação de sindicatos, os artigos que previam a legalidade da resistência armada, o direito de associação etc. Como demonstramos, essa estratégia está relacionada ao fato dos trabalhadores rurais buscarem atuar dentro da “legalidade”, entendendo a efetivação e a aplicação da legislação enquanto garantidora de seus direitos. Cabe ainda destacar que o *Terra Livre* e o *Liga* possuíam uma relação ambígua com a justiça. Ao mesmo tempo em que consideravam a justiça instrumento de ação dos latifundiários, estimulavam a sua utilização como meio de assegurar e conquistar direitos.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. *Igreja, Sindicato e organização dos trabalhadores*. 1991. 204p. Dissertação (Mestrado). UFC. Fortaleza, 1991.
- ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ANDRADE, Manuel Correia. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a Sindicalização dos Trabalhadores do Campo (1963). In: WELCH, Clifford Andrew et.al.. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 73-85
- AUED, Bernadete. Nos caminhos da cisão. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 77-101.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BADARÓ, Marcelo M. Imprensa Comunista e formação de quadros no período 1954-64. In: ROXO, Marco e SACRAMENTO, Igor (Orgs.). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 123-143
- BANDEIRA, Luiz A. M. *A formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BARBOSA, Vera. *Canto de liberdade: poesia e política. O PCB na organização do campesinato (1954-64)*. 2014. 101p. Monografia. UNIFESP. Guarulhos, 2014.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BETT, Ianko. “Catolicismo” e “Cruzada” e a sociabilidade anticomunista na década de 1960. In: RODRIGUES, Cândido; ZANATTO, Gizele; CALDEIRA, Rodrigo. *Manifestações do pensamento católico na América do Sul*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. p. 233-258
- CABRAL, Bruna Marques. A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1955-1964). *Escritas*, v. 6, n.1, p. 165-184, 2014.
- CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 10 v. p.147-272
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2 v. p. 107-143.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja católica e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola. 1985. p. 68-109

- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHONCHOL, Jacques. La Reforma Agraria en América Latina. In: VEGA, John D. Vargas (Org.). *Proceso agrario en Bolivia y América Latina*. CIDES- UMSA. p. 205-222.
- CORRÊA, Elisa; MACEDO, Marcelo. Zé Pureza e reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, n. 2, p. 368-392, outubro 2007.
- COUTROT, Aline. Religião e Política. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 331-363
- CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, p. 253-270, 2007.
- DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, v.15, p. 157-72, set./dez. 2001b.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p.167-204
- DELGADO, Jaime Ornelas. Volver al desarrollo. *Problemas del Desarrollo*, v.43, n. 168, p. 7-35, jan./mar. 2012.
- DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: _____ e MORAES, João Q. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2014. 4 v. p. 73-134
- ECKERT, Cordula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez; FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 1 v. p. 71-93.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília, DF: editora Universidade de Brasília, 2001.
- FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- GOMES, Maria Adaiza. *O baluarte do decoro e da moralidade: o jornal “O Nordeste” e sua atuação no combate aos maus costumes (1922 – 1927)*. 2015. 184p. Dissertação (Mestrado). UECE. Fortaleza, 2015.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. 376p. Dissertação (Mestrado). UFRJ/Museu Nacional. Rio De Janeiro, 1987.

- _____. Ação Política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULO, Maria Ignez; FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 1 v. p. 35-57.
- _____; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 2 v. p. 209-236
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio (1963). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 35-77.
- _____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 89-111.
- HOBSBAWM, Eric. Os anos dourados. In: _____. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 283-251.
- _____; e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2007.
- KAY, Cristóbal. Mirando hacia atrás: el tiempo de las reformas agrarias. *Revista Envío*, n. 208, julho de 1999.
- MAINWARING, Scott. Igreja e Política: anotações teóricas. *Síntese*, n. 27, p. 35-56, jan./abr. 1983.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 21-102
- _____. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. In: _____. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 52-94.
- MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. *Estudos Avançados*. v. 11, n. 30, p. 19-41. 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

- _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 294p. Tese (Doutorado). Unicamp. Campinas, 1995.
- _____. *A questão da reforma agrária no Brasil*. 1983. 150p. Dissertação (Mestrado). USP. São Paulo, 1983.
- _____. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 4, p. 50-65, julho. 1995b.
- _____. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana: 1930-1961*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MILIBAND, Ralph. A defesa da antiga ordem: II. In: _____. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 65-110.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas Camponesas do Brasil*. 1965. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm>. Acessado em: 18/3/2013.
- MOREIRA, Vânia Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, p. 329-360. 1998.
- _____. Os anos JK: a industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo de experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.
- MOTTA, Márcia & ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: História de uma Luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade dos conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2009. 2 v. p. 243-257.
- NOVAES, Regina Reyes. *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.
- OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: _____. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 140-177.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PAIVA, Marlúcia Menezes (Org.). *Escolas radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro, 2009.

- PARGA, Francisca Rafaela. *Contra a semente da desordem: imprensa católica e fascismo, Fortaleza/CE (1922-30)*. 2012. 113p. Dissertação (Mestrado). UFCE. Fortaleza, 2012.
- PEIXOTO, José Pereira. *A travessia do popular na contradição da educação*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2003.
- POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 137-158
- POULANTZAS, Nicos (2000). As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: _____. *O Estado, o poder e o socialismo*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra. p. 125-164.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RANGEL, M. do S. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. 2000. 372p. Dissertação (Mestrado). UNICAMP. Campinas, 2000.
- RAPÔSO, Maria da Conceição. *Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. 2006. 384p. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2006.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- RODRIGUES, Fabiana de Cássia. *O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas*. 2005. 116p. Dissertação (Mestrado). UNICAMP. Campinas, 2005.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005. 262p. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2005.
- SANTIAGO, Wandek. Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 1964. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 157-186.
- SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando e moralizando” (1915-63)*. 2004. 267p. Dissertação (Mestrado). UFC. Fortaleza, 2004.
- SILVA, José Francisco Graziano. *O que é questão agrária*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: ABRA, 1996.
- SILVA, L. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-64: depoimento. [2 de junho, 1994]. Rio de Janeiro: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Entrevista concedida a Luiz Flávio Carvalho Costa. p.67-88
- SILVA, Osvaldo Heller. *A Foice e a Cruz – comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- SILVA, Fernando Teixeira. Justiça de classe: tribunais, trabalhadores rurais e memória. *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, p. 124-160. 2012.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. Economia e Cultura. São Paulo: DIFEL, 1984. 4 v. p. 209-245
- SOARES, Paula Elise. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. 2001. 258p. Dissertação (Mestrado). UFMG. Belo Horizonte, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. *Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-64*. 2005. 258p. Dissertação (Mestrado). UFC. Fortaleza, 2005.
- TAPIA, Jorge. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a Reforma Agrária no Brasil (1946-64)*. 1986. 612p. Tese (Mestrado). Unicamp. Campinas, 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28. 2004.
- TOLENTINO, Célia Aparecida. *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil (1968). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 127-168.
- VIRINO, Alyne Ricarte. “O Nordeste” na década de 60: das mudanças ideológicas ao fechamento do jornal. In: *Mídia Alternativa e alternativas midiáticas*, 2009, Fortaleza. *Anais do 7º Encontro Nacional de História da Mídia*, Fortaleza, CE, 2009.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W.. *Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- WELCH, Clifford Andrew. *A Semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-64*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Jôfre Corrêa Neto: capitão camponês (1921 a 2002)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

Fontes Documentais Citadas

O Nordeste (1961 – 1963)

“A China e o Brasil”, edição de 2/1/1961, p.3

“Endereço certo”, edição de 2/1/1961, p.5

“A reforma agrária”, edição de 3/1/1961, p.4

“Dia de reis é dia santo de guarda”, edição de 4/1/1961, p.1

“VI convenção de engenheiros”, edição de 18/1/1961, p.1

“Calcanhar de Aquiles”, edição de 23/1/1961, p.2

“Know How”, edição de 23/1/1961, p.5

“Falha do sistema comunista na crise agrícola”, edição de 23/1/1961, p.7

“Arma de dois gumes”, edição de 25/1/1961, p.3

“Devastação das matas e seus malefícios”, edição de 27/1/1961, p.6

“É proibido rezar”, edição de 31/1/1961, p.1

“Isto é fato”, edição de 31/1/1961, p.2

“Interesse pelo Nordeste”, edição de 1/2/1961, p.3

“Providência indispensável”, edição de 2/2/1961, p.3

“Semente para agricultores”, edição de 3/2/1961, p.1

“30 anos de experiência fracassada”, edição de 3/2/1961, p.5

“Agitadores comunistas levam o pânico à Bahia”, edição de 8/2/1961, p.1

“China vermelha passa fome”, edição de 27/2/1961, p.3

“A missão de ‘O Nordeste’”, edição de 3/3/1961, p.1

“Ação social cristã de grande envergadura em São Luís”, edição de 7/3/1961, p.1

“Educação de base”, edição de 8/3/1961, p.1

“Manifesta-se a lavoura”, edição de 11/3/1961, p.3

“Política externa”, edição de 14/3/1961, p.3

“Socializar o feijão”, edição de 16/3/1961, p. 5

“Grande obra social”, edição de 18/3/1961, p.5

“Fases da educação”, edição de 18/3/1961, p.6

“Engenho incendiado em Cuba”, edição de 20/3/1961, p. 1

“Desenvolvimento”, edição de 20/3/1961, p.2

“Avançada para o precipício”, edição de 20/3/1961, p.3

“Atitude dos comunistas em face de Jânio”, edição de 20/3/1961, p.8

“‘Certos elementos’ na Rússia”, edição de 22/3/1961, p.1

“JQ contará com o episcopado para defender o Brasil”, edição de 23/3/1961, p.1

“Comunismo e agricultura”, edição de 24/3/1961, p.3

“60.000 comunistas no Brasil”, edição de 24/3/1961, p.7

“Rurícola e a terra”, edição de 28/3/1961, p.5

“Só uma reforma agrária evita as favelas”, edição de 29/3/1961, p.1

“O eleitorado comunista no Brasil (I)”, edição de 3/4/1961, p.3

“Convênio entre o Estado e a Igreja pró Movimento de Educação e Base”, edição de 5/4/1961, p.2

“O maior problema local”, edição de 5/4/1961, p.5

“Reportagem de ‘O Nordeste’ desperta grande repercussão”, edição de 18/4/1961, p.1

“Escola sem vida”, edição de 18/4/1961, p.7

“Regime de miséria”, edição de 24/4/1961, p.3

“Agricultura capitalista”, edição 25/4/1961 p.5

“Escolas radiofônicas”, edição de 6/5/1961, p.3

“Pela reforma agrária bispos de B. Horizonte”, edição de 9/5/1961, p.1

“Calma com a reforma agrária I”, edição de 9/5/1961, p.7

“Calma com a reforma agrária II”, edição de 16/5/1961, p.7

“Dom Eugênio Sales fala sobre a reforma agrária”, edição de 20/5/1961, p.3

“Calma com a reforma agrária III”, edição de 20/5/1961, p.7

“Reforma agrária”, edição de 6/6/1961, p.3

“Com os olhos em Pernambuco”, edição de 8/6/1961, p.3

“Agitação comunista no Nordeste”, edição de 27/6/1961, p.7

“As coisas do nordeste”, edição de 3/7/1961, p.4

“Diz Stevenson que as reformas sociais são básicas para o progresso econômico da América Latina”, edição de 19/7/1961, p.5

“PSD com a reforma agrária”, edição de 25/7/1961, p.8

“O Nordeste ameaçado”, edição de 31/7/1961, p.3

“Infiltração Perigosa”, edição de 1/8/1961, p.3

“As ‘Ligas Camponesas’ exigem repúdio formal e decidido”, edição de 2/8/1961, p.2

“A CRB contra o projeto de reforma agrária”, edição de 12/8/1961, p.1

“Reforma agrária versus marcha para o oeste”, edição de 22/8/1961, p.4

“O Bispo de Campina Grande distribui terras”, edição de 23/8/1961, p.1

“A educação de base e o camponês”, edição de 8/9/1961, p.6

“Assembléia mineira estudará reforma agrária”, edição de 3/10/1961, p.1

“Instalado o centro-piloto da campanha de erradicação do analfabetismo”, edição 9/10/1961, p.5

“Milton Campos: elaboração imediata do projeto de reforma agrária”, edição de 14/10/1961, p.1

“Combate ao analfabetismo no Ceará”, edição de 17/10/1961, p.1

“Movimento de Educação de Base iniciará em breve, combate ao analfabetismo no Ceará”, edição de 17/10/1961, p.8

“Objetivos do MEB: alfabetização, educação sanitária e agrícola e preparação do povo para a reforma agrária”, edição de 18/10/1961, p.8

“Formados pelo MEB, vinte e oito supervisores de escolas radiofônicas para o Ceará”, edição de 20/10/1961, p.8

“Reforma agrária em Minas Gerais”, edição de 21/10/1961, p.1

“Movimento Subversivo”, edição de 25/10/1961, p.3

“Educação de base”, edição de 31/10/1961, p.2

“O assunto é formar o povo”, edição de 24/11/1961, p. 3

“Vanguarda comunista”, edição de 3/1/1962, p.3

“O caldeirão ferve”, edição de 11/1/1962, p.6

“Camponês”, edição de 11/1/1962, p.3

“O ‘Programa’ contra a Igreja”, edição de 12/1/1962, p.2

“Camponeses dispostos a exigir obrigações do governo com a democracia”, edição de 12/1/1962, p.4

“Cansou-se das mentiras e mistificações do comunismo”, edição de 13/1/1962, p.2

“Cegueira perigosa”, edição de 15/1/1962, p.3

“Julião, o Apóstata”, edição de 16/1/1962, p.6

“Líderes Cristãos para o campo”, edição de 17/1/1962, p.4

“Aviso aos capitalistas”, edição de 18/1/1962, p.3

“Progresso duvidoso”, edição de 18/1/1962, p.3

“A ilusão da angústia”, edição de 18/1/1962, p.3

“O Comunismo é um grito de rebeldia contra Deus”, edição de 25/1/1962, p.3

“O Comunismo começa com a Reforma Agrária”, edição de 29/1/1962, p.4

“Marxismo burguês”, edição de 30/1/1962, p.3

“Os falsos intérpretes”, edição de 30/1/1962, p.3

“O nordeste não é comunista: Luta contra a fome, diz Pe. Melo”, edição de 31/1/1962, p.2

“Ação Necessária”, edição de 31/1/1962, p.3

“Padre pede sindicato nos campos”, edição de 1/2/1962, p.1

“Soluções improvisadas no R.G. Sul: Reforma agrária de Brizzola é demagógica”, edição de 2/2/1962, p.1

“Agricultores ocupam tradicional forte de Caçapava”, edição de 2/2/1962, p.2

“Desperta grande interesse a edição dominical de ‘O Nordeste’”, edição de 6/2/1962, p.1

“Nova Denúncia de Agitação comunista no Rio Grande”, edição de 8/2/1962, p.1

“Intermediários na economia”, edição de 8/2/1962, p.3

“Converte-se ex-líder comunista”, edição de 11/2/1962, p.3

“Conheça os fabricantes do comunismo”, edição de 11/2/1962, p.3

“Sindicalismo tem cartilha”, edição de 11/2/1962, p.6 (SDON)

“O Exército evita ocupação de terras”, edição de 13/2/1962, p.7

“Agricultura em choque”, edição de 21/2/1962, p.3

“Sindicalização prepara o terreno para mudança: estrutura agrária”, edição de 23/2/1962, p.6

“Papel decisivo”, edição de 25/2/1962, p.4

“Arcebispo de porto alegre desmascara o comunismo”, edição de 27/2/1962, p.1

“D. Jaime alerta os fiéis sobre o comunismo”, edição de 1/3/1962, p.5

“Agricultura do asfalto”, edição de 9/3/1962, p.3

“Líderes Cristãos para o campo”, edição de 14/3/1962, p.5

“Começará este mês revenda de material aos agricultores”, edição de 16/3/1962, p.5

“Querem reforma agrária os bispos do nordeste”, edição de 18/3/1962, p.1 (SDON)

“A Encíclica ‘Mater et Magistra’ e a reforma agrária”, edição de 18/3/1962, p.3 (SDON)

“Dom Helder: comunistas e reacionários, os inimigos da reforma agrária”, edição de 18/3/1962, p.8

“Os mineiros se opõem à Reforma Rural”, edição de 22/3/1962, p.1

“Terras Devolutas”, edição de 25/3/1962, p.7

“Cardeal Câmara Desvenda os planos do comunismo para o Brasil!”, edição de 10/4/1962, p.1

“Desorientação”, edição de 12/4/1962, p.3

“Líderes”, edição de 15/4/1962, p.6 (SDON)

“A Guerra Política no Nordeste”, edição de 24/4/1962, p.7

“Edital de convocação”, edições de 2/5/1962, p.6; 3/5/1962, p.3; 11/5/1962, p. 8; 13/5/1962, p.8

“Mimetismo Comunista”, edição de 3/5/1962, p.3

“O que reclamam os Agricultores Nordestinos”, edição de 4/5/1962, p.1

“Bispo impede que camponeses saqueiem o comércio de Recife”, edição de 6/5/1962, p.1

“Desaparecem as Ligas Camponesas diante do movimento sindicalista”, edição de 20/5/1962, p.1

“Sindicalização rural”, edição de 21/5/1962, p.1

“Santiagos e Brizzolas”, edição de 27/6/1962, p.3

“Micro-trator ‘Tobatta’”, edição de 8/7/1962, p.6

“O Nordeste agrícola”, edição de 8/7/1962, p.7

“Trabalhadores repudiam a ingerência governamental na vida interna dos sindicatos”, edição de 24/7/1962, p.7

“A pedra que rola”, edição de 25/7/1962, p.3

“Encerrado o congresso operário cristão nacional”, edição de 29/7/1962, p.2 (SDON)

“O Nordeste agrícola”, edição de 29/7/1962, p.7

“O engajamento Total”, edição de 16/8/1962, p.3

“Crato recebe um presente de seu bispo: escolas de líderes rurais”, edição de 17/8/1962, p.4

“Cartilha do Produtor”, edição de 21/8/1962, p.3

“A formação de líderes”, edição de 23/8/1962, p.3

“Dinâmica do Líder”, edição de 24/8/1962, p.6

“Nordeste cooperativista”, edição de 9/9/1962, p.3 (SDON)

“A Igreja da Resistência”, edição de 1/10/1963, p.3

“O Cristão e a Posição”, edição de 10/10/1963, p.3

“Unidade móvel do B.B. faz empréstimos a lavradores de Cariri”, edição de 25/10/1963, p.4

“Gerente do B.B. fez conferência para agricultores de Jaguaruana”, edição de 28/10/1963, p.4

“Mundo Melhor”, edição de 4/11/1963, p.3

“200 mil camponeses em greve: Pernambuco, camponeses tentaram trabalhar e foram recebidos a bala pelos piquetes”, edição de 19/11/1963, p.2

“Cem sindicatos de proprietários de terras serão fundados ainda este ano no Ceará”, edição de 26/11/1963, p.2

Terra Livre (1960 – 1964)

“Grande plano de difusão de ‘Terra Livre’, edição de abril de 1960, p.7

“Revisão Agrária de Carvalho Pinto é contra os camponeses”, edição de janeiro de 1961, p.2

“Mato Grosso: 37 famílias de posseiros expulsas da terra”, edição de janeiro de 1961, p.3

“Sudoeste do Paraná: terra de grilagem e do trabuco”, edição de janeiro de 1961, p.3

“Vitoriosos os posseiros do Faxinal (R.G. do Sul)”, edição de janeiro de 1961, p.3

“Grilagem de quarenta mil alqueires em Goiás”, edição de janeiro de 1961, p.3

“O Novo salário mínimo e a situação dos trabalhadores”, edição de janeiro de 1961, p.7

“Deus ou Diabo?”, edição de janeiro de 1961, p.7

“Lei garante melhores salários para os trabalhadores da roça”, edição de janeiro de 1961, p.8

“600 cruzeiros para o algodão e o amendoim”, edição de fevereiro de 1961, p.1

“O Diabo encomendou um livro aos bispos de Jacarezinho e Campos”, edição de fevereiro de 1961, p.3

“Pensamentos Célebres”, edição de fevereiro de 1961, p.4; março de 1961, p.4; maio de 1961, p.5

“Ligas Camponesas da Paraíba avançam com lutas e vitórias”, edição de fevereiro de 1961, p.5

“Preço mínimo de 600 cruzeiros para o algodão e o amendoim”, edição de fevereiro de 1961, p.6

“O fantasma da miséria”, edição de fevereiro de 1961, p.6

“Operário trouxe de cuba uma abraço amigo aos camponeses”, edição de fevereiro de 1961, p.8

“Permanecem sem punição os crimes dos ladrões de terra”, edição de março de 1961, p.1

“500 famílias de lavradores do Estado do Rio ameaçadas de despejo”, edição de março de 1961, p.1

“Em Minas Gerais: reuniu-se com êxito a comissão executiva da Federação dos Trabalhadores Agrícolas”, edição de março de 1961, p.2

“Programa de reivindicações dos lavradores de Taiano, no território do Rio Branco”, edição de março de 1961, p.2

“Enquanto os trabalhadores agrícolas passam fome, milionários ficam mais ricos fazendo contrabando de café”, edição de março de 1961, p.3

“Em Astorga: jagunço ganhou uma vaca para matar o colono”, edição de março de 1961, p.6

“Na colônia São Francisco, Paraná: 300 alqueires de terra ocupados por posseiros sob ameaça de grilagem”, edição de março de 1961, p.7

“Padre quer ficar com o carro de uma Rifa”, edição de março de 1961, p.7

“Viva a Reforma Agrária”, edição de março de 1961, p.7

“Contratos de Arrendamento”, edição de maio de 1961, p.2

“Grileiros continuam a roubar terras de honestos posseiros”, edição de maio de 1961, p.3

“Em Catanduva: greve vitoriosa dos trabalhadores da fazenda S. José da Borboleta”, edição de maio de 1961, p.3

“Presente de Jânio ao povo: fome e carestia”, edição de maio de 1961, p.6

“Enquanto o povo passa fome: governo gasta bilhões em porta-aviões sem utilidade”, edição de maio de 1961, p.7

“Camponeses da Paraíba sabem lutar contra o explorador”, edição de maio de 1961, p.8

“Reafirmada a união dos lavradores e operários pela Reforma Agrária”, edição de junho de 1961, p.1

“Operários Capixabas resolvem lutar pela Reforma Agrária”, edição de junho de 1961, p.2

“Crescem as Ligas Camponesas no Nordeste”, edição de junho de 1961, p.2

“Previdência social para trabalhadores do campo”, edição de junho de 1961, p.2

“Latifundiário Mota tomou roçado do lavrador”, edição de junho de 1961, p.3

“700 famílias de lavradores lutam contra grileiros em Fortaleza”, edição de junho de 1961, p.5

“Agora a vida é bem melhor em Cuba”, edição de junho de 1961, p.5

“Cartas da roça: o povo começa a entender Jânio”, edição de junho de 1961, p.6

“Mato Grosso: Grileiro assalta com armas do Exército”, edição de junho de 1961, p.6

“Vereador de Populina perdeu o golpe contra os sitiantes”, edição de junho de 1961, p.7

“Unidos Operários e Camponeses mais duas Ligas na Paraíba”, edição de junho de 1961, p.8

“Francisco Julião: ‘Ligas Camponesas reforçarão o I Congresso pela Reforma Agrária’”, edição de junho de 1961, p.8

“Governo de latifundiários protege carrascos de camponeses”, edição de julho de 1961, p.1

“26 de julho: glória à revolução cubana”, edição de julho de 1961, p.1

“Prorrogados até 1962 os contratos de arrendamento”, edição de julho de 1961, p.2

“Combatente de Pato Branco acredita na vitória dos camponeses do Oeste”, edição de agosto de 1961, p.4

“Posseiros do Paraná continuam entrincheirados: cansados de esperar pela justiça agora só confiam na espingarda”, edição de julho de 1961, p.8

“Lavrador em desespero fez justiça com punhal”, edição de julho de 1961, p.8

“Baderna de Bispos não Impediu Congresso Camponês”, edição de agosto de 1961, p.2

“Maringá: Bispos desrespeitaram o presidente Jânio Quadros”, edição de agosto de 1961, p.4

“Inimigos da liberdade violam os direitos dos camponeses e perturbam a ordem pública”, edição de agosto de 1961, p.5

“Julião em Maringá: ‘Nós queremos Cristo e eles querem Judas, nós queremos paz e eles querem a guerra’”, edição de agosto de 1961, p.8

“Juiz de Direito comanda grilagem em Porangatu”, edição de setembro de 1961, p.1

“Padre católico rompe com a mentira: Igreja deve estar é com a revolução”, edição de setembro de 1961, p.1 e 4

“Lavradores e trabalhadores agrícolas fluminenses condenam o latifúndio e exigem reforma agrária com urgência”, edição de setembro de 1961, p.2

“Nossos direitos na constituição federal”, edição de setembro de 1961, p.2

“Reforma Agrária não é ‘revisão’”, edição de setembro de 1961, p.2

“Para a frente, operários e camponeses”, edição de setembro de 1961, p.4

“Vitoriosos os trabalhadores agrícolas no Supremo Tribunal Federal”, edição de outubro de 1961, p.1

“Punição para os assassinos de lavradores”, edição de outubro de 1961, p.1

“Liquidado um perigoso latifundiário”, edição de outubro de 1961, p.1

“Lutam organizados os posseiros de Goiás”, edição de outubro de 1961, p.1

“Grileiros cortam mãos de camponês no governo de Juraci Magalhães”, edição de outubro de 1961, p.4

“Posseiros de Cabreiro não arredarão os pés da terra”, edição de outubro de 1961, p.5

“Uma nova etapa no processo revolucionário brasileiro”, edição de novembro de 1961, p.1

“Homens públicos são diferentes nos países já libertados”, edição de novembro de 1961, p.5

“Vitória dos posseiros de Juquiá: confirmada ilegalidade dos despejos”, edição de janeiro de 1962, p.3

“Capela Velha: Grilagem criminosa recebe a benção da justiça”, edição de janeiro de 1962, p.3

“Um dia na vida do Brasilino”, edições de janeiro e fevereiro de 1962, p.4

“‘Aliança para o progresso’ ameaça o nosso progresso”, edição de fevereiro de 1962, p.1

“Querem dar um golpe contra sindicalização rural”, edição de fevereiro de 1962, p.2

“Existe em Cuba liberdade de religião?”, edição de fevereiro de 1962, p.5

“Três Marias: ‘Multirão festivo’ liquidou com o terrorismo do latifundiário”, edição de fevereiro de 1962, p.5

“Parceria agrícola”, edição de junho de 1962, p.2

“Latifundiários compram a justiça para roubar e expulsar os colonos”, edição de junho de 1962, p.6

“Greve derrotou império Matarazo em ‘Santa Rosa de Viterbo’”, edição de julho de 1962, p.1

“Parceria pecuária”, edição de julho de 1962, p.2

“Juiz grileiro ordena crimes contra posseiros em Minas”, edição de julho de 1962, p.5

“Camponeses do Paraná conquistam vitórias: eles já conhecem a força da ação conjunta e organizada”, edição de julho de 1962, p.7

“Derrotados usineiros de Jaú: movimento grevista vitorioso”, edição de agosto de 1962, p.1

“Frutos da ‘revisão’ do Bonifácio”, edição de agosto de 1962, p.1

“Giocondo Dias, em nome dos comunistas”, edição de agosto de 1962, p.2 (suplemento)

“Previdência social para os trabalhadores na lavoura da cana”, edição de agosto de 1962, p.2

“Associações camponesas chamam o povo à luta pelas reformas de base”, edição de agosto de 1962, p.3

“Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores em greve derrotaram império de usineiros”, edição de agosto de 1962, p.5

“Perseguição policial e espancamento do povo no Paraná: Ordem do Juiz”, edição de agosto de 1962, p.7

“Santo Angelo: agricultores gaúchos exigem desapropriação dos latifúndios improdutivos”, edição de agosto de 1962, p.8

“Greve camponesa vitoriosa mais uma vez”, edição de agosto de 1962, p.8

“Derrota dos jagunços do latifúndio: operários reabrem associação camponesa fechada pela polícia de Carvalho Pinto”, edição de setembro de 1962, p.1

“Professora protestante denuncia crimes em Santa Catarina”, edição de setembro de 1962, p.2

“Lago da morte em Mato Grosso: denúncia estarrecedora da matança de camponeses”, edição de setembro de 1962, p.3

“Cartas da Roça: um carrasco em Coroatá”, edição de setembro de 1962, p.5

“Famílias inteiras jogadas ao desamparo por latifundiários e juizes criminosos”, edição de setembro de 1962, p.7

“Onda de crimes no Ceará: latifundiário incendiou casa com mulheres e crianças dormindo”, edição de setembro de 1962, p.8

“A portaria 209-A e a unidade dos trabalhadores”, edição de novembro de 1962, p.2

““O feitiço virou contra o feiticeiro”: baderneiros de cabeça quebrada em Tupã”, edição de novembro de 1962, p.2

“Eleitos os candidatos populares”, edição de novembro de 1962, p.4

“Cresce o movimento camponês no Rio Grande do Norte”, edição de novembro de 1962, p.6

“Grileiros de Juraci Magalhães degolam posseiros na Bahia”, edição de dezembro de 1962, p.6

“Movimento de solidariedade libertou 37 colonos presos em Mato Grosso”, edição de janeiro de 1963, p.2

“50 mil para liquidar a ULTAP”, edição de janeiro de 1963, p.5

“Desesperados com o movimento camponês queimaram a casa de Bernardino Etelvino”, edição de janeiro de 1963, p.5

“Padre Antenor não mete medo”, edição de janeiro de 1963, p.5

“Os grupos aventureiros e a reforma agrária”, edição de janeiro de 1963, p.5

“Exército utilizado contra posseiros”, edição de janeiro de 1963, p.7

“Massa camponesa desperta para a luta organizada”, edição de fevereiro de 1963, p.2

“Instruções para a organização de sindicatos rurais”, edição de fevereiro de 1963, p.1 (suplemento)

“Zé Brasil”, edição de fevereiro de 1963, p.4

“Juiz do latifúndio expulsa camponeses da terra”, edição de fevereiro de 1963, p.5

“‘Sindicatos fantasmas’ no campo: operários denunciam ao ministro”, edição de março de 1963, p.1

“Problemas do Povo não são dos governantes”, edição de março de 1963, p.1

“Itanhaem: esmagadora vitória dos grevistas”, edição de abril de 1963, p.1

“Resistir armado é um ato legal”, edição de abril de 1963, p.2

“Mato Grosso em pleno regime de escravidão”, edição de abril de 1963, p.4

“FALTAC e Pacto Sindical lutam ao lado dos posseiros de Parangaba”, edição de abril de 1963, p.4

“Mauro Gomes: campeão de assassinato de posseiros em Goiás”, edição de abril de 1963, p.7

“Falhou o plano do ‘Diabo’: 3 jagunços no hospital – padres e freiras expulsos”, edição de abril de 1963, p.7

“Nossa reverência a memória de João Pedro”, edição de maio de 1963, p.1 (suplemento)

“Sindicato Fantasma”, edição de maio de 1963, p.2

“Terra Livre e a luta dos camponeses”, edição de maio de 1963, p.3 (suplemento)

“No Paraná, 10 por cento da safra é ‘religiosamente’ para o padre”, edição de maio de 1963, p.4

“Organizam-se camponeses de Iguatu contra a ação criminosa de Antônio Vieira”, edição de maio de 1963, p.7

“Camponeses se unem para derrotar o latifúndio”, edição de maio de 1963, p.6

“Sindicato Rural derrotou a “meia” na fazenda Oiticica no Ceará”, edição de maio de 1963, p.6

“Clima de insegurança e terror na comarca de Santa fé do Sul”, edição de junho de 1963, p.2

“Grileiro Mata irmão e expulsa família”, edição de junho de 1963, p.3

“Sem sindicatos a lei será letra morta”, edição de julho de 1963, p.2

“Passeata operário-camponesa causou sensação em Teresina”, edição de julho de 1963, p.2

“Se cristo voltasse à terra seria acusado de comunista”, edição de outubro de 1963, p.1 (suplemento)

“Começar a luta pela aplicação do estatuto”, edição de outubro de 1963, p.2

“Novos crimes em Canindé: silêncio da Igreja favorece latifundiários”, edição de outubro de 1963, p.8

“Sem sindicatos a lei será letra morta”, edição de novembro de 1963, p.2

“Agentes subversivos do latifúndio incendiam associação camponesa”, edição de janeiro de 1964, p.7

“Barril de pólvora explodirá a qualquer momento”, edição de fevereiro de 1964, p.4 (suplemento)

A Liga (1962 – 64)

“Feijão sobe mais de preço do que os artigos de luxo”, edição de 9/10/1962, p.2

“Lutas de classe no Brasil (I)”, edição de 9/10/1962, p.3

“O outro lado da história”, edição de 9/10/1962, p.3

“O camponês é camponês”, edição de 9/10/1962, p.5

“Provérbios do campo”, edição de 9/10/1962, p.5

“Mato Grosso: Nordestinos vendidos como escravos”, edição de 9/10/1962, p.5

“Frases Célebres”, edição de 9/10/1962, p.5

“Eleição não mudou o congresso”, edição de 16/10/1962, p.1

“Gabinete Comprometido”, edição de 16/10/1962, p.1

“Reação perde seus líderes na eleição”, edição de 16/10/1962, p.3

“Outro Lado da História”, edição de 16/10/1962, p.3

“Luta de classes no Brasil (II)”, edição de 16/10/1962, p.3

“Guia do Camponês”, edição de 16/10/1962, p.5

“Nada de recuo, com Cuba hoje e sempre”, edição de 6/11/1962, p.1

“Documentos”, edição de 6/11/1962, p.3

“Como organizar uma Liga”, edição de 6/11/1962, p.3

“Bilhete ao leitor”, edição de 6/11/1962, p.3

“A associação de lavradores de Barretos ajuda fazer Liga dos Camponeses Pobres”, edição de 6/11/1962, p.3

“A Bíblia e o problema da Terra”, edição de 6/11/1962, p.4

“Campos: regime de escravidão impera nos canaviais”, edição de 6/11/1962, p.4

“Pernambuco: sequestrado um camponês”, edição de 13/11/1962, p.1

“Provérbios camponeses”, edição de 13/11/1962, p.3

“Carta de alforria do camponês”, edição de 13/11/1962, p.4

“Novos dirigentes no CACO: luta contra a miséria”, edição de 13/11/1962, p.5

“Imprensa Anti-popular”, edição de 13/11/1962, p.5

“Imprensa Popular”, edição de 13/11/1962, p.5

“Criada outra Liga Urbana em Recife”, edição de 20/11/1962, p.2

“Estourou no estado do Rio a primeira greve camponesa”, edição de 20/11/1962, p.3

“Alagoas: Universitário quer instruções”, edição de 20/11/1962, p.4

“O Evangelho do Camponês”, edição de 20/11/1962, p.4

“Volta Sêca: um guerreiro em repouso”, edição de 20/11/1962, p.5

“Conversa com o leitor”, edição de 20/11/1962, p.5

“Com ‘não’ ao plebiscito o povo repudia a farsa”, edição de 27/11/1962, p.1

“GB: júri popular consagrou reforma agrária radical”, edição de 27/11/1962, p.3

“Bispo da Igreja brasileira funda Ligas e quer reformas”, edição de 27/11/1962, p.4

“Grileiros espalham no pânico no estado do Rio”, edição de 27/11/1962, p.4

“Goiás recebe o padre Alípio e consagra suas teses radicais”, edição de 4/12/1962, p.3

“Padre Alípio entre estudantes e operários prega nossa revolução”, edição de 4/12/1962, p.3

“Clima de Terror”, edição de 4/12/1962, p.3

“Na Bahia Grileiros estabelecem o Terror e eliminam camponeses”, edição de 4/12/1962, p.3

“‘Tayo’ arrasa pescadores brasileiros em Cabo Frio”, edição de 4/12/1962, p.4

“Chapéu de Palha do Mérito Camponês”, edição de 4/12/1962, p.4

“O plebiscito é briga de gabinete”, edição de 4/12/1962, p.5

“Situação política”, edição de 9/12/1962, p.3

“As Lutas sociais no Brasil”, edição de 9/12/1962, p.4

“O caso dos ‘bagrinhos’ de Santos: só reforma agrária acaba com desemprego”, edição de 11/12/1962, p.2

“Do ponto de vista do operário”, edição de 11/12/1962, p.2

“Departamento jurídico de assistência popular”, edição de 11/12/1962, p. 3

“Camponeses repelem à altura terror latifundiário”, edição de 11/12/1962, p.3

“Liga de Águas Compridas nasce sob ameaça dos latifundiários”, edição de 11/12/1962, p.4

“Crônicas do Mundo Socialista”, edição de 11/12/1962, p.4

“Sargentos e soldados unidos defendem mandatos”, edição de 11/12/1962, p.5

“Juiz fascista faz do exército capitão-de-mato, inventa umas supostas guerrilhas e executa plano contra Ligas Camponesas”, edição de 11/12/1962, p.6

“Contrato de arrendamento só favorece ao fazendeiro”, edição de 18/12/1962, p.3

“Em liberdade os 37 camponeses presos, amarrados e recambiados para Cuiabá”, edição de 18/12/1962, p.3

“Jornal de Goiás vai a Dianópolis e comprova apoio popular às Ligas”, edição de 18/12/1962, p.4

“Camponeses da fazenda Forte Velho exigem o fim do Cambão”, edição de 18/12/1962, p.4

“Clodomir Moraes prestou depoimento sob coação: exame de corpo de delito comprovou brutalidade policial”, edição de 18/12/1962, p.4

“Os camponeses devem resistir à violência Reacionária”, edição de 18/12/1962, p.4

“Congresso popular de apoio a Cuba não é secreto”, edição de 18/12/1962, p.4

“‘Habeas Corpus’ preventivo para garantir o direito de não votar”, edição de 18/12/1962, p.5

“Agentes da DPPS serão educados no Panamá por oficiais ianques”, edição de 25/12/1962, p.2

“Ponto IV intervém direta e abertamente no Brasil!”, edição de 25/12/1962, p.2

“Reforma agrária sim, plebiscito não!”, edição de 25/12/1962, p.3

“Mato Grosso: miséria e assassinatos marcam a fabulosa região do garimpo”, edição de 25/12/1962, p.3

“Camponeses maranhenses sob ameaça de expulsão das terras em que vivem”, edição de 25/12/1962, p.3

“Policiais e Jagunços atacam camponeses em Pôrto Wilma, Dourados”, edição de 25/12/1962, p.3

“Julião: ‘À nação cabe o grande julgamento’”, edição de 25/12/1962, p.5

“Nem ‘sim’ nem ‘não’, abstenção”, edição de 1/1/1963, p.1

“Plebiscito: vota quem quer”, edição de 1/1/1963, p.2

“Pequeno dicionário prático da revolução brasileira”, edição de 1/1/1963, p.4; 9/1/1963, p.4; 16/1/1963, p.5; 23/1/1963, p.2; 13/3/1963, p.5; 13/11/1963, p.3

“Carta de Ouro Preto”, edição de 1/1/1963, p.4

“Transformada totalmente a estrutura de Cuba”, edição de 1/1/1963, p. 5

“Sindicatos Desmascaram nova ofensiva contra a Petrobrás”, edição de 9/1/1963, p.2

“Lutar pela reforma agrária”, edição de 9/1/1963, p.3

“Latifundiários mandam arrancar as plantações dos camponeses: PE”, edição de 9/1/1963, p.3

“Assalariados agrícolas: dia 11 greve geral no interior de Pernambuco”, edição de 9/1/1963, p.3

“Os gorilas e o plebiscito”, edição de 9/1/1963, p.4

“Carta de Ouro Preto: humildes apoiaram cristo mas poderosos arrebataram a cruz”, edição de 9/1/1963, p.4

“Lacerda monta campo de concentração assessorado por Borer e tiras do FBI”, edição de 9/1/1963, p.5

“Povos se rebelam”, edição de 9/1/1963, p.6

“Violência gera violência”, edição de 16/1/1963, p.1

“Paraíba: camponeses ameaçados pela fome vão plantar na marra”, edição de 16/1/1963, p.2

“Reestruturação das Ligas para torná-las ainda mais dinâmicas”, edição de 16/1/1963, p.3

“Pernambuco: camponeses massacrados por exigirem o 13º. mês”, edição de 16/1/1963, p.3

“Camponeses massacrados por exigirem o 13º. mês”, edição de 16/1/1963, p.6

“Polícia saqueia e destrói casas de dois mil camponeses em Magé!”, edição de 16/1/1963, p.6

“Plebiscito e emboscada”, edição de 23/1/1963, p.1

“Influência camponesa na revolução angolana”, edição de 23/1/1963, p.3

“Luta no campo”, edição de 20/2/1963, p.3

“Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º. mês e aumento salarial”, edição de 20/2/1963, p.3

“3 mil famílias ameaçadas de despejo no oeste paranaense”, edição de 20/2/1963, p.3

“Despejadas 16 famílias de camponeses em Tapira”, edição de 20/2/1963, p.5

“Posseiros fundarão Ligas para defender as terras”, edição de 6/3/1963, p.3

“Universidade do Povo”, edição de 6/3/1963, p.5

“Manifesto da Confederação camponesa do peru pede a libertação dos seus líderes”, edição de 6/3/1963, p.3

“Novas adesões ao Congresso de Apoio a Cuba”, edição de 6/3/1963, p.4

“Revolução como primeira medida para libertar o país do jugo imperialista”, edição de 6/3/1963, p.4

“Lavradores sem terra ocuparam fazenda abandonada pelo governo”, edição de 13/3/1963, p.3

“Problemas de organização”, edição de 13/3/1963, p.3

“Camponeses de Taguatinga preparam abaixo-assinado ao presidente da república: nossa paciência acabou!”, edição de 13/3/1963, p.3

“Provérbios camponeses”, edição de 13/3/1963, p.5

“Jovens do Anzoategui: ‘Nossa luta é democrática e antiimperialista’”, edição de 13/3/1963, p.6

“Sentinela Militar”, edição de 20/3/1963, p.2

“Integras das entrevistas concedidas em Havana”, edição de 20/3/1963, p.3

“Congresso continental reafirma dia 28 na ABI, todo apoio a Cuba!”, edição de 27/3/1963, p.1

“Março foi o ‘mês da vitória dos camponeses pernambucanos’”, edição de 27/3/1963, p.3

“Mensagens dos presos políticos peruanos e do padre Bolo Hidalgo”, edição de 27/3/1963, p.4

“É uma emboscada contra o povo a Lei Agrária de João Goulart”, edição de 27/3/1963, p.6

“Greves camponesas paralisam vários engenhos em Pernambuco”, edição de 10/4/1963, p.2

“Que são as FALN?”, edição de 10/4/1963, p.4

“Porque o peixe não é vendido barato”, edição de 10/4/1963, p.5

“Cristo lutou pelos humildes e foi crucificado pelos ricos”, edição de 10/4/1963, p.5

“Ameaça de confederação fantasma”, edição de 24/4/1963, p.3

“Instala-se hoje a II Conferência Nacional dos Estivadores”, edição de 24/4/1963, p.3

“Guevara analisa as guerrilhas na América Latina”, edição de 24/4/1963, p.4

“Você pode ser: correspondente ou distribuidor do jornal Liga”, edição de 8/5/1963, p.2

“Se Cristo votasse seria preso pelo general Kruehl”, edição de 8/5/1963, p.3

“Elizabeth diz à ‘Liga’ o que pensam seus companheiros”, edição de 8/5/1963, p.5

“O pequeno burguês e a organização”, edição de 11/5/1963, p.5

“Cinco mil sargentos dizem que estão com o povo contra ‘gorilas’”, edição de 15/5/1963, p. 2

“Ligas Urbanas de Pernambuco serão estendidas pelo Brasil”, edição de 15/5/1963, p.3

“PSB paulista adere à campanha pela libertação do Padre Alípio”, edição de 15/5/1963, p.5

“LIGA do estudante”, edição de 22/5/1963, p.2

“Polícia de Mato Grosso massacrou camponeses”, edição de 29/5/1963, p.1

“Fundada Liga Urbana de Cruz das Almas”, edição de 29/5/1963, p.3

“Formosa: desmoralizado por latifundiários governo tentou envolver camponeses”, edição de 29/5/1963, p.3

“Camponeses fluminenses fazem Reforma Agrária na marra!”, edição de 29/5/1963, p.6

“Romance do dia a dia”, edição de 29/5/1963, p.4; 5/6/1963, p.4; 12/6/1963, p.2; 7/8/1963, p.3

“Padre Lajes em Taguantina: faremos reformas nem que tenhamos de subir a serra”, edição de 5/6/1963, p.3

“Informe do E. do Rio: latifundiários armam dispositivo antiliga”, edição de 5/6/1963, p.3

“SUDENE, instrumento de ação da Aliança para o Progresso”, edição de 5/6/1963, p.5

“Teses para debate”, edição de 12/6/1963, p.3

“Latifúndio comanda a subversão”, edição de 12/6/1963, p.4

“O latifúndio tem bancada”, edição de 12/6/1963, p.4

“O imperialismo no Brasil”, edição de 12/6/1963, p.6

“Comício em Niterói pelas reformas”, edição de 19/6/1963, p.2

“O dever do revolucionário é fazer a revolução”, edição de 24/7/1963, p.4

“Deus não deseja essa miséria”, edição de 7/8/1963, p.2

“Para prefeito, vote em Pelópidas, o candidato das Ligas Camponesas”, edição de 14/8/1963, p.1

“Vote nos candidatos das Ligas Camponesas”, edição de 14/8/1963, p.6

“Frente única é uma imposição histórica”, edição de 28/8/1963, p.5

“Pelópidas satisfeito”, edição de 4/9/1963, p.3

“Do ponto de vista camponês”, edição de 11/9/1963, p.3

“Estudantes impedidos de falar realizam comício na ‘marra’”, edição de 11/9/1963, p.3

“Guerrilhas na Guatemala”, edição de 29/9/1963, p. 2

“Camponeses de Goiânia lutam por aumento de salário”, edição de 29/9/1963, p.5

“Prosseguem perseguições e espaçamentos de camponeses no Rio Grande do Sul”, edição de 29/9/1963, p.5

“Venezuela: em breve, o segundo país livre da América latina”, edição de 3/10/1963, p.3

“‘Aliança’ promove a subversão no Brasil”, edição de 15/10/1963, p.4

“Cinco sargentos presos no Recife por serem pela igualdade de direitos”, edição de 15/10/1963, p.5

“A revolução cristã”, edição de 23/10/1963, p.6

“Camponeses querem aumento imediato”, edição de 15/10/1963, p.6

“Latifundiário assalta camponeses com ajuda da polícia de Mato Grosso”, edição de 23/10/1963, p.5

“Nada mudou no Vietnam: EUA ditaram queda de Diem”, edição de 6/11/1963, p.1

“Falsas reformas”, edição de 6/11/1963, p. 5

“A Venezuela luta de armas nas mãos pela sua libertação”, edição de 13/11/1963, p.3

“Literatura revolucionária: Ernesto ‘Che’ Guevara”, edição de 13/11/1963, p.6

“Mossoró já tem Liga Camponesa”, edição de 27/11/1963, p.5

“Justiça e latifúndio unidos tentam expulsar camponês”, edição de 15/1/1964, p.5

“Diretoria do CGT de Sergipe empossada”, edição de 27/11/1963, p.5

“Camponeses de Mari (Paraíba) metralhados por soldados da polícia militar”, edição de 29/1/1964, p.5

“Frente única camponesa-militar”, edição de 29/1/1964, p.5

“Greve em Pau-d’Alho”, edição de 5/2/1964, p.5

“Revolta de Mari foi início da reforma agrária na ‘marra’”, edição de 5/2/1964, p. 5

“Fundada Liga Urbana do Rio Grande do Norte”, edição de 19/2/1964, p.1

“Machadeiros pernambucanos há 32 dias em greve”, edição de 19/2/1964, p.5

“Em Governador Valadares: reforma agrária na marra”, edição de 19/2/1964, p.8

“A educação de quadros: tarefa da organização política das ligas”, edição de 11/3/1963, p.4

“Ligas Camponesas do Brasil, organização política”, edição de 11/3/1964, p.7

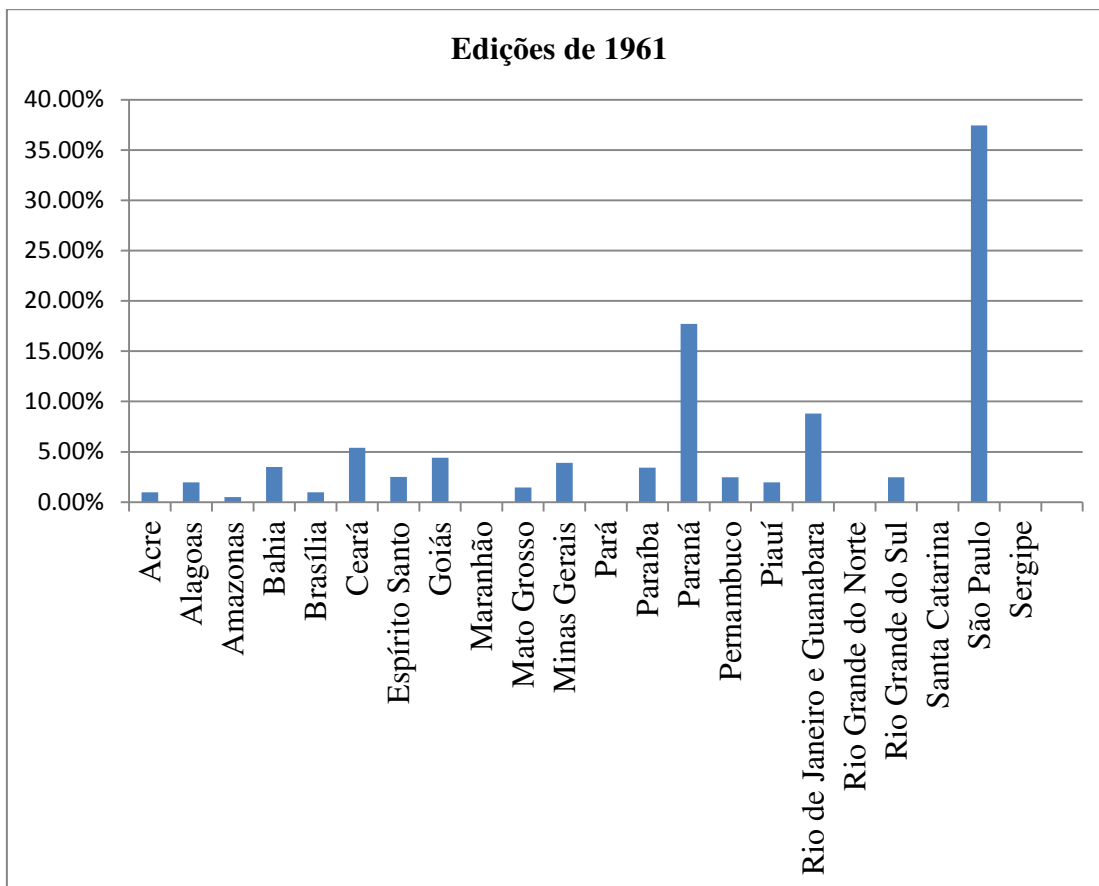
Novos Rumos (1960 – 1962)

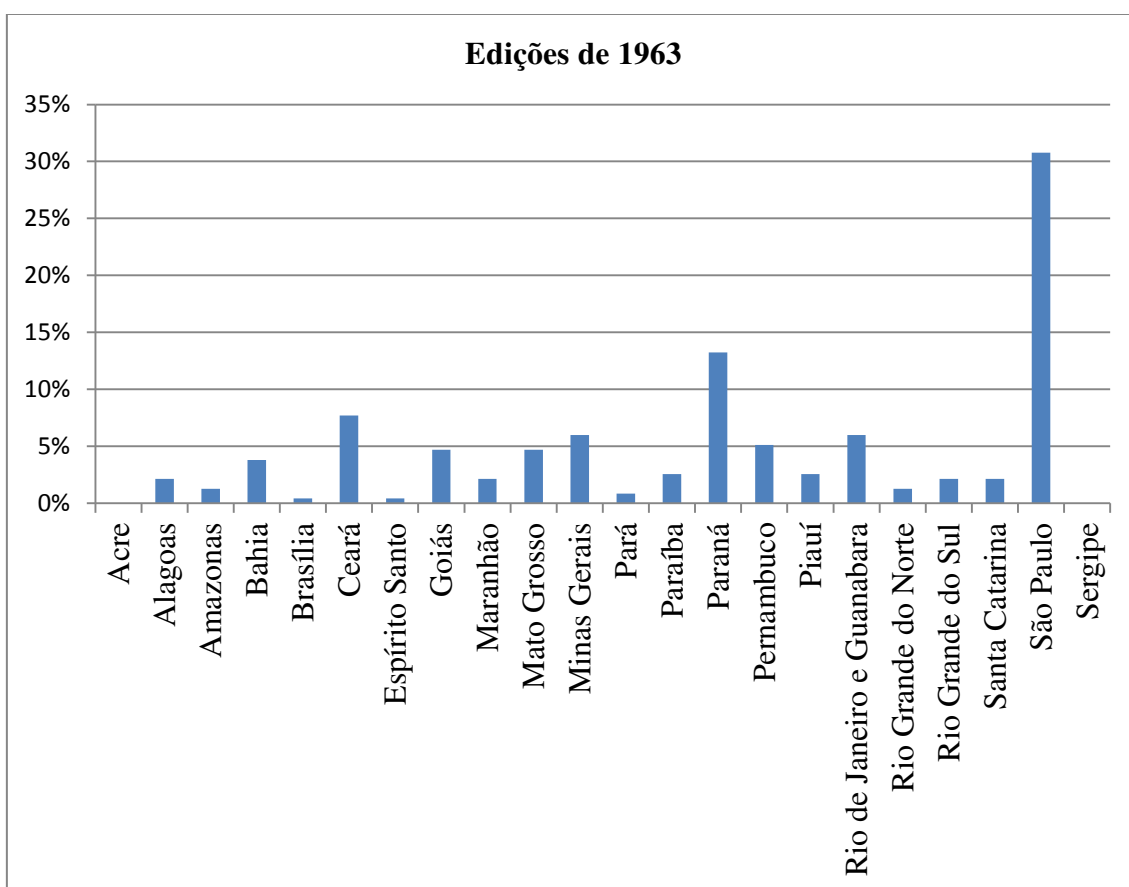
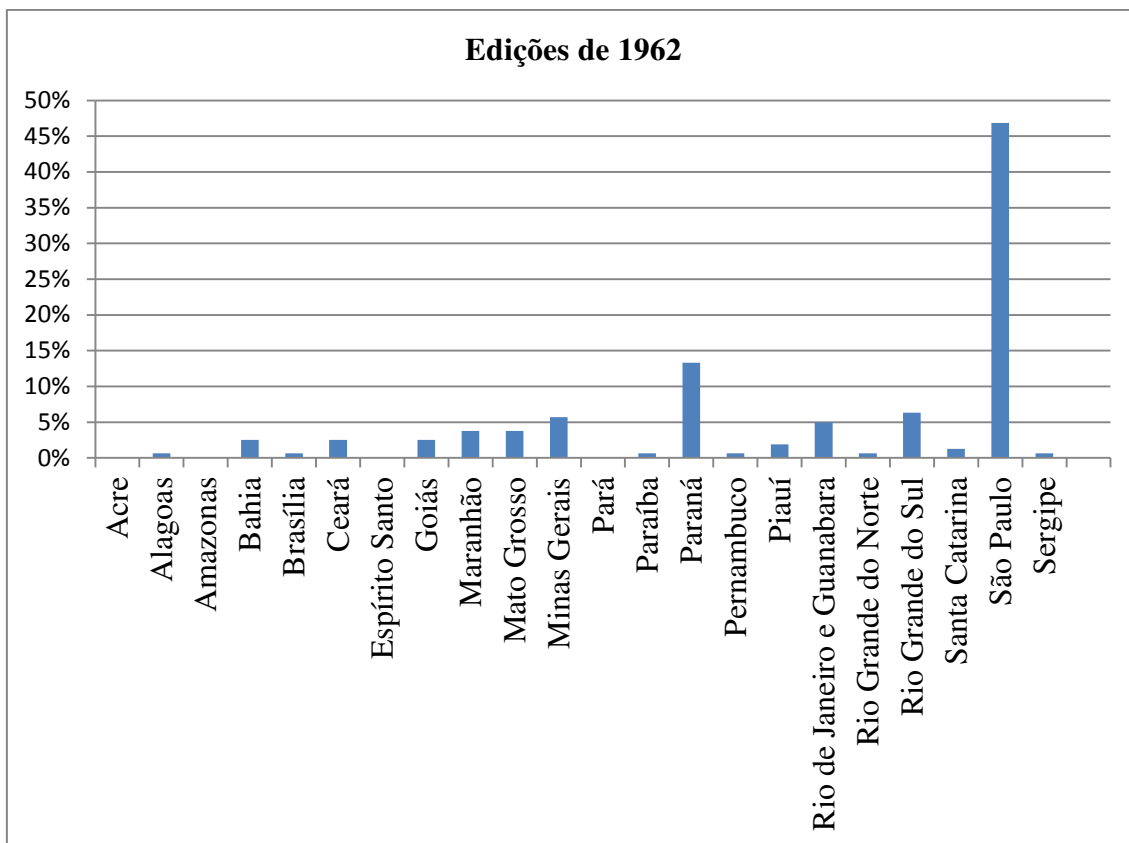
“As teses e a Revolução Brasileira”, semana de 10 a 16 de junho de 1960, p.3

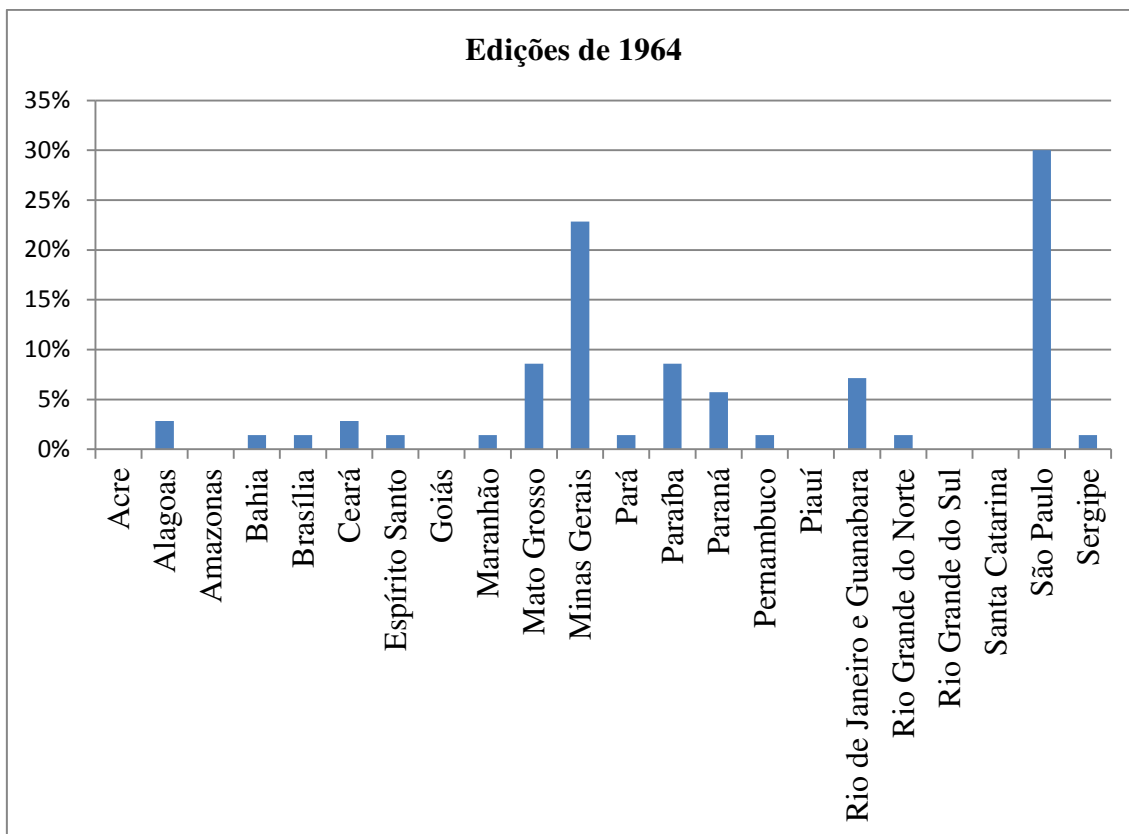
“Teses errôneas e nocivas”, semana de 29 de junho a 5 de julho de 1962, p.3

ANEXOS

ANEXO I – Distribuição percentual do conteúdo do *Terra Livre* por estado







ANEXO II – LIGAS CITADAS NO A LIGA

Nome	Presidente	Referência
Liga Camponesa de Gravataí (RS)	Armando Flôres	13/11/1962, p.3
Liga Camponesa de Mamanguape (PB)	Manoel de Deus	20/11/1962, p.3
Liga Camponesa de Campos (RJ)	-	20/11/1962, p.3
Liga Camponesa de Raposo (BA)	Manuel Santana	27/11/1962, p.4
Liga da Bahia	Florenço Ferreira do Nascimento	27/11/1962, p.4
Liga de Pedra Fogo (PB)	-	11/12/1962, p.3
Liga de Ingá (PB)	Antônio Francelino	11/12/1962, p.3
Liga de Águas Compridas (PE)	Jacinto da Silva	11/12/1962, p.3
Liga Camponesa de Também (PE)	Horácio Mesquita	11/12/1962, p.3
Liga de Tinguá (RJ)	Davi Vasconcelos Miranda	13/3/1963, p.3
Liga Camponesa do Acre	Raimundo Borborema	1/1/1963, p.3
Liga Camponesa do Engenho de Bento Velho (PE)	Severino José dos Santos	1/1/1963, p.3
Liga de Amaragi (PE)	Severino Guedes da Silva	16/1/1963, p.2
Liga de Vitória de Santo Antão (PE)	Zezé da Galiléia	21/1/1963, p.6
Liga Camponesa de Caratuval (PR)	Paulo Manoel da Silva	6/3/1963, p.3
Liga Camponesa Tamarana (PR)	-	6/3/1963, p.3
Liga Camponesa Paranapanema (PR)	-	6/3/1963, p.3
Ligas Camponesas do Paraná	-	6/3/1963, p.3
Ligas Camponesas de São	Francisco do Carmo	10/4/1963, p.3

Paulo		
Liga de Itererê (RJ)	Alcino Ricardo	10/4/1963, p.3
Liga de Campina Grande (PB)	Otávio Demétrio Ferraz	8/5/1963, p.6; 5/2/1964, p.5
Liga de Sapé (PB)	Elizabeth Teixeira	8/5/1963, p.6
Liga de Rio Tinto (PB)	-	8/5/1963, p.6
Liga de Guarabira (PB)	-	8/5/1963, p.6
Liga de Santa Rita (PB)	-	8/5/1963, p.6
Liga de Alhandra (PB)	Elia Quirino	29/5/1963, p.3
Ligas Camponesas de Minas Gerais	-	19/6/1963, p.3
Liga Operário-Camponesa (SP)	Alfredo A. de Lemos	14/8/1963, p.3
Liga Operário-Camponesa de São José dos Campos (SP)	João Odair Veloso	4/9/1963, p.3
Liga Camponesa de Passos (MG) – transformada em Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passos	Gaspar Claudino	11/9/1963, p.3
Liga Camponesa de Joaquim Nabuco (PE)	-	29/9/1963, p.5
Liga Camponesa de Gamileira (PE)	-	29/9/1963, p.5
Liga Camponesa do Rio Grande do Norte	Deputado Floriano Bezerra	15/10/1963, p.5; 4/3/1964, p.5
Liga Camponesa de Moreno (PE)	Valdomiro Cicílio dos Santos	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Paudalho (PE)	Manuel Vicente de Luna	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Surubim (PE)	Severino Gomes da Silva	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Aliança (PE)	Mariano Sales	23/10/1963, p.5

Liga Camponesa de Cortês (PE)	José Calazans de Brito	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Mirueira (PE)	Manuel Francisco	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Água Preta (PE)	Olegário Ferreira Quintão	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Engenho Pitu (PE)	Manuel Porfírio Vasconcelos	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Engenho Braças (PE)	Onório Amaro	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Engenho Canha (PE)	Severino de Sousa	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Camacari (PE)	José Pedro da Cunha	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Tiriri (PE)	fiscal Sebastião Gomes da Silva	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Engenho Serra Grande (PE)	Manuel Pereira da Silva	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Olho D'água (PE)	José Brasiliano	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Oiteiro (PE)	José Estevão	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Cidade de João Alfredo (PE)	João Carneiro	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Surubim (PE)	Severino Inácio dos Santos	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Lagoa Comprida (PE)	Aureliano Dutra	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Vertente de Taquaritinga (PE)	José Severino	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Altos (PE)	Ademário Barbosa	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Bento	Severino José de Santana	23/10/1963, p.5

Velho (PE)		
Liga Camponesa de Arandu de Cima (PE)	Antônio Gomes Marinho	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Águas Compridas (Olinda) (PE)	José Carlos Pereira	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Águas Compridas (Vitória) (PE)	Benedito Rufino Bezerra	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa do Engenho Queimadas (PE)	Manuel Felisberto da Silva	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa do Engenho Soledade (PE)	Severino Manuel	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa do Engenho Pacas (PE)	Raimundo Francisco da Silva	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Vicência (PE)	José Januário	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa do Condado (PE)	Severina Maria da Conceição	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Lagoa Funda (PE)	João Joaquim da Silva	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Tamanduá de Catoteira (PE)	Manuel Nunes de Sousa	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa de Arco Verde (PE)	Gabriel Francisco de Paula	23/10/1963, p.5
Liga Camponesa do Alto de Novo Olinda (PE)	Antônio Francilino Costa	23/10/1963, p.5
Liga de Bom Jardim (PE)	-	13/11/1963, p.5
Liga de pequenos proprietários de Brejo de Caruaru, organizada com o nome Associação dos pequenos proprietários de Caruaru (PE)	Antônio de Brito	5/2/1964, p.5
Liga de Timbaúba (PE)	Luiz Antônio da Silva	19/2/1964, p.5

Ligas de Gravatá (PE)	-	19/2/1964, p.5
Ligas de Bezerros (PE)	-	19/2/1964, p.5
Liga camponesa de Baía Formosa (RN)	Manoel Bento da Silva	4/3/1964, p.5
Liga de Central do Cabo (PE)	João Vieira	19/2/1964, p.5
Liga Camponesa de Santo Antonio de Potengy (RN)	Adalgísio Francisco Nascimento	4/3/1964, p.1
Liga de Canguaretama (RN)	-	4/3/1964, p.5
Liga de Vila Nova (RN)	-	4/3/1964, p.5
Liga de Cachoeira de Macacu (RJ)	Mariano Beser	25/12/1962, p.2
Liga de Rio da Conceição (GO)	-	11/12/1962, p.6

ANEXO III – Distribuição percentual do conteúdo do *Liga* por estado

